

# 09

RELATÓRIO E CONTAS

**BANIF**

INVESTMENT  
BANK



## ÍNDICE

3	Órgãos Sociais
5	Mensagem do Presidente da Comissão Executiva
	Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras
6	<b>1. Enquadramento Macroeconómico</b>
6	1.1 Conjuntura Internacional
12	1.2 Conjuntura Nacional
14	1.3 Sistema Financeiro
20	<b>2. A Actividade Desenvolvida pelo Banif - Banco de Investimento, S.A. e Empresas Subsidiárias em 2009</b>
21	2.1 Apreciação Global
23	2.2 Corporate Finance
24	2.3 Structured Finance
25	2.4 Mercado de Capitais
29	2.5 Gestão de Activos
32	2.6 Corporate Clients
32	2.7 Private Equity
33	2.8 PMEs
34	<b>3. Perspectivas Futuras</b>
35	<b>4. Proposta de Aplicação de Resultados</b>
36	<b>5. Notas Finais</b>
40	<b>6. Demonstrações Financeiras</b>
40	6.1 Demonstrações Financeiras Individuais e anexos
113	6.2 Demonstrações Financeiras Consolidadas e anexos
188	<b>7. Anexos ao Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras</b>
188	7.1 Anexos
215	7.2 Recomendações do FSF e do CEBS relativas à transparência da informação e à valorização de activos
228	7.3 Organograma
229	7.4 Direcção
	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
	Certificação Legal das Contas Individuais
	Certificação Legal das Contas Consolidadas
	Nota Ambiental Relativa à Produção deste Relatório





## ÓRGÃOS SOCIAIS

### MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Luís Manuel Campos e Cunha  
Secretário: Pedro Schiappa Pietra Ferreira Cabral

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Comendador Horácio da Silva Roque

Vice-Presidentes: Carlos David Duarte de Almeida  
Artur Manuel da Silva Fernandes

Vogais: Nuno José Roquette Teixeira  
José Paulo Baptista Fontes  
Raul Manuel Nunes da Costa Simões Marques  
Maria da Conceição Rodrigues Leal  
Carlos Eduardo Pais e Jorge  
Vasco Clara Pinto Ferreira  
Alexandre Jaime Boa-Nova e Moreira dos Santos  
Mauro Pereira Bueno Meinberg  
João Manuel Mora de Ibérico Nogueira

### COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente: Artur Manuel da Silva Fernandes

Vice-Presidente: Nuno José Roquette Teixeira

Vogais: Raul Manuel Nunes da Costa Simões Marques  
Maria da Conceição Rodrigues Leal  
Carlos Eduardo Pais e Jorge  
Vasco Clara Pinto Ferreira  
Alexandre Jaime Boa-Nova e Moreira dos Santos

### CONSELHO FISCAL

Presidente: Fernando Mário Teixeira de Almeida



Vogais: José Luís Pereira de Macedo  
Rui Manuel Braga de Almeida

Suplente: Sérgio António de Rosário de Vaz Monteiro

## REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Ernst & Young Audit & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., representada por João Carlos Miguel Alves (ROC n.º 896).

## CONSELHO CONSULTIVO

Comendador Horácio da Silva Roque  
António do Pranto Nogueira Leite  
João Vieira de Almeida  
Fernando José Inverno da Piedade  
Jorge Armindo de Carvalho Teixeira  
José Almeida Guerra  
Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa  
António Luís de Andrade Magalhães  
António Fernando Caldeira de Paula Santos  
Jorge Manuel de Oliveira Godinho  
Nuno Manuel Branco Ribeiro da Silva  
José Romão Leite Braz  
Maria Teresa Henriques da Silva Moura Roque dal Fabbro  
Paulo Cezar Rodrigues Pinho da Silva  
António Manuel Pereira Bernardo

## COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

José Marques de Almeida (em representação da Rentipar – S.C.P.S., S.A.)  
Fernando José Inverno da Piedade (em representação da Fundação Horácio Roque)  
Vítor Hugo Simmons (em representação da Renticapital – S.C.P.S., S.A.)

## SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

Ângela Maria Simões Cardoso Seabra Lourenço  
Suplente: Tiago dos Santos Matias





## MENSAGEM DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA

Para a indústria dos serviços financeiros e, em particular, para a banca de investimento, o ano de 2009 manteve um padrão atípico, ainda que por razões diferentes do ano transacto, que tinha presenciado o eclodir de uma crise global de confiança e liquidez sem precedentes.

De facto, 2009 foi misto tendo-se assistido ao retomar da geração de resultados positivos pela maior parte das grandes casas internacionais mas num ambiente de negócios relativamente fechado, sobretudo em algumas vertentes do mercado.

Neste contexto, o Banif Banco de Investimento posicionou-se para aproveitar as oportunidades de negócio que o mercado proporcionou e mostrou forte resistência nos segmentos ainda afectados pela crise financeira conseguindo, globalmente, um crescimento robusto do produto bancário e dos resultados líquidos.

Mantendo como primeiro objectivo a geração de valor crescente e sustentado para o accionista e apostando em servir primordialmente o “second tier” do tecido empresarial nacional, sem esquecer o segmento de Private Banking, o Banif Banco de Investimento centrou a sua actuação nas suas áreas de maior especialização: o mercado de capitais, que integra as actividades de corretagem, trading, estruturação e securitização, a gestão de activos, incluindo a gestão de fundos de investimento e de fundos de pensões, e os serviços financeiros compreendendo as actividades de M&A e “corporate finance” e as actividades de “structured finance”.

A diversificação de produto foi complementada pela diversificação geográfica cujos alicerces principais se consubstanciam na presença da banca de investimento do Grupo no Brasil e também nos Estados Unidos e em Espanha, esta através da sua participação de 27,5% no Bankpime.

É com orgulho e satisfação que fechamos o exercício de 2009 tendo atingido as nossas metas de crescimento e rentabilidade e superando os nossos objectivos orçamentais.



## 1. ENQUADRAMENTO MACROECONOMICO

### 1.1 CONJUNTURA INTERNACIONAL

O ano de 2009 foi caracterizado por uma profunda recessão mundial, com as maiores quebras da actividade e comércio globais desde a Segunda Guerra Mundial. A recessão atingiu sobretudo a maioria das economias avançadas, as quais apresentaram uma quebra do PIB de cerca de 3,4%, enquanto que as economias emergentes e em desenvolvimento conseguiram atingir um crescimento moderado, de cerca de 1,7%, com o melhor desempenho a ser obtido pelas economias chinesa (+8,5%) e indiana (+5,4%).

O ano de 2009 ficou igualmente marcado pela implementação de planos de estímulo à economia global e medidas de apoio ao sistema financeiro, que incluíram fortes apoios por parte dos governos e cortes significativos nas taxas de juro pelas autoridades monetárias, nomeadamente o Banco Central Europeu (BCE) e a Reserva Federal americana (FED), para níveis historicamente baixos.

O padrão intra-anual do crescimento mostra diferenças marcantes, com a actividade global a apresentar um recuo de 6,5% no primeiro trimestre do ano e um crescimento de cerca de 3% no segundo trimestre, que se terá reforçado ao longo do segundo semestre. A forte queda da actividade no primeiro trimestre está relacionada com os receios generalizados de colapso do sistema financeiro e a consequente paragem do crédito, devido às restrições de liquidez dos bancos. Na Europa, os receios de uma crise financeira mais severa nas economias de Leste, e de contaminação do sistema financeiro de todo o continente, justificaram intervenções por parte do FMI, incidindo sobretudo no sector bancário.

Os Bancos Centrais reagiram rapidamente com fortes cortes nas taxas de juro, assim como medidas não convencionais de cedência de liquidez e suporte à concessão de crédito. Os governos encetaram importantes programas de estímulo económico e simultaneamente uma avaliação dos bancos com "stress tests" e apoios com garantias e injeções de capital. No final do primeiro trimestre do ano de 2009 começaram a surgir dados económicos favoráveis nos Estados Unidos, ilustrados pela recuperação das vendas a retalho, da compra de habitações novas e dos índices de confiança dos consumidores e da indústria, que superaram as expectativas do mercado, sugerindo assim uma primeira estabilização da economia norte-americana. De referir também que o novo pacote da Reserva Federal para compra de activos sustentou o mercado de dívida soberana.

No que se refere ao sistema financeiro, o anúncio do novo plano de apoio ao sector bancário por parte do Tesouro norte-americano foi particularmente bem recebido pelos intervenientes do sector, e alguns dos principais bancos de investimento apresentaram melhorias dos resultados trimestrais, passando a traçar cenários e objectivos



de melhoria do desempenho operacional para o ano. No entanto, na Europa, o cenário permaneceu negativo, tendo os principais indicadores de confiança chegado mesmo a atingir novos mínimos. Simultaneamente, voltou a intensificar-se a discussão sobre o recurso a medidas de política monetária não ortodoxas.

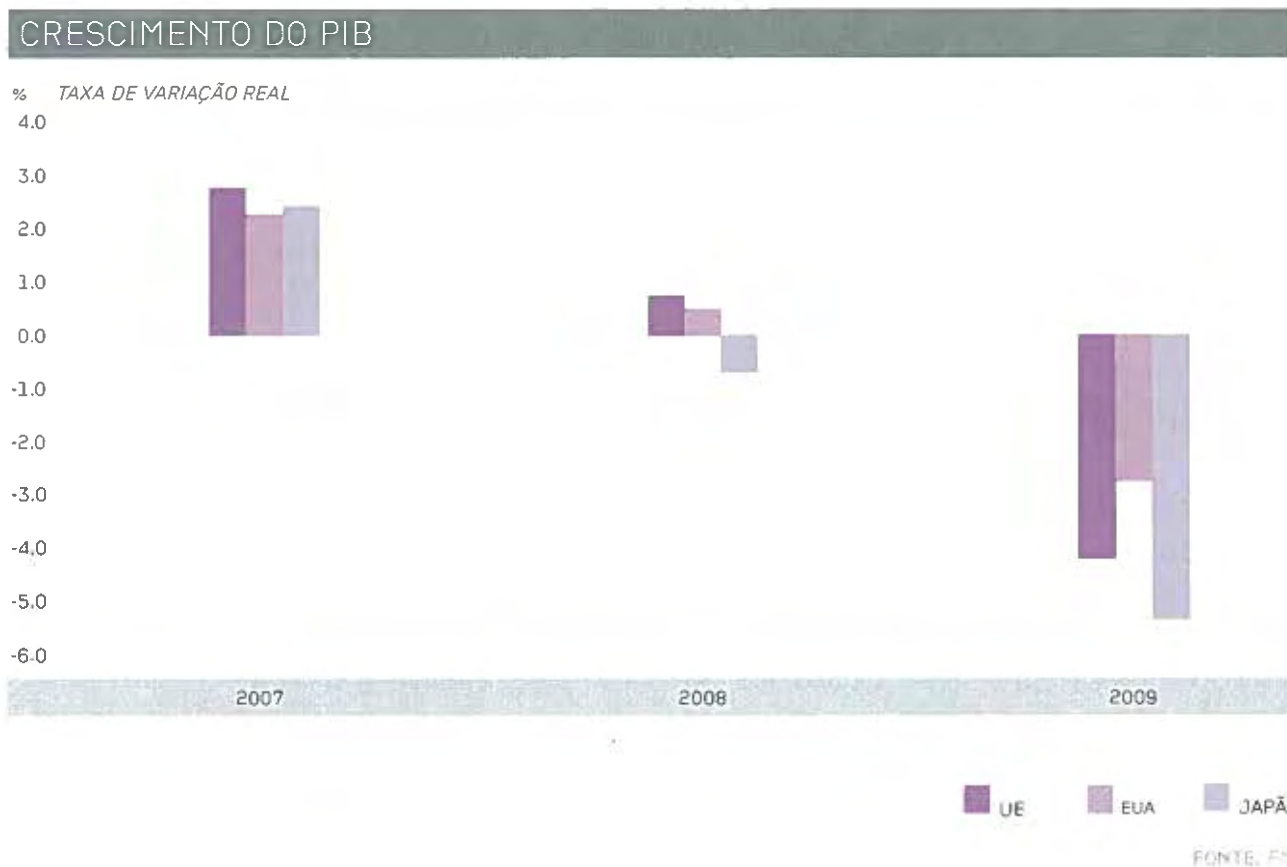
No segundo trimestre do ano, apesar da manutenção de vários dados económicos em níveis de recessão, nomeadamente os relativos ao mercado de trabalho, os principais indicadores de confiança dos Estados Unidos, Europa e Japão, começaram a inverter a tendência de forte quebra observada desde o último trimestre de 2008, sinalizando um ponto de inversão. De destacar a estabilização progressiva do sector financeiro, que começou a recuperar após a divulgação do teste de cenários (“stress tests”) aos bancos americanos, que revelaram necessidades de capital inferiores ao previamente antecipado. Paralelamente, o BCE implementou a maior injeção monetária de sempre, no valor de 446 milhões de euros.

No terceiro trimestre de 2009, a economia global continuou a melhorar, impulsionada pelo forte desempenho das economias asiáticas e uma estabilização ou mesmo uma recuperação modesta no resto do mundo. A recuperação foi liderada, do ponto de vista económico, por uma reanimação da indústria transformadora e uma alteração do ciclo de inventários, que começaram a ser repostos após a forte redução na primeira metade do ano. A gradual recuperação das vendas a retalho, o retorno da confiança dos consumidores e a estabilização do mercado imobiliário foram também aspectos que contribuíram para a progressiva melhoria.

No entanto, nas economias avançadas, os sinais ainda eram débeis, com muitos indicadores a apresentarem tendências contraditórias. Nos EUA, tal foi particularmente visível na continuação do aumento do desemprego, enquanto que na Europa foi mais evidente sobretudo ao nível da produção industrial e dos preços ao consumidor, chegando mesmo a atingir um cenário de ligeira deflação. O Japão apresentou dados favoráveis, nomeadamente em relação à venda de veículos, à produção industrial e às vendas a retalho. Não obstante os principais blocos mundiais terem saído do período de recessão no terceiro trimestre, devido essencialmente aos fortes estímulos de política económica implementados, permaneceu a dúvida relativamente à sustentabilidade do crescimento induzido, com a recuperação da actividade a revelar-se incapaz de gerar emprego.

Neste contexto, a indefinição marcou as economias no último trimestre do ano, e os diversos indicadores divulgados evidenciaram sinais contraditórios. Na Europa, o mês de Dezembro ficou marcado pela confirmação por parte da Comissão Europeia de que, em termos técnicos, a recessão tinha terminado na Zona Euro. A Comissão Europeia sublinhou, no entanto, que as perspectivas permaneciam incertas, na medida em que a retoma estava a ser bastante sustentada pelos fortes estímulos concedidos pelos governos e pela política monetária expansionista seguida pela maioria dos bancos centrais.

O comportamento das matérias-primas foi outro factor importante em 2009. Após um ano de 2008 altamente volátil, com os preços do petróleo (que atingiu cerca de 150 dólares por barril) e de outras matérias-primas essenciais a alcançar máximos históricos no Verão, e a descer abruptamente no final do ano, a incerteza era grande para 2009. No final do primeiro semestre, com os primeiros sinais de recuperação económica a aparecerem na Ásia (nomeadamente na China), os preços da globalidade das matérias-primas iniciaram um movimento de subida. O petróleo subiu de forma sustentada ao longo da primeira metade do ano, voltando ao patamar dos 70 dólares por barril, mais do dobro em relação aos mínimos de 30 dólares por barril atingidos no início de 2009. No entanto, a volatilidade revelou-se menor do que a verificada em 2008, com o petróleo a fechar o ano nos 80 dólares por barril. Tal como o petróleo, também outros metais industriais (cobre, zinco, alumínio) registaram valorizações significativas, duplicando as suas cotações face ao início do ano.



Para a Zona Euro, o FMI estima uma contracção de 4,2% em 2009, implicando uma forte queda face ao crescimento de 0,7% registado em 2008. Embora o padrão de recessão tenha sido generalizado, estima-se que as economias Irlandesa e Finlandesa tenham sido as mais afectadas.

De uma forma geral, os dados económicos na zona euro mantiveram-se negativos até Março, altura a partir da qual se começaram a manifestar alguns sinais positivos. O índice de confiança da indústria revelou uma recuperação apesar da produção industrial ter continuado a registar quedas. O indicador de confiança dos consumidores



*Handwritten notes and signatures in the top right corner.*

também melhorou, facto a que não será alheia a diminuição do nível de preços. A descida da inflação permitiu que o Banco Central Europeu decidisse continuar o processo de descida das taxas de juro directoras. Finalmente, as difíceis condições para a concessão de crédito continuaram a limitar o investimento privado, contribuindo para que a taxa de desemprego tivesse ultrapassado os 10% (o que compara com 7,8% em 2008) e, conseqüentemente, se verificasse uma contracção adicional no consumo.

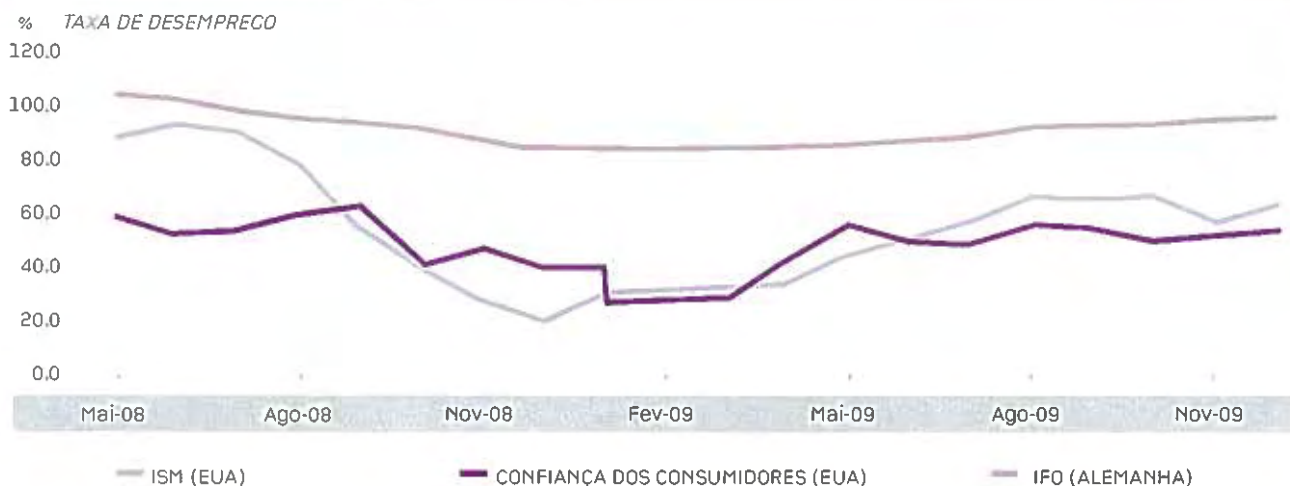
### MERCADO DE TRABALHO NA ZONA EURO

% TAXA DE DESEMPREGO



Estima-se que a economia norte-americana tenha registado uma queda de 2,7% em 2009, significativamente abaixo do crescimento de 0,4% registado em 2008. Durante o primeiro semestre de 2009, a produção contraiu-se substancialmente e a taxa de desemprego subiu para níveis não vistos desde o início da década de 1980, aproximando-se dos dois dígitos. Esta situação não impediu, no entanto, que a confiança dos consumidores tivesse mostrado um aumento ao longo do primeiro semestre do ano, mantendo-se contudo a níveis muito reduzidos. No mercado imobiliário, manteve-se a tendência de descida dos preços das habitações, resultado do elevado número de habitações por vender. Em consequência, a Reserva Federal americana adoptou uma política de estímulo ao crescimento económico, recorrendo a variados mecanismos não tradicionais: (i) injeções adicionais de liquidez, (ii) compra de títulos de dívida de longo prazo do governo e (iii) incremento da dimensão dos programas de compra de títulos de crédito no mercado. As políticas de intervenção monetárias, financeiras e fiscais ajudaram a estabilizar a despesa dos consumidores, bem como os mercados financeiro e imobiliário, contribuindo para um crescimento moderado na segunda metade do ano, com os principais índices de confiança, sobretudo de consumidores, a registarem o seu nível mais alto do ano em Dezembro.

## ÍNDICES DE CONFIANÇA



FORNTE: BLOOMBERG

Os países com um forte cariz exportador, em particular o Japão, sentiram de uma forma muito acentuada os efeitos da crise. Assim, estima-se que a economia Japonesa tenha registado uma contracção de 5,4% em 2009, que compara com um decréscimo de 0,7% em 2008, uma recessão sem precedentes nesta economia. A taxa de desemprego terá subido de 4,0%, em 2008, para 5,4%, em 2009.

No primeiro trimestre de 2009 as exportações da Ásia continuaram a descer velozmente, influenciando de forma significativa o seu comportamento económico. O crescimento do Japão foi assim afectado, não só pela substancial contracção do consumo privado, como também pela tendência descendente das exportações, nomeadamente devido à queda da procura mundial de automóveis (que pesam de forma significativa nas exportações nipónicas). A queda moderou-se durante o primeiro semestre do ano, sobretudo a partir de Março, quando a produção industrial começou a crescer novamente. As vendas a retalho começaram também a recuperar a partir de Abril.

As economias emergentes não permaneceram imunes à crise. No entanto apresentaram um comportamento mais favorável do que as economias desenvolvidas e começaram a evidenciar sinais de recuperação mais cedo do que os grandes blocos económicos. Esta recuperação deveu-se à ausência de desequilíbrios macroeconómicos significativos, ao forte dinamismo da procura interna, à conjuntura positiva nos mercados das matérias-primas e à reduzida exposição dos sistemas financeiros a activos de alto risco.

De acordo com o FMI, a América Latina deverá ter registado uma contracção de cerca de 2,5% em 2009, enquanto que a África terá registado um crescimento de 1,7%. Os países da Europa Central e de Leste e do ex-bloco soviético tiveram um comportamento muito mais negativo (-5,0% e -6,7%, respectivamente), em virtude do impacto da crise financeira sobre o crédito e as respectivas moedas.



Handwritten notes in blue ink, including a star symbol and various scribbles.

Os países emergentes e economias em desenvolvimento da Ásia também foram afectados pela crise internacional, embora com muito menor intensidade do que os EUA ou a Zona Euro. O FMI estima que a região tenha registado uma taxa de crescimento do PIB de 6,2%, o que compara com crescimento de 7,6% observado em 2008.

A recuperação deste bloco foi essencialmente suportada pelo sector de produtos electrónicos, que tinha registado uma queda brusca na produção no início da crise. A forte estrutura do sector bancário na região também contribuiu para limitar o impacto da crise financeira. Assistiu-se a um aumento da produção industrial em Hong Kong, Índia, Coreia, Filipinas, Taiwan e Tailândia. A China liderou a recuperação, cujo PIB terá crescido, de acordo com o FMI, 8,5% em 2009.

No primeiro trimestre de 2009 a região da América Latina também mostrou sinais de recessão, com queda acentuada do consumo, investimento e exportações, resultado do agravamento das condições de financiamento externo, deterioração da procura externa da região, e menores remessas dos trabalhadores emigrantes. No entanto, a partir do 2º trimestre a região começou a mostrar sinais de estabilização e recuperação, beneficiando da melhoria das condições financeiras a nível global, do mercado de matérias-primas, e do reforço de políticas de apoio à actividade económica.

A economia brasileira não escapou à crise económica mundial, tendo sido muito afectada no último trimestre de 2008 e nos primeiros meses de 2009 (com uma queda do PIB de -2,1% e -1,6% no primeiro e segundo trimestre, respectivamente) mas recuperando, no entanto, no 2º semestre do ano. As estimativas apontam para uma contracção do PIB na ordem de 0,5%-0,7% para 2009, reflectindo a tendência de recuperação observada ao longo do ano, ficando assim muito aquém do crescimento registado nos anos anteriores (5,1% e 5,7% em 2008 e 2007, respectivamente). A componente externa foi a mais afectada, tendo a queda da procura mundial afectado fortemente as exportações. A desaceleração económica originou ainda a redução das receitas fiscais, enquanto as despesas cresciam, incrementadas pelo impacto de programas de estímulo económico.

O primeiro semestre foi marcado pela intervenção do governo através do seu plano de estímulo para a economia, com redução de impostos para a venda de veículos e bens duradouros, para além de forte redução da taxa de juro de referência. O impacto destas medidas na economia foi sentido a partir do terceiro trimestre do ano. A taxa de juro SELIC foi reduzida de 13,75% ao ano no final de 2008 para 8,75% em Dezembro de 2009, uma taxa nominal sem precedentes na história recente do país. Neste contexto, o Real valorizou-se 24,6% face ao dólar norte-americano em 2009. A moeda norte-americana variou entre o máximo de 2,4473 BRL /USD, em 2 de Março de 2009 e o mínimo de 1,6989 BRL /USD, em 9 de Novembro de 2009. Em 31 de Dezembro de 2009, o Brasil detinha cerca de 239 mil milhões de dólares em reservas internacionais.



No que se refere ao índice de preços do consumidor, a inflação, atingiu os 4,3% (IPCA), ficando abaixo dos valores observados em 2008 (5,9%). O emprego, por seu turno, recuperou na segunda metade do ano, tendo a taxa de desemprego descido de 8,8% em Maio de 2009 para 7,4% na parte final de 2009.

## 1.2 CONJUNTURA NACIONAL

A economia portuguesa foi negativamente afectada pelo enquadramento internacional desfavorável ao longo do ano. No entanto, Portugal registou um comportamento acima da média dos países da UEM, em 2009. A razão deste comportamento prende-se com o sistema bancário nacional relativamente saudável, sem exposição relevante a activos tóxicos, a ausência de valorizações excessivas no mercado imobiliário e a diversificação das exportações. De acordo com o Banco de Portugal e o FMI, a economia Portuguesa terá decrescido 2,7% em 2009, o que compara com um crescimento nulo em 2008. De referir também que Portugal parece estar a acompanhar a tendência de recuperação gradual dos restantes países da zona euro.

A taxa de crescimento económico negativa teve por base a forte redução do investimento e consumo privado. A queda do consumo ocorreu no quadro de um aumento do rendimento disponível em termos reais que foi determinado, em grande medida, pelo crescimento das transferências para as famílias, não obstante a forte redução do emprego. De referir ainda o cenário de deflação e o impacto positivo no rendimento disponível decorrente da forte descida das taxas de juro bancárias ao longo de 2009, dada a posição líquida negativa das famílias em termos de activos e passivos que vencem juros. A crescente taxa de desemprego, e o cenário de deflação, que leva a que os consumidores tendam a adiar decisões de consumo na expectativa de obtenção de preços mais baixos, tiveram importantes impactos negativos ao nível do consumo.

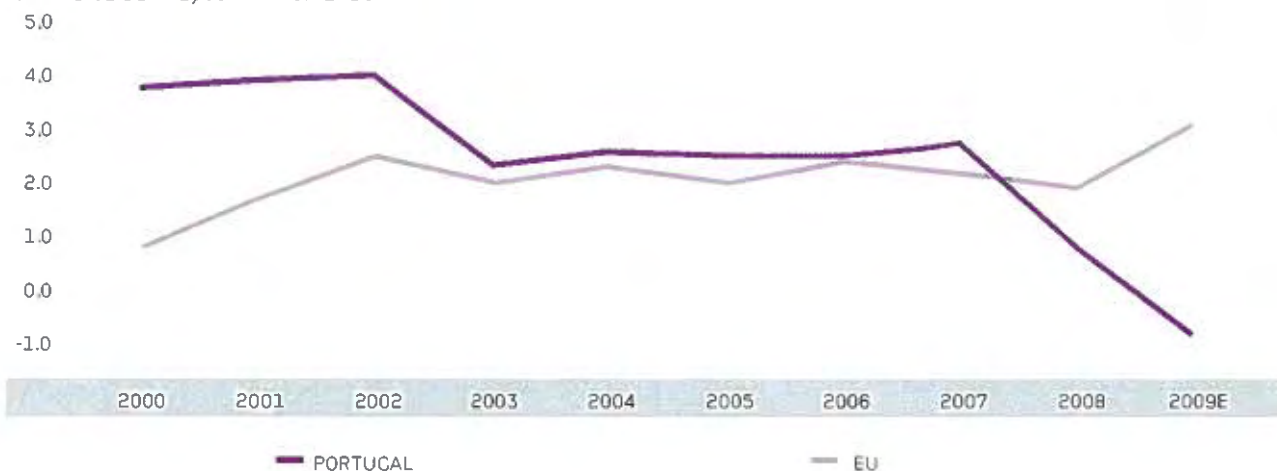
No entanto, a partir de Março, e à semelhança do que aconteceu na Zona Euro, os principais indicadores de confiança, quer de consumidores, quer de empresários, inverteram a tendência descendente, embora mantendo-se a níveis historicamente baixos.





## INFLAÇÃO

% ÍNDICE DE PREÇOS HARMONIZADO



FONTE: BLOOMBERG; FII

## 1.3 SISTEMA FINANCEIRO

### 1.3.1 SITUAÇÃO GLOBAL

O ano de 2009 foi, à semelhança do ano anterior, um ano particularmente difícil para o sector financeiro. O primeiro trimestre foi especialmente complexo, devido ao prolongamento da fase aguda da crise financeira. A intervenção do Estado, as actuações de política monetária não convencionais e a revisão do quadro regulamentar e dos mecanismos de supervisão, contribuíram para o restabelecimento progressivo da confiança dos agentes económicos. Não obstante, os mercados financeiros apresentaram-se bastante voláteis, mesmo com um desagravamento do clima de aversão ao risco no final do trimestre. O enquadramento económico e financeiro adverso traduziu-se numa evolução muito moderada da actividade bancária na generalidade dos países europeus, verificando-se um abrandamento expressivo nos fluxos de crédito concedido, a par de um aumento dos níveis de incumprimento.

No entanto, ao longo do segundo trimestre, os mercados financeiros apresentaram uma recuperação significativa, beneficiando da ajuda das medidas orçamentais e monetárias de apoio aos mercados. A confiança no sector financeiro começou a inverter a tendência negativa, melhorando as perspectivas de acesso a financiamento pelo sector financeiro. O crédito entre os bancos começou a aumentar lentamente e o aperto à concessão de crédito diminuiu.

No final do ano, verificou-se que as iniciativas de apoio à actividade económica e aos sistemas financeiros implementadas ao longo do ano contribuíram para o retorno de alguma estabilidade nos mercados financeiros e para uma recuperação do clima de confiança dos investidores e dos empresários. Tal estabilização teve subjacente o enorme suporte do sector público e a cedência de liquidez abundante aos merca-

Handwritten notes in blue ink, including symbols like a star, a checkmark, and a large 'X'.

dos interbancários, assinalando uma transferência parcial do risco do sector privado para o sector público e um esforço acrescido sobre as finanças públicas, com fortes restrições e custos.

Portugal não foi excepção, já que tanto o Governo como o Banco de Portugal actuaram em conformidade com as decisões tomadas a nível europeu, tendo implementado, de forma coordenada, programas de estímulo à actividade económica e de suporte ao sistema financeiro.

Handwritten notes in blue ink, including a checkmark and a large 'X'.

Em termos corporativos e à semelhança do esperado para outros sistemas financeiros da Zona Euro, a capacidade de geração de resultados do sistema financeiro foi afectada pela evolução muito moderada dos volumes de crédito e pelo aumento dos níveis de incumprimento. Alguns grupos financeiros procederam a operações de recapitalização através da emissão de instrumentos financeiros apropriados, mas sem recurso a investimento público.

De referir que o sistema financeiro português apresentou uma elevada capacidade de resistência e de adaptação aos desafios colocados pela crise financeira e económica, cumprindo o seu papel de intermediário principal entre agentes económicos externos e domésticos.

### 1.3.2 MERCADO DE RETALHO E DE EMPRESAS

A crise financeira internacional reflectiu-se em dificuldades acrescidas no recurso ao financiamento, o que levou a generalidade dos bancos a reavaliar as suas políticas de preços e concessão de crédito durante o ano de 2009. Neste contexto, o ano evidenciou uma tendência de subida sustentada e progressiva dos spreads praticados nas operações activas por parte dos bancos em todos os segmentos de crédito, embora a acentuada queda das taxas Euribor ao longo do ano tenha mitigado significativamente o impacto dessa tendência no cliente final.

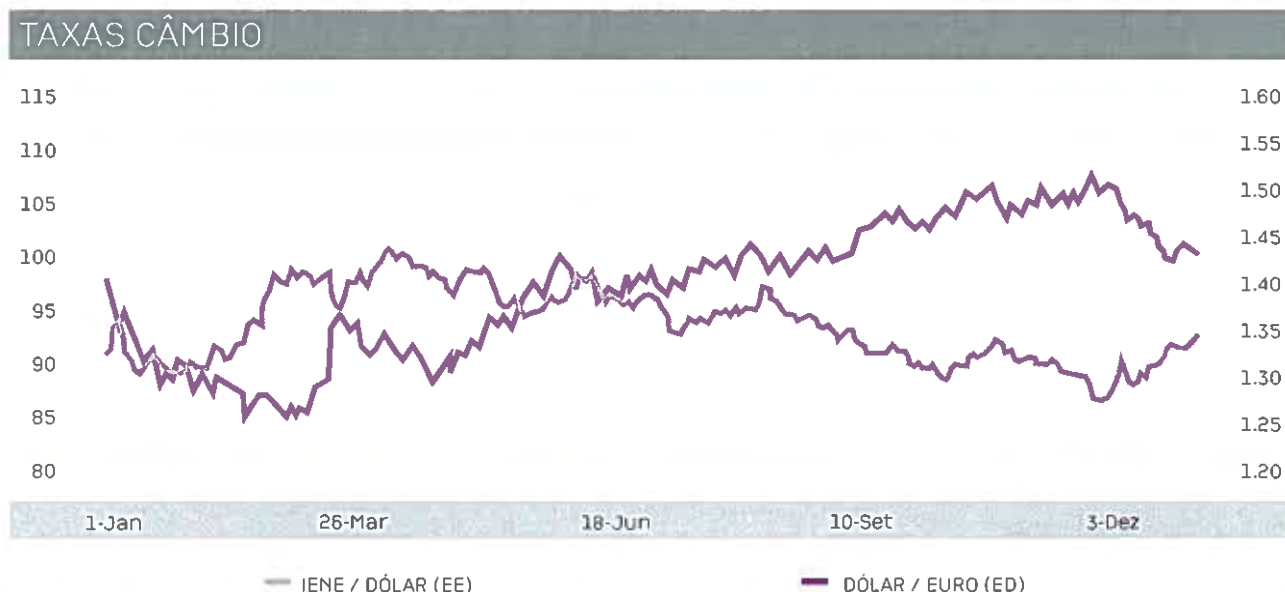
### 1.3.3 MERCADOS MONETÁRIO E CAMBIAL

No que respeita aos mercados cambiais, 2009 caracterizou-se pela elevada volatilidade do dólar, registando um máximo de 1,2530 e um mínimo de 1,5134 (apreciação de 20.78% em apenas 9 meses, contra o Euro, terminado o ano em 1,4231 (depreciação de apenas 1,97%). Contrariamente a 2008, os discursos das autoridades monetárias convergiram – a Reserva Federal manteve o nível historicamente baixo da sua refirate (0-0,25%), o BCE continuou a descida, iniciada no ano anterior, da mesma taxa também para um mínimo histórico (1%) - ambos mencionando, no último trimestre, qual seria a estratégia de saída das medidas de emergência, salientando no entanto que estas se manteriam pelo tempo necessário. A valorização do Euro chegou a ser contestada por empresas



*Handwritten signature or initials.*

e alguns Estados da Zona Euro, e a ser apontada como um entrave à recuperação económica e à competitividade das exportações europeias. Quanto ao Iene japonês, este sofreu uma significativa valorização em relação ao dólar, tendo atingido o patamar de 84,81USD/JPY, tendo sido assim uma moeda refúgio no auge da crise.



FONTES: BLOOMBERG

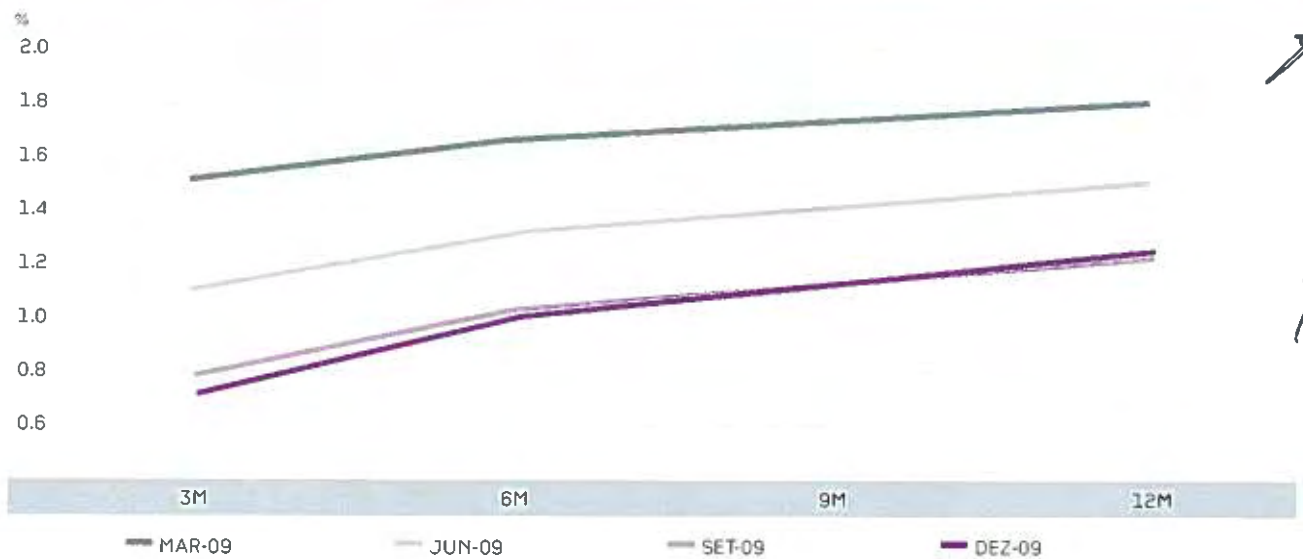
O mercado monetário interbancário mostrou em 2009 sinais de recuperação, tendo as taxas neste mercados atingindo mínimos históricos. A taxa a 6 meses registou um mínimo de 0,987 e a taxa a 12 meses registou um mínimo de 1,222, estabilizando a partir de meados de Novembro. No entanto, os intervenientes no mercado mantiveram a postura conservadora com que terminaram 2008. Assim, para o conjunto do ano, a taxa a 3 meses viria a cair 192 pontos base, para 0,70%; a taxa a 6 meses reduziu-se em 198 pontos base para 0,994% e a taxa a 12 meses caiu 178 pontos base para 1,248%.

Passado o pior da crise e perante os sinais de gradual restabelecimento da normalidade, alguns dos principais Bancos Centrais iniciaram a remoção de algumas das medidas extraordinárias de cedência de liquidez. Entre estes destaca-se o BCE que, em Dezembro, fez a última operação de indexação das operações principais de financiamento a um ano à taxa mínima. O BCE deu assim os principais passos na remoção de estímulos de cariz não convencional. No entanto, reafirmou que continuará a dar suporte às necessidades do sistema financeiro, indicando ainda que o nível actual da taxa de refinanciamento é o adequado.



*Handwritten notes in blue and black ink, including symbols like 'X', 'Z', and 'C'.*

**TAXAS EURIBOR**



Fonte: BLOOMBERG

### 1.3.4 MERCADO DE OBRIGAÇÕES

A procura de refúgio por parte dos investidores em obrigações soberanas no final de 2008 levou a uma forte valorização dos mercados de taxa fixa, em particular no quarto trimestre. No entanto, a política monetária prosseguida pelos principais bancos centrais no sentido de ceder ampla liquidez e normalizar o funcionamento nos mercados monetários permitiu que a procura por risco se intensificasse a partir de Março 2009.

A Reserva Federal dos Estados Unidos (FED) manteve a sua taxa de referência no intervalo de 0,00 – 0,25% ao longo de todo o ano, assim como o discurso de que não tencionava retirar o excesso de liquidez no curto prazo. A taxa de rentabilidade das obrigações a dez anos subiu 173 pontos base, fixando-se em 3,79% no final do ano. O diferencial entre as taxas de rendimento a dois e dez anos aumentou 104 pontos base, visto que, em linha com as indicações do FED, as taxas de curto prazo não subiriam.



## OBRIGAÇÕES DO TESOURO DOS ESTADOS UNIDOS



Fonte: BLOOMBERG

O Banco Central Europeu reduziu para mínimos históricos, de 1%, a taxa de referência, em Maio de 2009. A taxa de rentabilidade a dez anos da dívida alemã terminou o ano a 3,39%, o que correspondeu a uma variação de 44 pontos base face a 2008. Assim como nos Estados Unidos e pelas mesmas razões, o diferencial entre as taxas de rendimento a dois e dez anos da dívida germânica aumentou em 87 pontos base.

## OBRIGAÇÕES DO TESOURO ALEMÃO

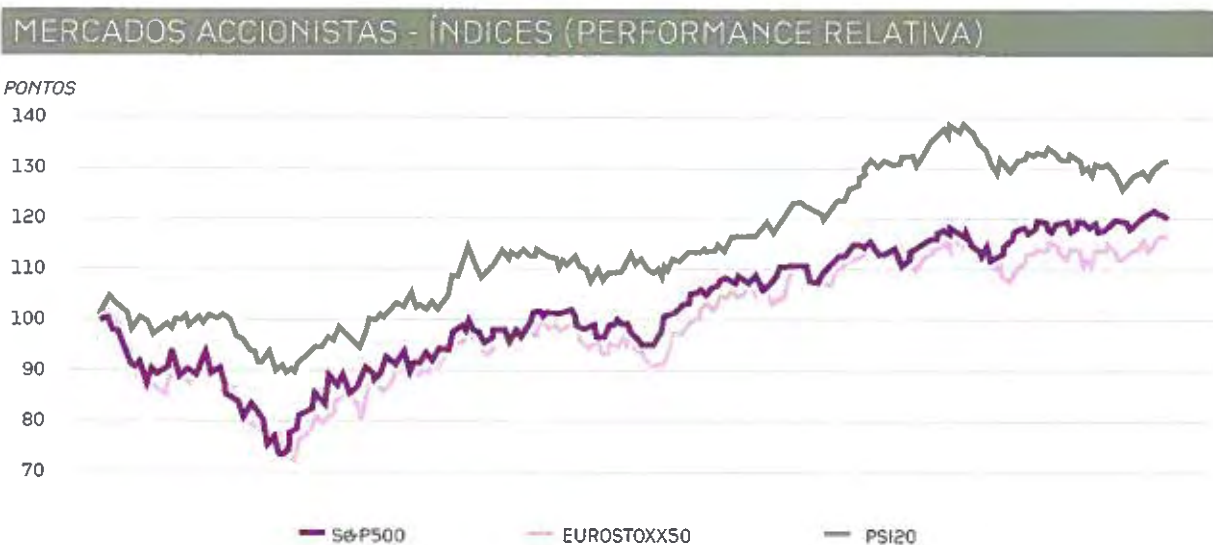


Fonte: BLOOMBERG

A dívida portuguesa beneficiou do contexto de progressiva redução da aversão ao risco durante o ano de 2009, principalmente entre Março e Novembro. O diferencial entre a taxa de rendimento a dez anos de uma obrigação portuguesa e uma alemã diminuiu 33 pontos base, atingindo 0,69%. A rentabilidade de uma obrigação do



liderou as subidas, com a Sonae SGPS a valorizar 99,08%, apesar dos sectores onde está presente enfrentarem um ambiente económico incerto, e com a Sonaecom a valorizar 92,24%, beneficiando da especulação sobre a sua fusão com a ZON. O BCP foi a empresa com o desempenho menos favorável, devido a questões relacionadas com necessidades de capital, valorizando apenas 3,68% no ano, seguido da REN que valorizou apenas 5,82%, devido a uma alteração do perfil de apetite por risco por parte dos investidores.



FORNE: BLOOMBERG

## 2. ACTIVIDADE DESENVOLVIDA EM PORTUGAL PELO BANIF BANCO DE INVESTIMENTO, S.A. E EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS EM 2009

O Banif Banco de Investimento (BBI) é a instituição do Banif - Grupo Financeiro que centraliza e coordena toda a actividade nacional e internacional do grupo na área da banca de investimento.

O Banif - Banco de Investimento tem como primeiro objectivo a geração de valor crescente e sustentado para o accionista servindo primordialmente instituições do chamado “second tier” nacional, sem abdicar da procura de mandatos junto do “first tier”, para o qual as exigências de capital o tornam naturalmente menos concorrencial.

O Banco tem centrado a sua actuação na satisfação das necessidades de clientes de vários segmentos - institucionais, “corporate” e, em menor escala, “private” – através dos produtos e serviços criados nas suas fileiras especializadas: (a) mercado de capitais, que integra as actividades de corretagem, proprietary trading, estruturação e securitização; (b) gestão de activos, incluindo a gestão de fundos de investimento e

Handwritten notes in blue ink, including a star symbol and various scribbles.

a gestão de fundos de pensões, (c) capital de risco e (d) advisory services compreendendo, em sentido lato, as actividades de M&A e corporate finance e as actividades relacionadas com Project & Leverage finance. procurando maximizar sinergias e potenciar “cross-selling” entre as áreas elencadas.

A presença do Banco no Brasil e em Miami e a participação de 27.5% no Bankpime pelo Grupo dão consistência ao foco no eixo estratégico Ibéria/ América Latina, criando condições para uma diversificação geográfica da actividade do Banif - Banco de Investimento, que complementa a diversificação de áreas de negócio. Com uma pequena presença em Londres o Banco potencia uma diversificação de actividade ainda mais lata, procurando capitalizar as competências instaladas no desenvolvimento de uma actividade de nicho na capital financeira europeia.

Perante a grave situação financeira que eclodiu nos mercados financeiros em 2008, traduzida numa crise de valor e liquidez sem precedentes e num forte surto de “desalavancagem” financeira, e que se materializou numa forte e transversal recessão económica, o Banif - Banco de Investimento reconstruiu a sua estratégia para 2009 integrando uma forte componente de racionalização de recursos (“dynamic rightsizing”), optimizando a capacidade instalada, e um elemento transversal de focalização, almejando a geração de valor em circunstâncias particularmente difíceis em termos de liquidez e capital.

Fruto de uma boa implementação do plano, em algumas vertentes ultrapassando as expectativas iniciais, e de uma evolução favorável de componentes críticas do ambiente de negócios (e.g. recuperação dos preços da dívida) o Banif - Banco de Investimento fechou 2009 com resultados positivos, ultrapassando os números dos dois anos anteriores e os objectivos orçamentais de Produto Bancário e Resultados.

## 2.1 APRECIÇÃO GLOBAL

A apreciação global da actividade do Banif - Banco de Investimento, tanto em termos individuais como consolidados, foi marcadamente positiva.

Nas áreas de Advisory Services, assistiu-se a um crescimento importante em Project Finance, com presença em algumas das maiores transacções do ano, e a uma actuação de forte combatividade em Corporate Finance, com alguns mandatos prejudicados por alterações de planos dos actores de mercado. Foi, sobretudo, um ano de forte afirmação desta área, com visível notoriedade no mercado.

No Mercado de Capitais deve destacar-se o volume de emissões de dívida para o Banif - Grupo Financeiro e a estruturação de duas operações de recompra de títulos da Banif Finance Ltd, bem como o desempenho positivo nas áreas de vendas, carteira própria e securitização.

O Asset Management foi muito afectado pela conjuntura adversa que atravessa a indústria mas, ainda assim, cresceu de 2,1 para 2,4 milhares de milhões de Euros no volume global de activos sob gestão. Foi prosseguida a estratégia de renovação nas famílias de fundos e mantiveram-se quotas de mercado importantes nos fundos especiais de investimento (5,5%) e imobiliários (7,1%).

A área de Private Banking sofreu uma reestruturação significativa em 2009, criando as bases para aumentar o número de clientes e volume de carteira enquanto a área de Corporate Clients manteve, com bons resultados, o seu perfil de actuação muito próxima dos clientes, gerando um pipeline de negócio potencial a partir de informação actualizada sobre as suas necessidades financeiras.

Quanto às iniciativas nas áreas de infra-estrutura, controlo e suporte, merecem destaque as seguintes realizações:

- concentração de todo o staff de Lisboa do Banif - Banco de Investimento e participadas em dois pisos nas Amoreiras, cujo lay-out foi desenhado para proporcionar uma maior eficácia na gestão do espaço e uma maior eficiência nos processos de trabalho;
- redução do número de efectivos em algumas áreas, balanceado com crescimento de efectivos noutras, sempre com upgrade de qualidade do staff;
- lançamento de um programa de modelação e mapeamento de processos;
- consolidação do modelo de avaliação de desempenho;
- introdução de novos comités na estrutura de governance do Banco, cobrindo novos produtos, risk management, fiscalidade e recuperação de crédito;
- desenvolvimento de políticas de Gestão de Risco, de Controlo Interno e de Monitorização de Risco de Crédito;
- desenvolvimento de uma ferramenta proprietária de definição e seguimento de limites de risco de crédito de contraparte;
- criação de um MIS de Risco, integrando todas as categorias de risco da definição do Modelo de Avaliação do Banco de Portugal;
- parametrização da aplicação "front-to-back" CALYPSO, para entrada em funcionamento no início de 2010;
- revisão integral do plano de contingência do banco;
- virtualização do parque de servidores em 85%.

Quanto aos principais indicadores financeiros, é de destacar que todos melhoraram de 2008 para 2009, merecendo realce o crescimento do Produto Bancário (+13,5% no plano individual e +6,6% no plano consolidado) e dos Resultados Líquidos (+36,4% e +22,0% respectivamente).

CONTAS INDIVIDUAIS	31/12/2009	31/12/2008	Variação %
Activo Líquido	989.007,02	931.445,86	6,18%
Capitais Próprios	62.030,21	45.436,39	36,52%
Produto Bancário	23.621,00	20.805,78	13,53%
Cash-Flow	8.665,61	6.141,86	41,09%
Resultado do Exercício	1.741,56	1.277,25	36,35%
ROA	0,18%	0,16%	—
ROE	3,64%	3,33%	—
Cost-to-Income	67,24%	74,58%	—
Rácio de Solvabilidade	11,00%	11,30%	—

(Expresso em milhares de Euros)

CONTAS CONSOLIDADAS	31/12/2009	31/12/2008	Variação %
Activo Líquido	986.849,67	927.344,82	6,42%
Capitais Próprios	74.313,13	56.115,49	32,54%
Produto Bancário	33.312,27	32.447,33	5,93%
Cash-Flow	10.218,54	8.277,81	23,44%
Resultado do Exercício	3.713,53	3.042,87	22,04%
ROA	0,39%	0,38%	—
ROE	9,22%	5,42%	—
Cost-to-Income	72,43%	76,78%	—

(Expresso em milhares de Euros)

## 2.2 CORPORATE FINANCE

Em 2009 a actividade de Fusões & Aquisições registou um decréscimo ainda mais significativo do que no ano anterior, com uma diminuição de 41% no número e de 38% no valor das transacções anunciadas e concretizadas (num total de 83 transacções registadas), de acordo com a Thomson Financial.

O agravar das consequências da crise do sistema económico-financeira internacional no primeiro semestre de 2009 e a incerteza associada à retoma das economias no segundo semestre continuou a provocar um adiamento generalizado das decisões de investimento, com reflexos óbvios na actividade de Fusões & Aquisições, como provam os dados antes referidos.

Não obstante, em 2009 o Banif - Banco de Investimento registou uma forte dinâmica de actividade, com a liderança de numerosos processos de Fusões & Aquisições, dos quais merecem destaque:

- Assessoria financeira à Olmea na aquisição da PEA – Parques Eólicos de Arganil, S.A. (102MW);
- Assessoria financeira ao Grupo ETE no estudo de viabilidade financeira do Lisbon Multipurpose Terminal;
- Assessoria financeira ao Grupo Mesquita na alienação das suas participações nas concessões rodoviárias do Grupo Aenor;



- Assessoria financeira à Future Health Technologies na análise e estudo de oportunidade de investimento na área da criopreservação de células estaminais;
- Assessoria financeira ao fundo Magnum Capital na análise e estudo de oportunidade de investimento na área do aluguer de equipamentos;
- Assessoria financeira ao Fundo Capvest e à sua participada Drie Mollen na análise e estudo de oportunidade de investimento em Portugal;
- Assessoria financeira à Banif SCPS na integração do Grupo Tecnicrédito (Banco Mais);
- Assessoria financeira à Tecneira, EFACEC Capital e New Energy Fund na análise e estudo de oportunidade de investimento no sector das energias renováveis;
- Assessoria financeira ao Grupo Madre na análise e estudo de oportunidades de investimento no sector da saúde;
- Assessoria financeira ao Grupo Finançor na aquisição da Salsiçor;
- Assessoria financeira ao Grupo Guedol na avaliação económico-financeira da Tomás de Oliveira Empreiteiros, S.A.;
- Assessoria financeira ao Banif Capital Infrastructure Fund FCR na aquisição de 16,19% da ZON Madeira, de 10,16% da ZON Açores e de 4,75% da Via Litoral;
- Assessoria financeira à Fomentinvest na aquisição de uma participação na Eneratlântica Energias, S.A.;
- Assessoria financeira à Companhia de Seguros Açoreana na aquisição da Global Seguros e da Global Vida;
- Assessoria financeira ao Banif Capital Infrastructure Fund FCR de uma participação de 35,7% no capital da Finpro, S.G.P.S., S.A.

## 2.3 STRUCTURED FINANCE

O ano de 2009 foi um ano de afirmação e crescimento da área de Structured Finance do Banif BI. Com efeito, num contexto de dificuldade de liquidez, reduzido número de operações e restrições à concessão de crédito, o Banif - Banco de Investimento apostou fortemente no desenvolvimento e dinamização de uma área de negócio que oferece grande valor acrescentado aos seus clientes, seja através da estruturação, organização e montagem de operações de crédito estruturado, seja através de prestação de serviços de assessoria financeira.

Neste enquadramento, e não bastando a envolvente adversa referida, a Direcção de Structured Finance participou em importantes operações em Portugal e no estrangeiro, das quais salientamos:

- Mandated Lead Arranger do financiamento à Magnum Capital Partners para a aquisição do Grupo Farma APS/ Generis;
- Mandated Lead Arranger do financiamento à Generg Sol do Alentejo para a 2ª maior Central Solar Fotovoltaica em Portugal, de 12,7MW, localizada em Ferreira do Alentejo;
- Lead Arranger do financiamento à Ventos da Serra (Tecneira, Grupo ProCME) para uma Central Solar Fotovoltaica de 10MW em Ferreira do Alentejo;





*Handwritten notes in blue ink:*  
\* h d h u  
\*  
\*  
\*  
\*  
\*

- Mandated Lead Arranger do financiamento à Emparque (maior empresa portuguesa de gestão de estacionamento), em conjunto com um grupo de investidores nacionais, para a aquisição da Cintra Aparcamientos (maior empresa espanhola de gestão de estacionamento);
- Sole Mandated Lead Arranger no financiamento à Nutroton Energias e Fomentinvest para a 1ª Central Solar Fotovoltaica na Região Autónoma da Madeira, localizada no Porto Santo;
- Assessoria financeira à LIPOR no âmbito do processo de desenvolvimento de uma concessão para o novo aterro sanitário na Póvoa do Varzim;
- Assessoria financeira ao Governo Regional da Madeira no acompanhamento da concessão rodoviária da ViaMadeira;
- Assessoria financeira à empresa Alberto Couto Alves, S.A. no estudo de viabilidade e estruturação de uma nova concessão rodoviária;
- Emissão de Garantia Bancária dos Fundos Próprios da Sociedade de Construções H. Hagen no contexto da sua participação na Subconcessão Rodoviária do Douro Interior.

A Direcção de Structured Finance esteve ainda envolvida na análise e estruturação de vários financiamentos em regime de Project & Acquisition Finance, tanto em Portugal como em Espanha, notando-se durante o ano 2009 um aumento significativo do número de operações no mercado Espanhol, cuja conclusão deverá ocorrer em 2010.

Para 2010 pretendemos reforçar a posição de player de referência no mercado ibérico de Structured Finance, que será concretizada por via da liderança e/ou participação num número crescente em operações relevantes de Project Finance e Acquisition Finance em Espanha e Portugal.

## 2.4 MERCADO DE CAPITAIS

### 2.4.1 MERCADO PRIMÁRIO DE DÍVIDA

Em 2009, o Banco na área de Mercado de Capitais - Dívida, esteve envolvido na estruturação e colocação de 13 transacções em mercado primário, num montante total de cerca de 870 milhões de euros. Neste contexto, gostaríamos de salientar no âmbito da política de captação de recursos para o Banif – Grupo Financeiro, as seguintes transacções estruturadas pela Direcção de Mercado de Capitais: duas emissões de Zero Coupon Notes para o Banif – Banco de Investimento (Brasil), S.A. no montante de cerca de 25 milhões de euros; 2 emissões no valor global de 200 milhões de obrigações subordinadas para o Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. e Banif Finance Ltd e 6 emissões de instrumentos de capital para diversas empresas do Grupo no montante de 101 milhões de euros. Ainda no âmbito da política de captação de recursos para o Banif – Grupo Financeiro, a área de Mercado de Capitais – Dívida liderou



conjuntamente com o Barclays Capital, o ING e o Citi a emissão de 500 milhões de euros do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. com garantia da República de Portugal.

Para além das emissões destinadas à captação de recursos, foram ainda estruturadas duas operações de recompra de emissões do Banif Finance Ltd., a primeira de obrigações seniores para um montante potencial de 300 milhões de euros com vencimento em Maio de 2012 e a segunda de acções preferenciais para um montante potencial de 75 milhões de euros e de obrigações perpétuas subordinadas no montante de 125 milhões de euros. Na primeira operação, foi recomprado um montante de 5,026 milhões de euros de obrigações seniores, enquanto que na segunda operação foram recomprados 27,941 milhões de euros de obrigações perpétuas subordinadas e 33,174 milhões de euros de acções preferenciais.

Por último, o Banco liderou conjuntamente com a JP Morgan uma emissão de 29 milhões de euros para a Região Autónoma da Madeira, a qual foi colocada junto de um investidor institucional e estruturou e colocou uma emissão de obrigações para a Rentimundi – Investimentos Imobiliários, S.A. no montante de 15 milhões de euros.

## 2.4.2 MERCADO PRIMÁRIO DE ACÇÕES

No Mercado de Capitais - Acções, o Banif Investimento liderou conjuntamente a operação de colocação de 70 milhões de acções da Banif SGPS, S.A. integrada na operação de aumento de capital social desta última de 350 milhões de euros para 490 milhões de euros (140 milhões de euros).

## 2.4.3 SECURITIZAÇÃO

No final de 2009, o montante de operações sob gestão ascendia a aproximadamente 2,600 milhões de euros, correspondentes a 8 transacções (Atlantes Mortgage No.1, 2, 3, 4 e 5, Azor Mortgages, Azor Mortgages No.2 e Ecuador Receivables). Refira-se que entre as operações citadas apenas a Atlantes Mortgage No.1 não se encontra registada na Gamma - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (participada do Banif - Banco de Investimento, S.A.). O reforço do volume de transacções sob gestão resultou da concretização das seguintes operações:

- Atlantes Mortgage No.4, concretizada através da Gamma. Esta operação, envolveu a cessão de créditos imobiliários por parte do Banif - Banco Internacional do Funchal S.A. e ascendeu a 550 milhões de euros, contemplando a possibilidade de serem efectuadas vendas adicionais de créditos, durante um período de 3 anos. As obrigações emitidas obtiveram notação de rating AAA por parte da Standard and Poor's.
- A equipa de securitização assessorou o Banif - Banco Internacional do Funchal S.A. num processo de antecipação de rendas futuras, decorrentes de um contrato

*[Handwritten signatures and initials in blue and black ink]*

de arrendamento celebrado entre a Azores Parque e a Câmara Municipal de Ponta Delgada. Esta operação ascendeu a aproximadamente 3,5 milhões de euros.

- Em Dezembro de 2009 foi concretizada uma nova operação envolvendo créditos imobiliários do Banif, tendo o Banif - Banco de Investimento actuado como Sole Arranger e a Gamma emitido aproximadamente 520 milhões de euros de obrigações. Esta transacção obteve notação de rating AAA pela Standard and Poor's e, tal como a anterior, contempla a possibilidade de serem efectuadas vendas adicionais de créditos durante um período de 3 anos.

Adicionalmente, o Banco foi mandatado pela Sofinloc para actuar como Back Up Servicer numa operação de securitização que envolve a cessão de créditos ao consumo e automóvel, num montante global de aproximadamente 450 milhões de euros. Estima-se que esta operação venha a estar concluída durante o primeiro trimestre de 2010. Refira-se ainda que a Gamma vai emitir obrigações, no âmbito de uma operação envolvendo activos do Credibom, num montante global de aproximadamente 700 milhões de euros. Esta operação deverá estar concluída até ao final do primeiro trimestre de 2010.

Face ao exposto, a 31 de Dezembro de 2009 a Gamma registou um activo líquido total de 2,458 milhões de euros, capitais próprios de 2,8 milhões de euros, tendo obtido um resultado líquido de 185,5 milhares de euros.

CONTAS INDIVIDUAIS	31/12/2009	31/12/2008	VARIAÇÃO %
Activo Líquido	2.458.447,0	1.462.993,8	68,0%
Capitais Próprios	2.847,9	1.757,4	62,1%
Resultado do Exercício	185,5	51,1	263,0%

(Expresso em milhares de Euros)

## 2.4.4 CARTEIRA PRÓPRIA

O ano de 2009 ficou marcado por uma redução acentuada do PIB dos países mais desenvolvidos, embora no último trimestre do ano se tenha atenuado esta tendência com uma inversão do ciclo recessivo e com uma melhoria generalizada da performance dos principais mercados financeiros. O aumento do volume de liquidez e o crescente "apetite" por activos de risco por parte da comunidade de investidores deu um novo fôlego à actividade de emissões primárias. Este enquadramento foi favorável ao reforço dos investimentos na carteira própria. Aproveitando as oportunidades do mercado e privilegiando um perfil de risco de crédito conservador, o aumento de exposição incidiu particularmente no segmento de médio prazo de títulos quasi-soberanos e de emitentes com elevada notação de rating.

## 2.4.5 MERCADO SECUNDÁRIO DE OBRIGAÇÕES

No segmento do mercado secundário, o Banco manteve um forte dinamismo no negócio de dívida corporativa e soberana tendo transaccionado mais de 3 mil milhões de euros de títulos com clientes institucionais e privados. A elevada receptividade dos investidores para o investimento em dívida de mercados emergentes, especialmente emitida por instituições Brasileiras, foi particularmente visível no movimento de estreitamento de spreads de créditos que atingiu um nível historicamente baixo. Este fenómeno, combinado com o elevado nível de integração com outras entidades do grupo, nomeadamente o Banif Investimento Brasil e a Banif Securities nos EUA, permitiu aceder aos três mercados institucionais em simultâneo e impulsionar fortemente o nível de receitas do Banco nesta área de negócio.

## 2.4.6 MERCADO SECUNDÁRIO DE ACÇÕES

Depois de terem atingido os mínimos em Março, os principais índices bolsistas seguiram uma trajectória de forte recuperação, tendo encerrado o ano com expressivas valorizações: S&P +19,7% e o Eurostoxx +16,6%. O PSI20 obteve uma valorização ainda mais impressionante, +31,4%. No entanto, e apesar da forte recuperação à semelhança do ocorrido em 2008, os volumes transaccionados em bolsa sofreram uma queda na ordem dos 50% em 2009. Este enquadramento, como seria expectável, provocou uma quebra significativa no volume de negócios de intermediação do Banif - Banco de Investimento, ainda que tal queda não tenha reflectivo a perda de volume total do mercado. Refira-se ainda que apesar deste contexto adverso, foram implementadas diversas iniciativas que visaram por um lado, a consolidação da base actual de clientes, e por outro a angariação de novos investidores. Assim, para além de roadshows com empresas e analistas junto dos investidores, o Banco foi pelo 2º ano consecutivo patrocinador exclusivo do Midcap Paris, evento que reúne investidores institucionais e empresas cotadas de média dimensão.

Adicionalmente, é de salientar a consistência da qualidade da nossa equipa de Research que mais uma vez fez parte do grupo das nomeadas para a categoria de “Melhor Analista” em Portugal pela Deloitte, Investor & Governance Awards.

No âmbito do contrato de liquidez da Banif SCPS, o Banco Investimento intermediou 1.507.768 acções.

## 2.4.7 PRIVATE CLIENTS

No final o 1º semestre de 2009, o Banco terminou a reorganização desta área e a partir desse momento intensificou as iniciativas comerciais dirigidas a clientes particulares. Neste contexto e aproveitando o dinamismo dos mercados de dívida e acções



*[Handwritten notes in blue ink: a large 'X', 'L', 'd', 'b', 'A', 'B', 'N', and another 'X']*

foi possível aumentar o negócio de intermediação e reactivar um elevado número de contas, tendo o universo de activos sob gestão ascendido a 80 milhões de euros. Depois de criada uma nova dinâmica comercial e técnica, baseada numa plataforma multi-produto que potencia as valências internas das diferentes áreas de negócio, nomeadamente acções, renda fixa, fundos e tesouraria, é expectável que os valores sob gestão sigam uma trajectória ascendente nos próximos meses, através de um movimento mais agressivo de angariação de novas contas e intensificação de políticas de cross-selling com as outras áreas do Banco.

## 2.5 GESTÃO DE ACTIVOS

A actividade de gestão de activos foi desenvolvida pelo Banif - Banco de Investimento na gestão de patrimónios de Clientes Particulares e Institucionais, pela Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. nos fundos de investimento mobiliário e imobiliário e pela Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. nos fundos de pensões.

O negócio continuou a ser extremamente afectado pela conjuntura muito adversa verificada nos mercados financeiros até Março de 2009, a qual conduziu a uma aversão generalizada ao risco por parte de todos os segmentos de clientes. No entanto, a partir de Abril, verificou-se uma melhoria progressiva deste enquadramento, à medida que os preços dos activos financeiros em geral foram recuperando e as taxas de juro dos depósitos foram descendo para mínimos históricos, reforçando fortemente a atractividade das aplicações em fundos de investimento.

A estratégia da Área de Gestão de Activos para o ano de 2009 assentou nos seguintes vectores:

Consolidar o relacionamento com o Banif – Grupo Financeiro, aumentando o universo de clientes que detêm fundos de investimento e o carácter recorrente da respectiva comercialização;

Desenvolver o relacionamento com investidores institucionais exteriores ao Banif – Grupo Financeiro, de modo a potenciar as eventuais aplicações desses investidores em fundos de investimento e em serviços integrados de gestão de patrimónios;

Manter a ênfase na procura de factores de diferenciação e de valor acrescentado para a actividade de gestão de activos, expressa na constituição de novos fundos de investimento, com realce para os fundos especiais de investimento, quer os multi-classe de activos, quer os especializados em activos alternativos;

Potenciar o negócio de fundos imobiliários de subscrição particular, de forma a consolidar o desenvolvimento desta área de produto de elevada estabilidade e reforçar a vinculação dos clientes.

Em 31 de Dezembro de 2009 a área de gestão de activos do Banif - Banco de Investimento e sociedades participadas administrava um volume total de activos de 2 370

milhões de euros, que compara com 2 081 milhões de euros em Dezembro de 2008, consubstanciando, portanto, um crescimento de 13,88%.

### 2.5.1 BANIF GESTÃO DE ACTIVOS - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO, S.A. (FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO, IMOBILIÁRIO E FUNDOS ESPECIAIS DE INVESTIMENTO)

Atendendo aos vectores estratégicos traçados para a Área de Gestão de Activos, a Sociedade continuou a colocar o acento tónico na promoção de um leque de fundos adequado aos objectivos dos diversos perfis de clientes e ao interesse comercial por eles suscitado, assim como no reforço do relacionamento com as redes de colocação dos seus fundos. Neste contexto, tem sido colocado, de forma recorrente, especial foco na diferenciação e no valor acrescentado dos fundos de investimento geridos.

Em 31 de Dezembro de 2009 o volume de activos sob gestão cifrava-se em 1 078 milhões de Euros, o que representou um acréscimo de 17,96% relativamente ao valor gerido no final de 2008. Neste contexto, a quota de mercado da Banif Gestão de Activos manteve-se em cerca de 3,79% no final do exercício.

No que diz respeito aos fundos mobiliários os activos geridos passaram de 62,1 milhões de euros no final de 2008 para 102,8 milhões de euros no final de 2009 (65,3% de crescimento), enquanto que os fundos imobiliários evoluíram de 696,3 para 793,5 milhões de euros, no mesmo período, o que representou um acréscimo de 13,9%. Os activos geridos em fundos especiais de investimento passaram de 155,5 para 181,8 milhões de euros, ou seja, um acréscimo de 16,9 % no período.

Tendo presente a profunda transformação registada desde 2007 nos mercados financeiros, em geral, e no negócio de gestão de activos, em particular, a Banif Gestão de Activos, atendendo à estratégia traçada para a Sociedade, implementou uma significativa alteração na família de fundos de investimento geridos.

Assim, foram constituídos 5 novos fundos de investimento imobiliário, destacando-se os fundos de subscrição particular Pabyfundo e Imogharb, o fundo Banif Fortuny, especializado em projectos de reabilitação urbana em Lisboa, o fundo de arrendamento habitacional Banif Renda Habitação e o fundo especial de investimento Banif Gestão Imobiliária. Na área dos fundos mobiliários foram constituídos também 5 fundos, a saber: os fundos flexíveis multi-classe de activos Banif Investimento Conservador e Banif Investimento Moderado, os fundos Banif Euro Crédito e Banif Euro Financeiras, especializados em obrigações, e o Banif Iberia, fundo flexível destinado ao investimento em acções ibéricas. Finalmente, foi ainda constituído o fundo Infra Invest, fundo especial de investimento orientado para o investimento em activos de infra-estruturas diversificadas.





de gestão, de forma a cimentar a qualidade da gestão das carteiras e o nível de serviço prestado aos clientes.

O Banif Investimento detinha, em 31 de Dezembro de 2009, um total de activos sob gestão de 943 milhões de Euros, contra os cerca de 911 milhões de Euros em 2008, registando, assim, um crescimento de 3,55% no período.

## 2.6 CORPORATE CLIENTS

A Direcção de Corporate Clients tem como missão a originação proactiva de negócios junto de empresas e entidades e organismos públicos, promovendo as soluções financeiras de todas as áreas de produto do Banif – Banco de Investimento, S.A. e estabelecendo relações de confiança e de médio prazo com os clientes, contribuindo deste modo para o reforço da dimensão e posição competitiva do Banif - Grupo Financeiro.

Os resultados atingidos na actual conjuntura reflectem, por um lado, a aposta sectorial efectuada e a forte integração com as diversas áreas de produto no Banif - Banco de Investimento, e por outro lado, o esforço integrado de abordagem comercial para o segmento empresarial entre o Banif - Banco de Investimento e o Banif Comercial.

Destaca-se ainda o esforço de cross selling desenvolvido com as unidades de negócio no estrangeiro, em especial o negócio originado por esta equipa para o Banif Investimento Brasil que se tem consubstanciado em em várias operações cross-border de referência com empresas portuguesas e brasileiras.

Durante o ano de 2009 a Direcção de Corporate Clients foi responsável pela apresentação de mais de 48 propostas junto de clientes e pela angariação de 15 importantes mandatos de assessoria financeira em Corporate Finance e Structured Finance e de 5 operações de Mercado de Capitais. É de destacar o estabelecimento de importantes contactos pelos Corporate Bankers junto de empresas e grupos financeiros de referência nacionais e que deverão permitir a criação de relacionamentos de longo prazo que se deverão consolidar nos próximos anos.

## 2.7 PRIVATE EQUITY

A Banif Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A. é actualmente a principal sociedade de capital de risco do Banif – Banco de Investimento, S.A. e o veículo fundamental para concretizar a sua actividade de Private Equity. A sociedade teve três fundos sob gestão durante 2009: o Fundo Capven, orientado para o segmento de PMEs; o Fundo MadeiraCapital, focado em PMEs a operar na Região Autónoma da Madeira, e o Infrastructure FCR, um fundo lançado em 2009 orientado para o sector das infraestruturas.

Efectivamente, a actividade da Banif Capital em 2009 ficou sobretudo marcada pela constituição do BANIF CAPITAL INFRASTRUCTURE FUND FCR, um novo fundo especificamente orientado para o investimento em infra-estruturas, nomeadamente de transporte, de energia, comunicações, utilities e outros activos regulados bem como nas chamadas infra-estruturas sociais (hospitais, campos de justiça, escolas). Este fun-





*[Handwritten marks and signatures in blue and black ink, including a large 'X' and various scribbles.]*

do, que se destina exclusivamente a investidores qualificados, tem a duração de 10 anos, com a possibilidade de duas extensões de 2 anos, e um capital objectivo de 125 milhões de euros. O rationale que ditou a criação do fundo prende-se com as oportunidades de investimento desencadeadas pela aposta governamental no segmento das parcerias publico-privadas, em vários sectores de actividade. A 31 de Dezembro, a carteira do Fundo era constituída por participações nos sectores de telecomunicações, autoestradas, águas, resíduos e portos, num total de EUR 176 milhões de euros para um capital subscrito de EUR 75 milhões.

Quanto aos restantes fundos geridos pela Banif Capital, merece referência a dissolução do fundo Madeira Capital à data de 31 de Dezembro, em resultado da decisão tomada pelo único participante Instituto de Desenvolvimento Empresarial da Região Autónoma da Madeira (IDE – RAM) em Assembleia de Participantes realizada a 17 de Dezembro de 2009.

A Banif Capital assegurou ainda o acompanhamento activo das participadas do fundo Capven, cuja carteira detém três participações: Hozar S.C.P.S., S.A. (retalho de vestuário especializado), Companhia das Quintas, S.C.P.S., S.A. (produção e comercialização de vinhos) e Astrocolor – Impressores Internacionais, S.A. (impressão).

Finalmente, ainda no âmbito da exposição a capital de risco, merece referência a participação detida pelo Banif-Banco de Investimento no Ced Sur F.C.R.R.S., um fundo especializado em investimentos no Sul da Península Ibérica. No fim de 2009, o fundo apresentava um capital realizado de 19,6 milhões de euros, face ao capital comprometido de 49,0 milhões, e detinha três participações em carteira: Asijara Sur- Cellulem Block (estética), Serlima Services (lavandaria e gestão industrial) e InterInvest – FASE (construction and architecture studies).

## 2.8 PMEs

A Direcção de PMEs tem como missão a execução de mandatos de assessoria financeira e a estruturação de financiamentos na área das pequenas e médias empresas, tendo como principal objectivo a oferta de serviços de banca de investimento que se coadunem com as necessidades do tipo de empresas e das operações dominantes originadas junto do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.. Neste âmbito, os contactos promovidos com os Centros de Empresa intensificaram-se de forma a alavancar a capacidade de parceria e de cross selling, potenciando a base de clientes e o número de mandatos de assessoria financeira em execução.

O ano de 2009 foi marcado por um abrandamento da actividade desta direcção fruto da actual envolvente económica, que afectou especialmente este segmento de empresas. Assim, durante o ano de 2009, a Direcção de PMEs apresentou 12 propostas junto de clientes e teve sob a sua execução 5 mandatos de assessoria financeira.



### 3. PERSPECTIVAS FUTURAS

Os ensinamentos dos últimos meses permitem-nos encarar o futuro de uma forma serena, sem perder de vista a necessidade de consolidação do modelo de negócio que vimos desenvolvendo nos últimos anos. Vamos investir nessa consolidação ao nível intra-geográfico, em cada uma das geografias em que temos presença e ao nível inter-geográfico, global, gerindo clientes cross-border, orquestrando processos e elevando standards.

De facto, o nosso sucesso irá jogar-se no triângulo Portugal – Espanha - Brasil, cuja crescimento económico associado a um sistema financeiro estável e sofisticado permite perspectivar oportunidades de negócio em várias frentes.

Estamos certos que o Banif Banco de Investimento tem condições privilegiadas para assumir um papel de relevo naquele eixo estratégico, tirando partido do capital de conhecimento e experiência detido nas infra-estruturas e nas energias renováveis e ambiente, da sua rapidez e agilidade na construção de soluções inovadores que servem a clientela mais exigente.

E como a confiança é condição essencial no mundo financeiro, não a perdemos de vista. Acreditamos. E partilharemos esta Força de Acreditar com os nossos clientes e parceiros.



X  
S  
C  
L  
R  
N  
A

#### 4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral de Accionistas que o Resultado Líquido do Exercício de 2009 que ascende a Eur 1.741.562,14 (um milhão setecentos e quarenta e um mil, quinhentos e sessenta e dois euros e catorze cêntimos) tenha, nos termos do Artigo 31º número 1 dos Estatutos da Sociedade, da alínea b) do número 1 do Artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais e o do Artigo 97º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (Decreto-Lei 298/92, de 31 de Dezembro), a seguinte aplicação:

**Para Reserva Legal:** Eur 174.156,21 (cento e setenta e quatro mil cento e cinquenta e seis euros e vinte e um cêntimos);

**Para Reservas Livres:** Eur 1.567.405,93 (um milhão quinhentos e sessenta e sete mil quatrocentos e cinco euros e noventa e três cêntimos);



## 5. NOTAS FINAIS

Na Assembleia Geral anual de Accionistas do Banco, realizada em 26/03/09, foram eleitos os seguintes órgãos sociais e estatutários do Banco para o triénio 2009/2011:

### MESA DA ASSEMBLEIA GERAL (PARA O TRIÉNIO DE 2009/2011)

Presidente: Luís Manuel Campos e Cunha

Secretário: Pedro Schiappa Pietra Ferreira Cabral

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (PARA O TRIÉNIO DE 2009/2011)

Comendador Horário da Silva Roque  
Carlos David Duarte de Almeida  
Artur Manuel da Silva Fernandes  
Nuno José Roquette Teixeira  
Raul Manuel Nunes da Costa Simões Marques  
Maria da Conceição Rodrigues Leal  
Carlos Eduardo Pais e Jorge  
Vasco Clara Pinto Ferreira  
Alexandre Jaime Boa-Nova e Moreira dos Santos  
José Paulo Baptista Fontes  
Mauro Pereira Bueno Meinberg

### CONSELHO FISCAL (PARA O TRIÉNIO DE 2009/2011)

Presidente: Fernando Mário Teixeira de Almeida

Vogais: José Luís Pereira de Macedo  
Rui Manuel Braga de Almeida

Suplentes: Sérgio António de Rosário de Vaz Monteiro

### CONSELHO CONSULTIVO (PELO PERÍODO DE UM ANO COM REFERÊNCIA AO EXERCÍCIO DE 2009)

Comendador Horácio da Silva Roque  
António do Pranto Nogueira Leite  
João Vieira de Almeida  
Fernando José Inverno da Piedade  
Jorge Armindo de Carvalho Teixeira  
José Almeida Guerra  
Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa  
António Luís de Andrade Magalhães  
António Fernando Caldeira de Paula Santos  
Jorge Manuel de Oliveira Godinho



Nuno Manuel Branco Ribeiro da Silva  
José Romão Leite Braz  
Maria Teresa Henriques da Silva Moura Roque dal Fabbro  
Paulo Cezar Rodrigues Pinho da Silva  
António Manuel Pereira Bernardo

*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'C', 'n', 'h', 'A', 'A3', and 'A']*

### COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES (PARA O TRIÉNIO DE 2009/2011)

José Marques de Almeida (em representação da Rentipar – S.G.P.S., S.A.)  
Fernando José Inverno da Piedade (em representação da Fundação Horácio Roque)  
Vitor Hugo Simmons (em representação da Renticapital – S.G.P.S., S.A.)”

Em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 446.º do Código das Sociedades Comerciais, foi ainda eleito para a função de Revisor Oficial de Contas prevista na referida norma, pelo período de um ano, com referência ao exercício de 2009, a sociedade Ernst & Young Audit & Associados, - SROC S.A., representada por João Carlos Miguel Alves, Revisor Oficial de Contas.

Em 18/11/2009, e mediante a realização de uma Assembleia Geral extraordinária, aprovou-se uma proposta do Conselho de Administração de aumento do capital social de EUR 40.000.000,00 (quarenta milhões de euros) para EUR 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de euros), na modalidade de novas entradas em dinheiro, no valor de EUR 15.000.000,00 (quinze milhões de euros) e através da emissão de 3.000.000 (três milhões) de novas acções, o qual foi integralmente subscrito e realizado pelo accionista único em 20/11/2009.

Em consequência da deliberação respeitante ao aumento do capital social, foram alterados o número 1 do artigo 4.º e o número 1 do artigo 5.º, ambos dos Estatutos da Sociedade.

Na referida Assembleia Geral foi, ainda, deliberada a alteração do número 1 do artigo 18º dos Estatutos da Sociedade, alargando-se para 15 o número máximo de membros que podem integrar o Conselho de Administração, fixando-se em 12 os membros para o triénio em curso e elegendo-se como novo membro para este Conselho, até final do triénio em curso de 2009/2011, João Manuel Mora de Ibérico Nogueira. O novo membro deste órgão tomou posse e iniciou as suas funções imediatamente após a confirmação de inexistência de oposição por parte da entidade reguladora competente.

No dia 4 de Março de 2010, o Presidente do Conselho de Administração, Comendador Horácio Roque, sofreu um acidente vascular cerebral, que resultou no seu imediato internamento hospitalar, com prognóstico reservado, situação que se mantém até à presente data.

De acordo com os escassos dados médicos conhecidos, não se prevê, a curto prazo, o regresso do Comendador Horácio Roque ao exercício das suas actividades profissionais.

No entanto, o Banif – Grupo Financeiro dispõe de uma estrutura organizacional sólida, preparada para fazer face a contingências, desta ou de qualquer outra natureza, pelo que a ausência do Comendador Horácio Roque, que se deseja tão curta quanto possível, não terá consequências na gestão do Grupo, ou de qualquer das suas empresas, para além da falta do seu sempre valioso e importante contributo pessoal na definição da estratégia global do Grupo e na condução dos seus negócios.

Ao concluir o seu relatório sobre a actividade desenvolvida durante o exercício de 2009, o Conselho de Administração exprime aos membros do Conselho Fiscal, ao Revisor Oficial de Contas e às autoridades de supervisão, o seu agradecimento pelo apoio e colaboração que sempre demonstraram.

Lisboa, 11 de Março de 2010

## O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Comendador Horácio da Silva Roque - Presidente  
*(não assina por impossibilidade objectiva, conforme explicitado supra)*

  
Carlos David Duarte de Almeida – Vice - Presidente

  
Artur Manuel da Silva Fernandes – Vice - Presidente

  
Nuno José Roquette Teixeira

  
José Paulo Baptista Fontes

  
Raul Manuel Nunes da Costa Simões Marques

  
Maria da Conceição Rodrigues Leal

  
Carlos Eduardo Pais e Jorge



*Vasco Clara Pinto Ferreira*

Vasco Clara Pinto Ferreira

*Alexandre Jaime Boa-Nova e Moreira dos Santos*

Alexandre Jaime Boa-Nova e Moreira dos Santos

*Mauro Pereira Bueno Meinberg*

Mauro Pereira Bueno Meinberg

*João Manuel Mora de Ibérico Nogueira*

João Manuel Mora de Ibérico Nogueira

*Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the word 'CIN' and several scribbles.*



## 6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 6.1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E ANEXOS

BALANÇO INDIVIDUAL *	NOTAS	31/12/09		31/12/08	
		VALOR ANTES DE IMPARIDADE E AMORTIZAÇÕES	IMPARIDADE E AMORTIZAÇÕES	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO
<b>ACTIVO</b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	5	6 346	-	6 346	7 282
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6	41 126	-	41 126	78 875
Activos financeiros detidos para negociação	7	105 157	1	105 156	91 336
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	8 e 23	219 389	73	206 851	125 312
Activos financeiros disponíveis para venda	9	73 565	177	85 853	93 165
Aplicações em instituições de crédito	10	225	-	225	4 503
Crédito a clientes	11 e 23	430 592	5 118	425 473	348 377
Investimentos detidos até à maturidade	12	80 399	-	80 399	84 003
Activos com acordo de recompra	13	-	-	-	56 265
Outros activos tangíveis	14	15 873	2 260	13 613	13 081
Activos intangíveis	15	6 828	3 229	3 600	1 969
Investimentos em filiais, associadas e empreend. conjuntos	16	7 523	-	7 523	6 261
Activos por impostos correntes	17	73	-	73	3
Activos por impostos diferidos	17	2 354	-	2 354	2 729
Outros activos	18 e 23	11 031	616	10 415	18 285
<b>TOTAL DE ACTIVO</b>		<b>1 000 481</b>	<b>11 474</b>	<b>989 007</b>	<b>931 446</b>
Recursos de bancos centrais	19	-	-	93 136	86 161
Passivos financeiros detidos para negociação	20	-	-	61 627	34 570
Recursos de outras instituições de crédito	21	-	-	423 280	440 850
Recursos de clientes e outros empréstimos	22	-	-	295 456	275 345
Provisões	23	-	-	5 196	3 373
Passivos por impostos correntes	17	-	-	153	67
Passivos por impostos diferidos	17	-	-	6	9
Outros passivos subordinados	24	-	-	30 029	30 075
Outros passivos	25	-	-	18 094	15 560
<b>TOTAL DE PASSIVO</b>				<b>926 977</b>	<b>886 010</b>
Capital	26	-	-	55 000	40 000
Reservas de reavaliação	26	-	-	(2 216)	(2 068)
Outras reservas e resultados transitados	26	-	-	7 504	6 227
Resultado do exercício	26	-	-	1 742	1 277
<b>TOTAL DE CAPITAL</b>				<b>62 030</b>	<b>45 436</b>
<b>TOTAL DE PASSIVO E CAPITAL</b>				<b>989 007</b>	<b>931 446</b>

(MILHARES DE EUROS)

\*MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS INDIVIDUAL *	NOTAS	31/12/09	31/12/08
Juros e rendimentos similares	27	45 591	82 957
Juros e encargos similares	27	34 933	79 295
<b>MARGEM FINANCEIRA</b>		<b>10 658</b>	<b>3 662</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	28	1 658	3 256
Rendimentos de serviços e comissões	29	11 701	12 732
Encargos com serviços e comissões	29	(1 247)	(894)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	30	(10 771)	15 058
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	30	1 150	(161)
Resultados de reavaliação cambial	30	10 441	(12 860)
Resultados de alienação de outros activos		(30)	(3)
Outros resultados de exploração		61	15
<b>PRODUTO BANCÁRIO</b>		<b>23 621</b>	<b>20 806</b>
Custos com pessoal	31	(6 932)	(7 230)
Costos gerais administrativos	32	(8 023)	(7 434)
Depreciações e amortizações	14 e 15	(926)	(852)
Provisões líquidas de reposições e anulações	23	(1 839)	(538)
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores	23	(3 334)	(1 329)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	23	39	(109)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	23	(198)	(2 614)
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>		<b>2 408</b>	<b>701</b>
Impostos			
Correntes	17	(184)	(129)
Diferidos	17	(482)	705
<b>RESULTADO APÓS IMPOSTOS</b>		<b>1 742</b>	<b>1 277</b>
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas			
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>1 742</b>	<b>1 277</b>
Número de acções em circulação		11 000 000	8 000 000
<b>RESULTADO POR ACÇÃO (€/ACÇÃO)</b>	33	<b>0,16</b>	<b>0,16</b>

(MILHARES DE EUROS)

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL *	NOTAS	31-12-2009	31-12-2008
Resultado Líquido	26	1 742	1 277
Canhos / (perdas) de justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	26	(258)	(2 757)
Impostos diferidos de activos financeiros disponíveis para venda	26	109	689
Total do Rendimento integral, líquido de impostos		(1 593)	(791)

\*MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.



DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES EM CAPITAIS PRÓPRIOS*	NOTAS	CAPITAL	RESERVAS REAVALIA- ÇÃO	OUTRAS RESERVAS	RESUL- TADO DO EXERCÍCIO	TOTAL DE CAPITAL
<b>Saldos em 31.12.2007</b>	<b>26</b>	<b>30 000</b>		<b>5 281</b>	<b>946</b>	<b>36 277</b>
Aplicação do Resultado Líquido do Exercício Anterior						
Transferência para Reservas				946	(946)	
Aumento de Capital		10 000				10 000
Rendimento integral			(2 068)		1 277	(791)
<b>Saldos em 31.12.2008</b>	<b>26</b>	<b>40 000</b>	<b>(2 068)</b>	<b>6 227</b>	<b>1 277</b>	<b>45 436</b>
Aplicação do Resultado Líquido do Exercício Anterior						
Transferência para Reservas				1 277	(1 277)	
Aumento de Capital		15 000				15 000
Rendimento integral			(148)		1 742	1 594
<b>Saldos em 31.12.2009</b>	<b>26</b>	<b>55 000</b>	<b>(2 216)</b>	<b>7 504</b>	<b>1 742</b>	<b>62 030</b>

\*MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.



*Handwritten notes and signatures in blue and black ink, including the word 'BANIF' and various scribbles.*

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA		31-12-2009	31-12-2008
<b>ACTIVIDADE OPERACIONAL</b>			
<b>Resultados de Exploração:</b>			
Resultado Líquido do Exercício		1 742	1 277
Provisões do Exercício		5 118	2 314
Amortizações do Exercício		926	763
Dividendos Recebidos		(1 658)	(3 256)
Juros Pagos de Passivos Subordinados		904	1 727
Outros		1 733	12 201
		<b>8 765</b>	<b>15 028</b>
<b>Variação dos Activos e Passivos Operacionais:</b>			
Variação dos Activos e Passivos Operacionais:			
(Aumento)/Diminuição de Activos Financeiros Detidos para Negociação		(19 979)	(43 843)
(Aumento)/Diminuição de Activos Financeiros ao Justo Valor através de Resultados		(76 975)	92 905
(Aumento)/Diminuição de Activos Financeiros Disponíveis para Venda		5 695	(94 579)
(Aumento)/Diminuição de Aplicações em Outras Instituições de Crédito		4 278	6 854
(Aumento)/Diminuição de Crédito a Clientes		(82 283)	(136 240)
(Aumento)/Diminuição de Investimentos detidos até à maturidade		3 714	(82 736)
(Aumento)/Diminuição de Activos com Acordo de Recompra		56 528	(56 528)
(Aumento)/Diminuição de Outros Activos		16 152	(5.706)
(Aumento)/Diminuição de Passivos Financeiros Detidos para Negociação		27 057	(8 674)
(Aumento)/Diminuição de Recursos de Outras Instituições de Crédito		(16 592)	109 028
(Aumento)/Diminuição de Recursos de Clientes e Outros Empréstimos		21 112	82 255
(Aumento)/Diminuição de Outros Passivos Subordinados		(3)	-
(Aumento)/Diminuição de Outros Passivos		1 328	121 525
Imposto sobre o Rendimento		498	(300)
Outros			
		<b>(59 470)</b>	<b>(16 041)</b>
<b>Fluxos de Caixa de Actividade de Operacional</b>		<b>(50.705)</b>	<b>(1 013)</b>
<b>ACTIVIDADE DE INVESTIMENTOS</b>			
Aquisição de Subsidiários/Associadas		(1 263)	(1 583)
Aquisição de Activos Tangíveis		(1 651)	(11 898)
Alienação de Activos Tangíveis		951	(20)
Aquisição de Activos Intangíveis		(1 770)	(603)
Dividendos Recebidos		1 658	3 256
Outros			
<b>Fluxos de Caixa de Actividade de Investimento</b>		<b>(2 076)</b>	<b>(10 848)</b>
<b>ACTIVIDADE DE FINANCIAMENTO</b>			
<b>Recebimento Respeitantes a:</b>			
Emissão de Acções		15 000	10 000
Emissão de Passivos Subordinados		-	-
Dividendos Distribuídos no Exercício		-	-
Juros Pagos de Passivos Subordinados		(904)	(1 727)
<b>Fluxos de Caixa de Actividade de Financiamento</b>		<b>14 096</b>	<b>8 273</b>
<b>TOTAL</b>		<b>(38 685)</b>	<b>(3 589)</b>
<b>VARIAÇÕES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES</b>			
Caixa e seus Equivalentes no Início do Período		86 157	89 745
Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período		47 472	86 157
		<b>(38 685)</b>	<b>(3 589)</b>
<b>Valor de Balanço das Rubricas de Caixa e Seus Equivalentes, em 31 de Dezembro</b>			
Caixa		2	1
Depósitos à Ordem em Bancos Centrais		6 345	7 281
Depósitos à Ordem em Outras Instituições de Crédito		41 126	78 875
Cheques a Cobrar			
		<b>47 472</b>	<b>86 157</b>

\*MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.



## 1. INFORMAÇÃO GERAL

O Banif – Banco de Investimento, S.A. (Sociedade) resultou da cisão, efectuada em 15 de Dezembro de 2000, da Ascor Dealer – Sociedade Financeira de Corretagem, S.A. e da qual resultou, igualmente, a constituição de uma nova sociedade corretora denominada Banif Ascor – Sociedade Corretora, S.A.. A maioria das participações detidas pelo Grupo Banif em sociedades cujo objecto social principal fosse constituído por actividades ligadas à banca de investimento, foram, nessa data, transferidas para este novo Banco.

As acções da Sociedade são 100% detidas pela Banif Investimentos-SCPS, S.A., sub-holding do Banif Grupo Financeiro (Grupo), cuja empresa-mãe é a Banif, SCPS, S.A., entidade que apresenta contas consolidadas para uso público e que cumprem com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS). Nestes termos, a Sociedade está dispensada de apresentar demonstrações financeiras consolidadas.

Em 26 de Fevereiro de 2010, o Conselho de Administração da Sociedade reviu e aprovou o Balanço e a Demonstração de Resultados de 31 de Dezembro de 2009 e aprovou globalmente o Relatório de Gestão o qual, em conjunto com as Demonstrações Financeiras, será submetido à aprovação da Assembleia Geral Anual de Accionistas de 29 de Março de 2010.

## 2. ADOÇÃO DE NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATO FINANCEIRO NOVAS OU REVISTAS

As políticas contabilísticas adoptadas no exercício são consistentes com as utilizadas nos exercícios anteriores, com excepção da adopção das seguintes novas normas e interpretações, alterações ou revisões de Normas e novas interpretações emitidas pelo IASB/IFRIC e endossadas pela União Europeia. Esta adopção não implicou efeitos na posição patrimonial e performance da Sociedade. A adopção das alterações na IAS 1, IFRS 7 e nova norma IFRS 8, abaixo resumidas, originaram divulgações adicionais.

### Revisão da IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras

Passou a ser requerida uma nova demonstração do rendimento integral que combina os rendimentos e gastos reconhecidos na demonstração de resultados com os reconhecidos directamente nos Capitais Próprios.

A demonstração de alterações nos capitais próprios passa a separar as transacções com detentores do Capital das restantes transacções, apresentando em detalhe as transacções com detentores de capital e as restantes numa única linha da referida demonstração.



*Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large 'X' and various initials and scribbles.*

A demonstraco da posico financeira dever ser tambm apresentada para o incio do perodo comparativo sempre que uma entidade proceda  reexpresso dos comparativos decorrente de uma alteraco de poltica contabilstica, de uma correco de um erro, ou a de uma reclassificaco de um item nas demonstraces financeiras. Nestes casos, trs demonstraces da posico financeira sero apresentadas, em vez das duas demonstraces anteriormente requeridas.

#### Alteraces na IFRS 7 – Investimentos Financeiros – Divulgaes

Com a reviso da IFRS 7  requerida uma maior exigncia de divulgao relativamente ao Justo Valor e liquidez dos investimentos financeiros.

Para os investimentos valorizados ao Justo Valor  exigido que sejam divulgadas as fontes dos pressupostos utilizados na determinaco do Justo valor, utilizando trs nveis de hierarquia:

Cotaes nos mercados activos (Nvel 1);

Inputs directos ou indirectos observveis de dados de mercado (Nvel 2);

Inputs que no sejam baseados em dados de mercado observveis (Nvel 3).

Esta obrigatoriedade de informaco dever ser dada por classe de investimentos financeiros, sendo tambm requerida a divulgao das transferncias ocorridas entre os nveis 1 e 2. Estes nveis de informaco so apenas ao nvel das divulgaes, pois a valorizaco dos investimentos financeiros continua a basear-se na hierarquia prevista na IAS 39.

Adicionalmente, foram alterados os requisitos de divulgaes sobre liquidez em relaco a activos usados para a sua gesto e transaces com derivados.

#### IFRS 8 – Segmentos Operacionais

A IFRS 8 – Segmentos Operacionais substituiu a IAS 14 e define a apresentaco da informaco sobre segmentos operacionais de uma entidade e tambm sobre servos e produtos, reas geogrficas onde a entidade opera e os seus maiores clientes. A abordagem para definico dos segmentos passou a ser o full management approach i.e. a abordagem que tem por base a informaco que  utilizada internamente para efeitos de decises operacionais a qual, se diferente da estrutura de relato, requer a correspondente reconciliao. Considerando que esta abordagem j tinha sido anteriormente utilizada na definico dos segmentos reportveis, no se verificou a necessidade de proceder a alteraces na estrutura do relato por segmentos. Contudo, passaram a ser requeridas divulgaes adicionais:

a) Explicaco de como foram determinados os segmentos operacionais reportados, as bases de mensuraco dos valores por segmento, alteraces na estrutura organizacional interna e consequentes impactos, se aplicvel, na composico dos segmentos reportveis;

b) Substituio da extensa informaco geogrfica requerida na IAS 14 por informaco sobre os resultados por cada grupo de servos e produtos atribudos ao pas da sede e pases estrangeiros (com divulgao individual por pas se materialmente relevante);

c) Reconciliação dos totais por segmentos com os totais das correspondentes rubricas do Balanço e Demonstração de Resultados.

Alterações na IFRS 2 – Pagamento com base em Acções: Condições de aquisição e cancelamento

Esta alteração ao IFRS 2 permitiu clarificar que (i) as condições de aquisição dos direitos inerentes a um plano de pagamentos com base em acções limitam-se a condições de serviço ou de performance e que (ii) qualquer cancelamento de tais programas, quer pela entidade quer por terceiras partes, têm o mesmo tratamento contabilístico.

Revisão da IAS 23 - Custos de Empréstimos Obtidos

Esta norma define que os custos de empréstimos obtidos directamente atribuíveis ao custo de aquisição, construção ou produção de um activo (activo elegível) são parte integrante do seu custo. Assim, a opção de registar tais custos directamente nos resultados é eliminada.

Alterações na IAS 27 – Demonstrações Financeiras consolidadas ou separadas - Custo dos Investimentos em Subsidiárias, Associadas ou Entidades sob controlo

A alteração a esta norma é relativa às Demonstrações financeiras separadas da Empresa detentora, suprimindo da IAS 27 a definição de método do custo e a distinção de resultados pré e pós aquisição. Assim, os dividendos de uma subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada podem ser integralmente reconhecidos, tendo em atenção qualquer indicação de imparidade. Adicionalmente, a IAS 27 foi emendada para efectivamente permitir que o custo de um investimento numa subsidiária, em situações limitadas de reorganizações, seja baseado no valor contabilístico previamente reconhecido em vez do seu justo valor.

Alterações na IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação – Instrumentos financeiros remíveis e obrigações resultantes de liquidação

De acordo com os requisitos anteriores da IAS 32, se pudesse ser exigido a um emissor o pagamento em dinheiro ou outro activo financeiro em troca pela remissão ou recompra do instrumento financeiro, o instrumento seria classificado como um passivo financeiro. Como resultado desta alteração alguns instrumentos financeiros que cumpririam com os requisitos da definição de passivo financeiro passarão a ser classificados como instrumentos de capital se (i) representarem um interesse residual nos activos líquidos de uma entidade, (ii) fizerem parte de uma classe de instrumentos subordinados a qualquer outra classe de instrumentos emitidos pela entidade, e (iii) caso todos os instrumentos desta classe tenham os mesmos termos e condições. Foi também efectuada uma alteração à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras para adicionar um novo requisito de apresentação dos

*[Handwritten marks and signatures in blue and black ink, including a large 'X' and several scribbles.]*

instrumentos financeiros remíveis e das obrigações resultantes da liquidação.

### Projecto Anual de Melhorias

Em Maio de 2008, o IASB publicou a Parte I do Projecto Anual de Melhorias de certas normas então em vigor, com o objectivo de remover inconsistências e clarificar conceitos. A Sociedade teve em conta as alterações efectuadas, as quais não tiveram qualquer impacto na sua posição financeira ou performance.

Foram também tomadas em consideração as melhorias referidas na Parte II do Projecto Anual de Melhorias relativas a terminologia ou alterações de natureza editorial.

### IFRIC 9 (Alterações) – Reavaliação de Derivados Embutidos e IAS 39 – Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração

As alterações a esta interpretação são:

As entidades devem avaliar se o derivado embutido deve ser separado do contrato base quando a entidade reclassifica o investimento financeiro híbrido para outra classe que não Investimentos ao Justo valor através de resultados.

Esta avaliação deve ser efectuada na data mais recente entre: i) a data em que a entidade se torna parte do contrato; e ii) a data de uma alteração significativa ao contrato que afecte significativamente o Cash Flow do investimento financeiro.

As alterações à IAS 39 referem ainda que se o Justo Valor de um Derivado embutido que deveria ser separado não puder ser medido com fiabilidade, então todo o Investimento híbrido deve permanecer classificado na rubrica de Investimentos ao Justo valor através de resultados.

### IFRIC 13 – Programas de Fidelização de Clientes

Esta interpretação aplica-se a programas de fidelização de clientes, onde são atribuídos créditos aos clientes como parte integrante de uma venda ou prestação de serviços e estes poderão trocar esses créditos, no futuro, por serviços ou mercadorias gratuitamente ou com desconto.

### IFRIC 14 – O Limite sobre um activo de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimo e respectiva interacção

Esta interpretação clarifica as disposições da Norma Internacional de Contabilidade nº 19 no que respeita à mensuração de um activo de benefícios definidos, no contexto dos planos de benefícios definidos após a passagem para a reforma e para os casos em que existam requisitos de financiamento mínimo.

Quando não existem requisitos de financiamento mínimo, um activo de benefícios definidos é o excedente do justo valor dos activos do plano face ao valor presente da obrigação de benefícios definidos. Quando existem requisitos de financiamento mínimo, esse valor é deduzido ao montante do activo que pode ser reconhecido quando não existem requisitos de financiamento mínimo.



A mensuração do activo fica assim limitada ao valor presente de benefícios económicos futuros disponíveis, quer sob a forma de reembolsos do plano quer de reduções em futuras contribuições para o plano, que podem ser afectados por requisitos de financiamento mínimo.

#### IFRIC 15 – Acordos para construção de imóveis

Esta interpretação esclarece quando e como deve ser reconhecido o rédito associado à construção de imóveis:

Construção ao abrigo de um contrato de construção – Percentagem de acabamento de acordo com a IAS 11;

Acordo de prestação de serviços de construção – Percentagem de acabamento de acordo com a IAS 18;

Acordo de prestação de serviços de construção com materiais incluídos em que a transferência dos riscos e recompensas não é feita de forma contínua – Reconhecimento da venda de acordo com a IAS 18 aquando da transferência dos riscos e recompensas (normalmente o término da construção).

#### IFRIC 16 – Cobertura de Investimento líquido em Operações em moeda estrangeira

Esta interpretação esclarece que uma entidade pode efectuar operações de cobertura de ganhos e perdas cambias de um investimento líquido originadas pela diferença entre a sua moeda funcional e a as moedas funcionais da sua casa – mãe directa, intermediária ou de topo. O item coberto pode ser uma quantia igual ou menor do que o valor contabilístico dos activos líquidos na operação estrangeira incluídos na consolidação. Não é necessário que o instrumento de cobertura seja detido pela entidade sujeita ao risco.

Na Nota 38 encontram-se ainda descritas as normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB, mas que ainda não entraram em vigor e/ou não foram ainda endossadas pela União Europeia e que a Sociedade não aplicou antecipadamente nas suas demonstrações financeiras.

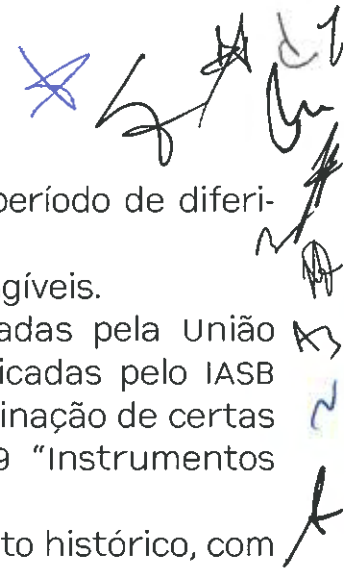
## 3. BASES DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILISTICAS

### 3.1 BASES DE APRESENTAÇÃO DE CONTAS

As demonstrações financeiras individuais da Sociedade foram preparadas de acordo com as políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal através do disposto no Aviso do Banco de Portugal nº 1/2005, nºs 2º e 3º, designadas por Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA).

As NCA baseiam-se nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), tal como adoptadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia, com excepção das seguintes áreas:





- valorimetria e provisionamento do crédito concedido;
- benefícios dos empregados, através do estabelecimento de um período de diferimento dos impactos de transição para IAS/IFRS;
- eliminação da opção do justo valor para valorização de activos tangíveis.

As Normas Internacionais de Relato Financeiro conforme aprovadas pela União Europeia diferem da versão integral das IAS/IFRS, conforme publicadas pelo IASB (International Accounting Standards Board), no que respeita à eliminação de certas restrições à aplicação de contabilidade de cobertura do IAS 39 “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Valorização”.

As demonstrações financeiras foram preparadas numa base de custo histórico, com excepção da reavaliação de instrumentos financeiros. As principais políticas contabilísticas utilizadas são apresentadas abaixo.

### 3.2 INFORMAÇÃO COMPARATIVA

A Sociedade não procedeu a alterações de práticas e políticas contabilísticas, pelo que todos os valores apresentados são comparáveis, nos aspectos relevantes, com os do exercício anterior.

### 3.3 USO DE ESTIMATIVAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A preparação das Demonstrações Financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos pela Gestão da Sociedade, os quais afectam o valor dos activos e passivos, réditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados. Na elaboração destas estimativas, a Gestão utilizou o seu julgamento, assim como a informação disponível na data da preparação das demonstrações financeiras. Consequentemente, os valores futuros efectivamente realizados poderão diferir das estimativas efectuadas.

As situações onde o uso de estimativas é mais significativo são as seguintes:

#### **Justo valor dos instrumentos financeiros**

Quando os justos valores dos instrumentos financeiros não podem ser determinados através de cotações (marked to market) nos mercados activos, são determinados através da utilização de técnicas de valorização que incluem modelos matemáticos (marked to model). O dados de input nesses modelos são, sempre que possível, dados observáveis de mercado, mas quando tal não é possível um grau de julgamento é requerido para estabelecer os justos valores, nomeadamente ao nível da liquidez, correlação e volatilidade.

#### **Imparidade em instrumentos de capital**

Os activos financeiros disponíveis para venda são considerados em imparidade quan-



do se verifica um significativo e prolongado declínio nos justos valores, abaixo dos preço de custo, ou quando existam outras evidências objectivas de imparidade. A determinação do nível de declínio em que se considera “significativo e prolongado” requer julgamentos. Neste contexto a Sociedade determinou que um declínio no justo valor de um instrumento de capital igual ou superior a 20% por mais de 6 meses é considerado significativo e prolongado. Adicionalmente, são avaliados outros factores, tal como o comportamento da volatilidade nos preços dos activos.

### 3.4 TRANSACÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio contratadas na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Os itens não monetários, que sejam valorizados ao justo valor, são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os itens não monetários, que sejam mantidos ao custo histórico, são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na demonstração de resultados, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do activo.

### 3.5 CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes incluem moeda nacional e estrangeira, em caixa, depósitos à ordem junto de bancos centrais, depósitos à ordem junto de outros bancos no país e estrangeiro, cheques a cobrar sobre outros bancos.

### 3.6 INVESTIMENTOS EM FILIAIS E ASSOCIADAS

A rubrica “Investimentos em filiais e associadas” corresponde às participações no capital social de empresas detidas pela Sociedade, com carácter duradouro, relativamente às quais detenha ou controle a maioria dos direitos de voto (filiais) ou exerça influência significativa (empresas associadas). Considera-se que existe influência significativa sempre que a Sociedade detenha, directa ou indirectamente, mais de 20% dos direitos de voto. Os investimentos em filiais e associadas encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.



## 3.7 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### 3.7.1 RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO INICIAL DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As compras e vendas de activos financeiros que implicam a entrega de activos de acordo com os prazos estabelecidos, por regulamento ou convenção no mercado, são reconhecidos na data da transacção, isto é, na data em que é assumido o compromisso de compra ou venda. Os instrumentos financeiros derivados são igualmente reconhecidos na data da transacção.

A classificação dos instrumentos financeiros na data de reconhecimento inicial depende das suas características e da intenção de aquisição. Todos os instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao justo valor acrescido dos custos directamente atribuíveis à compra ou emissão, excepto no caso dos activos e passivos ao justo valor através de resultados em que tais custos são reconhecidos directamente em resultados.

### 3.7.2 MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

#### **Activos financeiros detidos para negociação**

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação são os adquiridos com o propósito de venda no curto prazo e de realização de lucros a partir de flutuações no preço ou na margem do negociador, incluindo todos os instrumentos financeiros derivados que não sejam enquadrados como operações de cobertura.

Após reconhecimento inicial, os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor são reflectidos em resultados do exercício. Nos derivados os justos valores positivos são registados no activo e os justos valores negativos no passivo. Os juros e dividendos ou encargos são registados nas respectivas contas de resultados quando o direito ao seu pagamento é estabelecido.

Os passivos financeiros de negociação incluem também vendas de títulos a descoberto. Estas operações são relevadas em balanço ao justo valor, com variações subsequentes de justo valor relevadas em resultados do exercício na rubrica "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados".

#### **Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados**

Estas rubricas incluem os activos e passivos financeiros classificados pela Sociedade de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados, de acordo com a opção prevista no IAS 39 (fair value option), desde que satisfeitas as condições previstas para o seu reconhecimento, nomeadamente:



*[Handwritten signature]*

- i) a designação elimina ou reduz significativamente inconsistências de mensuração de activos e passivos financeiros e reconhecimento dos respectivos de ganhos ou perdas (accounting mismatch);
- ii) os activos e passivos financeiros são parte de um grupo de activos ou passivos ou ambos que é gerido e a sua performance avaliada numa base de justo valor, de acordo com uma estratégia de investimento e gestão de risco devidamente documentada; ou
- iii) o instrumento financeiro integra um ou mais derivados embutidos, excepto quando os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa inerentes ao contrato, ou seja claro, com reduzida ou nenhuma análise, que a separação dos derivados embutidos não possa ser efectuada.

Após reconhecimento inicial os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor dos activos e passivos financeiros são reflectidos em resultados do exercício na rubrica “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”.

A Sociedade classifica em activos financeiros ao justo valor através de resultados a quase totalidade da carteira de títulos constituída no âmbito da actividade bancária, cuja gestão e avaliação da performance tem por base o justo valor, com excepção das participações estratégicas e de títulos para os quais não é possível a obtenção de valorizações fiáveis.

### **Activos financeiros disponíveis para venda**

São classificados nesta rubrica instrumentos que podem ser alienados em resposta ou em antecipação a necessidades de liquidez ou alterações de taxas de juro, taxas de câmbio ou alterações do seu preço de mercado, e que a Sociedade não classificou em qualquer uma das outras categorias. Deste modo, em 31 de Dezembro de 2007 esta rubrica inclui essencialmente participações consideradas estratégicas e títulos para os quais não é possível a obtenção de valorizações fiáveis.

Após o reconhecimento inicial são subsequentemente mensurados ao justo valor, ou mantendo o custo de aquisição caso não seja possível apurar o justo valor com fiabilidade, sendo os respectivos ganhos e perdas reflectidos na rubrica “Reservas de Reavaliação” até à sua venda (ou ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento no qual o valor acumulado é transferido para resultados do exercício para a rubrica “Resultados de activos financeiros disponíveis para venda”.

Os juros inerentes aos activos financeiros são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”. Os dividendos são reconhecidos em resultados, quando o direito ao seu pagamento é estabelecido, na rubrica “Rendimentos de instrumentos de capital”. Nos instrumentos de dívida emitidos em moeda estrangeira, as diferenças cambiais apuradas são reconhecidas em resultados do exercício na rubrica “Resultados de reavaliação cambial”.



*[Handwritten signatures and initials in blue and black ink, including 'A3', 'A2', and 'A1']*

Os activos financeiros disponíveis para venda são analisados quando existam indícios objectivos de imparidade, nomeadamente quando se verifica um significativo ou prolongado declínio nos justos valores, abaixo dos preço de custo. A determinação do nível de declínio em que se considera “significativo ou prolongado” requer julgamentos. Neste contexto a Sociedade considera que um declínio no justo valor de um instrumento de capital igual ou superior a 30% (20% em 2007) ou um declínio por mais de 1 ano (6 meses em 2007) pode ser considerado significativo ou prolongado. Contudo, são avaliados outros factores, tal como o comportamento da volatilidade nos preços dos activos. A alteração dos critérios de verificação da existência de prova objectiva de imparidade, de 20% para 30% e de 6 meses para 1 ano, reflecte um ajustamento adequado face às condições extraordinárias de volatilidade e falta de liquidez do mercado, enquadrado na Carta Circular N.º 105/08/DSBDR de 18/12/2008 do Banco de Portugal. Esta alteração não tem quaisquer impactos nos comparativos do ano anterior.

### **Activos financeiros detidos até à maturidade**

Os activos financeiros detidos até à maturidade compreendem os investimentos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, sobre os quais existe a intenção e capacidade de os deter até à maturidade.

Após o reconhecimento inicial são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juro efectiva, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado é calculado tendo em conta o prémio ou desconto na data de aquisição e outros encargos directamente imputáveis à compra como parte da taxa de juro efectiva. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”.

### **Empréstimos e contas a receber**

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo, que não sejam activos adquiridos ou originados com intenção de alienação a curto prazo (detidos para negociação) ou classificados como activos financeiros ao justo valor através de resultados no seu reconhecimento inicial

Após o reconhecimento inicial, normalmente ao valor desembolsado que inclui todos os custos inerentes à transacção, incluindo comissões cobradas que não tenham a natureza de prestação de serviço, subsequentemente estes activos são mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa efectiva, e sujeitos a testes de imparidade.

O custo amortizado é calculado tendo em conta rendimentos ou encargos directamente imputáveis à originação do activo como parte da taxa de juro efectiva. A amortização destes rendimentos ou encargos é reconhecida em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares” ou “Juros e encargos similares”. As perdas por im-



paridade são reconhecidas em resultados na rubrica “Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações”.

### **Recursos de outras instituições de crédito, Recursos de clientes e outros empréstimos, Responsabilidades representadas por títulos e Outros passivos subordinados**

Os restantes passivos financeiros, que incluem essencialmente recursos de instituições de crédito, depósitos de clientes e emissões de dívida não designadas como passivos financeiros ao justo valor através de resultados e cujos termos contratuais resultam na obrigação de entrega ao detentor de fundos ou activos financeiros, são reconhecidos inicialmente pela contraprestação recebida líquida dos custos de transacção directamente associados e subsequentemente valorizados ao custo amortizado, usando o método da taxa efectiva. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica “Juros e encargos similares”.

### **Repo´s e Reverse repo´s**

Os repo´s são vendas de activos financeiros, que tem associado um acordo de compra numa data futura. O montante recebido da venda (financiamento) tem subjacente uma taxa juro (“Repo rate”). O valor do financiamento é registado na rubrica de recursos de outras instituições de crédito pelo valor contrato que corresponde à contraprestação recebida líquida, os juros a pagar são reconhecidos de acordo com o principio da especialização sendo registados em juros e encargos similares. Os títulos ficam custodiados na contraparte como garantia do financiamento.

Os reverse repo´s são compras de activos financeiros, que tem associado um acordo de revenda numa data futura por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço. O valor de compra registado como empréstimos a outras instituições financeiras ou clientes, conforme apropriado, os juros a receber são reconhecidos de acordo com o principio da especialização sendo registados em juros e encargos similares.

### **Justo valor**

O justo valor utilizado na valorização de activos e passivos financeiros de negociação, classificados como ao justo valor por contrapartida de resultados e activos financeiros disponíveis para venda é determinado de acordo com os seguintes critérios:

- No caso de instrumentos transaccionados em mercados activos, o justo valor é determinado com base na cotação de fecho, no preço da última transacção efectuada ou no valor da última oferta (“bid”) conhecida;
- No caso de activos não transaccionados em mercados activos, o justo valor é determinado com recurso a técnicas de valorização, que incluem preços de transacções recentes de instrumentos equiparáveis e outros métodos de valorização normalmente utilizados pelo mercado (“discounted cash flow”, modelos de valorização de opções, etc.).

Os activos de rendimento variável (v.g. acções) e instrumentos derivados que os tenham como subjacente, para os quais não seja possível a obtenção de valoriza-



ções fiáveis, são mantidos ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

### Derivados

Na sua actividade corrente, a Sociedade utiliza alguns instrumentos financeiros derivados quer para satisfazer as necessidades dos seus clientes, quer para gerir as suas próprias posições de risco de taxa de juro ou outros riscos de mercado. Estes instrumentos envolvem graus variáveis de risco de crédito (máxima perda contabilística potencial devida a eventual incumprimento das contrapartes das respectivas obrigações contratuais) e de risco de mercado (máxima perda potencial devida à alteração de valor de um instrumento financeiro em resultado de variações de taxas de juro, câmbio e cotações).

Os montantes nominais das operações de derivados são utilizados para calcular os fluxos a trocar nos termos contratuais, eventualmente em termos líquidos, e embora constituam a medida de volume mais usual nestes mercados, não correspondem a qualquer quantificação do risco de crédito ou de mercado das respectivas operações. Para derivados de taxa de juro ou de câmbio, o risco de crédito é medido pelo custo de substituição a preços correntes de mercado dos contratos em que se detém uma posição potencial de ganho (valor positivo de mercado) no caso de a contraparte entrar em incumprimento.

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são separados do instrumento de acolhimento sempre que os seus riscos e características não estão intimamente relacionados com os do contrato de acolhimento e a totalidade do instrumento não é designado no reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados (fair value option).

Os resultados da mensuração subsequente do justo valor são reconhecidos nos resultados do exercício em simultâneo com os resultados de mensuração ao justo valor do instrumento coberto na rubrica “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”.

## 3.7.3 DESRECONHECIMENTO DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

### Activos financeiros

Um activo financeiro (ou quando aplicável uma parte de um activo financeiro ou parte de um grupo de activos financeiros) é desreconhecido quando:

1. os direitos de recebimento dos fluxos de caixa do activo expirem; ou
2. os direitos de recebimento dos fluxos de caixa tenham sido transferidos, ou foi assumida a obrigação de pagar na totalidade os fluxos de caixa a receber, sem demora significativa, a terceiros no âmbito de um acordo “pass-through”; e
3. os riscos e benefícios do activo foram substancialmente transferidos, ou os riscos



e benefícios não foram transferidos nem retidos, mas foi transferido o controlo sobre o activo.

### **Passivos financeiros**

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente expira ou é cancelada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro com a mesma contraparte em termos substancialmente diferentes dos inicialmente estabelecidos, ou os termos iniciais são substancialmente alterados, esta substituição ou alteração é tratada como um desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo e qualquer diferença entre os respectivos valores é reconhecida em resultados do exercício.

### **3.7.4 IMPARIDADE E CORRECÇÕES DE VALOR ASSOCIADAS AO CRÉDITO A CLIENTES E VALORES A RECEBER DE OUTROS DEVEDORES**

A Sociedade avalia se existe evidência de imparidade num activo ou grupo de activos financeiros, conforme disposto na Instrução nº 7/2005 do Banco de Portugal. Um activo financeiro encontra-se em imparidade, se e só se, existir evidência de que a ocorrência de um evento (ou eventos) tiver um impacto mensurável nos fluxos de caixa futuros esperados desse activo ou grupo de activos. Perdas esperadas em resultado de eventos futuros, independentemente da sua probabilidade de ocorrência, não são reconhecidas.

As correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores são determinadas de acordo com o disposto no Aviso nº 3/95, com a redacção do Aviso do Banco de Portugal nº 3/2005.

Sempre que num período subsequente, se registre uma diminuição do montante das perdas por imparidade atribuída a um evento, o montante previamente reconhecido é revertido pelo ajustamento da conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração de resultados.

### **3.8 OUTROS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS**

A rubrica de activos fixos tangíveis inclui os imóveis de serviço próprio, veículos e outros equipamentos.

São classificados como imóveis de serviço próprio, os imóveis utilizados pela Sociedade no desenvolvimento das suas actividades no estrangeiro. Os imóveis de serviço próprio são valorizados ao custo histórico, reavaliados de acordo com as disposições legais aplicáveis, deduzidas de subseqüentes amortizações.

Os restantes activos fixos tangíveis encontram-se registados pelo seu custo, deduzido de subseqüentes amortizações e perdas por imparidade. Os custos de reparação e manutenção e outras despesas associadas ao seu uso, são reconhecidos como custo quando ocorrem.





Os activos tangíveis são amortizados numa base linear, de acordo com a sua vida útil esperada, que é:

Imóveis	[10 – 50] anos
Veículos	4 anos
Outro equipamento	[2 – 15] anos

Um activo tangível é desreconhecido quando vendido ou quando não é expectável a existência de benefícios económicos futuros pelo seu uso ou venda. Na data do desreconhecimento o ganho ou perda calculado pela diferença entre o valor líquido de venda e o valor líquido contabilístico é reconhecido em resultados na rubrica “Outros Resultados de exploração”.

### 3.9 ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os activos intangíveis, que correspondem essencialmente a “software”, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são registadas numa base linear, ao longo da vida útil estimada dos activos, que actualmente se encontra entre 3 e 4 anos.

Os activos intangíveis podem incluir valores de despesas internas capitalizadas, nomeadamente com o desenvolvimento interno de software. Para este efeito, as despesas apenas são capitalizadas a partir do momento em que estão reunidas as condições previstas na norma IAS 38, nomeadamente os requisitos inerentes à fase de desenvolvimento.

### 3.10 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os custos com impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente é apurado com base na taxa de imposto em vigor.

A Sociedade regista ainda como impostos diferidos passivos ou activos os valores respeitantes ao reconhecimento de impostos a pagar/ recuperar no futuro, decorrentes de diferenças temporárias tributáveis/ dedutíveis, nomeadamente relacionadas com provisões temporariamente não dedutíveis para efeitos fiscais, reavaliações de títulos e derivados apenas tributáveis no momento da sua realização, o regime de tributação das responsabilidades com pensões e outros benefícios dos empregados e mais-valias não tributadas por reinvestimento.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base anual, utilizando as taxas de tributação que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data do balanço. Os passivos por impostos diferidos são sempre registados. Os activos por impostos diferidos apenas são registados na



medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam o seu aproveitamento.

Os impostos sobre o rendimento são registados por contrapartida de resultados do exercício.

### 3.11 PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa da Sociedade de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

### 3.12 RECONHECIMENTO DE PROVEITOS E CUSTOS

Em geral os proveitos e custos reconhecem-se em função do período de vigência das operações de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, isto é, são registados à medida que são gerados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. Os proveitos são reconhecidos na medida em que seja provável que benefícios económicos associados à transacção fluam para a Sociedade e a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada.

Para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e para os instrumentos financeiros classificados como "Activos Financeiros disponíveis para venda" os juros são reconhecidos usando o método da taxa efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente o conjunto de recebimentos ou pagamentos de caixa futuros até à maturidade, ou até à próxima data de repricing, para o montante líquido actualmente registado do activo ou passivo financeiro. Quando calculada a taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando os termos contratuais e considerados todos os restantes rendimentos ou encargos directamente atribuíveis aos contratos.

### 3.13 RECONHECIMENTO DE DIVIDENDOS

Os dividendos são reconhecidos quando o seu recebimento pela Sociedade é virtualmente certo, na medida em que já se encontram devida e formalmente reconhecidos pelos órgãos competentes das subsidiárias, conforme parágrafo 30 da IAS 18, corroborado pelo disposto no parágrafo 33 da IAS 37, sobre activos virtualmente certos, e pelo facto de não existirem disposições que contrariem

este enquadramento na IAS 10 sobre eventos subsequentes. Adicionalmente, este tratamento não tem a oposição do Banco de Portugal nos termos das disposições da Circular n.º 18/2004/DSB.

### 3.14 RENDIMENTOS E ENCARGOS POR SERVIÇOS E COMISSÕES

A Sociedade cobra comissões aos seus clientes pela prestação de um amplo conjunto de serviços. Estas incluem comissões pela prestação de serviços continuados, relativamente aos quais os clientes são usualmente debitados de forma periódica, ou comissões cobradas pela realização de um determinado acto significativo.

As comissões cobradas por serviços prestados durante um período determinado são reconhecidas ao longo do período de duração do serviço. As comissões relacionadas com a realização de um acto significativo são reconhecidas no momento em que ocorre o referido acto.

## 4. RELATO POR SEGMENTOS

No relato por segmentos da Sociedade, com referência a 31 de Dezembro de 2009, o reporting primário é feito por áreas de negócio, as quais incluem Negociação e Vendas, Corretagem, Banca de Retalho, Banca Comercial, Pagamentos e Liquidações, Custódia, Gestão de Activos e outras actividades (rubrica residual).

A divisão efectuada pelos diversos processos de negócio foi efectuada tendo em conta a natureza dos processos, similaridade dos mesmos, a organização e processos de gestão em vigor na Sociedade.



*Handwritten signature or initials.*

## Segmentos geográficos

ESTRUTURA	BANCA COMERCIAL	BANCA RETAJO	CORPORATE FINANCE	CORRETAÇEM	CUSTÓDIA	GESTÃO DE ACTIVOS	OUTROS	TRADING SALES	TOTAL
Juros e rendimentos similares	2 910	260	1 174	-3	0	66	81	41 104	45 592
Juros e encargos similares	-29	-5	23	0	0	-90	-259	34 572	-34 933
<b>MARGEM FINANCEIRA</b>	<b>2 881</b>	<b>254</b>	<b>1 197</b>	<b>-3</b>	<b>0</b>	<b>-24</b>	<b>-170</b>	<b>6 532</b>	<b>10 658</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	0	0	0	1	0	1 380	0	277	1 658
Rendimentos de serviços e comissões	2 333	162	4 419	1 492	91	1 439	1 009	756	11 701
Encargos com serviços e comissões	-71	0	-225	-418	0	-15	-47	-471	-1 247
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	1	765	667	-16	0	0	7	-12 194	-10 771
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	0	0	0	1 150	1 150
Resultados de reavaliação cambial	0	0	0	0	0	0	0	10 441	10 441
Resultados de alienação de outros activos	0	0	0	0	0	0	-30	0	-30
Outros resultados de exploração	-26	-23	-40	-17	13	-65	-35	255	61
<b>PRODUTO BANCÁRIO</b>	<b>5 117</b>	<b>1 158</b>	<b>6 018</b>	<b>1 037</b>	<b>105</b>	<b>2 715</b>	<b>725</b>	<b>6 746</b>	<b>23 621</b>
Custos com pessoal	-800	-618	-1 144	-952	-74	-684	-1 169	-1 491	-6 932
Costos gerais administrativos	-658	-543	-792	-1 154	-93	1 294	-876	-2 614	-8 023
Amortizações do exercício	-58	-63	-78	-81	-11	-122	-369	-145	-926
Provisões líquidas de reposições e anulações	-300	29	-365	0	0	-61	556	-1 697	-1 839
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	-3 192	-84	-53	0	0	-4	-2	0	-3 334
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	-8	-8	5	0	0	0	0	51	39
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	0	0	0	0	0	0	0	-198	-198
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>	<b>101</b>	<b>-129</b>	<b>3 590</b>	<b>-1 149</b>	<b>-73</b>	<b>550</b>	<b>-1 134</b>	<b>652</b>	<b>2 408</b>
Correntes	-6	8	-228	73	5	-35	72	-41	-153
Correcções de exercícios anteriores	-1	2	-47	15	1	-7	15	-8	-31
Diferidos	-20	26	-719	230	15	-110	227	-131	-482
<b>RESULTADO APÓS IMPOSTOS</b>	<b>73</b>	<b>-94</b>	<b>2 596</b>	<b>-831</b>	<b>-52</b>	<b>398</b>	<b>-820</b>	<b>472</b>	<b>1 742</b>

A Sociedade desenvolve toda a sua actividade em Portugal.

## 5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Caixa	2	1
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	6.344	7.281
	<u>6.346</u>	<u>7.282</u>

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal incluem os depósitos que visam satisfazer as exigências legais de constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Aviso do Banco de Portugal nº 7/94 de 19 de Outubro, o coeficiente a aplicar ascende a 2% dos passivos elegíveis. Estes depósitos passaram a ser remunerados a partir de 1 de Janeiro de 1999.

## 6. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Depósitos à ordem		
No País	3 053	3 001
No Estrangeiro	38 073	75 874
	<u>41 126</u>	<u>78 875</u>

## 7. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Carteira de títulos	40.630	39.792
Instrumentos derivados com justo valor positivo	64.527	51.544
	<u>105.157</u>	<u>91.336</u>
Provisões	(1)	-
	<u>105.156</u>	<u>91.336</u>



*[Handwritten signature]*

Esta rubrica é composta de títulos e instrumentos financeiros derivados, que se encontram na sua totalidade classificados como detidos para negociação. O justo valor negativo corresponde aos derivados que se encontram registados na rubrica de passivos financeiros detidos para negociação (nota 20).

DESIGNAÇÃO	MOEDA	NOMINAL	2009 JUSTO VALOR		2008 JUSTO VALOR	
			POSITIVO	NEGATIVO	POSITIVO	NEGATIVO
<i>Currency Forwards</i>	EUR	222 706	5 389	5 431	1 521	1 323
<i>Gross Currency Interest Rate Swaps</i>	EUR	126 529	1 184	1 184	5 954	7 794
<i>Credit Default Swap</i>	EUR	352 742	48 317	42 707	29 968	19 994
<i>Equity Swaps</i>	EUR	24 000	209	210	522	522
<i>Interest Rate Swaps</i>	EUR	281 732	8 202	7 354	1 172	1 172
<i>Total Return Swaps</i>	EUR	47 759	1 226	662	12 407	
<b>TOTAL</b>			<b>64 527</b>	<b>57 548</b>	<b>51 544</b>	<b>30 805</b>

Detalhe da carteira de títulos em 31 de Dezembro de 2009:

*Handwritten notes and signatures:*  
 X  
 C  
 Z  
 A  
 B  
 A

NATUREZA E ESPÉCIE	MOEDA	QUANTIDADE	COTAÇÃO	VALOR DE BALANÇO
<b>1 - Instrumentos de dívida</b>				<b>27 177</b>
Emitidos por residentes				
Outros				
Dívida não subordinada				
BANCO COMERCIAL ACORES 03/31/2011	EUR	210 000	0,96	203
BANCO COMERCIAL ACORES 10/23/2016	EUR	185 750	0,90	168
BANCO COMERCIAL ACORES 09/25/2017	EUR	164 000	0,89	146
BANIF SCPS SA	EUR	644 000	0,94	611
Emitidos por não residentes				
De emissores públicos estrangeiros				
Emitidos por não residentes				
De emissores públicos estrangeiros				
FED REPUBLIC OF BRASIL 11/01	EUR	651 000	1,09	764
FED REPUBLIC OF BRASIL 04/10	EUR	215 000	1,01	238
FED REPUBLIC OF BRAZIL 01/12	USD	10 000	1,18	9
BANCO NAC DESENV ECON 04/10	ITL	195 000 000	1,01	107
BANCO NAC DESENV BNDES 0 06/16/08	USD	965 000	1,07	720
FED REPUBLIC OF BRAZIL 06/13	USD	10 000	1,23	9
FED REPUBLIC OF BRASIL	USD	92 000	1,13	75
FED REPUBLIC OF BRASIL 10	USD	221 000	1,06	166
FED REPUBLIC OF BRAZIL 09/12	EUR	100 000	1,15	117
FED REPUBLIC OF BRAZIL 06/17	EUR	6 794	1,40	10
FED REPUBLIC OF BRASIL 02/25	USD	500 000	1,29	460
FED REPUBLIC OF BRASIL	USD	1 138 000	1,14	926
REPUBLIC OF BRAZIL 01/17/17	USD	100 000	1,08	77
BANCO NAC DESENV 6 1/2 06/19	USD	15 000	1,08	11
REPUBLIC OF ARGENTINA 7 10/03/15	USD	1 100	0,86	1
US TREASURY N/B 11/15/19	USD	10 800 000	0,96	7 252
De outros não residentes				
Outros				
Dívida não subordinada				
BRAZIL DEV FUND BNDES 9 5/8 12/11	USD	350 000	1,15	280
TRADE INVEST LIMITED 4.7 06/18/11	EUR	742 000	0,96	715
TRADE INVEST LIMITED 0 06/18/11	EUR	5 750 000	0,96	223
CIA BRAS BEBIDAS 12/11	USD	497 000	1,16	400
BANCO ITAU CAYMAN, SA 08/11	USD	100 000	1,13	81
EURO INVEST LIMITED 5 12/29/49	USD	61 000	0,97	41
VALE OVERSEAS LIMITED 01/34	USD	185 000	1,16	154
BRASKEM SA	USD	504 000	1,24	451
VOTORANTIM OVERSEAS 01/14	USD	430 000	1,13	348
BANCO DO BRASIL (CI) 09/14	USD	33 000	1,18	28
BANCO BRADESCO 8 3/4 10/13	USD	150 000	1,17	123
TELE N L PARTICIPAÇÕES	USD	1 332 000	1,03	950
CIA BRAS BEBIDAS 09/13	USD	2 000	1,17	2

(CONTINUA)



(CONTINUAÇÃO)

NATUREZA E ESPÉCIE	MOEDA	QUANTIDADE	COTAÇÃO	VALOR DE BALANÇO
VOTORANTIM OVERSEAS 06/20	USD	10 000	1,07	7
CSN ISLANDS X CORP	USD	66 000	1,01	47
CAUE FINANCE LIMITED	USD	100 000	1,12	80
UNIBANCO 8.7 07/29/49	USD	93 000	1,01	66
BANCO BMG 8 3/4 01072010	USD	600 000	1,02	147
BRASKEM INTL LTD	USD	17 000	1,16	14
BANCO DO ESTADO SAO PAULO	USD	78 000	1,03	56
CERDAU SA	USD	150 000	1,02	106
ODEBRECHT OVERSEAS LTD	USD	34 000	1,01	24
BANCO VOTORANTIM SA	USD	1 435 000	1,03	1 038
VALE OVERSEAS LIMITED 01/16	USD	324 000	1,05	243
BANCO DO BRASIL (CAYMAN)	USD	40 000	1,03	29
NATIONAL STEEL SA	USD	460 000	1,01	326
CESP-COMP ENER SAO PAULO 03/11 RECS	USD	747 000	1,07	571
BANCO BRADESCO SA	USD	130 000	1,05	95
CCSA FINANCE LIMITED	USD	80 000	1,06	59
LPG INTERNATIONAL INC 12/20/2015	USD	100 000	1,08	75
ENERGIPE Y SAELPA 07/19/13	USD	1 187 000	1,11	951
CESP-COMP ENER SAO PAULO 08/11/13	USD	100 000	1,13	81
BANCO VOTORANTIM SA	USD	1 170 000	1,05	864
PETRÓLEO INTL FIN CO 10/06/16	USD	12 000	1,07	9
CIA SANEAMENTO BÁSICO 11/16	USD	642 000	1,07	482
BANIF FINANCE LTD (CAYMAN) 11/03/10	EUR	93 000	0,99	92
VALE OVERSEAS LIMITED 01/23/2017	USD	497 000	1,05	372
VALE OVERSEAS LIMITED 11/21/36	USD	58 000	1,01	41
CESP-COMP ENER SAO PAULO 01/15/2015	USD	1 215 000	0,69	596
ISA CAPITAL DO BRASIL 01/30/2012	USD	321 000	1,04	240
VICOR 02/23/2017	USD	70 000	0,95	48
BANCO SAFRA SA (CAYMAN) 04/03/2017	BRL	150 000	0,95	58
EURO INVEST LIMITED 04/13/2012	EUR	407 000	0,98	400
BANCO VOTORANTIM NASSAU 04/10/2014	BRL	10 000	1,02	4
TRADE INVEST LIMITED 0 07/30/10	EUR	19 000	0,80	15
BANCO DO BRASIL (CAYMAN)	BRL	10 000	0,97	4
EURO INVEST LIMITED 0 10/22/2012	EUR	918 000	0,84	776
USIMINAS COMMERCAIL LTD	USD	1 800 000	1,06	1 368
BANIF CAYMAN - USD CRÉDITOS BRASIL	USD	20 000	0,99	14
BANCO INDUSTR E COMRCL	USD	85 000	1,01	60
BANIF CAYMAN - ACC SECTOR FINANCEIR	EUR	140 000	0,96	134
INDEPENDÊNCIA INTERNAT 05/15/2015	USD	250 000	0,21	36
BIRD	BRL	145 000	1,00	63
KFW 05/23/2010	BRL	350 000	1,01	151
BRASKEM FINANCE SA	USD	62 000	1,03	44
BANCO PINE SA	USD	200 000	1,00	139

(CONTINUA)

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.





*Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large 'X' and various scribbles.*

(CONTINUAÇÃO)

NATUREZA E ESPÉCIE	MOEDA	QUANTIDADE	COTAÇÃO	VALOR DE BALANÇO
PETROBRAS INTL FINANCE	USD	450 000	1,16	369
KFW 9 1/8 02/05/10	BRL	180 000	1,00	78
PETRÓLEOS MEXICANOS 4 7/8 03/15	USD	11 000	1,00	9
CSN ISLANDS XI CORP 6 7/8 09/19	USD	200 000	1,00	141
ODEBRECHT FINANCE LTD 7 04/21/20	USD	263 000	1,01	187
GERDAU HOLDINGS INC	USD	54 000	1,03	39
ODEBRECHT FINANCE LTD	USD	20 000	1,16	16
KFW 01/28/2010	BRL	75 000	1,00	33
TELEMAR N LESTE SA	USD	490 000	1,20	412
<b>2 - Instrumentos de capital</b>				<b>54</b>
Emitidos por residentes				
BPI SCPS	EUR	25 552	2,12	54
PARMALAT FINANZIARIA SPA	EUR	30 000	0,00	0
<b>3 - Outros</b>				<b>13 398</b>
Emitidos por residentes				
BANIF SFE	EUR	2 259 000	0,99	2 260
EMPRESA MADEIRENSE DE TABACOS 05/10	EUR	9 554 000	1,00	9 621
CIA SEC ACORES SA 17/12/2017	EUR	685 000	0,89	610
RENTIPAR FINANCEIRA SCPS SA	EUR	894 000	0,97	863
RENTIPAR FINANCEIRA SCPS SA	EUR	46 000	0,97	44
<b>TOTAL</b>				<b>40 630</b>

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.



Conforme requerido na alínea c), nº 2, da Instrução nº 18/2005, do Banco de Portugal, os títulos que se vencem no prazo de um ano são:

NATUREZA E ESPÉCIE	NATURIDADE	VALOR DE BALANÇO
BANIF SFE	28-02-2010	2 260
FED REPUBLIC OF BRASIL 04/10	02-04-2010	238
BANCO NAC DESENV ECON 04/10	28-04-2010	107
FED REPUBLIC OF BRASIL 10	22-10-2010	166
BANCO BMC 8 3/4 01072010	01-07-2010	147
BANIF FINANCE LTD (CAYMAN) 11/3/10	03-11-2010	92
TRADE INVEST LIMITED 0 07/30/10	30-07-2010	15
BANIF CAYMAN - USD CREDITOS BRASIL	30-03-2010	14
BANCO INDUSTR E COMRCL	23-04-2010	60
BANIF CAYMAN - ACC SECTOR FINANCEIR	28-10-2010	134
INTL BK RECON & DEVELOP	25-01-2010	63
KFW 05/23/2010	23-05-2010	151
BANCO PINE SA	17-06-2010	139
KFW 9 1/8 02/05/10	05-02-2010	78
KFW 01/28/2010	28-01-2010	33
EMPRESA MADEIRENSE DE TABACOS 05/10	30-09-2010	9 621
<b>TOTAL</b>		<b>13 318</b>



## 8. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Detalhe da carteira de títulos em 31 de Dezembro de 2009:

NATUREZA E ESPÉCIE	MOEDA	QUANTIDADE	COTAÇÃO	VALOR DE BALANÇO
<b>1 - Instrumentos de dívida</b>				<b>75 601</b>
Emitidos por residentes				
De dívida pública portuguesa				
O.T. PCB 3,2% 04/15/11	EUR	3 000 000	0,98	3 008
PARPUBLICA 3 1/2 07/13	EUR	10 000 000	1,01	10 229
PCB 4 3/8 06/16/14 JUN	EUR	80 000	0,98	80
Emitidos por não residentes				
De emissores públicos estrangeiros				
Emitidos por não residentes				
De emissores públicos estrangeiros				
NATIONAL BANK OF GREECE SA	EUR	1 000 000	0,94	953
OT ANCOLA 15 NOV 2012	USD	1 050 000	1,00	732
De outros não residentes				
Outros				
Dívida não subordinada				
CLARIS LTD/MILLESIME CDO	EUR	2 000 000	0,68	1 359
DEUTSCHE BANK AG LONDON	USD	2 000 000	0,80	1 114
EURO INVEST LIMITED 04/13/2012	EUR	8 356 000	0,98	8 222
ET AB ECON CASINO GUICH-P 04/04/2013	EUR	500 000	1,10	571
CAIXA CERAL DEPOSITOS 12/12/2011	EUR	7 200 000	1,03	7 436
EDP FINANCE BV 5 1/2 02/14	EUR	1 500 000	1,09	1 707
IRISH LIFE & PERMANENT	EUR	9 000 000	1,01	9 184
CE CAP EUR FUND 5 1/4 01/31/13	EUR	3 250 000	1,06	3 558
BANK OF AMERICA CORP 7 06/15/16	EUR	1 000 000	1,12	1 162
CITIGROUP INC 7 3/8 06/16/14	EUR	1 700 000	1,10	1 934
CITIGROUP INC 7 3/8 06/16/14	EUR	800 000	1,10	910
LLOYDSBANK TSB BANK PLC 5 3/8	EUR	2 500 000	1,00	2 538
RCI BANQUE SA 4 10/21/11	EUR	500 000	1,01	512
BMW FINANCE NV 4 09/17/14	EUR	400 000	1,02	412
BANK OF IRELAND 4 5/8 09/14	EUR	1 000 000	1,01	1 021
ENEL FINANCE INTL SA 4 09/14/16	EUR	500 000	1,02	514
ALLIED IRISH BKS PLC 4 1/2 10/01/12	EUR	500 000	0,97	493
SANOFI-AVENTIS 4 1/8 10/19	EUR	1 000 000	1,01	1 023
ABERTIS INFRAESTRUCTURAS 10/16	EUR	500 000	1,03	522
GAS NATURAL CAPITAL 4 3/8 11/16	EUR	500 000	1,01	509
COLDMAN SACHS GROUP INC FLOAT 10/19	EUR	1 000 000	1,01	1 021

(CONTINUA)

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.

*Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large 'X' and various scribbles.*



*Handwritten signature and initials.*

(CONTINUAÇÃO)

NATUREZA E ESPÉCIE	MOEDA	QUANTIDADE	COTAÇÃO	VALOR DE BALANÇO
PORTUGAL TEL INT FIN	EUR	3 900 000	1,00	3 942
TELEFONICA EMISIONES SAU	EUR	2 000 000	1,01	2 029
MORGAN STANLEY 4 1/2 10/29/14	EUR	1 000 000	1,01	1 015
CRITERIA CAIXACORP SA	EUR	2 500 000	1,00	2 521
VIVENDI 12/01/2016	EUR	250 000	1,00	251
ANGLO AMERICAN CAPITAL 12/16	EUR	500 000	1,00	503
NOMURA EUROPE FINANCE NV 12/14	EUR	500 000	1,01	506
VIVENDI 4 7/8 12/19	EUR	500 000	1,00	501
DONG ENERGY A/S	EUR	250 000	1,00	249
INTESA SANPAOLO SPA	EUR	2 000 000	0,99	1 990
LAFARGE SA 5 1/2 12/19	EUR	250 000	0,99	248
VEOLIA ENVIRONNEMENT	EUR	500 000	1,08	556
CITIGROUP INC 7 3/8 09/04/19	EUR	500 000	1,10	566
<b>2 - Instrumentos de capital</b>				<b>111 290</b>
Emitidos por residentes				
GALERIAS NAZONI	EUR	750	0,00	0
FUNDO CAPITAL RISCO CAPVEN	EUR	431	2 997,38	1 292
BANIF IMOGEST	EUR	477 195	37,16	17 732
LUSO CARBON FUND-FUNDO ESP FECHADO	EUR	82	57 742,64	4 735
NEW ENERGY FUND	EUR	14	49 807,88	697
PORTO NOVO F.I.I.F.	EUR	20 788	86,94	1 807
FLORESTA ATLÂNTICA - SCFII (CL B)	EUR	40 000	50,80	2 032
BANIF CAPITAL INFRASTRUCTURE FUND	EUR	1 250	9 971,83	12 465
Emitidos por não residentes				
SHOTGUN PICTURES	EUR	10 000	0,00	0
CARADOR PLC	EUR	500 000	0,25	125
BANIF MULTI-FUND GLOBAL REAL ESTATE	EUR	29 870	116,20	3 471
BANIF US REAL ESTATE FUND CLASS	USD	202 593	126,14	17 740
BANIF PRIMUS INFRA-ESTRUTURA	BRL	2 352	10 000,00	9 366
CED SUR FCR-CL A	EUR	100	5,00	1
CED SUR FCR-CL B	EUR	399 900	5,00	2 000
FUNDO INV PART AMAZONIA ENERCIÁ	BRL	95 000 000	1,00	37 829
<b>3 - Outros</b>				<b>32 497</b>
Emitidos por residentes				
BANCO TOTTA SA 3 3/4 06/12	EUR	8 000 000	1,03	8 382
BANCO BPI SA 3 07/17/12	EUR	1 000 000	1,01	1 025
CAIXA ECO MONTEPIO GERAL 07/12	EUR	1 250 000	1,01	1 284
BANIF BANCO INTERNACIONAL FUNCHAL	EUR	18 400 000	1,02	19 162
BANCO ESPIRITO SANTO 5 5/8 06/14	EUR	2 400 000	1,07	2 645
<b>TOTAL</b>				<b>219 389</b>

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.

*[Handwritten signatures and initials in blue and black ink, including a large 'X' and various scribbles.]*

Conforme requerido na alínea c), nº 2, da Instrução nº 18/2005, do Banco de Portugal, os títulos que se vencem no prazo de um ano são:

NATUREZA E ESPÉCIE	MATURIDADE	VALOR DE BALANÇO
IRISH LIFE & PERMANENT	28-09-2010	9.184
TOTAL		<u>9.184</u>



## 9. ACTIVOS FINANÇEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

NATUREZA E ESPÉCIE	MOEDA	QUANTIDADE	COTAÇÃO	VALOR DE BALANÇO
<b>1 - Instrumentos de dívida</b>				<b>24 607</b>
Emitidos por não residentes				
De emissores públicos estrangeiros				
Emitidos por não residentes				
De emissores públicos estrangeiros				
BANCO NAC DESENV 6 1/2 06/19	USD	1 000 000	1,08	750
De outros não residentes				
Outros				
Dívida não subordinada				
TELE N L PARTICIPAÇÕES	USD	1 774 000	1,02	1 266
CAIXA GERAL DEPÓSITOS FINANCE	EUR	1 150 000	0,65	748
CESP-COMP ENER SAO PAULO 01/15/2015	USD	1 654 000	0,69	811
INDEPENDÊNCIA INTERNAT 01/31/2017	USD	300 000	0,11	200
CAIXA GERAL FIN	EUR	209 000	0,65	136
AQUEDUCT TRADING SERVICES CO	USD	28 131 478	1,00	20 387
CAIXA GERAL DEPÓSITOS 12/12/2011	EUR	300 000	1,03	310
<b>2 - Instrumentos de capital</b>				<b>48 469</b>
Emitidos por residentes				
FOMENTINVEST SGPS	EUR	1 538 462	1,16	1 788
FLORESTA ATLÂNTICA - SCFII, SA	EUR	10 125	11,88	120
BANIF GESTÃO PATRIMONIAL	EUR	1 969 529	3,79	7 458
BANIF GESTÃO ACTIVA	EUR	452 610	3,28	1 485
BANIF EUROPA DE LESTE	EUR	175 691	3,83	674
ART INVEST (CP)	EUR	302 880	5,68	1 720
NEW ENERGY FUND	EUR	19	49 807,88	946
BANIF AMERICA LATINA	EUR	147 952	4,26	630
BANIF ASIA	EUR	153 839	3,97	611
BANIF FORTUNY - FII FECHADO	EUR	500	9 556,74	4 778
INFRA INVEST - FEI ABERTO	EUR	60 000	99,79	5 987
BANIF INVESTIMENTO CONSERVADOR	EUR	100 000	5,00	500
BANIF INVESTIMENTO MODERADO	EUR	100 000	5,01	501
BANIF IBERIA	EUR	595 486	5,05	3 007
Emitidos por não residentes				
GED SUR CAPITAL S.A., SCECR	EUR	30 000	1,00	30
PREFF-PAN EUROPEAN REAL STATE FUND	EUR	12 750	82,31	1 049
A VIVA CENTR EUROPEAN PROPERTY FUND	EUR	1 543 012	0,79	1 219
JP MORGAN EUROPEAN PROPERTY FUND	EUR	15	5 557,46	83
PRADERA EUROPEAN RETAIL FUND 2	EUR	300 000	5,65	1 695

(CONTINUA)

(CONTINUAÇÃO)

NATUREZA E ESPÉCIE	MOEDA	QUANTIDADE	COTAÇÃO	VALOR DE BALANÇO
FINE ART FUND (CP)	USD	12 645	120,92	1 061
PRAX CAPITAL III, SCA, SICAR	EUR	3 000	219,88	660
<b>3 - Outros</b>				<b>12 954</b>
Emitidos por residentes				
CP COMBOIOS DE PORTUGAL 4.17 10/19	EUR	5 000 000	0,98	4 918
PORTUCEL - EMP CELUL PAPEL 03/10	EUR	5 900 000	1,00	5 930
PORTUCEL - EMP CELUL PAPEL 03/10	EUR	2 000 000	1,00	2 000
BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS	EUR	100 000	1,03	106
<b>TOTAL</b>				<b>73 565</b>

*Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large 'X' and various scribbles.*

Conforme requerido na alínea c), nº 2, da Instrução nº 18/2005, do Banco de Portugal, os títulos que se vencem no prazo de um ano são:

NATUREZA E ESPÉCIE	MATURIDADE	VALOR DE BALANÇO
PORTUCEL - EMP CELUL PAPEL 03/10	29-03-2010	5 930
<b>TOTAL</b>		<b>5 930</b>

## 10. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Depósitos a prazo		
No País	-	539
No Estrangeiro	225	3 964
	<b>225</b>	<b>4 503</b>



*[Handwritten signature]*

## 11. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição, de acordo com o desenvolvimento da Situação Analítica em NCA:

	2009	2008
Crédito interno		
Empresas		
Crédito sindicato	942	1 439
Outros empréstimos	88 725	76 638
Créditos em Conta Corrente	154 536	112 184
Descobertos em depósitos à ordem	4 216	8 630
Outros créditos	141	80
Particulares		
Créditos em Conta Corrente	34 908	26 766
Descobertos em depósitos à ordem	56	88
Outros créditos	957	875
Crédito ao exterior		
Empresas		
Outros empréstimos	28 451	24 015
Créditos em Conta Corrente	27 022	12 169
Particulares		
Créditos em Conta Corrente	-	210
	339 954	263 094
Crédito e juros vencidos	22 852	5 323
	362 806	268 417
Carteira de títulos	67 786	81 744
	430 592	350 161
Provisões (nota 23)	(5 118)	(1 784)
	425 473	348 377

O prazo residual para o vencimento do crédito de clientes está apresentado na nota 34.4.







Conforme requerido na alínea c), nº 2, da Instrução nº 18/2005, do Banco de Portugal, os títulos que se vencem no prazo de um ano são:

NATUREZA E ESPÉCIE	MATURIDADE	VALOR DE BALANÇO
CERT DEPOSITO BBI BRASIL 10/02/10	10-02-2010	4 653
CERT DEPOSITO BBI BRASIL 10/02/10	17-06-2010	7 134
DISCOVERY SCPS 2005/2010	10-10-2010	5 056
<b>TOTAL</b>		<b>16 843</b>

Devido às circunstâncias excepcionais da conjuntura macroeconómica com reflexos na liquidez e disponibilidade de preços correntes no mercado, o Grupo reclassificou com data de 30 de Setembro de 2008, tendo em conta as alterações da IAS 39 descritas na nota 2, na rubrica “Outros Créditos e Valores a receber” instrumentos financeiros retirando-os da categoria de “Activos Financeiros Disponíveis para Venda”. Os títulos reclassificados nesta rubrica são os seguintes:

TIPO	QUANTIDADE	VALOR BALANÇO	VALOR DE MERCADO
GRANITE MORTGAGES PLC	1 000 000	984	1 082
ATHLON SECURITISATION BV	3 000 000	2 989	3 031
MARBLE ARCH RESIDENTIAL SECURISATIO	3 000 000	1 082	1 139
HARVEST CLOSA	1 500 000	1 472	1 260
MARLIN (EMC-II) BV	7 000 000	525	537
GRANITE MORTGAGES PLC	2 000 000	744	854
GAMA RECEIVABLES FUNDING PLC	5 000 000	4 984	5 038
HARBOURMASTER CLO	2 500 000	4 312	1 026
SACRES SOCIEDADE DE TITULARIZACAO	3 000 000	362	454
ALFA BANK	2 000 000	369	392
ALFA DIV PYMT RT 12/15/2011	2 500 000	961	1 011
AMSTEL SECURITISATION 2006-IX D	1 500 000	1 309	1 516
<b>TOTAL</b>		<b>20 093</b>	<b>17 340</b>

Estes títulos caso não tivessem sido reclassificados, teriam um impacto negativo de 680 milhares de euros no resultado do exercício de 2009.

## 12. INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

*Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large 'X' and various scribbles.*

NATUREZA E ESPÉCIE	MOEDA	QUANTIDADE	COTAÇÃO	VALOR DE BALANÇO
<b>1 - Instrumentos de dívida</b>				<b>75 213</b>
Emitidos por residentes				
CAIXA ECO MONTEPIO CERAL	EUR	4 500 000	0,99	4 459
Emitidos por não residentes				
De emissores públicos estrangeiros				
Emitidos por não residentes				
De emissores públicos estrangeiros				
KOREA DEVELOPMENT BANK	EUR	6 000 000	1,00	6 007
De outros não residentes				
Outros				
Dívida não subordinada				
BRISA FINANCE BV 09/13	EUR	2 500 000	1,05	2 400
GE CAPITAL EURO FUNDINC	EUR	4 200 000	0,99	4 194
LANSFORSKRINCAR BANK	EUR	4 000 000	1,00	4 000
CITIGROUP INC 06/14/12	EUR	2 537 000	0,96	2 456
PORTUGAL TELECOM INT FIN 12	EUR	2 500 000	1,03	2 428
ALPHA CREDIT GROUP PLC 09/10	EUR	3 000 000	0,99	2 984
MORGAN STANLEY & CO INTL	EUR	3 000 000	0,94	2 857
CREDIT SUISSE USA INC 04/12/13	USD	7 500 000	0,99	5 085
FRIESLAND BANK FLOAT 04/13	EUR	2 500 000	0,93	2 409
COLDMAN SACHS GROUP INC	EUR	1 500 000	0,91	1 424
CAJA GENERAL GRANADA 03/08/2012	EUR	3 000 000	0,90	2 970
BANCO BMG SA.	USD	920 000	1,00	649
BANCO BMG SA.	USD	80 000	1,00	56
BCP FINANCE BANK LTD 02/03/2011	EUR	5 000 000	0,99	4 958
BES FINANCE LTD	EUR	5 000 000	0,99	4 944
BANCO INDUSTR E COMRCL	USD	1 000 000	1,01	699
BANCO INDUSTR E COMRCL	USD	2 000 000	1,01	1 398
BANCO ESPIRITO SANTO	EUR	2 000 000	1,00	2 003
CAIXA CERAL DEPO	EUR	8 000 000	1,00	8 013
BANCO PANAMERICANO SA	USD	1 000 000	1,01	693
BANCO BMC SA	USD	1 000 000	1,02	658
BANCO FIBRA SA 06/06/2011	USD	800 000	1,02	534
BANCO PINE SA	USD	1 500 000	1,00	1 036
BANCO DAYCOVAL SA	USD	1 310 000	1,01	901
CAJA AHORRO MONTE MADRID 06/25/10	EUR	5 000 000	1,00	4 998
<b>2 - Outros</b>				<b>5 185</b>
Emitidos por residentes				
BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS	EUR	5 000 000	1,02	5 185
<b>TOTAL</b>				<b>80 399</b>

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.

Conforme requerido na alínea c), nº 2, da Instrução nº 18/2005, do Banco de Portugal, os títulos que se vencem no prazo de um ano são:

NATUREZA E ESPÉCIE	MATURIDADE	VALOR DE BALANÇO
KOREA DEVELOPMENT BANK	08-02-2010	6 007
LANSFORSKRINGAR BANK	22-03-2010	4 000
ALPHA CREDIT GROUP PLC 09/10	20-09-2010	2 984
BANCO BMC S.A.	11-03-2010	649
BANCO BMC S.A.	11-03-2010	56
BANCO INDUSTR E COMRCL	23-04-2010	699
BANCO INDUSTR E COMRCL	23-04-2010	1 398
BANCO ESPIRITO SANTO	14-05-2010	2 003
CAIXA GERAL DEPO	21-05-2010	8 013
BANCO PANAMERICANO SA	29-05-2010	693
BANCO PINE SA	17-06-2010	1 036
BANCO DAYCOVAL SA	09-06-2010	901
CAJA AHORRO MONTE MADRID 06/25/10	25-06-2010	4 998
CAIXA ECO MONTEPIO GERAL	30-09-2010	4 459
<b>TOTAL</b>		<b>37 896</b>

Devido às circunstâncias excepcionais da conjuntura macroeconómica durante o exercício de 2008, o Grupo mudou a intenção sobre a detenção de alguns títulos detidos na categoria de disponíveis para venda, tendo agora a intenção e capacidade de os deter até ao seu vencimento. Nesse sentido, os títulos na tabela anexa foram reclassificados para a categoria de detidos até à maturidade:

NOME	QUANTIDADE	VALOR BALANÇO	VALOR DE MERCADO
BRISA FINANCE BV 09/13	2 500 000	2 400	2 619
KOREA DEVELOPMENT BANK	6 000 000	6 007	5 997
LANSFORSKRINCAR BANK	4 000 000	4 000	3 994
CITICGROUP INC 06/14/12	2 537 000	2 456	2 426
CAIXA ECO MONTEPIO GERAL	4 500 000	4 459	4 470
PORTUGAL TELECOM INT FIN 12	2 500 000	2 428	2 563
ALPHA CREDIT GROUP PLC 09/10	3 000 000	2 984	2 959
MORGAN STANLEY & CO INTL	3 000 000	2 857	2 834
CREDIT SUISSE USA INC 04/12/13	7 500 000	5 085	5 137
FRIESLAND BANK FLOAT 04/13	2 500 000	2 409	2 330
GOLDMAN SACHS GROUP INC	1 500 000	1 424	1 361
CAJA GENERAL GRANADA 03/08/2012	3 000 000	2 970	2 706
BCP FINANCE BANK LTD 02/03/2011	5 000 000	4 958	4 967
BES FINANCE LTD	5 000 000	4 944	4 938
BANCO ESPIRITO SANTO	2 000 000	2 003	2 004
CAIXA GERAL DEPO	8 000 000	8 013	8 018
CAJA AHORRO MONTE MADRID 06/25/10	5 000 000	4 998	5 008
<b>TOTAL</b>		<b>64 395</b>	<b>64 331</b>

Estes títulos caso não tivessem sido reclassificados, teriam um impacto positivo de 1.126 milhares de euros no resultado do exercício de 2009.

### 13. ACTIVOS COM ACORDO DE RECOMPRA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Reverse repos	-	56 265
	-	56 265

## 14. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido no período foi:

CATEGORIA	SALDO INÍCIO DO ANO		MOVIMENTO NO EXERCÍCIO				SALDO FINAL DO ANO		
	SALDO BRUTO	AMORTIZ. IMPARIDADE	AQUISIÇÕES	ABATES		AMORTIZ. DO EXERCÍCIO	SALDO BRUTO	AMORTIZ. + IMPARIDADE	SALDO LÍQUIDO
				SALDO BRUTO	AMORTIZ. + IMPARIDADE				
<b>ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS</b>									
<b>IMÓVEIS</b>	<b>9 421</b>	<b>23</b>	<b>874</b>			<b>150</b>	<b>10 295</b>	<b>174</b>	<b>10 122</b>
Terrenos									
Edifícios	9 421	23	874			150	10 295	174	10 122
Outros									
Obras em imóveis arrendados	2 764	405		-179	-27	129	2 586	507	2 079
<b>EQUIPAMENTO</b>	<b>2 987</b>	<b>1 662</b>	<b>777</b>	<b>-772</b>	<b>-571</b>	<b>507</b>	<b>2 992</b>	<b>1 579</b>	<b>1 412</b>
Mobiliário e material de escritório	686	355	349	-543	-399	95	492	51	442
Máquinas e ferramentas	48	27	5			5	53	32	21
Equipamento informático	1 148	739	190			234	1 338	973	364
Instalações interiores	510	294	49	-14	-2	53	545	345	200
Material de transporte	574	239	164	-215	-190	116	523	166	357
Equipamento de segurança	18	7				2	18	9	8
Outro equipamento	3	1	20			2	23	3	20
<b>TOTAL</b>	<b>15 172</b>	<b>2 090</b>	<b>1 651</b>	<b>-951</b>	<b>-618</b>	<b>786</b>	<b>15 873</b>	<b>2 260</b>	<b>13 613</b>

Não ocorreram reavaliações em exercícios anteriores, no exercício e não existem amortizações excepcionais resultantes de medidas de carácter fiscal.

Não existem Activos fixos tangíveis em regime de locação financeira ou em regime de locação operacional.

## 15. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido no período foi:

CATEGORIA	SALDO INÍCIO DO ANO		MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO DO EXERCÍCIO		
	SALDO BRUTO	AMORTIZ. IMPARIDADE	AQUISIÇÕES	AMORTIZ. DO EXERCÍCIO	SALDO BRUTO	AMORTIZ. ACUMULADAS + IMPARIDADE	SALDO LÍQUIDO
<b>ACTIVOS INTANGÍVEIS</b>	<b>5 058</b>	<b>3 089</b>	<b>1 770</b>	<b>140</b>	<b>6 828</b>	<b>3 229</b>	<b>3 600</b>
Software	3 254	3 089	378	140	3 632	3 229	404
Em curso	1 804	-	1 392	-	3 196	-	3 196
<b>TOTAL</b>	<b>5 058</b>	<b>3 089</b>	<b>1 770</b>	<b>140</b>	<b>6 828</b>	<b>3 229</b>	<b>3 600</b>

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

## 16. INVESTIMENTOS EM FILIAS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

NATUREZA E ESPÉCIE	% PARTICIPAÇÃO 31.12.09	VALOR DE BALANÇO 31.12.09	% PARTICIPAÇÃO 31.12.08	VALOR DE BALANÇO 31.12.08
Banif Açor Pensões, SA	51%	1 310	51%	1 311
Banif Cestão de Activos, SA	100%	2 137	100%	2 137
Banif Capital, SA	85%	634	85%	634
Centro Venture, SA	51%	383	51%	383
Gamma, SA	100%	250	100%	250
BIAM	100%	231	-	-
Ecoprogreso Trading	50%	150	20%	-
MC02, SA	25%	113	20%	90
Numberone SGPS, Lda	-	-	100%	10
PRESTAÇÕES ACESSÓRIAS				
Gamma, SA		2 315		1 410
Numberone SGPS, Lda		-		36
		<b>7 523</b>		<b>6 261</b>

## 17. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

### 17.1 IMPOSTOS DIFERIDOS

GERÊNCIA	31/12/2009	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO				31/12/2008
	IMPOSTO DIFERIDO (Líquido)	REFORÇOS		REALIZAÇÕES / ANULAÇÕES		IMPOSTO DIFERIDO (Líquido)
		CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADOS	CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADOS	
<b>1. Provisões/Imparidade não aceites fiscalmente</b>	<b>1 058</b>	<b>0</b>	<b>1 753</b>	<b>0</b>	<b>1 271</b>	<b>1 540</b>
Riscos gerais de crédito	718	0	787	0	535	969
Riscos específico de crédito	176	0	872	0	640	408
Provisões sobre devedores	164	0	95	0	96	163
<b>2. Valorizações não aceites para efeitos fiscais</b>	<b>688</b>	<b>840</b>	<b>3</b>	<b>730</b>	<b>2</b>	<b>797</b>
Derivados	7	0	0	0	2	5
Carteira Disponíveis para Venda	689	840	0	730	0	799
Outros (descrever): Títulos de investimento (antigo classe 25)	(9)	0	3	0	0	(6)
<b>3. Prejuízos fiscais reportáveis</b>	<b>959</b>	<b>0</b>	<b>1 078</b>	<b>0</b>	<b>2 038</b>	<b>0</b>
Ano N-1	444	0	0	0	444	0
Ano N-1	516	0	0	0	516	0
Ano N-1	0	0	1 078	0	1 078	0
<b>4. Outros</b>	<b>15</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>10</b>
Regularização Comissões com Clientes	15	0	0	0	5	10
<b>TOTAL</b>	<b>2 720</b>	<b>840</b>	<b>2 834</b>	<b>730</b>	<b>3 316</b>	<b>2 347</b>

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.



## 17.2 RECONCILIAÇÃO DA TAXA NORMAL DE IMPOSTO COM A TAXA EFECTIVA

DESCRIÇÃO	IMPOSTOS CORRENTES		IMPOSTOS DIFERIDOS	
	MATÉRIA COLECTÁVEL	COLECTA	MATÉRIA COLECTÁVEL	COLECTA
<b>GASTOS COM IMPOSTO À TAXA LEGAL</b>				
Resultado antes de Impostos	1 895			
Imposto Diferido	482			
Resultado Líquido do exercício depois de Impostos Diferidos	2 377	630		
Taxa legal de imposto sobre rendimento	25,00%			
Adicionais sobre taxa legal	1,50%			
Carga fiscal normal	26,50%			
<b>DESPESAS NÃO DEDUTÍVEIS</b>				
Provisões não Dedutíveis	6 616	1 753		
Correcções de Exercícios Anteriores	31	8		
Outros			28	7
<b>Subtotal Despesas não Dedutíveis</b>	<b>6 647</b>	<b>1 761</b>	<b>28</b>	<b>7</b>
<b>RECEITAS NÃO TRIBUTÁVEIS</b>				
Impostos sobre o Rendimento				
Provisões não Dedutíveis	(4 782)	(1.267)	(1 818)	(482)
Dividendos não tributáveis de participadas	(1 380)	(366)		
Outros			(11)	(3)
<b>Subtotal Despesas não Tributáveis</b>	<b>(6 162)</b>	<b>(1 633)</b>	<b>(1 829)</b>	<b>(485)</b>
<b>LUCRO TRIBUTÁVEL (PREJUÍZO FISCAL)</b>				
MP - Dedprejuízos fiscais/benefícios	(2 820)	(705)	3 838	959
Matéria Colectável	2 862			
IMP - Colecta Total		858		
<b>Subtotal Lucro Tributável (Prejuízo Fiscal)</b>	<b>42</b>	<b>153</b>		
<b>IMPOSTO SOBRE PESSOAS COLECTIVAS LIQUIDADADO</b>				
Retenções na fonte e pagamentos por conta		(70)		
Total a pagar (receber)		83		
<b>GASTOS COM IMPOSTO - TAXA EFECTIVA</b>				
Impostos diferidos reconhecidos no exercício			2 036	482
IMP - Taxa Efectiva da tributação		6,44%		23,67%

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.



## 18. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Devedores diversos	4 080	6 113
Rendimentos a receber	1 250	1 199
Despesas com encargos diferidos	450	182
Operações cambiais	223	1 054
Operações de bolsa a regularizar	181	2 340
Sector Público Administrativo	-	40
Outras operações activas por regularizar	4 847	10 136
	<b>11 031</b>	<b>21 064</b>
Perdas de imparidade de outros activos (nota 23)	(616)	(2 779)
	<b>10 415</b>	<b>18 285</b>

*Handwritten notes in blue ink:*  
 X  
 b  
 n  
 A  
 ~  
 X

## 19. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Recursos de Bancos Centrais	<b>93 136</b>	<b>86 161</b>
	<b>93 136</b>	<b>86 161</b>

Os "Recursos de Bancos Centrais" correspondem a operações de refinanciamento com o Banco Central Europeu (BCE), no âmbito das operações de cedência de liquidez, garantidas por penhor de activos elegíveis.

## 20. PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Vendas a descoberto	4 079	3 765
Instrumentos derivados com justo valor negativo (nota 7)	57 548	30 805
	<u>61 627</u>	<u>34 570</u>

As vendas a descoberto em 31 de Dezembro de 2009 tem o seguinte detalhe:

NATUREZA E ESPÉCIE	MOEDA	QUANTIDADE	COTAÇÃO	VALOR DE BALANÇO
<b>1 - Instrumentos de dívida</b>				<b>-4 079</b>
Emitidos por não residentes				
De emissores públicos estrangeiros				
Emitidos por não residentes				
De emissores públicos estrangeiros				
FED REPUBLIC OF BRAZIL 01/20	USD	-100 000	1,59	-114
FED REPUBLIC OF BRAZIL 08/40	USD	-400 000	1,33	-381
FED REPUBLIC OF BRASIL	USD	-497 000	1,16	-409
FED REPUBLIC OF BRASIL	USD	-112 000	1,15	-87
De outros não residentes				
Outros				
Dívida não subordinada				
BANCO BRADESCO SA 04/15/14	EUR	-183 000	1,17	-216
BRASKEM SA	USD	-225 000	1,04	-163
CENTRAL ELET BRASILEIRAS SA	USD	-650 000	1,17	-529
BANCO INDUSTR E COMRCL	USD	-610 000	1,05	-458
BRASKEM SA	USD	-500 000	1,01	-357
BRASKEM SA 01/26/2017	USD	-686 000	1,08	-529
EMBRAER OVERSEAS LTD 01/17	USD	-375 000	1,02	-273
PETROBRAS INTL FIN CO 03/01/2018	USD	-25 000	1,02	-18
VALE OVERSEAS LIMITED 5 5/8 09/19	USD	-592 000	1,00	-417
VOTORANTIM OVERSEAS 6 5/8 09/19	USD	-27 000	1,01	-19
EMBRAER OVERSEAS LTD 6 3/8 01/20	USD	-65 000	1,00	-46
PETROBRAS INTL FINANCE CO	USD	-87 000	1,02	-62
<b>TOTAL</b>				<b>-4 079</b>

## 21. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

	2009	2008
De instituições de crédito no país		
Depósitos	148 249	125 120
Empréstimos	93 801	113 101
	<u>242 050</u>	<u>238 221</u>
De instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	116 431	117 162
Repo's	64 799	85 467
	<u>181 230</u>	<u>202 629</u>
	<u><u>423 280</u></u>	<u><u>440 850</u></u>

*Handwritten notes in blue ink:*  
 A large 'X' mark at the top left.  
 '2009' written vertically.  
 '2008' written vertically.  
 '2009' written vertically.  
 '2008' written vertically.  
 '2009' written vertically.  
 '2008' written vertically.  
 A large 'X' mark at the bottom.

## 22. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Depósitos		
À vista	74 383	80 660
A prazo	221 072	194 685
	<u>295 456</u>	<u>275 345</u>



## 23. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/07	REFORÇOS	UTILIZAÇÕES	REPOSIÇÕES	DIFERENÇAS DE CÂMBIO	SALDO EM 31/12/08
Crédito Concedido	474	2 877	(18)	(1 548)		1 785
Risco País títulos		550		(441)		109
Outros activos	265	2 753		(139)	(100)	2 779
Riscos gerais de credito	2 288	2 255		(1 866)	2	2 679
Outros provisões	545	581		(432)		694
<b>TOTAL</b>	<b>3 572</b>	<b>9 016</b>	<b>(18)</b>	<b>(4 426)</b>	<b>(98)</b>	<b>8 046</b>

DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/08	REFORÇOS	UTILIZAÇÕES	REPOSIÇÕES	DIFERENÇAS DE CÂMBIO	SALDO EM 31/12/09
Crédito Concedido	1 785	4 281		(947)	(1)	5 118
Risco País títulos	109	202		(237)		74
Outros activos	2 779	357	(2 158)	(361)	(1)	616
Riscos gerais de credito	2 679	2 969		(2 004)	(15)	3 629
Activos financeiros disponiveis para venda		198			(21)	177
Outros provisões	694	3 290		(2 417)		1 567
<b>TOTAL</b>	<b>8 046</b>	<b>11 297</b>	<b>(2 158)</b>	<b>(5 966)</b>	<b>(38)</b>	<b>11 181</b>

## 24. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica de outros passivos subordinados, dizem respeito a duas emissões, cuja descrição das operações estão descritas abaixo.

Em 2006 emitiu-se 15.000 Obrigações de Caixa Subordinadas do Banif – Banco de Investimento, S.A., a taxa variável 2006/2016 representadas por 15.000 títulos de 1.000 euros cada. Os juros destas obrigações vencem-se semestral e postecipadamente em 29 de Junho e 29 de Dezembro de cada ano. Durante os cinco primeiros anos de vida, a taxa será a equivalente à Euribor a 6 meses, em vigor no segundo dia útil anterior ao início de cada período de contagem de juros, acrescida de 0,875%. Caso não ocorra o reembolso antecipado, a partir do 11º cupão (inclusive) e até à data de maturidade, a taxa de juro será a equivalente à Euribor a 6 meses acrescida de 1,15%. O empréstimo será amortizado, ao par, de uma só vez, em 29 de Junho de 2016 podendo, contudo ser reembolsado antecipadamente na totalidade ou parcialmente por opção do Banco (“call option”), mediante autorização prévia do Banco de Portugal, no vencimento do 10º, 12º, 14º 16º ou 18º cupões, não crescendo nenhum prémio sobre o valor reembolsado. O reembolso parcial antecipado, só poderá ser efectuado por 25% ou 50% do montante inicial de emissão, correspondendo a uma redução ao valor nominal das Obrigações.

No presente ano foram emitidas 15.000 Obrigações Perpétuas Subordinadas ao valor



de 1.000 Euros cada. Os juros destas obrigações escriturais e ao portador serão pagos trimestralmente a partir da Data de emissão, em 28 de Fevereiro, 28 de Maio, 28 de Agosto e 28 de Novembro de cada ano ("Datas de Pagamento de Juros"), sujeitando-se à ocorrência do Reembolso Opcional, sendo que o primeiro pagamento irá ser efectuado em 28 de Agosto de 2007 e o último na Data de Maturidade ou na(s) data(s) de reembolso antecipado, caso estas se verifiquem. O juro até 28 de Maio de 2017 exclusive (Primeira Data de Reembolso por Opção do Emitente), será calculado tendo por base a Euribor a 3 meses, cotada no segundo "Dia Útil Target" imediatamente anterior à data de início de cada período de juros, acrescida de 1,35% por ano e, a partir dessa data com base na Euribor a 3 meses acrescida de 2,35% por ano (Step-Up de 1,00%). O Banif-Banco de Investimento tem a opção de reembolsar as Obrigações, total ou parcialmente, em qualquer Data de Pagamento de Juros, a partir de 28 de Maio de 2017, inclusive (Primeira Data de Reembolso por Opção do Emitente), mediante pré-aviso de no mínimo de 30 dias e no máximo de 60 dias, aos titulares das Obrigações (sendo tal aviso irrevogável), ao par, juntamente com juro acumulado (se existente) até à data fixada para reembolso. O exercício deste reembolso opcional está sujeito ao consentimento prévio do Banco de Portugal.

## 25. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Operações bolsa a regularizar	170	2 605
Encargos a pagar	1 406	1 190
Credores e outros recursos	13 264	1 046
Receitas com rendimento diferido	12	24
Outras contas de regularização	3 242	10 694
	<u>18 094</u>	<u>15 560</u>

## 26. OPERAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, as rubricas de Capital Próprio apresentam a seguinte decomposição:

	2009	2008
Capital	55 000	40 000
Reservas e Resultados Transitados	7 504	6 227
Reservas de reavaliação de títulos	(2 216)	(2 068)
Resultado do Exercício	1 742	1 277
	<u>62 030</u>	<u>45 436</u>

Durante o exercício de 2009 foi realizado um aumento de capital de quinze milhões de euros, sendo em 31 de Dezembro de 2009 o capital social da Sociedade de cinquenta e cinco milhões de euros, constituído por onze milhões de acções de valor nominal de cinco euros por acção, encontrando-se totalmente realizado.

A rubrica reservas de reavaliação de títulos apresenta o seguinte detalhe:

	2009	2008
Activos financeiros disponíveis para venda	1 616	1 006
Empréstimos concedidos e contas a receber	406	790
Investimentos detidos até à maturidade	194	272
	<u>2 216</u>	<u>2 068</u>

O valor registado no capital próprio relativo a empréstimos concedidos e investimentos detidos até à maturidade, dizem respeito a perdas potenciais relativas a activos financeiros, que anteriormente se encontravam registados como activos financeiros disponíveis para venda e cujo valor irá ser amortizado durante a vida remanescente do activo utilizando o método do juro efectivo.

## 27. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Juros e rendimentos similares		
Juros de disponibilidades em IC	336	1 254
Juros de aplicações em IC	1 016	467
Juros de crédito a clientes	13 462	14 675
Juros de outros créditos (títulos)	3 579	1 654
Juros de activos financeiros detidos para negociação	18 808	54 652
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	2 095	3 322
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	3 552	5 838
Juros de investimentos detidos até à maturidade	2 743	1 095
	<u>45 591</u>	<u>82 957</u>

Juros e rendimentos similares		
Juros de recursos de IC	5 563	14 030
Juros de recursos de clientes e outros empréstimos	10 680	11 638
Juros de outros passivos subordinados	932	1 799
Juros de passivos detidos para negociação	17 758	51 828
	<u>34 933</u>	<u>79 295</u>

## 28. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Dividendos antecipados da Banif gestão de Activos, S.A.	1 380	2 900
Outros dividendos recebidos	278	356
	<u>1 658</u>	<u>3 256</u>



*[Handwritten signature]*

## 29. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
<b>Rendimentos com comissões</b>		
Serviços prestados de administração, guarda e depósito de valores	2 687	2 140
Outros serviços prestados	7 194	7 617
Operações realizadas sobre títulos	1 553	2 697
Outras comissões recebidas	267	278
	<u>11 071</u>	<u>12 732</u>
<b>Encargos com comissões</b>		
Serviços bancários prestados por terceiros	363	61
Operações realizadas sobre títulos	806	799
Outras comissões pagas	78	34
	<u>1 247</u>	<u>894</u>

## 30. RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
<b>Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados</b>		
Canhos em activos financeiros ao justo valor através de resultados		
Títulos	10 292	18 337
Instrumentos derivados	37 988	49 005
Perdas em activos financeiros ao justo valor através de resultados		
Títulos	(5 626)	(22 146)
Instrumentos derivados	(53 425)	(30 138)
	<u>(10 771)</u>	<u>15 058</u>
<b>Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados</b>		
Canhos em diferenças cambiais	17 210	137
Perdas em diferenças cambiais	(6 769)	(12 997)
	<u>10 441</u>	<u>(12 860)</u>
<b>Resultados de activos disponíveis para venda</b>		
Canhos em títulos	2 412	1 600
Perdas em títulos	(1 262)	(1 761)
	<u>1 150</u>	<u>(161)</u>

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.



## 31. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Remuneração dos órgãos de gestão e fiscalização	1 729	1 704
Remuneração de empregados:		
Remuneração mensal	2 201	2 535
Subsídio de férias e de Natal	773	817
Subsídio de almoço	203	214
Outras remunerações adicionais	113	143
	<b>3 290</b>	<b>5 413</b>
Encargos sociais obrigatórios:		
Encargos relativos a remunerações	1 312	1 393
Encargos com pensões	137	140
Outros encargos sociais	47	63
	<b>1 496</b>	<b>1 596</b>
Outros custos com pessoal	417	221
	<b>6 932</b>	<b>7 230</b>

A Sociedade e os seus funcionários contribuem para um fundo de contribuição definida de natureza contributiva, conferindo as contribuições dos associados, direitos adquiridos individualizados.



## 32. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Serviços especializados	3 655	3 910
Rendas e alugueres	949	1 008
Comunicações	572	330
Conservação e reparação	50	40
Publicidade e edição de publicações	682	846
Água, energia e combustíveis	210	170
Deslocações, estadas e representação	917	775
Doutros fornecimentos de terceiros	988	355
	<u>8 023</u>	<u>7 434</u>

## 33. RESULTADOS POR ACÇÃO

Resultados por acção básicos

DESCRIÇÃO	31-12-2009	31-12-2008
Resultado do exercício (em euros)	1 741 562	1 277 246
Número médio ponderado de acções ordinárias emitidas	11 000 000	8 000 000
Canhos por acção básico (expresso em Eur por acção)	0,16	0,16

## 34. RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### 34.1 POLÍTICAS DE GESTÃO DE RISCO

Fazendo parte do Banif - Grupo Financeiro, as políticas de risco seguidas pelo Banif - Banco de Investimento, S.A. (BBI) seguem as directrizes estabelecidas para o Grupo em geral, com as especificidades inerentes ao exercício das suas actividades, posicionando-se como a unidade de banca de investimento, em Portugal, e tendo em consideração o controlo e a diversificação dos riscos não só a nível individual da instituição, como ao nível consolidado.

O Conselho de Administração é o órgão responsável pela definição da estratégia e políticas de risco da Sociedade, delegando na Comissão Executiva e no Administrador do Pelouro a gestão diária dos riscos assumidos. Em termos funcionais, a gestão e controlo do risco do Banif - Banco de Investimento é centralizada na Direcção de Risco & Reporting (DRR), uma unidade independente dos departamentos de origem, com



usufruindo da necessária autonomia orgânica e funcional, e que analisa os vários tipos de risco: crédito, mercado, liquidez, operacional, de uma forma transversal e integrada. Esta Direcção reporta directamente ao membro da Comissão Executiva nomeado como Global Head of Risk Management.

Suportando as decisões da Comissão Executiva, existe ainda um conjunto de Comitês especializados, os quais assumem um papel determinante na área de gestão e controlo de risco, entre os quais se destacam:

**Comité de Crédito e Risco:** tem como objectivo analisar e deliberar sobre as operações que envolvam a tomada de risco de crédito para o banco, incluindo risco de crédito de contraparte. Revê propostas de limites ou operações de crédito, emitindo parecer para decisão na Comissão Executiva. É presidido pelo Vice-Presidente da Comissão Executiva, com presença obrigatória do Administrador com o pelouro da Gestão de Risco, Administrador da direcção proponente, dos responsáveis (ou seus representantes) pelas direcções de Risco & Reporting e Legal & Tax.

**Comité de Recuperação de Créditos:** tem como objectivo o acompanhamento do crédito em incumprimento (incluindo outros valores a receber), e a definição de medidas e estratégias de actuação. É presidido pelo Administrador executivo com o pelouro da Gestão de Risco, com presença obrigatória do Administrador da BGA com o pelouro do Investimento Imobiliário e dos responsáveis (ou seus representantes) pelas direcções de Risco & Reporting, Crédito, Legal & Tax, de Investimentos Imobiliários, de Operações, de Contabilidade e Controlo Financeiro e pela direcção gestora do cliente.

**Comité de Activos e Passivos (ALCO):** tem como objectivo gerir o risco de estrutural de balanço, incluindo taxa de juro, liquidez, cambial e de mercado. É presidido pelo Administrador executivo com o pelouro financeiro. Integram este comité todos os Administradores executivos do Banco e os responsáveis (ou seus representantes) das direcções Financeira, Risco & Reporting, Contabilidade e Controlo Financeiro.

**Comité de Risk Management:** tem como objectivo assegurar que o perfil de risco observado está alinhado com o apetite por risco definido para o banco, reportando eventuais desvios; revê em detalhe a compliance monitoring programme e o perfil de risco por categoria. É presidido pelo Administrador executivo com o pelouro da Direcção de Risco & Reporting. Integram este comité todos os Administradores executivos do Banco e os responsáveis (ou seus representantes) das direcções de Risco & Reporting, Financeira, de Legal & Tax, Compliance, de Auditoria, de Operações, de Sistemas de Informação, de Desenvolvimento Aplicacional, de Contabilidade & Qualidade e Recursos e Serviços.

#### a) Risco de Crédito

O risco de crédito define-se como a probabilidade de impactos negativos nos resultados ou capital, devido à incapacidade de uma contraparte cumprir os seus compromissos financeiros perante a instituição, incluindo possíveis restrições à transferência de pagamentos do exterior. No caso de crédito titulado, traduz-se ainda na



variação do valor económico de um determinado instrumento devido à degradação da qualidade creditícia do emitente.

No Banif - Banco de Investimento, o risco de crédito subjacente à sua actividade resulta essencialmente da sua carteira de obrigações e do crédito concedido e garantias prestadas a clientes, como área complementar às outras actividades de banca de investimento desenvolvidas, nomeadamente, Project Finance, Private Banking, Corporate Finance, entre outras.

A política do Banif - Banco de Investimento passa pela concessão de crédito colateralizado, sendo que mais de 85% do crédito encontra-se coberto por garantias reais, em particular, penhor sobre valores mobiliários e hipotecas sobre imóveis. Todos os colaterais recebidos são avaliados ao seu justo valor com base no valor de mercado e tendo em conta as especificidades de cada tipo de colateral. No caso do crédito hipotecário, a Sociedade recorre à assessoria das mais conceituadas empresas de avaliação do mercado, sendo realizada uma validação interna de todas as avaliações externas realizadas, aproveitando as sinergias existentes dentro da Sociedade, com o objectivo de minimização do risco operacional inerente, e de acordo com as políticas estabelecidas. No caso do crédito com penhor de títulos é realizado um controle diário ao valor de mercado das posições caucionadas através de uma aplicação informática desenvolvida internamente, a qual produz os alertas necessários à solicitação de margens adicionais ou à execução das garantias.

Todas as operações são analisadas e discutidas pelo Comité de Crédito e Risco, órgão que reúne regularmente e com poderes de decisão para determinadas alçadas de risco, sendo sujeitas posteriormente a aprovação superior em Comissão Executiva. Operações de alçada superior terão de ser ratificadas pelo Conselho de Administração do banco.

Mensalmente, é feita uma análise global da evolução do crédito concedido a clientes, visando o acompanhamento do risco de concentração, nomeadamente em termos de sectores e de grandes riscos. Procede-se ainda à análise da composição da carteira por tipo de colaterais associados, com o objectivo de monitorização da exposição ao risco líquido, bem como da evolução do spread médio, numa lógica de controlo do binómio risco-rendibilidade.

Tendo em consideração o reduzido histórico, sem relevância estatística no que diz respeito a observações de crédito em incumprimento, o Banif - Banco de Investimento adopta as políticas do Grupo no tratamento de imparidade genérica. O valor das perdas por imparidade específica é analisado casuisticamente, levando em consideração as especificidades da operação e a melhor estimativa do valor recuperável (crédito e garantias) à data da avaliação.

No que diz respeito ao controle do risco de crédito inerente às exposições de títulos da carteira bancária, são elaborados regularmente mapas específicos que contêm uma análise da carteira por qualidade de crédito, baseada nos ratings externos das principais agências internacionais.

## b) Riscos de Mercado

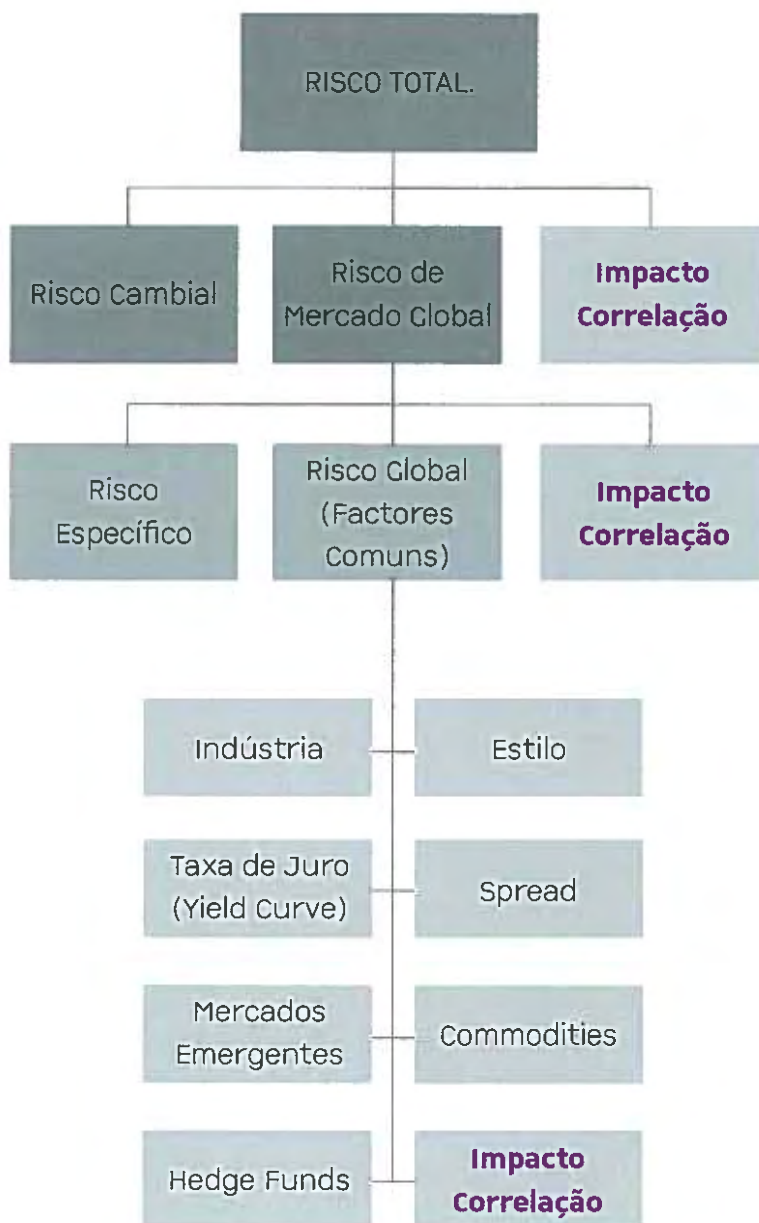
O Risco de Mercado define-se como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteira de negociação, incluindo flutuações em taxas de juro, taxas de câmbio, cotações de acções e preços de mercadorias. O risco de mercado advém sobretudo da tomada de posições a curto prazo em títulos de dívida e de capital, moedas, mercadorias e derivados.

No Banif - Banco de Investimento, o risco de mercado decorre essencialmente das exposições em títulos detidos na carteira de negociação, não sendo política do banco a realização de trading de derivados. Em regra, os derivados contratados têm como objectivo a cobertura económica de posições, principalmente de operações originadas para clientes, através da realização de operações simétricas com outros contrapartes que anulam o risco de mercado entre si e, ainda, de cobertura de riscos da carteira própria.

Em 2008, o Banif - Banco de Investimento desenvolveu grandes esforços no sentido de revisão e aperfeiçoamento das métricas de medição e controlo do risco de mercado, tendo efectuado com sucesso a migração das carteiras de negociação das entidades do Grupo, para uma ferramenta de análise do risco de mercado - o BarraOne, propriedade do MSCI Barra.

Este sistema permite analisar o risco das carteiras desagregado pelos vários factores explicativos do risco, nomeadamente entre as componentes de risco específico e risco global (ou de mercado), o qual por sua vez é desagregado em diversos constituintes. O risco total leva em consideração a correlação entre os activos, quer ao nível de topo, quer nos diversos níveis de desagregação do risco. O BarraOne tem como metodologia um sistema Multi-Factor, baseado em fundamentais que incluem características económicas intuitivas na escolha de temas/factores baseados em dados do mercado, de estimação do risco com o objectivo de gestão de risco numa perspectiva "forward-looking".

O diagrama abaixo sintetiza a forma como o BarraOne desagrega o risco, realizando uma análise de sensibilidade para cada um dos itens aplicáveis à carteira.



O cálculo do VaR é assim decomposto pelos seguintes factores:

Risco Cambial - componente de VaR atribuível ao de risco moeda, explícito e implícito, nomeadamente através de investimento indirecto. Devido à extrema sensibilidade deste factor o modelo utiliza como histórico apenas as últimas 17 semanas de dados.

Risco de Mercado Local – componente de VaR atribuível ao risco de mercado per si, excluindo o risco cambial. O risco para cada mercado é decomposto em 3 componentes: risco global, risco específico, e correlação.



Handwritten notes in blue ink, including a large 'X' and various scribbles.

Risco Global - consiste no risco explicado por factores comuns de mercado, que inclui risco de indústria, estilo, taxa de juro, spread, mercados emergentes e hedge funds, commodities. Analisa o risco da carteira que advém da sua exposição aos factores específicos de cada mercado/modelo.

i) Indústria - cada activo é classificado no sector que melhor se adequa (de acordo com a metodologia do Barra), sendo assim calculado a componente do VaR que é explicada pelo sector.

ii) Estilo - neste item, o modelo captura o risco que deriva do facto do activo: i) deter uma grande capitalização ou uma pequena capitalização; expectativa de crescimento elevado versus avaliações mais baixas; padrão de volatilidade de longo e de curto prazo;

iii) Taxa de Juro (Yield Curve) - inclui o risco que decorre em alterações da inclinação da curva de rendimentos e a curvatura (twist ou butterfly) o que corresponde a três factores de risco para cada mercado. O modelo da Zona Euro é constituído pelos modelos dos países que a compõem.

iv) Spread - analisa a diferença entre a curva swap e a curva de dívida pública, e eventos de crédito, calculando a respectiva alocação em termos de risco.

v) Mercados Emergentes - advém do risco adicional pelo facto do emitente ser de um país emergente ou, pelo facto, do activo ter sido emitido num país emergente.

vi) Commodities - permite obter estimativas de risco para futuros e spot de commodities. O modelo utiliza os retornos de 26 sub-índices de forma a detalhar o risco de diferentes tipos de commodities que, posteriormente são agregados em 5 grandes grupos e integrados no modelo multi-classe através de uma matriz de covariâncias. Não é aplicável ao Banif - Banco de Investimento.

vii) Hedge Funds - permite obter estimativas de risco para exposição a este tipo de activos. Não é aplicável ao Banif - Banco de Investimento.

Risco Específico - o risco que não é explicado pelos factores comuns, isto é, risco único exclusivo a cada activo e, por isso, diversificável. Este modelo conjuga a estimativa do nível médio de risco específico com valor de risco específico face às características fundamentais do activo.

O VaR é calculado utilizando o modelo paramétrico, aplicado para um horizonte de 10 dias e com intervalo de confiança de 99%, em linha com as recomendações do Novo Acordo de Basileia e do BdP (aviso 8/2007).

### c) Risco Cambial

O Risco Cambial representa o risco de que o valor dos activos financeiros expressos em moeda estrangeira apresente flutuações devido a alterações nas taxas de câmbio. O Banco procede a uma monitorização sistemática da sua exposição global ao risco de taxa de câmbio. Para o efeito, existe uma rotina diária de cálculo da posição cambial pelas principais moedas, o qual abrange as posições à vista decorrentes, sobretudo, da actividade de negociação da carteira de títulos, bem como as variações nos resul-

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.



tados líquidos da Sociedade (potenciais ou realizados) resultantes das conversões dos saldos de cada conta ao fixing do BCE.

A posição cambial em 31 de Dezembro de 2009, em valores absolutos, totalizava menos de €800 mil, representando cerca de 1% dos fundos próprios do banco, sendo pouco significativo o seu impacto em resultados ou em capitais próprios originados por flutuações na taxa de câmbio.

#### d) Risco de Taxa de Juro

O Risco de Taxa de Juro consiste na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos das taxas de juro, tendo em conta a estrutura de balanço de uma instituição. A avaliação deste tipo de risco é realizada em base sistemática, numa óptica de longo prazo, incidindo sobre as exposições da carteira bancária em função dos períodos de repricing, em linha com as recomendações do Novo Acordo de Basileia e do BdP (aviso 19/2005).

De referir que a avaliação do risco de taxa de juro da carteira de negociação deverá ser realizada no âmbito do risco de mercado, focando-se num horizonte de curto prazo, tendo em consideração que esta carteira é gerida numa base diária. O modelo de análise utilizado pelo Banif - Banco de Investimento, assente na ferramenta BarraOne, procede à decomposição do risco de mercado nas várias componentes, entre os quais, a componente de risco de taxa de juro embutida na variação de preço (decomposição do VaR nas várias componentes, incluindo risco de taxa de juro).

Mensalmente são produzidos mapas de controlo de exposições, onde são apuradas os activos e passivos por prazos de maturidade em termos globais, fazendo-se igualmente uma análise em separado para a carteira bancária e a de negociação. Trimestralmente, é feita uma avaliação mais detalhada do risco de taxa de juro, em função dos prazos de refixação de taxa dos activos e passivos.

#### e) Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez define-se como a probabilidade de ocorrência de perdas devido à incapacidade de uma instituição dispor de fundos líquidos para cumprir com as suas obrigações, e se tal é efectuado em condições razoáveis. No Banif - Banco de Investimento, os níveis de liquidez são adaptados em função dos montantes e prazos compromissos assumidos e dos recursos obtidos, em função da identificação de gaps. As políticas de obtenção de funding, quer junto dos clientes, quer no mercado, têm garantido a estabilidade dos recursos, assentando numa lógica integrada de Grupo. Com o objectivo de maximizar a componente de gestão dos riscos estruturais de balanço, foi criada em 2008, uma nova unidade operativa dentro do Banif - Banco de Investimento, a Direcção Financeira, cujo principal objectivo passa pela definição e execução das políticas financeiras, em particular, em termos de gestão de liquidez e de tesouraria.



## f) Risco operacional

O Risco Operacional define-se como o risco de perdas resultantes da inadequação ou deficiência de procedimentos, do pessoal ou dos sistemas internos ou de acontecimentos externos, incluindo os riscos jurídicos. Esta probabilidade de perda pode decorrer de falhas na análise, processamento ou liquidação das operações, de fraudes internas e externas, da actividade ser afectada devido à utilização de recursos em regime de outsourcing, da existência de recursos humanos insuficientes ou inadequados ou da inoperacionalidade das infra-estruturas.

Consciente da importância de uma monitorização e controlo eficaz do risco operacional, o Banif - Grupo Financeiro iniciou em 2007 um projecto específico nesta área, que, numa primeira fase, passou pelo levantamento e registo de ocorrências potenciadoras de risco operacional, com vista ao controlo e mitigação do mesmo. No Banif - Banco de Investimento, este projecto teve início no primeiro trimestre de 2008, existindo uma pessoa responsável pela gestão de risco operacional (RO), inserido na Direcção de Risk & Reporting.

Adicionalmente, foram nomeados Gestores de Risco Operacional (Gestores RO) nas áreas críticas da Sociedade, que têm como função supletiva o registo de eventos de risco operacional ou falhas detectadas na gestão do dia-a-dia num software próprio da SAS, o SAS OpRisk Monitor. Actualmente existe um conjunto de Gestores RO nomeados para o Banif - Banco de Investimento e Sociedades Participadas, cujo objectivo é a recolha e registo de eventos de risco operacional, para que o Banco possua informação necessária para avaliar o risco operacional, para posterior mitigação, respondendo ainda às necessidades de reforço do controlo interno.

Pretende-se, desta forma, atingir o objectivo de monitorização e medição do risco operacional inerente à actividade da Sociedade, detalhando as ocorrências pelos vários processos e áreas intervenientes, o que se irá traduzir numa avaliação efectiva e dinâmica dos sistemas de controlo interno.

Para além das disposições legais, estatutárias e deontológicas aplicáveis ao exercício das actividades de intermediação financeira, tem sido uma preocupação da Administração da Sociedade a elaboração e difusão de Manuais, Regulamentos, Circulares e outros normativos internos adequados a assegurar o cumprimento das normas aplicáveis ao exercício da actividade desenvolvida. Toda a informação é devidamente divulgada, sendo do conhecimento de todos os colaboradores da Sociedade, encontrando-se disponível para consulta na respectiva Intranet. Em paralelo, a actuação das Direcções Legal & Tax, Compliance e de Auditoria visam complementar e reforçar as medidas adoptadas.

Todos os pontos de controlos internos identificados (gerados no âmbito dos relatórios de auditoria interna, auditoria externa, do Aviso 5/2008 do BdP ou de outros órgãos)

são classificados de acordo com os parâmetros do Banco de Portugal quanto ao grau e ao tipo de risco. Os pontos de controlo interno são registados e acompanhados quanto à sua evolução e implementação.

As respectivas classificações, prazos de implementação, status dos pontos e o enquadramento estratégico (quanto ao tipo e intensidade do risco), são periodicamente reportados aos órgãos de administração que acompanham esta evolução. Durante o ano de 2009, foram realizados progressos significativos na implementação destes pontos, traduzindo-se numa intensificação do ambiente de controlos interno.

## 34.2 RISCO DE CRÉDITO

Para efeitos de análise de risco de crédito da presente nota considerou-se a carteira de títulos detida pelo Banif - Banco de Investimento e o crédito concedido a clientes. Desta forma, o valor da rubrica Activos financeiros detidos para negociação exclui o valor de mercado dos derivados.

Os activos financeiros, por rubrica de balanço, apresentam a seguinte exposição ao risco de crédito a 31 de Dezembro de 2009:

DESCRIÇÃO	EXPOSIÇÃO RÍGIDA	COLATERAIS	EXPOSIÇÃO LÍQUIDA
Activos financeiros detidos para negociação	40 629		40 629
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	219 315	49 125	170 190
Activos financeiros disponíveis para venda	74 388		74 388
Crédito a clientes	425 473	304 029	121 444
Investimentos detidos até à maturidade	80 399		80 399
<b>TOTAL DE EXPOSIÇÃO A RISCO DE CRÉDITO</b>	<b>840 204</b>	<b>353 154</b>	<b>487 050</b>

Nota: valor dos colaterais considerado até ao montante da exposição.

De referir que a rubrica Crédito a Clientes inclui uma carteira de títulos no valor de €68 milhões contabilizada ao custo amortizado, constituída essencialmente por produtos estruturados, classificada em termos de IAS como Loans & Receivables (LaR). Excluindo estes instrumentos, o valor do crédito concedido ascendia a cerca de €358 milhões, dos quais €209 milhões encontravam-se colateralizados por garantias reais, entre as quais, hipotecas sobre imóveis e penhor sobre valores mobiliários, representando um rácio de cerca de 85%.

*[Handwritten signatures and initials in blue and black ink]*

Concentração de risco de crédito por sector de actividade em 31 de Dezembro de 2009:

DESCRIÇÃO	EXPOSIÇÃO MÁXIMA	COLATERAIS	EXPOSIÇÃO LÍQUIDA
Indústria	593		593
Construção	37 363	37 363	0
Vendas a retalho	621		621
Serviços	16 828		16 828
Instituições financeiras e seguradoras	149 957		149 957
Sector público	46 253		46 253
Outros	559 989	287 504	272 486
Particulares	28 600	28 288	312
<b>TOTAL DE EXPOSIÇÃO A RISCO DE CRÉDITO</b>	<b>840 204</b>	<b>353 154</b>	<b>487 050</b>

Concentração de risco de crédito por região geográfica em 31 de Dezembro de 2009:

DESCRIÇÃO	EXPOSIÇÃO MÁXIMA	COLATERAIS	EXPOSIÇÃO LÍQUIDA
Portugal Continental	557 436	265 336	292 100
Regiões Autónomas	0	0	0
União Europeia	121 221	23 432	97 789
Resto da Europa	2 441	0	2 441
América do Norte	47 509	14 770	32 739
América Latina	89 475	49 617	39 858
Resto do Mundo	22 122	0	22 122
<b>TOTAL DE EXPOSIÇÃO A RISCO DE CRÉDITO</b>	<b>840 204</b>	<b>353 154</b>	<b>487 050</b>

Decomposição dos activos financeiros por qualidade do crédito, por rubrica de balanço, a 31 de Dezembro de 2009:

	HIGH GRADE	STANDARD GRADE	SUB-STANDARD GRADE	NOT RATED	TOTAL
Aditivos financeiros detidos para negociação	8 239	8 528	7 016	16 846	40 629
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	89 993	9 151	0	120 171	219 315
Activos financeiros disponíveis para venda	6 218	2 016	834	65 320	74 388
Crédito a clientes	29 182	7 043	14 719	374 530	425 473
Investimentos detidos até à maturidade	62 992	10 782	6 625	0	80 399
<b>TOTAL DE EXPOSIÇÃO A RISCO DE CRÉDITO</b>	<b>196 623</b>	<b>37 520</b>	<b>29 193</b>	<b>576 868</b>	<b>840 204</b>

O quadro apresenta a repartição de todos os activos financeiros por qualidade de crédito, cujas notações têm por base o mapeamento dos ratings externos atribuídos pelas principais agências internacionais Moodys, Fitch e S&P. A métrica de atribuição do rating seguiu a metodologia standard do novo acordo de Basileia (Basel II), escolhendo-se o pior dos dois melhores ratings no caso de haver notações diferenciados para



o mesmo activo. A classificação High Grade corresponde a ratings entre [AAA e A-], Standard Grade a [BBB+ a BBB-] e Sub-Standard Grade a ratings iguais ou inferiores a BB+. As posições em crédito ou títulos que não possuam rating externo atribuído por nenhuma das três principais agências internacionais são classificadas como Not Rated.

Entre as exposições sem rating externo, no montante total de €576 milhões, a principal fatia, correspondente a 65%, diz respeito à concessão de crédito a empresas e particulares, nomeadamente crédito com hipoteca de imóveis ou com penhor de valor mobiliários e operações de Project Finance e Acquisition Finance. O peso dos activos sem rating na carteira `Outros Activos financeiros ao justo valor através de resultados é também significativo, ascendendo a cerca de €120 milhões, para o qual contribui largamente o investimento em unidades de participação de fundos, os quais não possuem rating externo, e cujo montante global ascende a cerca de €100 milhões. Da exposição total a fundos de investimento, cerca de €45 milhões encontram-se colateralizados por depósitos-caução junto do Banif - Banco de Investimento, pelo que a respectiva exposição ao risco é nula; o remanescente diz respeito a fundos geridos por entidades do Grupo Banif.

### 34.3 RISCO DE MERCADO

Nos quadros seguintes, apresenta-se o cálculo do Value-at-Risk (VaR) para carteira de títulos de negociação detidos pelo Banif - Banco de Investimento, que a 31 de Dezembro de 2009 ascendia a cerca de €41 milhões, composta essencialmente por títulos de renda fixa, em que a componente de acções apresenta um valor imaterial.

Para o cálculo desta métrica de risco foi utilizado o software especializado BarraOne, propriedade da "MSCI Barra", tendo sido calculado o VaR com um horizonte de 10 dias e uma probabilidade de 99%, em linha com as boas práticas internacionais, em particular, seguindo as recomendações constantes do acordo de capital de Basileia.

A 31 de Dezembro 2009, o VaR da carteira de negociação ascendia a cerca de €743 mil, representando 2% do valor de mercado da carteira. O risco decorrente da exposição a acções é completamente imaterial, traduzindo-se num VaR de €9 mil.

O VaR global da carteira de negociação do Banif - Banco de Investimento correspondia a 1.3% dos fundos próprios de base (Tier 1) da instituição.



A decomposição do VaR por tipo de títulos a 31 de Dezembro de 2009 é a seguinte:

DESCRIÇÃO	VaR da Carteira Emil	VaR % Carteira
Acções	9	17,11
Obrigações	742	2,01
<i>Efeito diversificação</i>	-8	n.a.
<b>TOTAL</b>	<b>743</b>	<b>2,02</b>

Fonte: BarraOne

A decomposição do VaR por tipo de risco, a 31 de Dezembro de 2009, é a seguinte:

CATEGORIA	DESVIO PADRÃO	% RISCO DA CARTEIRA	VARIÂNCIA DA CARTEIRA	VaR DA CARTEIRA EMIL
RISCO DE MERCADO LOCAL	3,36	59,7%	0,11	574
<i>RISCO GLOBAL (FACTORES COMUNS)</i>	3,28	56,9%	0,11	560
Indústria	0,04	0,0%	0,00	6
Estilo	0,01	0,0%	0,00	1
Taxa de Juro (Yield Curve)	3,08	49,9%	0,09	525
Spread	1,82	17,5%	0,03	311
Mercados Emergentes	0,98	5,1%	0,01	168
Correlação - factores comuns	n.a.	-15,7%	-0,03	n.a.
<i>RISCO ESPECÍFICO (SELECÇÃO)</i>	0,73	2,8%	0,01	125
RISCO CAMBIAL	4,30	97,6%	0,18	734
Correlação Moeda / Mercado	n.a.	-57,3%	-0,11	n.a.
<b>RISCO TOTAL</b>	<b>4,35</b>	<b>100,0%</b>	<b>0,19</b>	<b>743</b>

Fonte: BarraOne

## 34.4 RISCO DE TAXA DE JURO

A desagregação dos activos e passivos financeiros por prazos de refixação da taxa de juro em 31 de Dezembro de 2009 é a seguinte:

	< 1 MÊS	1 A 3 MESES	3 A 6 MESES	6 A 9 MESES	9 MESES A 1 ANO	1 A 2 ANOS	2 A 3 ANOS	3 A 4 ANOS	4 A 5 ANOS	>= 5 ANOS	NÃO SENSÍVEL	TOTAL
Activos Financeiros Detidos para Negociação	708	12 651	4 127	15	300	2 489	1 141	2 116	846	16 182	64 581	105 156
Activos Financeiros ao Justo Valor através de Resultados	1 114	1 359	8 954	9 184	0	10 957	30 345	14 358	13 307	18 521	111 217	219 315
Derivados de Cobertura	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	0	6 813	22 386	0	0	310	106	1 266	0	6 502	36 004	73 388
Disponibilidades e Aplicações em Inst. de Crédito	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	47 697	47 697
Créditos e Outros Valores a Receber	129 736	184 952	77 097	0	12 979	0	0	0	0	0	20 709	425 473
Investimentos Detidos até à Maturidade	12 440	52 028	4 727	0	0	6 378	2 428	2 400	0	0	-3	80 399
Outros Activos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	37 578	37 578
<b>Total de Activos</b>	<b>143 998</b>	<b>257 803</b>	<b>117 291</b>	<b>9 200</b>	<b>13 279</b>	<b>20 133</b>	<b>34 020</b>	<b>20 139</b>	<b>14 153</b>	<b>41 205</b>	<b>317 785</b>	<b>989 007</b>
Depósitos de Bancos Centrais	1 000	28 644	0	0	63 491	0	0	0	0	0	0	93 136
Passivos Financeiros detidos para Negociação	0	0	0	0	0	0	0	0	216	3 862	57 548	61 627
Passivos Financeiros ao Justo Valor através de Resultados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Derivados de Cobertura	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Depósitos de Instituições de Crédito	206 720	75 057	22 936	0	12 000	0	0	0	0	39 055	67 513	423 280
Depósitos do Sector Público	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Depósitos de Empresas	232 558	20 911	7 819	4 481	216	374	2 983	0	0	6 784	13 595	289 721
Depósitos de Particulares	1 993	1 415	764	242	0	0	0	0	0	0	1 320	5 735
Certificados de Dívida, incluindo Obrigações	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Passivos Financeiros associados a Activos Transferidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Passivos Subordinados	0	15 000	15 000	0	0	0	0	0	0	0	29	30 029
Outros Passivos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	23 449	23 449
<b>Total de Passivos</b>	<b>442 271</b>	<b>141 027</b>	<b>46 519</b>	<b>4 723</b>	<b>75 707</b>	<b>374</b>	<b>2 983</b>	<b>0</b>	<b>216</b>	<b>49 702</b>	<b>163 454</b>	<b>926 977</b>

No quadro abaixo, é apresentada uma análise de sensibilidade do risco de taxa de juro da carteira bancária, tendo por base os mapas de reporte à entidade de supervisão. Esta análise assenta no cenário de um choque standard de 200 p.b. na taxa de juro, e respectivo impacto na situação líquida e na margem financeira anual do Banco, em termos individuais.



Análise de sensibilidade do impacto de uma variação de 200 p.b. na curva de taxas de juro por moeda relevantes, a 31 de Dezembro de 2009:

*Handwritten notes:*  
L d d z  
m  
A  
A  
~  
X

		2009	2005
Eur	Impacto na Situação Líquida	-6 232	-3 387
	Fundos Próprios	87 896	73 953
	Impacto nos Fundos Próprios, em %	-7%	-5%
	Impacto na Margem Financeira, a 12 meses	-2 196	-3 450
	Margem Financeira	10 658	3 662
	<b>IMPACTO NA MARGEM FINANCEIRA ANUAL, EM %</b>	<b>-21%</b>	<b>-94%</b>
USD	Impacto na Situação Líquida	5 540	-1 040
	Fundos Próprios	87 896	73 953
	Impacto nos Fundos Próprios, em %	6%	-1%
	Impacto na Margem Financeira, a 12 meses	-1 029	-932
	Margem Financeira	10 658	3 662
	<b>IMPACTO NA MARGEM FINANCEIRA ANUAL, EM %</b>	<b>-10%</b>	<b>-25%</b>
TOTAL	Impacto na Situação Líquida	-692	-4 427
	Fundos Próprios	87 896	73 953
	Impacto nos Fundos Próprios, em %	-1%	-6%
	Impacto na Margem Financeira, a 12 meses	-3 225	-4 382
	Margem Financeira	10 658	3 662
	<b>IMPACTO NA MARGEM FINANCEIRA ANUAL, EM %</b>	<b>-30%</b>	<b>-120%</b>

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.



*Handwritten signature or initials.*

## 34.5 RISCO DE LIQUIDEZ

A desagregação dos activos e passivos financeiros por prazos de residual de maturidade a 31 de Dezembro de 2009 é a seguinte:

DESCRIÇÃO	12 MESES	1 A 3 MESES	3 MESES A 1 ANO	1 A 5 ANOS	> 5 ANOS	INDEFINIDO	TOTAL
Activos financeiros detidos para negociação	96	2 590	10 634	9 429	17 827	64 581	105 156
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	0	0	9 184	77 921	20 993	111 217	219 315
Derivados de cobertura	0	0	0	0	0	0	0
Activos financeiros disponíveis para venda	0	5 930	0	24 068	7 386	36 004	73 388
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	0	0	0	0	0	47 697	47 697
Créditos e outros valores a receber	36 173	41 207	149 374	101 832	76 178	20 709	425 473
Investimentos detidos até à maturidade	0	10 712	27 185	41 078	1 424	0	80 399
Outros activos	0	0	0	0	0	37 578	37 578
<b>TOTAL DE ACTIVOS</b>	<b>36 270</b>	<b>60 438</b>	<b>196 376</b>	<b>254 328</b>	<b>123 807</b>	<b>317 788</b>	<b>989 007</b>
Depósitos de bancos centrais	1 000	28 644	63 491	0	0	0	93 136
Passivos financeiros detidos para negociação	0	0	0	216	3 862	57 548	61 627
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	0	0	0	0	0	0	0
Derivados de cobertura	0	0	0	0	0	0	0
Passivos financeiros ao custo amortizado	0	0	0	0	0	0	0
Depósitos de instituições de crédito	206 720	74 328	34 936	729	39 055	67 513	423 280
Depósitos do sector público	0	0	0	0	0	0	0
Depósitos de empresas	232 558	10 811	12 516	13 456	6 784	13 595	289 721
Depósitos de particulares	1 993	1 415	1 006	0	0	1 320	5 735
Certificados de dívida, incluindo obrigações	0	0	0	0	0	0	0
Passivos financeiros associados a activos transferidos	0	0	0	0	0	0	0
Passivos subordinados	0	0	0	0	30 000	29	30 029
Outros passivos	0	0	0	0	0	23 449	23 449
<b>TOTAL DE PASSIVOS</b>	<b>442 271</b>	<b>115 198</b>	<b>111 949</b>	<b>14 401</b>	<b>79 702</b>	<b>163 454</b>	<b>926 977</b>

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.



## 35. JUSTO VALOR DA CARTEIRA DE TÍTULOS E DE OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2009 o detalhe desta rubrica é o seguinte:

CARTEIRA DE ACTIVOS FINANCEIROS	VALOR DE BALANÇO	JUSTO VALOR	
		VALOR DE MERCADO OU COTAÇÃO	ANÁLISE DE MERCADO
<b>ACTIVO</b>			
Activos Financeiros detidos para negociação	105 156	105 156	
Outros Activos Financeiros ao JV	219 315	217 957	1 359
Activos Financeiros disponiveis para venda	73 388	73 388	
Investimentos detidos até à maturidade	80 399	80 665	
Empréstimos e outras contas a receber	67 786	16 842	49 797
<b>PASSIVO</b>			
Passivos Financeiros para negociação	61 627	61 627	

CARTEIRA DE ACTIVOS FINANCEIROS	VALOR DE BALANÇO	JUSTO VALOR	
		VALOR DE MERCADO OU COTAÇÃO	ANÁLISE DE MERCADO
<b>ACTIVO</b>			
Crédito a Clientes	357 688	357 688	
Outros Activos Financeiros	10 416	10 416	
<b>PASSIVO</b>			
Recursos de clientes e outros empréstimos	295 456	295 456	

Para créditos inferiores a um ano considerou-se que o valor registado em balanço é uma aproximação fiável do seu justo valor. Para créditos superiores a um ano com taxa indexada, considerou-se igualmente que o valor de balanço é uma aproximação fiável ao justo valor (os créditos de prazo superior a um ano não são materialmente relevantes).

Para os depósitos até um ano ou sem maturidade definida, nos quais se inclui depósitos sem taxa de juro associada, considerou-se que o montante reembolsável na data de reporte é uma aproximação fiável ao justo valor.

Nos modelos de valorização internos dos instrumentos financeiros de negociação e ao justo valor através de resultados, as taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pela Bloomberg. Os prazos até um ano são referentes às taxas de mercado do mercado monetário interbancário, enquanto que os prazos superiores a um ano são através das cotações dos swaps de taxa de juro. A curva de taxa de juro obtida é ainda ajustada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos são determinadas por métodos de interpolação. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.



As taxas de juro utilizadas para apuramento da curva da taxa de juro com referência a 31 de Dezembro de 2009, para as moedas EUR e USD são as seguintes:

PRAZO	MOEDA	
	EUR	USD
1 dia	0,29%	0,20%
7 dias	0,33%	0,23%
15 dias	0,35%	0,24%
1 mês	0,43%	0,27%
2 meses	0,45%	0,33%
3 meses	0,60%	0,36%
4 meses	0,70%	0,50%
5 meses	0,80%	0,64%
6 meses	0,90%	0,79%
7 meses	0,93%	0,79%
8 meses	0,95%	0,80%
9 meses	0,97%	0,80%
10 meses	1,07%	0,76%
11 meses	1,16%	0,71%
1 ano	1,26%	0,67%
2 anos	1,88%	1,42%
3 anos	2,25%	2,06%
4 anos	2,53%	2,52%
5 anos	2,81%	2,98%
6 anos	3,01%	3,26%
7 anos	3,22%	3,54%
8 anos	3,34%	3,68%
9 anos	3,46%	3,83%
10 anos	3,58%	3,97%
20 anos	4,06%	4,47%
30 anos	3,94%	4,54%



## 36. SALDOS E TRANSACÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

RUBRICAS	ELEMENTOS CHAVES DE GESTÃO	ENTIDADES ASSOCIADAS	ACCIONISTAS
Activos financeiros detidos para negociação			907
Crédito a clientes		1 002	7 010
Outros activos		19	
Recursos de clientes e outros empréstimos		236	5
Outros passivos		950	
Juros e rendimentos similares			60
Rendimentos de serviços e comissões		29	
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados			-20
Custos com pessoal	478		
Provisões líquidas de reposições e anulações		10	36

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large 'X' and several illegible signatures.

As transacções com entidades relacionadas são analisadas de acordo com os critérios aplicáveis a operações similares e são realizadas em condições normais de mercado.

No exercício findo, não foram constituídas provisões específicas para saldos com entidades relacionadas.

## 37. EVENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

À data de aprovação das presentes Demonstrações Financeiras pelo Conselho de Administração da Sociedade, não se verificava nenhum acontecimento subsequente a 31 de Dezembro de 2009, data de referência das referidas Demonstrações Financeiras, que exigissem ajustamentos ou modificações dos valores dos activos e dos passivos.

## 38. NORMAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR

Seguidamente apresentam-se as normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB/IRIC que ainda não entraram em vigor e que a Sociedade não adoptou antecipadamente nas suas demonstrações financeiras.

Normas e interpretações endossadas pela União Europeia e aplicáveis a Demonstrações Financeiras de exercícios que terminem em 2010:

Alterações na IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração – Itens elegíveis para cobertura

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.

Norma efectiva, na União Europeia, a partir da data de início do primeiro exercício que comece após 30 de Junho de 2009.

Com estas alterações é clarificado que é permitida a designação de uma parte das alterações do justo valor ou variabilidade dos fluxos de caixa de um instrumento financeiro como um item coberto. É também indicado que a inflação não é um risco identificável separadamente e não pode ser designado como um risco coberto a não ser que represente fluxos de caixa especificados contratualmente.

#### IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços

Interpretação efectiva, na União Europeia, o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que comece após 29 Março 2009.

Esta interpretação aplica-se a operadores de concessões e explica como contabilizar as responsabilidades assumidas e os direitos recebidos em acordos de concessão.

#### IFRIC 17 - Distribuições aos Proprietários de Activos que não são Caixa

Interpretação efectiva, na União Europeia, o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que comece após 31 de Outubro de 2009.

Esta interpretação esclarece sobre a forma de contabilização da distribuição de bens em espécie aos proprietários, definindo que todos devem ter os mesmos direitos. Esta interpretação só se aplica quando em última análise os activos não são controlados pela mesma parte antes e depois da distribuição. A responsabilidade de pagar um dividendo deve ser reconhecida quando o dividendo estiver adequadamente autorizado e já não estiver sob o controlo da entidade. Se uma entidade der aos seus proprietários a opção de receberem um activo que não é caixa ou outra alternativa a caixa, a entidade deve estimar o dividendo a pagar considerando, tanto o justo valor de cada alternativa como a probabilidade associada à escolha pelos proprietários de cada alternativa. Quando uma entidade liquida os dividendos a pagar, deve reconhecer nos lucros ou prejuízos qualquer eventual diferença entre a quantia escriturada dos activos distribuídos e a quantia escriturada do dividendo a pagar, sendo a diferença registada como uma linha separada da demonstração de resultados.

A IFRS 5 foi emendada para incluir activos que são classificados para distribuição, somente quando disponível na sua presente condição e a distribuição ser altamente provável.

#### IFRIC 18 – Transferência de Activos Provenientes de clientes

Interpretação efectiva, na União Europeia, o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que comece após 31 de Outubro de 2009.

Esta interpretação tem por objectivo clarificar a contabilização de Imobilizado tangível ou caixa recebidos de clientes com o objectivo de serem usados para adquirir



Handwritten notes and signatures in blue and black ink, including a large 'X' and several initials.

ou construir activos específicos. Só se aplica a activos que são usados para ligar o cliente a uma rede ou permitir o acesso contínuo ao fornecimento de bens ou serviços ou ambos.

Esta interpretação define que em primeiro lugar há que verificar se o bem satisfaz as condições para o reconhecimento como activo e que, se tal acontecer, o activo transferido deve ser medido ao Justo Valor como parte de uma transacção de troca.

A entidade deve identificar os serviços prestados e alocar o Justo Valor do bem recebido a cada um dos serviços prestados. O rendimento é reconhecido na data da prestação do serviço.

Normas aplicáveis a Demonstrações Financeiras de exercícios a terminar em 2010 e ainda não endossadas pela União Europeia:

#### Alterações na IFRS 2 – Liquidação de acordos de pagamento com base em acções

Esta alteração revoga a IFRIC 8 e a IFRIC 11 e aplica-se retrospectivamente.

Quando uma entidade recebe bens ou serviços, procede à sua mensuração como liquidação através de acções quando são concedidos instrumentos da própria entidade ou a entidade não tem a obrigação de liquidar a transacção. Caso contrário, a entidade mensura a transacção como uma liquidação através de caixa.

As liquidações com acções são remensuradas apenas em resultado de alterações das condições de exercício que não tenham a ver com o mercado ou da existência de requisitos para atingir um nível mínimo.

Para efeitos das contas consolidadas, esta alteração clarifica que se uma entidade recebe bens ou serviços que são liquidados através de caixa por proprietários que não pertencem ao grupo, tais transacções estão fora do âmbito da IFRS 2.

#### Projecto Anual de Melhorias

Em Abril de 2009, o IASB publicou o Projecto Anual de Melhorias de certas normas então em vigor, com o objectivo de remover inconsistências e clarificar conceitos.

Normas e interpretações aplicáveis a Demonstrações Financeiras subsequentes a 31 de Dezembro de 2010 e ainda não endossadas pela União Europeia.

#### IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 insere-se num projecto faseado de revisão e substituição gradual da IAS 39, com o objectivo de reduzir a complexidade na sua aplicação. Ao nível da classificação e mensuração são reduzidas as categorias de activos financeiros, eliminados os requisitos de separação de derivados embutidos e restrições de reclassificação.



A classificação de activos passa a seguir o modelo de negócio onde se enquadram os activos, tendo também em conta as características dos instrumentos.

As diferenças de justo valor em instrumentos de capital considerados estratégicos são reconhecidas em reservas sem passagem por resultados mesmo em situações de imparidade ou venda.

É expectável que esta norma tenha efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Sociedade, que serão oportunamente avaliados após o endosso pela União Europeia.

#### Revisão da IAS 24 – Divulgações de Partes Relacionadas

As principais alterações pela revisão desta norma são as seguintes:

- Alteração da definição de partes relacionadas - implicará que algumas entidades deixem de ser consideradas relacionadas e outras passem a ser consideradas relacionadas;
- Isenção parcial de divulgações relativas a transacções entre entidades governamentais bem como com o próprio Governo;
- Obrigatoriedade explícita de divulgar os compromissos com partes relacionadas incluindo os contratos executórios.

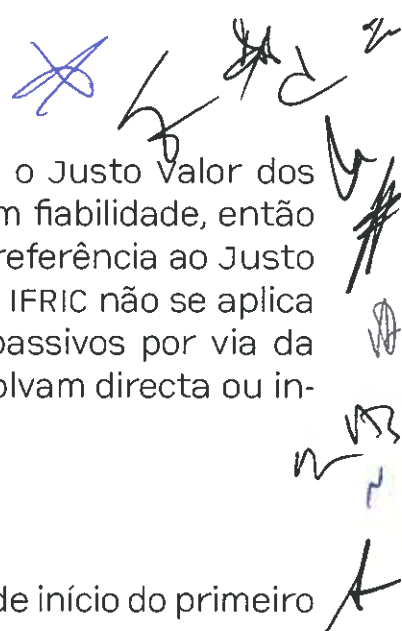
#### Alterações na IFRIC 14 – Adiantamentos para requisitos mínimos de financiamento

Estas alterações foram efectuadas para retirar da IFRIC 14 uma consequência não intencional de quando uma entidade está obrigada a um nível de financiamento mínimo para um plano de benefícios definidos e faz um pagamento antecipado para cobrir esse requisito.

O problema identificado na prática relacionava-se com a capacidade, em algumas jurisdições, de efectuar pagamentos antecipados. Tais pagamentos aumentam o valor dos activos do plano e estariam sujeitos às restrições de reconhecimento de activos da IAS 19 o que levaria a que se nenhum activo pudesse ser reconhecido pelo que o pagamento antecipado teria que ser reconhecido como um gasto no ano do pagamento. De acordo com as alterações, uma entidade deve reconhecer como activo os pagamentos feitos antecipadamente e em cada ano a análise do excedente do plano deve ser analisado como se não tivesse havido pagamentos antecipados.

#### IFRIC 19 – Passivos Financeiros Extintos com Instrumentos de Capital

Esta IFRIC clarifica que instrumentos de capital emitidos para um credor com o objectivo de extinguir passivos financeiros são considerados montantes pagos para efeitos do parágrafo 41 da IAS 39. Desta forma, instrumentos de capital emitidos num equity swap devem ser mensurados ao Justo Valor dos instrumentos de capi-



tal emitidos, se este puder ser determinado com fiabilidade. Se o Justo Valor dos instrumentos de capital emitidos não puder ser determinado com fiabilidade, então os instrumentos de capital emitidos devem ser mensurados por referência ao Justo Valor do passivo financeiro extinto na data da sua extinção. Esta IFRIC não se aplica a situações em que o acordo original já previa a extinção de passivos por via da emissão de instrumentos de capital nem para situações que envolvam directa ou indirectamente proprietários actuando como tal.

### IFRS 3 (Revista) – Concentrações de Actividades Empresariais

Norma efectiva, na União Europeia, o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que comece após 30 de Junho de 2009.

Foi revista a definição de combinação de negócio para esclarecer que pode incluir um conjunto integrado de actividades e de activos que actualmente não estejam a operar como tal.

Adicionalmente, as alterações mais significativas são as seguintes:

- Numa combinação de negócios, uma entidade pode optar por registar um interesse que não controla (anteriormente designados por interesses minoritários) ao justo valor na data de aquisição ou pelo valor correspondente à proporção do interesse detido nos activos e passivos adquiridos;
- Em aquisições em escada, os interesses anteriormente detidos devem ser remensurados para o seu Justo Valor à data da aquisição subsequente, afectando Goodwill por contrapartida de ganhos ou perdas;
- Pagamentos contingentes passam a ser formalmente definidos como pagamentos adicionais efectuados pelo adquirente aos anteriores proprietários (ou devoluções destes) e devem ser mensurados ao justo valor à data de aquisição. Qualquer variação posterior deverá ser reconhecida em ganhos e perdas do exercício em vez de ajustar o goodwill reconhecido na data de aquisição;
- Custos relacionados com a aquisição passam a ser reconhecidos como gastos no momento em que são prestados;
- Responsabilidades contingentes da adquirida serão reconhecidas ao seu justo valor se existir uma obrigação presente que resulta de eventos passados e o seu justo valor possa ser mensurado com fiabilidade;
- O adquirente deve reavaliar a classificação e designação de todos os activos e passivos adquiridos, com excepção das locações e contratos de seguro que são classificados e designados tendo por base os termos contratuais e condições à data do início do contrato;
- Se a adquirente readquirir um direito que tinha sido previamente prestado à adquirida, o direito será reconhecido como um activo intangível identificável separado do goodwill;
- Todos os pagamentos terão de ser analisados para determinar se são parte da



transacção ou de outra transacção, tal como remuneração para prestação de serviços futuros ou liquidação de relações existentes;

- Activos por indemnização são reconhecidos e mensurados com base nos mesmos princípios e pressupostos da responsabilidade relacionada;
- Activos e passivos por impostos diferidos resultantes de activos líquidos adquiridos devem ser mensurados de acordo com os princípios da IAS 12.

A nova versão da IFRS 3 deve ser aplicada prospectivamente a transacções que ocorram após a data de entrada em vigor. Simultaneamente devem ser aplicadas as alterações da IAS 27 apresentadas no parágrafo seguinte. Os impactos da alteração desta Norma estão descritos na Nota 5.

### Alterações na IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas

Norma efectiva, na União Europeia, o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício que comece após 30 de Junho de 2009.

As alterações mais relevantes são as seguintes:

Em situação de perda de controlo numa subsidiária, qualquer interesse residual será remensurado para o justo valor com impacto no ganho ou perda obtido com a venda;

Alterações na detenção de interesses numa subsidiária (que não resulte em perda de controlo) serão reconhecidas como uma transacção de capital pelo que o diferencial entre a quantia paga e o valor contabilístico dos interesses que não controlam deve ser registado directamente no Capital Próprio não dando, portanto, origem a reconhecimento de qualquer Goodwill nem ganhos ou perdas;

As perdas incorridas devem ser alocadas, pela subsidiária, aos interesses que não controlam mesmo que essas perdas excedam o valor desses interesses.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração



## 6.2 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E ANEXOS

BALANÇO CONSOLIDADO*	NOTAS	31/12/09		31/12/08	
		VALOR ANTES DE IMPARIDADE E AMORTIZAÇÕES	IMPARIDADE E AMORTIZAÇÕES	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO
<b>ACTIVO</b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	5	6 347	-	6 347	7 282
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6	41 853	-	41 853	79 288
Activos financeiros detidos para negociação	7	105 535	-	105 535	91 750
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	8	219 389	-	219 389	125 421
Activos financeiros disponíveis para venda	9 e 22	75 961	1 241	74 720	94 980
Aplicações em instituições de crédito	10	225	-	225	4 503
Crédito a clientes	11 e 22	429 092	2 843	426 249	347 666
Investimentos detidos até à maturidade	12	80 399	-	80 399	84 003
Activos com acordo de recompra	13	-	-	-	56 265
Outros activos tangíveis	14	16 722	2 700	14 022	13 947
Activos intangíveis	15	7 411	3 632	3 779	2 035
Activos por impostos correntes	16	1 163	-	1 163	1 037
Activos por impostos diferidos	16	1 222	-	1 222	2 127
Outros activos	17 e 22	12 594	647	11 947	17 086
<b>TOTAL DE ACTIVO</b>		<b>997 913</b>	<b>11 063</b>	<b>986 850</b>	<b>927 345</b>
<b>PASSIVO</b>					
Recursos de bancos centrais	18	-	-	93 136	86 161
Passivos financeiros detidos para negociação	19	-	-	61 627	34 570
Recursos de outras instituições de crédito	20	-	-	424 780	440 869
Recursos de clientes e outros empréstimos	21	-	-	278 440	258 340
Provisões	22	-	-	1 563	617
Passivos por impostos correntes	16	-	-	849	1 327
Passivos por impostos diferidos	16	-	-	6	9
Outros passivos subordinados	23	-	-	30 029	30 075
Outros passivos	24	-	-	22 046	19 262
<b>TOTAL DE PASSIVO</b>				<b>912 476</b>	<b>871 230</b>
<b>CAPITAL</b>					
Capital	25	-	-	55 000	40 000
Reservas de reavaliação	25	-	-	(2 216)	(2 068)
Outras reservas e resultados transitados	25	-	-	15 766	12 980
Resultado do exercício	25	-	-	3 714	3 043
Interesses minoritários	25	-	-	2 110	2 160
<b>TOTAL DE CAPITAL</b>				<b>74 374</b>	<b>56 115</b>
<b>TOTAL DE PASSIVO E CAPITAL</b>				<b>986 850</b>	<b>927 345</b>

(MILHARES DE EUROS)

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA*	NOTAS	31/12/09	31/12/08
Juros e rendimentos similares	26	45 560	82 979
Juros e encargos similares	26	34 667	78 795
<b>MARGEM FINANCEIRA</b>		<b>10 893</b>	<b>4 184</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	27	278	356
Rendimentos de serviços e comissões	28	25 411	29 528
Encargos com serviços e comissões	28	(3 574)	(4 520)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	29	(10 764)	14 940
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	29	1 150	(161)
Resultados de reavaliação cambial	29	10 446	(12 869)
Resultados de alienação de outros activos		(30)	(3)
Outros resultados de exploração		(499)	(7)
<b>PRODUTO BANCÁRIO</b>		<b>33 310</b>	<b>31 447</b>
Custos com pessoal	30	(10 608)	(10 960)
Costos gerais administrativos	31	(12 486)	(12 026)
Depreciações e amortizações	14 e 15	(1 034)	(1 020)
Provisões líquidas de reposições e anulações	22	(950)	(550)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	22	(1 847)	307
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	22	(486)	(184)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	22	(209)	(2 778)
Resultados de associados e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)		(23)	(90)
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>		<b>5 669</b>	<b>4 147</b>
Impostos			
Correntes	16	(933)	(1 423)
Diferidos	16	(1 011)	362
<b>RESULTADO APÓS IMPOSTOS</b>		<b>3 725</b>	<b>3 086</b>
Interesses minoritários	25	(11)	(44)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>3 714</b>	<b>3 043</b>
Número de acções em circulação		11 000 000	8 000 000
<b>RESULTADO POR ACÇÃO (€/ACÇÃO)</b>	<b>33</b>	<b>0,34</b>	<b>0,38</b>

(MILHARES DE EUROS)

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL*	NOTAS	31-12-2009	31-12-2008
Resultado Líquido	25	3 714	3 043
Canhos / (perdas) de justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	25	(257)	(2 757)
Impostos diferidos de activos financeiros disponíveis para venda	25	110	689
Total do Rendimento integral, líquido de impostos	25	3 566	975

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.



DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES EM CAPITAL PRÓPRIO	NOTAS	CAPITAL	OUTRAS RESERVAS	RESUL-TADOS TRANSITA-DOS	RESEPVAS REAVALI-A-ÇÃO	RESUL-TADO DO EXERCÍCIO	TOTAL DE CAPITAL
Saldos em 31.12.2007	25	30 000	11 762	(104)	-	1 327	42 985
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior							
Transferencia para reservas e resultados transitados		-	1 627	(300)	-	(1 327)	-
Aumento de capital		10 000	-	-	-	-	10 000
Rendimento integral no período		-	-	-	(2 068)	3 043	975
Outras variações de capital próprio		-	(5)	-	-	-	(5)
<b>Saldos em 31.12.2009</b>	<b>25</b>	<b>40 000</b>	<b>13 384</b>	<b>(404)</b>	<b>(2 068)</b>	<b>3 043</b>	<b>53 955</b>
Saldos em 31.12.2009		40 000	13 384	(404)	(2 068)	3 043	53 955
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior							
Transferencia para reservas e resultados transitados		-	3 043	-	-	(3 043)	-
Aumento de capital		15 000	-	-	-	-	15 000
Rendimento integral no período		-	-	-	(148)	3 714	3 566
Outras variações de capital próprio		-	(258)	-	-	-	(258)
<b>Saldos em 31.12.2009</b>	<b>25</b>	<b>55 000</b>	<b>16 169</b>	<b>(404)</b>	<b>(2 216)</b>	<b>3 714</b>	<b>72 263</b>

*Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large signature at the top and several initials and scribbles below.*

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.



*Handwritten signature/initials.*

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA		31-12-2009	31-12-2008
<b>ACTIVIDADE OPERACIONAL</b>			
<b>Resultados de Exploração:</b>			
Resultado Líquido do Exercício		3 714	3 043
Provisões do Exercício		4 896	2 479
Amortizações do Exercício		1 036	931
Dotação para Impostos do Exercício		816	33
Interesses Minoritários		11	44
Dividendos Recebidos		(278)	(356)
Juros Pagos de Passivos Subordinados		904	1 727
Outros		1 722	12 201
		<b>12 820</b>	<b>20 102</b>
<b>Varição dos Activos e Passivos Operacionais:</b>			
Varição dos Activos e Passivos Operacionais:			
(Aumento)/Diminuição de Activos Financeiros Detidos para Negociação		(19 893)	(42 373)
(Aumento)/Diminuição de Activos Financeiros ao Justo Valor através de Resultados		(76 975)	92 905
(Aumento)/Diminuição de Activos Financeiros Disponíveis para Venda		5 695	(94 579)
(Aumento)/Diminuição de Aplicações em Outras Instituições de Crédito		4 278	6 854
(Aumento)/Diminuição de Crédito a Clientes		(78 583)	(137 165)
(Aumento)/Diminuição de Investimentos detidos até à maturidade		3 714	(81 236)
		56 528	(56 528)
(Aumento)/Diminuição de Activos com Acordo de Recompra		10 020	(5 001)
(Aumento)/Diminuição de Outros Activos		27 057	(8 674)
(Aumento)/Diminuição de Passivos Financeiros Detidos para Negociação		(19 089)	109 028
(Aumento)/Diminuição de Recursos de Outras Instituições de Crédito		23 101	72 544
(Aumento)/Diminuição de Recursos de Clientes e Outros Empréstimos		(3)	(1)
(Aumento)/Diminuição de Outros Passivos Subordinados		1 242	125 847
(Aumento)/Diminuição de Outros Passivos		(271)	(291)
Imposto sobre o Rendimento		<b>(63 179)</b>	<b>(18 671)</b>
<b>Fluxos de Caixa de Actividade de Operacional</b>		<b>(50 359)</b>	<b>1 431</b>
<b>ACTIVIDADE DE INVESTIMENTOS</b>			
Aquisição de Subsidiários/Associadas		-	(1 583)
Aquisição de Activos Tangíveis		(1 662)	(12 013)
Alienação de Activos Tangíveis		1 348	(20)
Aquisição de Activos Intangíveis		(1 922)	(662)
Dividendos Recebidos		278	356
<b>Fluxos de Caixa de Actividade de Investimento</b>		<b>(1 959)</b>	<b>(13 922)</b>
<b>ACTIVIDADE DE FINANCIAMENTO</b>			
<b>Recebimento Respeitantes a:</b>			
Emissão de Acções		15 000	10 000
<b>Pagamentos Respeitantes a:</b>			
Dividendos Distribuídos no Exercício		(148)	-
Juros Pagos de Passivos Subordinados		(904)	(1 727)
<b>Fluxos de Caixa da Actividade de Financiamento</b>		<b>13 948</b>	<b>8 273</b>
<b>TOTAL</b>		<b>(38 370)</b>	<b>(4 218)</b>
<b>VARIAÇÕES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES</b>			
Caixa e seus Equivalentes no Início do Período		86 570	90 789
Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período		48 200	86 570
		<b>(38 370)</b>	<b>(4 218)</b>
<b>Valor de Balanço das Rubricas de Caixa e Seus Equivalentes, em 31 de Dezembro</b>			
Caixa		3	1
Depósitos à Ordem em Bancos Centrais		6 345	7 281
Depósitos à Ordem em Outras Instituições de Crédito		41 853	79 288
		<b>86 570</b>	<b>86 570</b>

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.

*[Handwritten signatures and initials in blue and black ink, including 'A', 'J', 'L', 'M', 'N', 'O', 'P', 'Q', 'R', 'S', 'T', 'U', 'V', 'W', 'X', 'Y', 'Z']*

## 1. INFORMAÇÃO GERAL

O Banif – Banco de Investimento, S.A. (Sociedade) resultou da cisão, efectuada em 15 de Dezembro de 2000, da Ascor Dealer – Sociedade Financeira de Corretagem, S.A. e da qual resultou, igualmente, a constituição de uma nova sociedade corretora denominada Banif Ascor – Sociedade Corretora, S.A.. A maioria das participações detidas pelo Grupo Banif em sociedades cujo objecto social principal fosse constituído por actividades ligadas à banca de investimento, foram, nessa data, transferidas para esta nova Sociedade.

Nesse contexto, o Banif – Banco de Investimento, S.A., na sua constituição passou a deter a totalidade do capital social das sociedades Banif Ascor – Sociedade Corretora, S.A., Banif Patrimónios – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. e Banif Imo – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A., a maioria do capital social da Banifundos Cisalpina - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. e uma participação significativa no capital social da Banif Açor Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

Por escritura pública, outorgada em 30 de Dezembro de 2002, procedeu-se à fusão, por incorporação, no Banif – Banco de Investimento, S.A. das sociedades Banif Ascor – Sociedade Corretora, S.A. e Banif Patrimónios – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A., tendo os efeitos contabilísticos desta fusão sido reportados a 1 de Janeiro de 2002.

Em Fevereiro de 2003 o Banif – Banco de Investimento, S.A. adquiriu à Cisalpina Gestioni 30% do Capital Social da Banifundos Cisalpina - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A., passando a deter a totalidade do capital social desta sociedade, que, em conformidade, alterou a sua designação social para Banifundos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A..

Por escritura pública, outorgada em 30 de Dezembro de 2003, procedeu-se à fusão, por incorporação, na Banifundos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. da sociedade Banif Imo – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A., tendo os efeitos contabilísticos desta fusão sido reportados a 1 de Janeiro de 2003. No âmbito desta fusão a denominação social da sociedade incorporante foi alterada para Banif Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A..

As acções do Banif – Banco de Investimento, S.A. são 100% detidas pela Banif Investimentos-SCPS, S.A., sub-holding do Banif Grupo Financeiro (Grupo), cuja empresa-mãe é a Banif, SCPS, S.A., entidade que apresenta contas consolidadas para uso público e que cumprem com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS).

Em 26 de Fevereiro de 2010, o Conselho de Administração da Sociedade reviu e aprovou o Balanço e a Demonstração de Resultados de 31 de Dezembro de 2009 e demais



Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas. Em 26 de Fevereiro de 2010 o Conselho de Administração aprovou globalmente o Relatório de Gestão o qual, em conjunto com as Demonstrações Financeiras, será submetido à aprovação da Assembleia Geral Anual de Accionistas de 29 de Março de 2010.

## 2. ADOÇÃO DE NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATO FINANCEIRO NOVAS OU REVISTAS

As políticas contabilísticas adoptadas no exercício são consistentes com as utilizadas nos exercícios anteriores, com excepção da adopção das seguintes novas normas e interpretações, alterações ou revisões de Normas e novas interpretações emitidas pelo IASB/IFRIC e endossadas pela União Europeia. Esta adopção não implicou efeitos na posição patrimonial e performance da Sociedade. A adopção das alterações na IAS 1, IFRS 7 e nova norma IFRS 8, abaixo resumidas, originaram divulgações adicionais.

### Revisão da IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras

Passou a ser requerida uma nova demonstração do rendimento integral que combina os rendimentos e gastos reconhecidos na demonstração de resultados com os reconhecidos directamente nos Capitais Próprios.

A demonstração de alterações nos capitais próprios passa a separar as transacções com detentores do Capital das restantes transacções, apresentando em detalhe as transacções com detentores de capital e as restantes numa única linha da referida demonstração.

A demonstração da posição financeira deverá ser também apresentada para o início do período comparativo sempre que uma entidade proceda à reexpressão dos comparativos decorrente de uma alteração de política contabilística, de uma correcção de um erro, ou a de uma reclassificação de um item nas demonstrações financeiras. Nestes casos, três demonstrações da posição financeira serão apresentadas, em vez das duas demonstrações anteriormente requeridas.

### Alterações na IFRS 7 – Investimentos Financeiros – Divulgações

Com a revisão da IFRS 7 é requerida uma maior exigência de divulgação relativamente ao Justo Valor e liquidez dos investimentos financeiros.

Para os investimentos valorizados ao Justo Valor é exigido que sejam divulgadas as fontes dos pressupostos utilizados na determinação do Justo valor, utilizando três níveis de hierarquia:

Cotações nos mercados activos (Nível 1);

Inputs directos ou indirectos observáveis de dados de mercado (Nível 2);

Inputs que não sejam baseados em dados de mercado observáveis (Nível 3).

Esta obrigatoriedade de informação deverá ser dada por classe de investimentos financeiros, sendo também requerida a divulgação das transferências ocorridas entre os níveis 1 e 2. Estes níveis de informação são apenas ao nível das divulgações, pois

*[Handwritten notes and signatures in blue and black ink, including a large signature and several initials.]*

a valorização dos investimentos financeiros continua a basear-se na hierarquia prevista na IAS 39.

Adicionalmente, foram alterados os requisitos de divulgações sobre liquidez em relação a activos usados para a sua gestão e transacções com derivados.

## IFRS 8 – Segmentos Operacionais

A IFRS 8 – Segmentos Operacionais substituiu a IAS 14 e define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade e também sobre serviços e produtos, áreas geográficas onde a entidade opera e os seus maiores clientes. A abordagem para definição dos segmentos passou a ser o full management approach i.e. a abordagem que tem por base a informação que é utilizada internamente para efeitos de decisões operacionais a qual, se diferente da estrutura de relato, requer a correspondente reconciliação. Considerando que esta abordagem já tinha sido anteriormente utilizada na definição dos segmentos reportáveis, não se verificou a necessidade de proceder a alterações na estrutura do relato por segmentos. Contudo, passaram a ser requeridas divulgações adicionais:

- a) Explicação de como foram determinados os segmentos operacionais reportados, as bases de mensuração dos valores por segmento, alterações na estrutura organizacional interna e consequentes impactos, se aplicável, na composição dos segmentos reportáveis;
- b) Substituição da extensa informação geográfica requerida na IAS 14 por informação sobre os resultados por cada grupo de serviços e produtos atribuídos ao país da sede e países estrangeiros (com divulgação individual por país se materialmente relevante);
- c) Reconciliação dos totais por segmentos com os totais das correspondentes rubricas do Balanço e Demonstração de Resultados.

## Alterações na IFRS 2 – Pagamento com base em Acções: Condições de aquisição e cancelamento

Esta alteração ao IFRS 2 permitiu clarificar que (i) as condições de aquisição dos direitos inerentes a um plano de pagamentos com base em acções limitam-se a condições de serviço ou de performance e que (ii) qualquer cancelamento de tais programas, quer pela entidade quer por terceiras partes, têm o mesmo tratamento contabilístico.

## Revisão da IAS 23 - Custos de Empréstimos Obtidos

Esta norma define que os custos de empréstimos obtidos directamente atribuíveis ao custo de aquisição, construção ou produção de um activo (activo elegível) são parte integrante do seu custo. Assim, a opção de registar tais custos directamente nos resultados é eliminada.



JK

## Alterações na IAS 27 – Demonstrações Financeiras consolidadas ou separadas - Custo dos Investimentos em Subsidiárias, Associadas ou Entidades sob controlo

A alteração a esta norma é relativa às Demonstrações financeiras separadas da Empresa detentora, suprimindo da IAS 27 a definição de método do custo e a distinção de resultados pré e pós aquisição. Assim, os dividendos de uma subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada podem ser integralmente reconhecidos, tendo em atenção qualquer indicação de imparidade. Adicionalmente, a IAS 27 foi emendada para efectivamente permitir que o custo de um investimento numa subsidiária, em situações limitadas de reorganizações, seja baseado no valor contabilístico previamente reconhecido em vez do seu justo valor.

## Alterações na IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação – Instrumentos financeiros remíveis e obrigações resultantes de liquidação

De acordo com os requisitos anteriores da IAS 32, se pudesse ser exigido a um emissor o pagamento em dinheiro ou outro activo financeiro em troca pela remissão ou recompra do instrumento financeiro, o instrumento seria classificado como um passivo financeiro. Como resultado desta alteração alguns instrumentos financeiros que cumpririam com os requisitos da definição de passivo financeiro passarão a ser classificados como instrumentos de capital se (i) representarem um interesse residual nos activos líquidos de uma entidade, (ii) fizerem parte de uma classe de instrumentos subordinados a qualquer outra classe de instrumentos emitidos pela entidade, e (iii) caso todos os instrumentos desta classe tenham os mesmos termos e condições. Foi também efectuada uma alteração à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras para adicionar um novo requisito de apresentação dos instrumentos financeiros remíveis e das obrigações resultantes da liquidação.

## Projecto Anual de Melhorias

Em Maio de 2008, o IASB publicou a Parte I do Projecto Anual de Melhorias de certas normas então em vigor, com o objectivo de remover inconsistências e clarificar conceitos. A Sociedade teve em conta as alterações efectuadas, as quais não tiveram qualquer impacto na sua posição financeira ou performance.

Foram também tomadas em consideração as melhorias referidas na Parte II do Projecto Anual de Melhorias relativas a terminologia ou alterações de natureza editorial.

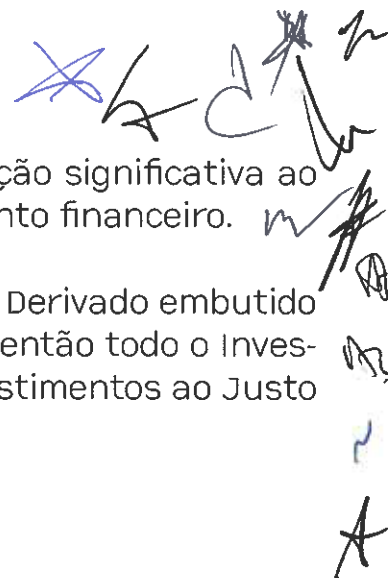
## IFRIC 9 (Alterações) – Reavaliação de Derivados Embutidos e IAS 39 – Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração

As alterações a esta interpretação são:

As entidades devem avaliar se o derivado embutido deve ser separado do contrato base quando a entidade reclassifica o investimento financeiro híbrido para outra classe que não Investimentos ao Justo valor através de resultados.

Esta avaliação deve ser efectuada na data mais recente entre: i) a data em que a





entidade se torna parte do contrato; e ii) a data de uma alteração significativa ao contrato que afecte significativamente o Cash Flow do investimento financeiro.

As alterações à IAS 39 referem ainda que se o Justo Valor de um Derivado embutido que deveria ser separado não puder ser medido com fiabilidade, então todo o Investimento híbrido deve permanecer classificado na rubrica de Investimentos ao Justo valor através de resultados.

#### IFRIC 13 – Programas de Fidelização de Clientes

Esta interpretação aplica-se a programas de fidelização de clientes, onde são atribuídos créditos aos clientes como parte integrante de uma venda ou prestação de serviços e estes poderão trocar esses créditos, no futuro, por serviços ou mercadorias gratuitamente ou com desconto.

#### IFRIC 14 – O Limite sobre um activo de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimo e respectiva interacção

Esta interpretação clarifica as disposições da Norma Internacional de Contabilidade nº 19 no que respeita à mensuração de um activo de benefícios definidos, no contexto dos planos de benefícios definidos após a passagem para a reforma e para os casos em que existam requisitos de financiamento mínimo.

Quando não existem requisitos de financiamento mínimo, um activo de benefícios definidos é o excedente do justo valor dos activos do plano face ao valor presente da obrigação de benefícios definidos. Quando existem requisitos de financiamento mínimo, esse valor é deduzido ao montante do activo que pode ser reconhecido quando não existem requisitos de financiamento mínimo.

A mensuração do activo fica assim limitada ao valor presente de benefícios económicos futuros disponíveis, quer sob a forma de reembolsos do plano quer de reduções em futuras contribuições para o plano, que podem ser afectados por requisitos de financiamento mínimo.

#### IFRIC 15 – Acordos para construção de imóveis

Esta interpretação esclarece quando e como deve ser reconhecido o crédito associado à construção de imóveis:

- Construção ao abrigo de um contrato de construção – Percentagem de acabamento de acordo com a IAS 11;
- Acordo de prestação de serviços de construção – Percentagem de acabamento de acordo com a IAS 18;
- Acordo de prestação de serviços de construção com materiais incluídos em que a transferência dos riscos e recompensas não é feito de forma contínua – Reconhecimento da venda de acordo com a IAS 18 aquando da transferência dos riscos e recompensas (normalmente o término da construção).



## IFRIC 16 – Cobertura de Investimento líquido em Operações em moeda estrangeira

Esta interpretação esclarece que uma entidade pode efectuar operações de cobertura de ganhos e perdas cambias de um investimento líquido originadas pela diferença entre a sua moeda funcional e a as moedas funcionais da sua casa – mãe directa, intermediária ou de topo. O item coberto pode ser uma quantia igual ou menor do que o valor contabilístico dos activos líquidos na operação estrangeira incluídos na consolidação. Não é necessário que o instrumento de cobertura seja detido pela entidade sujeita ao risco.

Na Nota 37 encontram-se ainda descritas as normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB, mas que ainda não entraram em vigor e/ou não foram ainda endossadas pela União Europeia e que a Sociedade não aplicou antecipadamente nas suas demonstrações financeiras.

### 3. BASES DE APRESENTAÇÃO E POLITICAS CONTABILISTICAS

#### 3.1 BASES DE APRESENTAÇÃO DE CONTAS

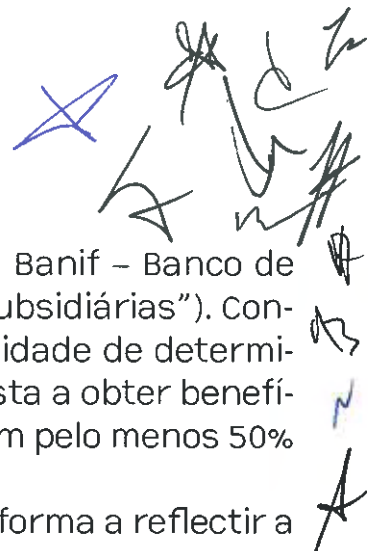
As demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade estão preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – International Financial Reporting Standards) tal como adoptadas na União Europeia, no âmbito das disposições do Regulamento do Conselho e do Parlamento Europeu nº 1606/02.

As Normas Internacionais de Relato Financeiro adoptadas na União Europeia, diferem da versão integral das IFRS, conforme publicadas pelo IASB (International Accounting Standards Board), no que respeita à eliminação de certas restrições no que se refere à aplicação de contabilidade de cobertura do IAS 39 “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Valorização”.

As demonstrações financeiras foram preparadas numa base de custo histórico, com excepção da reavaliação de instrumentos financeiros. As principais políticas contabilísticas utilizadas são apresentadas abaixo.

#### 3.2 INFORMAÇÃO COMPARATIVA

A Sociedade não procedeu à alterações de políticas contabilísticas, pelo que em geral os valores apresentados são comparáveis, nos aspectos relevantes, com os dos exercícios anteriores.



### 3.3 PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas do Banif – Banco de Investimento, S.A. e entidades por si controladas (denominadas “subsidiárias”). Considera-se que existe controlo sempre a Sociedade tenha a possibilidade de determinar as políticas operacionais e financeiras de uma entidade com vista a obter benefícios das suas actividades, o que normalmente sucede quando detém pelo menos 50% dos direitos de voto da entidade.

Sempre que aplicável, as contas das subsidiárias são ajustadas de forma a reflectir a utilização das políticas contabilísticas do Banif – Banco de Investimento, S.A..

Os saldos e transacções significativos existentes entre as empresas do Grupo são eliminados no decorrer do processo de consolidação.

O valor correspondente à participação de terceiros nas subsidiárias é apresentado na rubrica “Interesses minoritários”, incluída no capital próprio.

### 3.4 INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Trata-se de investimentos em entidades em que o Grupo tem influência significativa e que não sejam subsidiárias. Considera-se que existe influência significativa sempre que a Sociedade detenha, directa ou indirectamente, mais de 20% dos direitos de voto.

Os investimentos em associadas são registados de acordo com o método da equivalência patrimonial. O registo inicial do investimento é efectuado pelo custo de aquisição, o qual é incrementado ou diminuído pelo reconhecimento das variações subsequentes na parcela detida na situação líquida da associada. O goodwill originado na aquisição fica reflectido no valor do investimento, sendo objecto de análise de imparidade como parte do valor do investimento. Qualquer goodwill negativo é imediatamente reconhecido em resultados.

À semelhança do procedimento seguido relativamente às subsidiárias, sempre que aplicável, as contas das associadas são ajustadas de forma a reflectir a utilização das políticas contabilísticas do Grupo..

Os investimentos em associadas encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

### 3.5 CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes incluem moeda nacional e estrangeira, em caixa, depósitos à ordem junto de bancos centrais e depósitos à ordem junto de outros bancos no país e estrangeiro.



### 3.6 TRANSACÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio contratadas na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Os itens não monetários, que sejam valorizados ao justo valor, são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os itens não monetários, que sejam mantidos ao custo histórico, são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na demonstração de resultados, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do activo.

### 3.7 USO DE ESTIMATIVAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A preparação das Demonstrações Financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos pela Gestão da Sociedade, os quais afectam o valor dos activos e passivos, réditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados. Na elaboração destas estimativas, a Gestão utilizou o seu julgamento, assim como a informação disponível na data da preparação das demonstrações financeiras. Consequentemente, os valores futuros efectivamente realizados poderão diferir das estimativas efectuadas.

As situações onde o uso de estimativas é mais significativo são as seguintes:

#### **Justo valor dos instrumentos financeiros**

Quando os justos valores dos instrumentos financeiros não podem ser determinados através de cotações (marked to market) nos mercados activos, são determinados através da utilização de técnicas de valorização que incluem modelos matemáticos (marked to model). Os dados de input nesses modelos são, sempre que possível, dados observáveis de mercado, mas quando tal não é possível um grau de julgamento é requerido para estabelecer os justos valores, nomeadamente ao nível da liquidez, correlação e volatilidade.

#### **Perdas por Imparidade em créditos a clientes**

Os créditos de clientes com posições vencidas e responsabilidades totais consideradas de montante significativo, são objecto de análise individual para avaliar as necessidades de registo de perdas por imparidade. Nesta análise é estimado o montante e prazo dos fluxos futuros. Estas estimativas são baseadas em suposições sobre um conjunto de factores que se podem modificar no futuro e consequentemente alterar os montantes de imparidade. Adicionalmente, é também

realizada uma análise colectiva de imparidade por segmentos de crédito com características e riscos similares e determinadas perdas por imparidade com base comportamento histórico das perdas para o mesmo tipo de activos.

### **Imparidade em instrumentos de capital**

Os activos financeiros disponíveis para venda são considerados em imparidade quando se verifica um significativo e prolongado declínio nos justos valores, abaixo do preço de custo, ou quando existam outras evidências objectivas de imparidade. A determinação do nível de declínio em que se considera "significativo e prolongado" requer julgamentos. Neste contexto o Grupo determinou que um declínio no justo valor de um instrumento de capital igual ou superior a 20% por mais de 6 meses é considerado significativo e prolongado. Adicionalmente, são avaliados outros factores, tal como o comportamento da volatilidade nos preços dos activos.

### **Activos por impostos diferidos**

São reconhecidos activos por impostos diferidos para prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que venham a existir no prazo futuro estabelecido por lei resultados fiscais positivos. Para o efeito são efectuados julgamentos para a determinação do montante de impostos diferidos activos que podem ser reconhecidos, baseados no nível de resultados fiscais futuros esperado.

## 3.8 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### 3.8.1 RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO INICIAL DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As compras e vendas de activos financeiros que implicam a entrega de activos de acordo com os prazos estabelecidos, por regulamento ou convenção no mercado, são reconhecidos na data da transacção, isto é, na data em que é assumido o compromisso de compra ou venda. Os instrumentos financeiros derivados são igualmente reconhecidos na data da transacção.

A classificação dos instrumentos financeiros na data de reconhecimento inicial depende das suas características e da intenção de aquisição. Todos os instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao justo valor acrescido dos custos directamente atribuíveis à compra ou emissão, excepto no caso dos activos e passivos ao justo valor através de resultados em que tais custos são reconhecidos directamente em resultados.



## 3.8.2 MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### **Activos financeiros detidos para negociação**

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação são os adquiridos com o propósito de venda no curto prazo e de realização de lucros a partir de flutuações no preço ou na margem do negociador, incluindo todos os instrumentos financeiros derivados que não sejam enquadrados como operações de cobertura.

Após reconhecimento inicial, os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor são reflectidos em resultados do exercício. Nos derivados os justos valores positivos são registados no activo e os justos valores negativos no passivo. Os juros e dividendos ou encargos são registados nas respectivas contas de resultados quando o direito ao seu pagamento ou recebimento é estabelecido.

Os passivos financeiros de negociação incluem também vendas de títulos a descoberto. Estas operações são relevadas em balanço ao justo valor, com variações subsequentes de justo valor relevadas em resultados do exercício na rubrica “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”.

### **Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados**

Estas rubricas incluem os activos e passivos financeiros classificados pela Sociedade de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados, de acordo com a opção prevista no IAS 39 (fair value option), desde que satisfeitas as condições previstas para o seu reconhecimento, nomeadamente:

1. A designação elimina ou reduz significativamente inconsistências de mensuração de activos e passivos financeiros e reconhecimento dos respectivos de ganhos ou perdas (accounting mismatch);
2. Os activos e passivos financeiros são parte de um grupo de activos ou passivos ou ambos que é gerido e a sua performance avaliada numa base de justo valor, de acordo com uma estratégia de investimento e gestão de risco devidamente documentada; ou
3. O instrumento financeiro integra um ou mais derivados embutidos, excepto quando os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa inerentes ao contrato, ou seja claro, com reduzida ou nenhuma análise, que a separação dos derivados embutidos não possa ser efectuada.

Após reconhecimento inicial os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor dos activos e passivos financeiros são reflectidos em resultados do exercício na rubrica “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”.

### **Activos financeiros disponíveis para venda**

São classificados nesta rubrica instrumentos que podem ser alienados em resposta ou em antecipação a necessidades de liquidez ou alterações de taxas de juro, taxas



de câmbio ou alterações do seu preço de mercado, e que a Sociedade não classificou em qualquer uma das outras categorias.

Após o reconhecimento inicial são subsequentemente mensurados ao justo valor, ou mantendo o custo de aquisição caso não seja possível apurar o justo valor com fiabilidade, sendo os respectivos ganhos e perdas reflectidos na rubrica "Reservas de Reavaliação" até à sua venda (ou ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento no qual o valor acumulado é transferido para resultados do exercício para a rubrica "Resultados de activos financeiros disponíveis para venda".

Os juros inerentes aos activos financeiros são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de "Juros e rendimentos similares". Os dividendos são reconhecidos em resultados, quando o direito ao seu pagamento é estabelecido, na rubrica "Rendimentos de instrumentos de capital". Nos instrumentos de dívida emitidos em moeda estrangeira, as diferenças cambiais apuradas são reconhecidas em resultados do exercício na rubrica "Resultados de reavaliação cambial".

Os activos financeiros disponíveis para venda são analisados quando existam indícios objectivos de imparidade, nomeadamente quando se verifica um significativo ou prolongado declínio nos justos valores, abaixo dos preço de custo. A determinação do nível de declínio em que se considera "significativo ou prolongado" requer julgamentos. Neste contexto a Sociedade considera que um declínio no justo valor de um instrumento de capital igual ou superior a 30% (20% em 2007) ou um declínio por mais de 1 ano (6 meses em 2007) pode ser considerado significativo ou prolongado. Contudo, são avaliados outros factores, tal como o comportamento da volatilidade nos preços dos activos. A alteração dos critérios de verificação da existência de prova objectiva de imparidade, de 20% para 30% e de 6 meses para 1 ano, reflecte um ajustamento adequado face às condições extraordinárias de volatilidade e falta de liquidez do mercado, enquadrado na Carta Circular N.º 105/08/DSBDR de 18/12/2008 do Banco de Portugal. Esta alteração não tem quaisquer impactos nos comparativos do ano anterior.

### **Aplicações em outras Instituições de Crédito e Crédito a clientes**

Estas rubricas incluem aplicações junto de instituições de crédito e crédito concedido a clientes da Sociedade.

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo, que não sejam activos adquiridos ou originados com intenção de alienação a curto prazo (detidos para negociação) ou classificados como activos financeiros ao justo valor através de resultados no seu reconhecimento inicial.

Após o reconhecimento inicial, normalmente ao valor desembolsado que inclui todos os custos inerentes à transacção, incluindo comissões cobradas que não tenham a natureza de prestação de serviço (se existentes), subsequentemente estes activos



são mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa efectiva, e sujeitos a testes de imparidade.

O custo amortizado é calculado tendo em conta rendimentos ou encargos directamente imputáveis à originação do activo como parte da taxa de juro efectiva. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica “Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações”.

Os empréstimos concedidos e contas a receber apenas são abatidos ao activo (write-off), quando não há expectativas realísticas de recuperação desses montantes, incluindo através das garantias associadas (colaterais).

### **Recursos de outras instituições de crédito, Recursos de clientes e outros empréstimos, Responsabilidades representadas por títulos e Outros passivos subordinados**

Os restantes passivos financeiros, que incluem essencialmente recursos de instituições de crédito, depósitos de clientes e emissões de dívida não designadas como passivos financeiros ao justo valor através de resultados e cujos termos contratuais resultam na obrigação de entrega ao detentor de fundos ou activos financeiros, são reconhecidos inicialmente pela contraprestação recebida líquida dos custos de transacção directamente associados (se existentes) e subsequente valorizados ao custo amortizado usando o método da taxa efectiva. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica “Juros e encargos similares”.

### **Repo's e Reverse repo's**

Os repo's são vendas de activos financeiros, que tem associado um acordo de compra numa data futura. O montante recebido da venda (financiamento) tem subjacente uma taxa juro (“Repo rate”). O valor do financiamento é registado na rubrica de recursos de outras instituições de crédito pelo valor contrato que corresponde à contraprestação recebida líquida, os juros a pagar são reconhecidos de acordo com o principio da especialização sendo registados em juros e encargos similares. Os títulos ficam custodiados na contraparte como garantia do financiamento.

Os reverse repo's são compras de activos financeiros, que tem associado um acordo de revenda numa data futura por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço. O valor de compra registado como empréstimos a outras instituições financeiras ou clientes, conforme apropriado, os juros a receber são reconhecidos de acordo com o principio da especialização sendo registados em juros e encargos similares.

### **Justo valor**

O justo valor utilizado na valorização de activos e passivos financeiros de negociação, classificados como ao justo valor por contrapartida de resultados e activos financeiros disponíveis para venda é determinado de acordo com os seguintes critérios:





1.No caso de instrumentos transaccionados em mercados activos, o justo valor é determinado com base na cotação de fecho, no preço da última transacção efectuada ou no valor da última oferta (“bid”) conhecida;

2.No caso de activos não transaccionados em mercados activos, o justo valor é determinado com recurso a técnicas de valorização, que incluem preços de transacções recentes de instrumentos equiparáveis e outros métodos de valorização normalmente utilizados pelo mercado (“discounted cash flow”, modelos de valorização de opções, etc.).

Os activos de rendimento variável (v.g. acções) e instrumentos derivados que os tenham como subjacente, para os quais não seja possível a obtenção de valorizações fiáveis, são mantidos ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

### **Imparidade**

A Sociedade avalia com uma periodicidade trimestral, se existe evidência de imparidade num activo ou grupo de activos financeiros. Um activo financeiro encontra-se em imparidade, se e só se, existir evidência de que a ocorrência de um evento (ou eventos) tiver um impacto mensurável nos fluxos de caixa futuros esperados desse activo ou grupo de activos. Perdas esperadas em resultado de eventos futuros, independentemente da sua probabilidade de ocorrência, não são reconhecidas. A Sociedade utiliza o modelo de imparidade definido pelo Grupo Banif.

A evidência de imparidade de um activo ou grupo de activos definida pelo Grupo prende-se com a observação dos seguintes eventos de perda:

- Créditos em situação irregular há pelo menos 90 dias;
- Créditos reestruturados por deterioração da capacidade do mutuário, isto é, com as seguintes características cumulativas:
  - i) um plano de pagamentos ou condições diferentes das originais;
  - ii) na data da última alteração às condições originais, o crédito já se encontrava em situação irregular há pelo menos 90 dias;
  - iii) a última alteração às condições originais foi há menos de 1 ano.

Para os créditos a clientes com evidência objectiva de imparidade, a Sociedade inicialmente procede à uma análise individual, para os clientes com responsabilidades totais consideradas significativas.

Se existir evidência de que a Sociedade incorreu numa perda de imparidade nos créditos avaliados individualmente, o montante da perda é determinado pela diferença entre o valor desses activos e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de imparidade futuras ainda não incorridas), descontados à taxa de juro original do activo ou activos financeiros. O valor de balanço do activo ou dos activos é reduzido pela utilização de uma conta de perdas por imparidade e o montante reconhecido na demonstração de resultados na rubrica “Imparidade do crédito líquida de recuperações e reversões. Para créditos com taxa de juro variável, a taxa



de desconto utilizada para determinar qualquer perda por imparidade é a taxa de juro corrente, determinada pelo contrato.

Os restantes créditos são incluídos na análise colectiva efectuada por segmentos com características e riscos similares.

De acordo com o modelo conceptual de imparidade em vigor no Grupo, quando um grupo de activos financeiros é avaliado em conjunto, os fluxos de caixa futuros desse grupo são estimados tendo por base os fluxos contratuais dos activos desse grupo e os dados históricos relativos a perdas em activos com características de risco de crédito similares aos que integram o grupo. Sempre que o Grupo entenda necessário, os dados históricos são actualizados com base nos dados correntes observáveis, a fim de reflectirem os efeitos das condições actuais.

Sempre que num período subsequente, se registre uma diminuição do montante das perdas por imparidade atribuída a um evento, o montante previamente reconhecido é revertido pelo ajustamento da conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração de resultados na mesma rubrica.

Os juros destes activos continuam a ser reconhecidos sobre o montante reduzido do Balanço com base na taxa efectiva original.

### **Derivados**

Na sua actividade corrente, a Sociedade utiliza alguns instrumentos financeiros derivados quer para satisfazer as necessidades dos seus clientes, quer para gerir as suas próprias posições de risco de taxa de juro ou outros riscos de mercado. Estes instrumentos envolvem graus variáveis de risco de crédito (máxima perda contabilística potencial devida a eventual incumprimento das contrapartes das respectivas obrigações contratuais) e de risco de mercado (máxima perda potencial devida à alteração de valor de um instrumento financeiro em resultado de variações de taxas de juro, câmbio e cotações).

Os montantes nominais das operações de derivados são utilizados para calcular os fluxos a trocar nos termos contratuais, eventualmente em termos líquidos, e embora constituam a medida de volume mais usual nestes mercados, não correspondem a qualquer quantificação do risco de crédito ou de mercado das respectivas operações. Para derivados de taxa de juro ou de câmbio, o risco de crédito é medido pelo custo de substituição a preços correntes de mercado dos contratos em que se detém uma posição potencial de ganho (valor positivo de mercado) no caso de a contraparte entrar em incumprimento.

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são separados do instrumento de acolhimento sempre que os seus riscos e características não estão intimamente relacionados com os do contrato de acolhimento e a totalidade do instrumento não é designado no reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados (fair value option).



Os instrumentos derivados utilizados pelo Grupo na sua gestão de exposição a riscos financeiros e de mercado, são contabilizados como derivados de cobertura de acordo com os critérios definidos pela norma IAS 39, caso cumpram os requisitos de elegibilidade previstos pela norma, nomeadamente para o registo de coberturas da exposição à variação do justo valor de elementos cobertos ("Coberturas de justo valor"). Caso contrário, os derivados são considerados pelo seu justo valor como activos ou passivos financeiros de negociação, consoante tenham, respectivamente, justo valor positivo ou negativo.

Na designação de uma operação de cobertura, a relação entre o elemento de cobertura e o elemento coberto é formalmente documentada, nomeadamente em relação a:

- Natureza do(s) risco(s) subjacente(s) e estratégia da operação de cobertura de acordo com as políticas de risco da Sociedade;
- Descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura;
- Método de avaliação da eficácia da cobertura e periodicidade da sua realização.

Para os derivados de cobertura, periodicamente, são efectuadas análises da eficácia realmente atingida com a relação de cobertura, nomeadamente, através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto, atribuíveis ao risco coberto.

Os resultados apurados no âmbito dos instrumentos derivados de cobertura são reconhecidos nos proveitos e custos do exercício, tal como no caso dos instrumentos derivados de negociação, caso o resultado do teste de eficácia efectuado se encontre dentro dos parâmetros definidos na IAS 39 (80%-125%).

Os resultados da mensuração subsequente do justo valor são reconhecidos nos resultados do exercício em simultâneo com os resultados de mensuração ao justo valor do instrumento coberto na rubrica "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados".

Os instrumentos derivados têm sido utilizados no Grupo, principalmente para cobertura do risco de operações de derivativos com clientes: são contratados derivativos OTC (cross currency swap, interest rate swap, equity swap, etc.) com clientes cujo risco é coberto com operações de back-to-back com contrapartes no mercado.

Nas demonstrações financeiras não se encontram consideradas quaisquer operações de cobertura, dado que todos os instrumentos derivados existentes ou foram classificados como de negociação por não cumprirem os requisitos de contabilidade de cobertura da IAS 39, ou estão associados a passivos designados ao justo valor através de resultados. Consequentemente todos os derivados encontram-se registados em activos e passivos de negociação.



### 3.8.3 DESRECONHECIMENTO DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

#### **Activos financeiros**

Um activo financeiro (ou quando aplicável uma parte de um activo financeiro ou parte de um grupo de activos financeiros) é desreconhecido quando:

1. os direitos de recebimento dos fluxos de caixa do activo expirem; ou
2. os direitos de recebimento dos fluxos de caixa tenham sido transferidos, ou foi assumida a obrigação de pagar na totalidade os fluxos de caixa a receber, sem demora significativa, a terceiros no âmbito de um acordo “pass-through”; e
3. os riscos e benefícios do activo foram substancialmente transferidos, ou os riscos e benefícios não foram transferidos nem retidos, mas foi transferido o controlo sobre o activo.

#### **Passivos financeiros**

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente expira ou é cancelada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro com a mesma contraparte em termos substancialmente diferentes dos inicialmente estabelecidos, ou os termos iniciais são substancialmente alterados, esta substituição ou alteração é tratada como um desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo e qualquer diferença entre os respectivos valores é reconhecida em resultados do exercício.

## 3.9 OUTROS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A rubrica de activos fixos tangíveis inclui as obras em imóveis de serviço próprio, veículos e outros equipamentos.

São classificados como imóveis de serviço próprio, os imóveis utilizados pela Sociedade no desenvolvimento das suas actividades no estrangeiro. Os imóveis de serviço próprio são valorizados ao custo histórico, reavaliado de acordo com as disposições legais aplicáveis, deduzido de subseqüentes amortizações.

Os restantes activos fixos tangíveis encontram-se registados pelo seu custo, deduzido de subseqüentes amortizações. Os custos de reparação e manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo quando ocorrem.

Os activos tangíveis são amortizados numa base linear, de acordo com o disposto no Aviso nº 9/94, de 2 de Novembro, que é:

Imóveis	[3 – 20] anos
Veículos	4 anos
Outro equipamento	[3 – 10] anos



Handwritten notes in blue ink, including a large 'X' and various scribbles.

### 3.10 ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os activos intangíveis, que correspondem essencialmente a “software”, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são registadas numa base linear, ao longo da vida útil estimada dos activos, que actualmente se encontra em 3 anos.

Os activos intangíveis podem incluir valores de despesas internas capitalizadas, nomeadamente com o desenvolvimento interno de software. Para este efeito, as despesas apenas são capitalizadas a partir do momento em que estão reunidas as condições previstas na norma IAS 38, nomeadamente os requisitos inerentes à fase de desenvolvimento.

### 3.11 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os custos com impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente é apurado com base nas taxas de imposto em vigor nas jurisdições em que a Sociedade opera.

A Sociedade regista ainda como impostos diferidos passivos ou activos os valores respeitantes ao reconhecimento de impostos a pagar/ recuperar no futuro, decorrentes de diferenças temporárias tributáveis/ dedutíveis, nomeadamente relacionadas com provisões temporariamente não dedutíveis para efeitos fiscais, reavaliações de títulos e derivados apenas tributáveis no momento da sua realização, o regime de tributação das responsabilidades com pensões e outros benefícios dos empregados e mais-valias não tributadas por reinvestimento.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base anual, utilizando as taxas de tributação que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data do balanço. Os passivos por impostos diferidos são sempre registados. Os activos por impostos diferidos apenas são registados na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam o seu aproveitamento.

Os impostos sobre o rendimento são registados por contrapartida de resultados do exercício.

### 3.12 PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa da Sociedade de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.



Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

### 3.13 RECONHECIMENTO DE PROVEITOS E CUSTOS

Em geral os proveitos e custos reconhecem-se em função do período de vigência das operações de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, isto é, são registados à medida que são gerados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. Os proveitos são reconhecidos na medida em que seja provável que benefícios económicos associados à transacção fluam para o Grupo e a quantia do rédito possa ser favelmente mensurada.

Para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e para os instrumentos financeiros classificados como “Activos Financeiros disponíveis para venda” os juros são reconhecidos usando o método da taxa efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente o conjunto de recebimentos ou pagamentos de caixa futuros até à maturidade, ou até à próxima data de repricing, para o montante líquido actualmente registado do activo ou passivo financeiro. Quando calculada a taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando os termos contratuais e considerados todos os restantes rendimentos ou encargos directamente atribuíveis aos contratos.

### 3.14 COMISSÕES POR SERVIÇOS PRESTADOS

A Sociedade cobra comissões aos seus clientes pela prestação de um amplo conjunto de serviços. Estas incluem comissões pela prestação de serviços continuados, relativamente aos quais os clientes são usualmente debitados de forma periódica, ou comissões cobradas pela realização de um determinado acto significativo.

As comissões cobradas por serviços prestados durante um período determinado são reconhecidas ao longo do período de duração do serviço. As comissões relacionadas com a realização de um acto significativo são reconhecidas no momento em que ocorre o referido acto.

### 3.15 DIVIDENDOS

Os dividendos obtidos são reconhecidos quando estabelecido o direito o seu recebimento.

Os dividendos distribuídos aos accionistas são reconhecidos como passivo e deduzidos da rubrica de Capital quando são aprovados pelos accionistas. Os dividendos relativos ao exercício aprovados pelo Conselho de Administração após a data de referência das demonstrações financeiras são divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras.

## 4. RELATO POR SEGMENTOS

No relato por segmentos da Sociedade, com referência a 31 de Dezembro de 2008, o reporting primário é feito por áreas de negócio, as quais incluem Corporate Finance, Negociação e Vendas, Corretagem, Banca de Retalho, Banca Comercial, Pagamentos e Liquidações, Custódia, Gestão de Activos e outras actividades.

A divisão efectuada pelos diversos processos de negócio foi efectuada tendo em conta a natureza dos processos, similaridade dos mesmos, a organização e processos de gestão em vigor na Sociedade.

### 4.1 SEGMENTOS DE NEGÓCIO

CATEGORIA	BANCA COMERCIAL	BANCA RETAILHO	CORPORATE FINANCE	CORRETAGEM	CUSTÓDIA	GESTÃO DE ACTIVOS	OUTROS	TRADING SALES	TOTAL
Juros e rendimentos similares	2 910	260	1 174	-3	0	81	34	41 104	45 560
Juros e encargos similares	-29	-5	37	0	0	159	-255	-34 572	-34 667
<b>MARGEM FINANCEIRA</b>	<b>2 881</b>	<b>254</b>	<b>1 211</b>	<b>-3</b>	<b>0</b>	<b>240</b>	<b>-221</b>	<b>6 532</b>	<b>10 893</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	0	0	0	1	0	0	0	277	278
Rendimentos de serviços e comissões	2 333	162	4 684	1 492	91	14 552	1 342	756	25 411
Encargos com serviços e comissões	-71	0	-225	-418	0	-2 342	-47	-471	-3 574
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	1	765	667	-16	0	9	5	-12 194	-10 764
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	0	0	0	1 150	1 150
Resultados de reavaliação cambial	0	0	0	0	0	5	0	10 441	10 446
Resultados de alienação de outros activos	0	0	0	0	0	0	-30	0	-30
Outros resultados de exploração	-26	-23	-39	-17	13	-607	-55	255	-499
<b>PRODUTO BANCÁRIO</b>	<b>5 117</b>	<b>1 158</b>	<b>6 297</b>	<b>1 037</b>	<b>105</b>	<b>11 857</b>	<b>994</b>	<b>6 746</b>	<b>33 310</b>
Custos com pessoal	-800	-618	-1 156	-952	-74	-4 349	-1 169	-1 491	-10 608
Gastos gerais administrativos	-658	-543	-810	-1 154	-93	-5 561	-1 052	-2 614	-12 486
Amortizações do exercício	-58	-63	-78	-81	-11	-229	-369	-145	-1 034
Provisões líquidas de reposições e anulações	131	88	53	0	0	-99	550	-1 672	-950
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	-1 655	-128	-57	0	0	-5	-2	0	-1 847
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	-8	-8	5	0	0	2	-492	16	-486
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	0	0	0	0	0	-11	0	-198	-209
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	0	0	0	0	0	-23	0	0	-23
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>	<b>2 069</b>	<b>-115</b>	<b>4 253</b>	<b>-1 149</b>	<b>-73</b>	<b>1 583</b>	<b>-1 541</b>	<b>4 642</b>	<b>5 669</b>
Correntes	-6	8	-291	73	5	-719	71	-41	-902
Correcções de exercícios anteriores	-1	2	-47	15	1	-7	15	-8	-31
Diferidos	-547	20	-827	230	15	-135	355	-122	-1 011
<b>RESULTADO APÓS IMPOSTOS</b>	<b>1 514</b>	<b>-85</b>	<b>3 088</b>	<b>-831</b>	<b>-52</b>	<b>722</b>	<b>-1 100</b>	<b>470</b>	<b>3 725</b>
Do qual: Resultados após impostos de operações descontinuadas						0	0		0
Interesses Minoritários						-64	53	0	-11
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>1 514</b>	<b>-85</b>	<b>3 088</b>	<b>-831</b>	<b>-52</b>	<b>657</b>	<b>-1 047</b>	<b>470</b>	<b>3 714</b>

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.



## 4.2 SEGMENTOS GEOGRÁFICOS

A Sociedade desenvolve toda a sua actividade em Portugal.

## 5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Caixa	3	1
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	6 344	7 281
	<u>6 347</u>	<u>7 282</u>

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal incluem os depósitos que visam satisfazer as exigências legais de constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Aviso do Banco de Portugal nº 7/94 de 19 de Outubro, o coeficiente a aplicar ascende a 2% dos passivos elegíveis. Estes depósitos passaram a ser remunerados a partir de 1 de Janeiro de 1999.

## 6. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Depósitos à ordem		
No País	3 780	3 275
No Estrangeiro	38 073	76 013
	<u>41 853</u>	<u>79 288</u>



## 7. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Carteira de títulos	41 008	40 161
Instrumentos derivados com justo valor positivo	64 527	51 544
	<b>105 535</b>	<b>91 705</b>

Esta rubrica é composta por instrumentos financeiros derivados, que se encontram na sua totalidade classificados como detidos para negociação. O justo valor negativo corresponde aos derivados que se encontram registados na rubrica de passivos financeiros detidos para negociação (nota 19).

DESCRIÇÃO	MOEDA	NOMINAL	2009 JUSTO VALOR		2008 JUSTO VALOR	
			POSITIVO	NEGATIVO	POSITIVO	NEGATIVO
<i>Currency Forwards</i>	EUR	222 706	5 389	5 431	1 521	1 323
<i>Cross Currency Interest Rate Swaps</i>	EUR	126 529	1 184	1 184	5 954	7 794
<i>Credit Default Swap</i>	EUR	352 742	48 317	42 707	29 968	19 994
<i>Equity Swaps</i>	EUR	24 000	209	210	522	522
<i>Interest Rate Swaps</i>	EUR	281 732	8 202	7 354	1 172	1 172
<i>Total Return Swaps</i>	EUR	47 759	1 226	662	12 407	
<b>TOTAL</b>			<b>64 527</b>	<b>57 548</b>	<b>51 544</b>	<b>30 805</b>



Carteira de títulos em 31 de Dezembro de 2009:

NATUREZA E ESPÉCIE	MOEDA	QUANTIDADE	COTIÇÃO	VALOR DE BALANÇO
<b>1 - Instrumentos de dívida</b>				<b>27 543</b>
Emitidos por residentes				
Outros				
Dívida não subordinada				
BANCO COMERCIAL AÇORES 03/31/2011	EUR	210 000	0,96	203
BANCO COMERCIAL AÇORES 10/23/2016	EUR	185 750	0,90	168
BANCO COMERCIAL AÇORES 09/25/2017	EUR	164 000	0,89	146
BANIF SCPS SA	EUR	644 000	0,94	611
PTCL FLOAT	EUR	200 000	1,00	201
BANIF FLOAT 12/29/49	EUR	250 000	0,66	165
Emitidos por não residentes				
De emissores públicos estrangeiros				
Emitidos por não residentes				
De emissores públicos estrangeiros				
FED REPUBLIC OF BRASIL 11/01	EUR	651 000	1,09	764
FED REPUBLIC OF BRASIL 04/10	EUR	215 000	1,01	238
FED REPUBLIC OF BRAZIL 01/12	USD	10 000	1,18	9
BANCO NAC DESENV ECON 04/10	ITL	195 000 000	1,01	107
BANCO NAC DESENV BNDES 0 06/16/08	USD	965 000	1,07	720
FED REPUBLIC OF BRAZIL 06/13	USD	10 000	1,23	9
FED REPUBLIC OF BRASIL	USD	92 000	1,13	75
FED REPUBLIC OF BRASIL 10	USD	221 000	1,06	166
FED REPUBLIC OF BRAZIL 09/12	EUR	100 000	1,15	117
FED REPUBLIC OF BRAZIL 06/17	EUR	6 794	1,40	10
FED REPUBLIC OF BRASIL 02/25	USD	500 000	1,29	460
FED REPUBLIC OF BRASIL	USD	1 138 000	1,14	926
REPUBLIC OF BRAZIL 01/17/17	USD	100 000	1,08	77
BANCO NAC DESENV 6 1/2 06/19	USD	15 000	1,08	11
REPUBLIC OF ARGENTINA 7 10/03/15	USD	1 100	0,86	1
US TREASURY N/B 11/15/19	USD	10 800 000	0,96	7 252
De outros não residentes				
Outros				
Dívida não subordinada				
BRAZIL DEV FUND BNDES 9 5/8 12/11	USD	350 000	1,15	280
TRADE INVEST LIMITED 4.7 06/18/11	EUR	742 000	0,96	715
TRADE INVEST LIMITED 0 06/18/11	EUR	5 750 000	0,96	223
CIA BRAS BEBIDAS 12/11	USD	497 000	1,16	400
BANCO ITAU CAYMAN, SA 08/11	USD	100 000	1,13	81
EURO INVEST LIMITED 5 12/29/49	USD	61 000	0,97	41
VALE OVERSEAS LIMITED 01/34	USD	185 000	1,16	154
BRASKEM SA	USD	504 000	1,24	451
VOTORANTIM OVERSEAS 01/14	USD	430 000	1,13	348
BANCO DO BRASIL (CI) 09/14	USD	33 000	1,18	28
BANCO BRADESCO 8 3/4 10/13	USD	150 000	1,17	123

(CONTINUA)



*Handwritten notes and signatures in blue and black ink, including a large 'X' and various initials.*

(CONTINUAÇÃO)

NATUREZA E ESPÉCIE	MOEDA	QUANTIDADE	COTAÇÃO	VALOR DE BALANÇO
TELE N L PARTICIPAÇÕES	USD	1 332 000	1,03	950
CIA BRAS BEBIDAS 09/13	USD	2 000	1,17	2
VOTORANTIM OVERSEAS 06/20	USD	10 000	1,07	7
CSN ISLANDS X CORP	USD	66 000	1,01	47
CAUE FINANCE LIMITED	USD	100 000	1,12	80
UNIBANCO 8.7 07/29/49	USD	93 000	1,01	66
BANCO BMC 8 3/4 01072010	USD	600 000	1,02	147
BRASKEM INTL LTD	USD	17 000	1,16	14
BANCO DO ESTADO SAO PAULO	USD	78 000	1,03	56
GERDAU SA	USD	150 000	1,02	106
ODEBRECHT OVERSEAS LTD	USD	34 000	1,01	24
BANCO VOTORANTIM SA	USD	1 435 000	1,03	1 038
VALE OVERSEAS LIMITED 01/16	USD	324 000	1,05	243
BANCO DO BRASIL (CAYMAN)	USD	40 000	1,03	29
NATIONAL STEEL SA	USD	460 000	1,01	326
CESP-COMP ENER SAO PAULO 03/11 RECS	USD	747 000	1,07	571
BANCO BRADESCO SA	USD	130 000	1,05	95
CCSA FINANCE LIMITED	USD	80 000	1,06	59
LPG INTERNATIONAL INC 12/20/2015	USD	100 000	1,08	75
ENERCIPE Y SAELPA 07/19/13	USD	1 187 000	1,11	951
CESP-COMP ENER SAO PAULO 08/11/13	USD	100 000	1,13	81
BANCO VOTORANTIM SA	USD	1 170 000	1,05	864
PETROLEO INTL FIN CO 10/06/16	USD	12 000	1,07	9
CIA SANEAMENTO BÁSICO 11/16	USD	642 000	1,07	482
BANIF FINANCE LTD (CAYMAN) 11/03/10	EUR	93 000	0,99	92
VALE OVERSEAS LIMITED 01/23/2017	USD	497 000	1,05	372
VALE OVERSEAS LIMITED 11/21/36	USD	58 000	1,01	41
CESP-COMP ENER SAO PAULO 01/15/2015	USD	1 215 000	0,69	596
ISA CAPITAL DO BRASIL 01/30/2012	USD	321 000	1,04	240
VIGOR 02/23/2017	USD	70 000	0,95	48
BANCO SAFRA SA (CAYMAN) 04/03/2017	BRL	150 000	0,95	58
EURO INVEST LIMITED 04/13/2012	EUR	407 000	0,98	400
BANCO VOTORANTIM NASSAU 04/10/2014	BRL	10 000	1,02	4
TRADE INVEST LIMITED 0 07/30/10	EUR	19 000	0,80	15
BANCO DO BRASIL (CAYMAN)	BRL	10 000	0,97	4
EURO INVEST LIMITED 0 10/22/2012	EUR	918 000	0,84	776
USIMINAS COMMERCAIL LTD	USD	1 800 000	1,06	1 368
BANIF CAYMAN - USD CREDITOS BRASIL	USD	20 000	0,99	14
BANCO INDUSTR E COMRCL	USD	85 000	1,01	60
BANIF CAYMAN - ACC SECTOR FINANCEIR	EUR	140 000	0,96	134
INDEPENDENCIA INTERNAT 05/15/2015	USD	250 000	0,21	36
BIRD	BRL	145 000	1,00	63
KFW 05/23/2010	BRL	350 000	1,01	151

(CONTINUA)

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.



(CONTINUAÇÃO)

NATUREZA E ESPÉCIE	MOEDA	QUANTIDADE	COTAÇÃO	VALOR DE BALANÇO
BRASKEM FINANCE SA	USD	62 000	1,03	44
BANCO PINE SA	USD	200 000	1,00	139
PETROBRAS INTL FINANCE	USD	450 000	1,16	369
KFW 9 1/8 02/05/10	BRL	180 000	1,00	78
PETROLEOS MEXICANOS 4 7/8 03/15	USD	11 000	1,00	8
CSN ISLANDS XI CORP 6 7/8 09/19	USD	200 000	1,00	141
ODEBRECHT FINANCE LTD 7 04/21/20	USD	263 000	1,01	187
GERDAU HOLDINGS INC	USD	54 000	1,03	39
ODEBRECHT FINANCE LTD	USD	20 000	1,16	16
KFW 01/28/2010	BRL	75 000	1,00	33
TELEMAR N LESTE SA	USD	490 000	1,20	412
<b>2 - Instrumentos de capital</b>				<b>66</b>
Emitidos por residentes				
BPI SCPS	EUR	25 552	2,12	54
CIPAN	EUR	27 451	0,43	12
PARMALAT FINANZIARIA SPA	EUR	30 000	0,00	0
<b>3 - Outros</b>				<b>13 398</b>
Emitidos por residentes				
BANIF SFE	EUR	2 259 000	0,99	2 260
EMPRESA MADEIRENSE DE TABACOS 05/10	EUR	9 554 000	1,00	9 621
CIA SEC ACORES SA 17/12/2017	EUR	685 000	0,89	610
RENTIPAR FINANCEIRA SCPS SA	EUR	894 000	0,97	863
RENTIPAR FINANCEIRA SCPS SA	EUR	46 000	0,97	44
<b>TOTAL</b>				<b>41 008</b>

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.

*[Handwritten signatures and initials in blue and black ink]*

Conforme requerido na alínea c), nº 2, da Instrução nº 18/2005, do Banco de Portugal, os títulos que se vencem no prazo de um ano são:

NATUREZA E ESPÉCIE	MATURIDADE	VALOR DE BALANÇO
BANIF SFE	28-02-2010	2 260
FED REPUBLIC OF BRASIL 04/10	02-04-2010	238
BANCO NAC DESENV ECON 04/10	28-04-2010	107
FED REPUBLIC OF BRASIL 10	22-10-2010	166
BANCO BMG 8 3/4 01072010	01-07-2010	147
BANIF FINANCE LTD (CAYMAN) 11/3/10	03-11-2010	92
TRADE INVEST LIMITED 0 07/30/10	30-07-2010	15
BANIF CAYMAN - USD CREDITOS BRASIL	30-03-2010	14
BANCO INDUSTR E COMRCL	23-04-2010	60
BANIF CAYMAN - ACC SECTOR FINANCEIR	28-10-2010	134
INTL BK RECON & DEVELOP	25-01-2010	63
KFW 05/23/2010	23-05-2010	151
BANCO PINE SA	17-06-2010	139
KFW 9 1/8 02/05/10	05-02-2010	78
KFW 01/28/2010	28-01-2010	33
EMPRESA MADEIRENSE DE TABACOS 05/10	30-09-2010	9 621
<b>TOTAL</b>		<b>13 318</b>

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.



## 8. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição em 31 de Dezembro de 2009:

NATUREZA E ESPÉCIE	MOEDA	QUANTIDADE	COTAÇÃO	VALOR DE BALANÇO
<b>1 - Instrumentos de dívida</b>				<b>75 601</b>
Emitidos por residentes				
De dívida pública portuguesa				
OBRIGAÇÕES TES MEDIO PRAZO 5,45	EUR	0	1,08	0
O.T. PCB 3,2% 04/15/11	EUR	3 000 000	0,98	3 008
PARPUBLICA 3 1/2 07/13	EUR	10 000 000	1,01	10 229
PCB 4 3/8 06/16/14 JUN	EUR	80 000	0,98	80
Emitidos por não residentes				
De emissores públicos estrangeiros				
Emitidos por não residentes				
De emissores públicos estrangeiros				
NATIONAL BANK OF GREECE SA	EUR	1 000 000	0,94	953
OT ANGOLA 15 NOV 2012	USD	1 050 000	1,00	732
De outros não residentes				
Outros				
Dívida não subordinada				
CLARIS LTD/MILLESIME CDO	EUR	2 000 000	0,68	1 359
DEUTSCHE BANK AC LONDON	USD	2 000 000	0,80	1 114
EURO INVEST LIMITED 04/13/2012	EUR	8 356 000	0,98	8 222
ETAB ECON CASINO GUICH-P 04/04/2013	EUR	500 000	1,10	571
CAIXA GERAL DEPOSITOS 12/12/2011	EUR	7 200 000	1,03	7 436
EDP FINANCE BV 5 1/2 02/14	EUR	1 500 000	1,09	1 707
IRISH LIFE & PERMANENT	EUR	9 000 000	1,01	9 184
CE CAP EUR FUND 5 1/4 01/31/13	EUR	3 250 000	1,06	3 558
BANK OF AMERICA CORP 7 06/15/16	EUR	1 000 000	1,12	1 162
CITIGROUP INC 7 3/8 06/16/14	EUR	1 700 000	1,10	1 934
CITIGROUP INC 7 3/8 06/16/14	EUR	800 000	1,10	910
LLOYDSBANK TSB BANK PLC 5 3/8	EUR	2 500 000	1,00	2 538
RCI BANQUE SA 4 10/21/11	EUR	500 000	1,01	512
BMW FINANCE NV 4 09/17/14	EUR	400 000	1,02	412
BANK OF IRELAND 4 5/8 09/14	EUR	1 000 000	1,01	1 021
ENEL FINANCE INTL SA 4 09/14/16	EUR	500 000	1,02	514
ALLIED IRISH BKS PLC 4 1/2 10/01/12	EUR	500 000	0,97	493
SANOFI-AVENTIS 4 1/8 10/19	EUR	1 000 000	1,01	1 023
ABERTIS INFRAESTRUTURAS 10/16	EUR	500 000	1,03	522
CAS NATURAL CAPITAL 4 3/8 11/16	EUR	500 000	1,01	509
GOLDMAN SACHS GROUP INC FLOAT 10/19	EUR	1 000 000	1,01	1 021
PORTUGAL TEL INT FIN	EUR	3 900 000	1,00	3 942
TELEFONICA EMISIONES SAU	EUR	2 000 000	1,01	2 029

(CONTINUA)



*Handwritten notes and signatures in the top right corner, including a large blue 'X' and various scribbles.*

(CONTINUAÇÃO)

NATUREZA E ESPÉCIE	MOEDA	QUANTIDADE	COTAÇÃO	VALOR DE BALANÇO
MORGAN STANLEY 4 1/2 10/29/14	EUR	1 000 000	1,01	1 015
CRITERIA CAIXACORP SA	EUR	2 500 000	1,00	2 521
VIVENDI 12/01/2016	EUR	250 000	1,00	251
ANGLO AMERICAN CAPITAL 12/16	EUR	500 000	1,00	503
NOMURA EUROPE FINANCE NV 12/14	EUR	500 000	1,01	506
VIVENDI 4 7/8 12/19	EUR	500 000	1,00	501
DONG ENERGY A/S	EUR	250 000	1,00	249
INTESA SANPAOLO SPA	EUR	2 000 000	0,99	1 990
LAFARGE SA 5 1/2 12/19	EUR	250 000	0,99	248
VEOLIA ENVIRONNEMENT	EUR	500 000	1,08	556
CITIGROUP INC 7 3/8 09/04/19	EUR	500 000	1,10	566
<b>2 - Instrumentos de capital</b>				<b>111 290</b>
Emitidos por residentes				
CALERIAS NAZONI	EUR	750	0,00	0
FUNDO CAPITAL RISCO CAPVEN	EUR	431	2 997,38	1 292
BANIF IMOGEST	EUR	477 195	37,16	17 732
LUSO CARBON FUND-FUNDO ESP FECHADO	EUR	82	57 742,64	4 735
NEW ENERGY FUND	EUR	14	49 807,88	697
PORTO NOVO F.I.I.F.	EUR	20 788	86,94	1 807
FLORESTA ATLÂNTICA - SCFII (CL B)	EUR	40 000	50,80	2 032
BANIF CAPITAL INFRASTRUCTURE FUND	EUR	1 250	9 971,83	12 465
Emitidos por não residentes				
SHOTGUN PICTURES	EUR	10 000	0,00	0
CARADOR PLC	EUR	500 000	0,25	125
BANIF MULTI-FUND GLOBAL REAL ESTATE	EUR	29 870	116,20	3 471
BANIF US REAL ESTATE FUND CLASS	USD	202 593	126,14	17 740
BANIF PRIMUS INFRA-ESTRUTURA	BRL	2 352	10 000,00	9 366
CED SUR FCR-CL A	EUR	100	5,00	1
CED SUR FCR-CL B	EUR	399 900	5,00	2 000
FUNDO INV PART AMAZONIA ENERGIA	BRL	95 000 000	1,00	37 829
<b>3 - Outros</b>				<b>32 497</b>
Emitidos por residentes				
BANCO TOTTA SA 3 3/4 06/12	EUR	8 000 000	1,03	8 382
BANCO BPI SA 3 07/17/12	EUR	1 000 000	1,01	1 025
CAIXA ECO MONTEPIO GERAL 07/12	EUR	1 250 000	1,01	1 284
BANIF BANCO INTERNACIONAL FUNCHAL	EUR	18 400 000	1,02	19 162
BANCO ESPIRITO SANTO 5 5/8 06/14	EUR	2 400 000	1,07	2 645
<b>TOTAL</b>				<b>219 389</b>

O valor do Balanço dos instrumentos de dívida corresponde ao valor de cotação e aos juros corridos.



Conforme requerido na alínea c), nº 2, da Instrução nº 18/2005, do Banco de Portugal, os títulos que se vencem no prazo de um ano são:

NATUREZA E ESPÉCIE	MATURIDADE	VALOR DE BALANÇO
IRISH LIFE & PERMANENT	28-09-2010	9 184
TOTAL		<u>9 184</u>



## 9. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição em 31 de Dezembro de 2009:

NATUREZA E ESPECIE	MOEDA	QUANTIDADE	COTAÇÃO	VALOR DE BALANÇO
<b>1 - Instrumentos de dívida</b>				<b>24 607</b>
Emitidos por não residentes				
De emissores públicos estrangeiros				
Emitidos por não residentes				
De emissores públicos estrangeiros				
BANCO NAC DESENV 6 1/2 06/19	USD	1 000 000	1,08	750
De outros não residentes				
Outros				
Dívida não subordinada				
TELE N L PARTICIPAÇÕES	USD	1 774 000	1,02	1 266
CAIXA GERAL DEPÓSITOS FINANCE	EUR	1 150 000	0,65	748
CESP-COMP ENER SAO PAULO 01/15/2015	USD	1 654 000	0,69	811
INDEPENDENCIA INTERNAT 01/31/2017	USD	300 000	0,11	200
CAIXA GERAL FIN	EUR	209 000	0,65	136
AQUEDUCT TRADING SERVICES CO	USD	28 131 478	1,00	20 387
CAIXA GERAL DEPOSITOS 12/12/2011	EUR	300 000	1,03	310
<b>2 - Instrumentos de capital</b>				<b>50 865</b>
Emitidos por residentes				
FOMENTINVEST SCPS	EUR	1 538 462	1,16	1 788
FLORESTA ATLÂNTICA - SCFII, SA	EUR	10 125	11,88	120
BANIF GESTÃO PATRIMONIAL	EUR	1 969 529	3,79	7 458
BANIF GESTÃO ACTIVA	EUR	452 610	3,28	1 485
BANIF EUROPA DE LESTE	EUR	175 691	3,83	674
ART INVEST (CP)	EUR	302 880	5,68	1 720
NEW ENERGY FUND	EUR	19	49 807,88	946
BANIF AMERICA LATINA	EUR	147 952	4,26	630
BANIF ASIA	EUR	153 839	3,97	611
BANIF FORTUNY - FII FECHADO	EUR	500	9 556,74	4 778
INFRA INVEST - FEI ABERTO	EUR	60 000	99,79	5 987
BANIF INVESTIMENTO CONSERVADOR	EUR	100 000	5,00	500
BANIF INVESTIMENTO MODERADO	EUR	100 000	5,01	501
BANIF IBERIA	EUR	595 486	5,05	3 007
BEIRA VOUGA	EUR	20 317	0,00	10
BEIRA VOUGA PREFERENCIAIS	EUR	21 500	0,00	10
NOVA COMPANHIA GRANDE HOTEL	EUR	50 300	1,59	184
COMPANHIA DAS QUINTAS	EUR	34 317	5,00	172
AMBELIS	EUR	400	0,00	20
CAPVEN	EUR	400	2 997,38	2 000

(CONTINUA)



*Handwritten signature or initials.*

(CONTINUAÇÃO)

NATUREZA E ESPÉCIE	MOEDA	QUANTIDADE	COTAÇÃO	VALOR DE BALANÇO
<b>Emitidos por não residentes</b>				
GED SUR CAPITAL S.A., SCECR	EUR	30 000	1,00	30
PREFE-PAN EUROPEAN REAL STATE FUND	EUR	12 750	82,31	1 049
A VIVA CENTR EUROPEAN PROPERTY FUND	EUR	1 543 012	0,79	1 219
JP MORCAN EUROPEAN PROPERTY FUND	EUR	15	5 557,46	83
PRADERA EUROPEAN RETAIL FUND 2	EUR	300 000	5,65	1 695
FINE ART FUND (CP)	USD	12 645	120,92	1 061
PRAX CAPITAL III, SCA, SICAR	EUR	3 000	219,88	660
<b>3 - Outros</b>				<b>12 954</b>
<b>Emitidos por residentes</b>				
CP COMBOIOS DE PORTUÇAL 4.17 10/19	EUR	5 000 000	0,98	4 918
PORTUCEL - EMP CELUL PAPEL 03/10	EUR	5 900 000	1,00	5 930
PORTUCEL - EMP CELUL PAPEL 03/10	EUR	2 000 000	1,00	2 000
BANCO COMERCIAL PORTUCUÊS	EUR	100 000	1,03	106
<b>TOTAL</b>				<b>75 961</b>

Conforme requerido na alínea c), nº 2, da Instrução nº 18/2005, do Banco de Portugal, os títulos que se vencem no prazo de um ano são:

NATUREZA E ESPÉCIE	MATURIDADE	VALOR DE BALANÇO
PORTUCEL - EMP CELUL PAPEL 03/10	29-03-2010	5 930
<b>TOTAL</b>		<b>5 930</b>

## 10. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Depósitos a prazo		
No País	-	539
No Estrangeiro	225	3 964
Operações de compra com acordo de revenda		
No Estrangeiro	225	4 503

## 11. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Crédito interno		
Empresas		
Crédito sindicato	942	1 439
Outros empréstimos	88 725	76 638
Créditos em Conta Corrente	153 036	110 684
Descobertos em depósitos à ordem	4 216	8 630
Outros créditos	141	80
Particulares		
Créditos em Conta Corrente	34 908	26 766
Descobertos em depósitos à ordem	56	88
Outros créditos	957	875
Crédito ao exterior		
Empresas		
Outros empréstimos	28 451	24 015
Créditos em Conta Corrente	27 022	12 169
Particulares		
Créditos em Conta Corrente	-	211
	338 454	261 595
Crédito e juros vencidos	22 852	5 323
	361 306	266 918
Carteira de títulos	67 786	81 744
	429 092	348 662
Imparidade (nota 22)	(2 843)	(996)
	426 249	347 666

O prazo residual para o vencimento do crédito de clientes está apresentado na nota 33.4.



Em 31 de Dezembro de 2009, a carteira de títulos apresenta o seguinte detalhe:

NATUREZA E ESPÉCIE	MOEDA	QUANTIDADE	COTAÇÃO	VALOR DE BALANÇO
<b>1 - Instrumentos de dívida</b>				<b>50 581</b>
Emitidos por não residentes				
De outros não residentes				
Outros				
Dívida não subordinada				
GRANITE MORTGAGES PLC	EUR	1 000 000	1,08	984
ATHLON SECURITISATION BV	EUR	3 000 000	1,01	2 989
LA DEFENSE PLC	EUR	3 000 000	0,93	2 692
MARBLE ARCH RESIDENTIAL SECURISATIO	EUR	3 000 000	1,03	1 082
HARVEST CLO SA	EUR	1 500 000	0,84	1 472
PARAÇON MORTGAGES PLC	EUR	1 500 000	1,00	1 339
BROOKLANDS EURO REFERENCED LINKED N	EUR	2 500 000	0,41	1 128
MARLIN (EMC-II) BV	EUR	7 000 000	1,02	525
GRANIT E MORTGAGES PLC	EUR	2 000 000	1,11	744
LOCAT SECURITISATION VEHICLE SRL	EUR	3 000 000	0,68	2 743
AVOCA CLO BV	EUR	1 000 000	0,97	883
AZOR MORTGAGES PLS	EUR	2 000 000	0,56	1 619
HEWETT, SISLAND CDO, LTD	USD	2 000 000	0,77	1 260
HEWETT, SISLAND CDO, LTD	USD	2 000 000	0,51	1 126
GAMA RECEIVABLES FUNDING PLC	EUR	5 000 000	1,01	4 984
OPERA FINANCE UNI INVEST BV	EUR	2 500 000	1,00	1 941
HARBOURMASTER CLO	EUR	5 000 000	0,41	4 312
AVOCA CLO BV	EUR	2 500 000	0,97	1 960
LAMBDA FINANCE BV	EUR	2 000 000	1,01	1 846
PROVIDE PLC	EUR	2 500 000	1,01	2 394
MAGI FUNDING PLC	EUR	2 500 000	0,97	1 961
ALFA BANK	USD	2 000 000	0,99	369
CHEYNE CREDIT OPPORTUNITY CDO	EUR	2 500 000	0,86	1 650
GERMAN RESIDENTIAL ASSET	EUR	2 000 000	1,02	1 528
ALFA DIV PYMT RT 12/15/2011	EUR	2 500 000	1,01	961
GRESHAM CAPITAL CLO BV 2006-3X C	EUR	2 000 000	0,81	1 470
BLUEBONNET FINANCE PLC 12/20/2016	EUR	2 000 000	0,83	1 898
AMSTEL SECURITISATION 2006-1X D	EUR	1 500 000	1,01	1 309
RESOURCE EUROPE CLO B.V. 05/22/2023	EUR	2 000 000	0,90	1 410
<b>2 - Outros</b>				<b>17 205</b>
Emitidos por residentes				
SACRES SOCIEDADE DE TITULARIZACAO	EUR	3 000 000	0,97	362
DISCOVERY SCPS 2005/2010	EUR	5 000 000	1,00	5 056
Emitidos por não residentes				
CERT DEPOSITO BBI BRASIL 10/02/10	USD	6 609 385	1,00	4 653
CERT DEPOSITO BBI BRASIL 17/06/10	USD	10 221 291	1,00	7 134
<b>TOTAL</b>				<b>67 786</b>

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

Conforme requerido na alínea c), nº 2, da Instrução nº 18/2005, do Banco de Portugal, os títulos que se vencem no prazo de um ano são:

NATUREZA E ESPÉCIE	MATURIDADE	VALOR DE BALANÇO
CERT DEPOSITO BBI BRASIL 10/02/10	10-02-2010	4 653
CERT DEPOSITO BBI BRASIL 10/02/10	17-06-2010	7 134
DISCOVERY SCPS 2005/2010	10-10-2010	5 056
<b>TOTAL</b>		<b>16 843</b>

Devido às circunstâncias excepcionais da conjuntura macroeconómica com reflexos na liquidez e disponibilidade de preços correntes no mercado, o Grupo reclassificou com data de 30 de Setembro de 2008, tendo em conta as alterações da IAS 39 descritas na nota 2, na rubrica “Outros Créditos e Valores a receber” instrumentos financeiros retirando-os da categoria de “Activos Financeiros Disponíveis para Venda”. Os títulos reclassificados nesta rubrica são os seguintes:

NOME	QUANTIDADE	VALOR BALANÇO	VALOR DE MERCADO
GRANITE MORTGAGES PLC	1 000 000	984	1 082
ATHLON SECURITISATION BV	3 000 000	2 989	3 031
MARBLE ARCH RESIDENTIAL SECURISATIO	3 000 000	1 082	1 139
HARVEST CLOSA	1 500 000	1 472	1 260
MARLIN (EMC-II) BV	7 000 000	525	537
GRANITE MORTGAGES PLC	2 000 000	744	854
GAMA RECEIVABLES FUNDING PLC	5 000 000	4 984	5 038
HARBOURMASTER CLO	2 500 000	4 312	1 026
SAGRES SOCIEDADE DE TITULARIZACAO	3 000 000	362	454
ALFA BANK	2 000 000	369	392
ALFA DIV PYMT RT 12/15/2011	2 500 000	961	1 011
AMSTEL SECURITISATION 2006-IX D	1 500 000	1 309	1 516
<b>TOTAL</b>		<b>20 093</b>	<b>17 340</b>

Estes títulos caso não tivessem sido reclassificados, teriam um impacto negativo de 680 milhares de euros no resultado do exercício de 2009.



## 12. INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

NATUREZA E ESPECIE	MOEDA	QUANTIDADE	COTAÇÃO	VALOR DE BALANÇO
<b>1 - Instrumentos de dívida</b>				<b>75 213</b>
Emitidos por residentes				
CAIXA ECO MONTEPIO GERAL	EUR	4 500 000	0,99	4 459
Emitidos por não residentes				
De emissores públicos estrangeiros				
Emitidos por não residentes				
De emissores públicos estrangeiros				
KOREA DEVELOPMENT BANK	EUR	6 000 000	1,00	6 007
De outros não residentes				
Outros				
Dívida não subordinada				
BRISA FINANCE BV 09/13	EUR	2 500 000	1,05	2 400
CE CAPITAL EURO FUNDING	EUR	4 200 000	0,99	4 194
LANSFORSKRINGAR BANK	EUR	4 000 000	1,00	4 000
CITIGROUP INC 06/14/12	EUR	2 537 000	0,96	2 456
PORTUGAL TELECOM INT FIN 12	EUR	2 500 000	1,03	2 428
ALPHA CREDIT GROUP PLC 09/10	EUR	3 000 000	0,99	2 984
MORGAN STANLEY & CO INTL	EUR	3 000 000	0,94	2 857
CREDIT SUISSE USA INC 04/12/13	USD	7 500 000	0,99	5 085
FRIESLAND BANK FLOAT 04/13	EUR	2 500 000	0,93	2 409
GOLDMAN SACHS GROUP INC	EUR	1 500 000	0,91	1 424
CAJA GENERAL GRANADA 03/08/2012	EUR	3 000 000	0,90	2 970
BANCO BMC SA.	USD	920 000	1,00	649
BANCO BMC SA.	USD	80 000	1,00	56
BCP FINANCE BANK LTD 02/03/2011	EUR	5 000 000	0,99	4 958
BES FINANCE LTD	EUR	5 000 000	0,99	4 944
BANCO INDUSTRI E COMRCL	USD	1 000 000	1,01	699
BANCO INDUSTRI E COMRCL	USD	2 000 000	1,01	1 398
BANCO ESPIRITO SANTO	EUR	2 000 000	1,00	2 003
CAIXA GERAL DEPO	EUR	8 000 000	1,00	8 013
BANCO PANAMERICANO SA	USD	1 000 000	1,01	693
BANCO BMC SA	USD	1 000 000	1,02	658
BANCO FIBRA SA 06/06/2011	USD	800 000	1,02	534
BANCO PINE SA	USD	1 500 000	1,00	1 036
BANCO DAYCOVAL SA	USD	1 310 000	1,01	901
CAJA AHORRO MONTE MADRID 06/25/10	EUR	5 000 000	1,00	4 998
<b>2 - Outros</b>				<b>5 185</b>
Emitidos por residentes				
BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS	EUR	5 000 000	1,02	5 185
<b>TOTAL</b>				<b>80 399</b>

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.

Conforme requerido na alínea c), nº 2, da Instrução nº 18/2005, do Banco de Portugal, os títulos que se vencem no prazo de um ano são:

NATUREZA E ESPECIE	MATURIDADE	VALOR DE BALANÇO
KOREA DEVELOPMENT BANK	08-02-2010	6 007
LANSFORSKRINGAR BANK	22-03-2010	4 000
ALPHA CREDIT GROUP PLC 09/10	20-09-2010	2 984
BANCO BMG S.A.	11-03-2010	649
BANCO BMG S.A.	11-03-2010	56
BANCO INDUSTR E COMRCL	23-04-2010	699
BANCO INDUSTR E COMRCL	23-04-2010	1 398
BANCO ESPIRITO SANTO	14-05-2010	2 003
CAIXA CERAL DEPO	21-05-2010	8 013
BANCO PANAMERICANO SA	29-05-2010	693
BANCO PINE SA	17-06-2010	1 036
BANCO DAYCOVAL SA	09-06-2010	901
CAJA AHORRO MONTE MADRID 06/25/10	25-06-2010	4 998
CAIXA ECO MONTEPIO CERAL	30-09-2010	4 459
<b>TOTAL</b>		<b>37 896</b>

Devido às circunstâncias excepcionais da conjuntura macroeconómica durante o exercício de 2008, o Grupo mudou a intenção sobre a detenção de alguns títulos detidos na categoria de disponíveis para venda, tendo agora a intenção e capacidade de os deter até ao seu vencimento. Nesse sentido, os títulos na tabela anexa foram reclassificados para a categoria de detidos até à maturidade:

NOME	QUANTIDADE	VALOR BALANÇO	VALOR DE MERCADO
BRISA FINANCE BV 09/13	2 500 000	2 400	2 619
KOREA DEVELOPMENT BANK	6 000 000	6 007	5 997
LANSFORSKRINGAR BANK	4 000 000	4 000	3 994
CITIGROUP INC 06/14/12	2 537 000	2 456	2 426
CAIXA ECO MONTEPIO CERAL	4 500 000	4 459	4 470
PORTUGAL TELECOM INT FIN 12	2 500 000	2 428	2 563
ALPHA CREDIT GROUP PLC 09/10	3 000 000	2 984	2 959
MORGAN STANLEY & CO INTL	3 000 000	2 857	2 834
CREDIT SUISSE USA INC 04/12/13	7 500 000	5 085	5 137
FRIESLAND BANK FLOAT 04/13	2 500 000	2 409	2 330
GOLDMAN SACHS GROUP INC	1 500 000	1 424	1 361
CAJA GENERAL CRANADA 03/08/2012	3 000 000	2 970	2 706
BCP FINANCE BANK LTD 02/03/2011	5 000 000	4 958	4 967
BES FINANCE LTD	5 000 000	4 944	4 938
BANCO ESPIRITO SANTO	2 000 000	2 003	2 004
CAIXA CERAL DEPO	8 000 000	8 013	8 018
CAJA AHORRO MONTE MADRID 06/25/10	5 000 000	4 998	5 008
<b>TOTAL</b>		<b>64 395</b>	<b>64 331</b>

Estes títulos caso não tivessem sido reclassificados, teriam um impacto positivo de 1.126 milhares de euros no resultado do exercício de 2009.

### 13. ACTIVOS COM ACORDO DE RECOMPRA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Reverse repos	-	56 265
	-	56 265

### 14. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido no período foi:

CATEGORIA	SALDO INÍCIO DO ANO		MOVIMENTO NO EXERCÍCIO				SALDO FINAL DO ANO		
	SALDO BRUTO	AMORTIZ.	AQUIZIÇÕES	ABATES		AMORTIZ. DO EXERCÍCIO	SALDO BRUTO	AMORTIZ. + IMPARIDADE	SALDO LÍQUIDO
				SALDO BRUTO	AMORTIZ. + IMPARIDADE				
<b>ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS</b>									
<b>IMÓVEIS</b>	<b>13 059</b>	<b>529</b>	<b>874</b>	<b>-622</b>	<b>-66</b>	<b>306</b>	<b>13 312</b>	<b>769</b>	<b>12 543</b>
Edifícios	9 421	23	874			150	10 295	174	10 122
Obras em imóveis arrendados	3 638	505		-622	-66	156	3 017	595	2 422
<b>EQUIPAMENTO</b>	<b>3 394</b>	<b>1 978</b>	<b>788</b>	<b>-772</b>	<b>-596</b>	<b>549</b>	<b>3 410</b>	<b>1 932</b>	<b>1 479</b>
Mobiliário e material de escritório	719	377	354	-543	-399	97	530	76	455
Máquinas e ferramentas	64	39	7			6	71	45	26
Equipamento informático	1 459	996	194			269	1 652	1 265	387
Instalações interiores	558	319	49	-14	2	53	593	370	223
Material de transporte	574	239	164	-215	-195	121	523	166	357
Equipamento de segurança	18	7					18	7	11
Outro equipamento	3	1	20			2	23	3	20
<b>TOTAL</b>	<b>16 454</b>	<b>2 507</b>	<b>1 662</b>	<b>-1 394</b>	<b>-662</b>	<b>855</b>	<b>16 722</b>	<b>2 700</b>	<b>14 022</b>

Não foram efectuadas reavaliações durante o exercício.



## 15. OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido no período foi:

CATEGORIA	SALDOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR		MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO DO EXERCÍCIO		
	SALDO BRUTO	AMORTIZ. + IMPARIDADE ACUMULA	ADQUIÇÕES	AMORTIZ. DO EXERCÍCIO	SALDO BRUTO	AMORTIZ. ACUMULADAS E IMPARIDADE	SALDO LÍQUIDO
ACTIVOS INTANGÍVEIS	5 488	3 453	1 922	179	7 411	3 632	3 779
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	3 684	3 453	397	177	4 081	3 630	452
Em curso	1 804		1 393		3 197		3 197
Outros			133	2	133	2	31
<b>TOTAL</b>	<b>5 488</b>	<b>3 453</b>	<b>1 922</b>	<b>179</b>	<b>7 411</b>	<b>3 632</b>	<b>3 779</b>

## 16. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

### 16.1 IMPOSTOS DIFERIDOS – MOVIMENTO NO PERÍODO

DESCRIÇÃO	31/12/2008	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO				31/12/2009
	IMPOSTO DIFERIDO (Líquido)	REFORÇOS		REALIZAÇÕES / ANULAÇÕES		IMPOSTO DIFERIDO (Líquido)
		CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADOS	CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADOS	
<b>1. Provisões/Imparidade não aceites fiscalmente</b>	<b>633</b>	<b>0</b>	<b>2 019</b>	<b>0</b>	<b>2 052</b>	<b>601</b>
Riscos gerais de crédito	210	0	787	0	997	0
Riscos específico de crédito	225	0	872	0	926	171
Provisões sobre devedores	198	0	361	0	130	429
<b>2. Valorizações não aceites para efeitos fiscais</b>	<b>875</b>	<b>840</b>	<b>131</b>	<b>730</b>	<b>2</b>	<b>1 113</b>
Derivados	7	0	0	0	2	5
Carteira Disponíveis para Venda	689	840	0	730	0	799
Outros (descrever): Títulos de investimento (antigo classe 25)	179	0	131	0	0	310
<b>3. Prejuízos fiscais reportáveis</b>	<b>959</b>	<b>0</b>	<b>1 078</b>	<b>0</b>	<b>2 038</b>	<b>0</b>
Ano N-1	444	0	0	0	444	0
Ano N-1	516	0	0	0	516	0
Ano N	0	0	1 078	0	1 078	0
<b>4. Outros</b>	<b>18</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>8</b>	<b>10</b>
Regularização de Intangíveis	18	0	0	0	8	10
Regularização Comissões com Clientes	3	0	0	0	3	0
<b>TOTAL</b>	<b>2 486</b>	<b>840</b>	<b>3 229</b>	<b>730</b>	<b>4 100</b>	<b>1 724</b>

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.



## 16.2 IMPOSTOS CORRENTES

*Handwritten signature and initials.*

DESCRIÇÃO	IMPOSTOS CORRENTES		IMPOSTOS DIFERIDOS	
	MATÉRIA COLECTÁVEL	COLECTA	MATÉRIA COLECTÁVEL	COLECTA
<b>GASTOS COM IMPOSTO À TAXA LEGAL</b>				
Resultado antes de Impostos	5 669			
IRC e outros impostos incidentes sobre lucros	902			
Imposto Diferido	1 011			
Resultado Líquido do exercício depois de Impostos Diferidos	3 756	995		
Taxa legal de imposto sobre rendimento	25,00%			
Adicionais sobre taxa legal	1,50%			
Carga fiscal normal	26,50%			
<b>DESPESAS NÃO DEDUTÍVEIS</b>	<b>6 124</b>	<b>1 623</b>	<b>692</b>	<b>181</b>
Multas	66	17		
Provisões não Dedutíveis	6 616	1 753	651	173
Correcções de Exercícios Anteriores	75	20		
Outros	(633)	(168)	31	8
<b>RECEITAS NÃO TRIBUTÁVEIS</b>	<b>(6 164)</b>	<b>(1 633)</b>	<b>(486)</b>	<b>(129)</b>
Mais valias contabilísticas deduzidas do respectivo efeito fiscal				
Imposto sobre o Rendimento				
Provisões não Dedutíveis	(4 782)	(1 267)		
Dividendos não tributáveis de participadas	(1 380)	(366)		
Valorizações não Aceites Fiscalmente				
Outros	(1)	(0)	(486)	(129)
<b>EFEITOS FISCAIS DE BENEFÍCIOS FISCAIS</b>				
Encargos com a criação líquida de novos postos de trabalho				
Donativos e Quotizações				
<b>LUCRO TRIBUTÁVEL (PREJUÍZO FISCAL)</b>	<b>3 716</b>	<b>985</b>	<b>3 838</b>	<b>959</b>
IMP - Ded prejuízos fiscais/benefícios	(2 820)	(705)	3 838	959
Matéria Colectável	896			
IMP - Colecta Total	280			
IMP - Total de deduções à colecta				
<b>IMPOSTO SOBRE PESSOAS COLECTIVAS LIQUIDADADO</b>				
Retenções na fonte e pagamentos por conta	(1 193)			
Total a pagar (receber)	(913)			
<b>GASTOS COM IMPOSTO - TAXA EFECTIVA</b>				
Carga Fiscal Total	902			
Impostos diferidos reconhecidos no exercício	1 011			
IMP - Taxa Efectiva de Tributação	24,00%		25,07%	

## 17. OUTROS ACTIVOS

	2009	2008
Devedores diversos	5 068	1 684
Operações s/ valores mobiliários a regularizar	181	2 446
Outras operações activas a regularizar	4 847	10 137
Operações cambiais a liquidar	223	948
Despesas com custo diferido	808	893
Outros rendimentos a receber	1 467	3 908
	15 594	20 016
Imparidade de outros activos (nota 22)	(647)	(2 930)
	11 947	17 086

## 18. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Recursos de Bancos Centrais	93 136	86 161
	93 136	86 161

Os “Recursos de Bancos Centrais” correspondem a operações de refinanciamento com o Banco Central Europeu (BCE), no âmbito das operações de cedência de liquidez, garantidas por penhor de activos elegíveis.



*Handwritten signature or initials.*

## 19. PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Vendas a descoberto	4 079	3 765
Instrumentos derivados com justo valor negativo (nota 7)	57 548	30 805
	<b>61 627</b>	<b>34 570</b>

As vendas a descoberto em 31 de Dezembro de 2009 tem o seguinte detalhe:

NATUREZA E ESPÉCIE	MOEDA	QUANTIDADE	COTAÇÃO	VALOR DE BALANÇO
<b>1 - Instrumentos de dívida</b>				<b>-4 079</b>
Emitidos por não residentes				
De emissores públicos estrangeiros				
FED REPUBLIC OF BRAZIL 01/20	USD	-100 000	1,59	-114
FED REPUBLIC OF BRAZIL 08/40	USD	-400 000	1,33	-381
FED REPUBLIC OF BRASIL	USD	-497 000	1,16	-409
FED REPUBLIC OF BRASIL	USD	-112 000	1,15	-87
De outros não residentes				
Dívida não subordinada				
BANCO BRADESCO SA 04/15/14	EUR	-183 000	1,17	-216
BRASKEM SA	USD	-225 000	1,04	-163
CENTRAL ELET BRASILEIRAS SA	USD	-650 000	1,17	-529
BANCO INDUSTR E COMRCL	USD	-610 000	1,05	-458
BRASKEM SA	USD	-500 000	1,01	-357
BRASKEM SA 01/26/2017	USD	-686 000	1,08	-529
EMBRAER OVERSEAS LTD 01/17	USD	-375 000	1,02	-273
PETROBRAS INTL FIN CO 03/01/2018	USD	-25 000	1,02	-18
VALE OVERSEAS LIMITED 5 5/8 09/19	USD	-592 000	1,00	-417
VOTORANTIM OVERSEAS 6 5/8 09/19	USD	-27 000	1,01	-19
EMBRAER OVERSEAS LTD 6 3/8 01/20	USD	-65 000	1,00	-46
PETROBRAS INTL FINANCE CO	USD	-87 000	1,02	-62
<b>TOTAL</b>				<b>-4 079</b>

## 20. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

	2009	2008
De instituições de crédito no país		
Depósitos	148 249	125 120
Empréstimos	95 301	113 120
	<u>243 550</u>	<u>238 240</u>
De instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	116 431	117 162
Repo's	64 799	85 467
	<u>181 230</u>	<u>202 629</u>
	<u>424 780</u>	<u>440 869</u>

## 21. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Depósitos		
À vista	69 268	65 265
A prazo	209 172	193 075
	<u>278 440</u>	<u>258 340</u>



## 22. IMPARIDADE

O movimento nesta rubrica nos exercícios findos em 2008 e 2007 foi o seguinte:

DESCRIÇÃO	CRÉDITO A CLIENTES	ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	OUTROS ACTIVOS	OUTRAS PROVISÕES	TOTAL
<b>Saldo em 31/12/2007</b>	<b>1 521</b>	<b>398</b>	<b>287</b>	<b>29</b>	<b>2 035</b>
Reforços	228	275	2 882	588	3 973
Reposições	(535)	(92)	(139)		(766)
Utilizações	(18)				(18)
Diferenças de câmbio			(100)		(100)
<b>Saldo em 31/12/2008</b>	<b>996</b>	<b>581</b>	<b>2 930</b>	<b>617</b>	<b>5 124</b>
Reforços	1 847	689	365	3 211	6 113
Reposições		(10)	(361)	(2 250)	(2 621)
Utilizações			(2 287)		(2 287)
Diferenças de câmbio	0	(19)		(15)	(36)
<b>Saldo em 31/12/2009</b>	<b>2 843</b>	<b>1 241</b>	<b>647</b>	<b>1 563</b>	<b>6 293</b>

## 23. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica de outros passivos subordinados, dizem respeito a duas emissões, cuja descrição das operações estão descritas abaixo.

Em 2006 emitiu-se 15.000 Obrigações de Caixa Subordinadas do Banif – Banco de Investimento, S.A., a taxa variável 2006/2016 representadas por 15.000 títulos de 1.000 euros cada. Os juros destas obrigações vencem-se semestral e postecipadamente em 29 de Junho e 29 de Dezembro de cada ano. Durante os cinco primeiros anos de vida, a taxa será a equivalente à Euribor a 6 meses, em vigor no segundo dia útil anterior ao início de cada período de contagem de juros, acrescida de 0,875%. Caso não ocorra o reembolso antecipado, a partir do 11º cupão (inclusive) e até à data de maturidade, a taxa de juro será a equivalente à Euribor a 6 meses acrescida de 1,15%. O empréstimo será amortizado, ao par, de uma só vez, em 29 de Junho de 2016 podendo, contudo ser reembolsado antecipadamente na totalidade ou parcialmente por opção do Banco (“call option”), mediante autorização prévia do Banco de Portugal, no vencimento do 10º, 12º, 14º 16º ou 18º cupões, não acrescendo nenhum prémio sobre o valor reembolsado. O reembolso parcial antecipado, só poderá ser efectuado por 25% ou 50% do montante inicial de emissão, correspondendo a uma redução ao valor nominal das Obrigações.

No presente ano foram emitidas 15.000 Obrigações Perpétuas Subordinadas ao valor de 1.000 Euros cada. Os juros destas obrigações escriturais e ao portador serão pagos trimestralmente a partir da Data de emissão, em 28 de Fevereiro, 28 de Maio, 28 de Agosto e 28 de Novembro de cada ano (“Datas de Pagamento de Juros”), sujeitando-se à ocorrência do Reembolso Opcional, sendo que o primeiro pagamento





## 25. OPERAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, as rubricas de Capital Próprio apresentam a seguinte decomposição:

	2009	2008
Capital	55 000	40 000
Reservas e Resultados Transitados	15 766	12 980
Reservas de reavaliação de activos financeiros classificados como disponíveis para venda	(2 216)	(2 068)
Resultado do Exercício	3 714	3 043
Interesses minoritários	2 110	2 150
	<u>74 374</u>	<u>56 115</u>

Durante o exercício de 2009 foi realizado um aumento de capital de quinze milhões de euros, sendo em 31 de Dezembro de 2009 o capital social da Sociedade de cinquenta e cinco milhões de euros, constituído por onze milhões de acções de valor nominal de cinco euros por acção, encontrando-se totalmente realizado.

A rubrica reservas de reavaliação de títulos apresenta o seguinte detalhe:

	2009	2008
Activos financeiros disponíveis para venda	1 616	1 006
Empréstimos concedidos e contas a receber	406	790
Investimentos detidos até à maturidade	194	272
	<u>2 216</u>	<u>2 068</u>

O valor registado no capital próprio relativo a empréstimos concedidos e investimentos detidos até à maturidade, dizem respeito a perdas potenciais relativas a activos financeiros, que anteriormente se encontravam registados como activos financeiros disponíveis para venda e cujo valor irá ser amortizado durante a vida remanescente do activo utilizando o método do juro efectivo.



*Handwritten signatures and initials in blue and black ink, including 'L', 'D', 'N', and 'A'.*

Em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, a rubrica de Interesses minoritários apresenta a seguinte decomposição:

ENTIDADE	31.12.2009		31.12.2008	
	VALOR DE BALANÇO	RESULTADOS DE IM	VALOR DE BALANÇO	RESULTADOS DE IM
BANIF Açor Pensões	1 794 104	64 331	1 791 244	61 470
Centro Ventures	260 368	1 861	258 508	5 957
Banif Capital	55 097	55 146	110 243	-23 871
	<b>2 109 569</b>	<b>11 046</b>	<b>2 159 994</b>	<b>43 556</b>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, o contributo de cada Sociedade para o resultado foi o seguinte:

ENTIDADE	31-12-2009	31-12-2008
Banif Açor Pensões	67	64
Banif - Banco de Investimento	1 742	1 277
Banif Capital	(221)	(90)
Banif Cestão de Activos	1 546	3 261
Banif Multifund	24	13
BIAM	61	192
Centro Venture	2	12
Gamma	186	51
Numberone	-	(6)
	<b>3 406</b>	<b>4 774</b>
Anulação de dividendos	(1 380)	(2 900)
Ajustamentos de consolidação	1 688	1 169
	<b>3 714</b>	<b>3 043</b>

## 26. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
<b>Juros e rendimentos similares</b>		
Juros de disponibilidades em outras IC	109	1 276
Juros de aplicações em IC	1 198	467
Juros de crédito a clientes	13 462	14 675
Juros de crédito a clientes (títulos)	3 579	1 654
Juros de activos financeiros detidos para negociação	18 882	54 652
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	2 095	3 322
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	3 552	5 838
Juros de investimentos detidos até à maturidade	2 743	1 095
	<u>45 560</u>	<u>82 979</u>
<b>Juros e encargos similares</b>		
Juros de recursos de outras IC	5 563	13 530
Juros de recursos de clientes e outros empréstimos	10 414	11 638
Juros de outros passivos subordinados	932	1 799
Juros de passivos detidos para negociação	17 758	51 828
	<u>34 667</u>	<u>78 795</u>

## 27. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Outros dividendos recebidos	278	356
	<u>278</u>	<u>356</u>

## 28. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
<b>Rendimentos com comissões</b>		
Serviços prestados de administração, guarda e depósito de valores	15 787	18 477
Serviços de consultoria	7 804	8 076
Operações realizadas sobre títulos	1 553	2 697
Outras comissões recebidas	267	278
	<u>25 411</u>	<u>29 528</u>
<b>Encargos com comissões</b>		
Serviços bancários prestados por terceiros	2 690	3 692
Operações realizadas sobre títulos	806	799
Outras comissões pagas	78	29
	<u>3 574</u>	<u>4 520</u>



## 29. RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
<b>Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados</b>		
Canhos em activos financeiros ao justo valor através de resultados		
Títulos	10 299	18 337
Instrumentos derivados	37 988	49 005
Perdas em activos financeiros ao justo valor através de resultados		
Títulos	(5 626)	(22 264)
Instrumentos derivados	(53 425)	(30 130)
	<u>(10 764)</u>	<u>14 940</u>
<b>Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados</b>		
Canhos em diferenças cambiais	17 215	137
Perdas em diferenças cambiais	(6 769)	(13 006)
	<u>10 446</u>	<u>(12 869)</u>
<b>Resultados de activos disponíveis para venda</b>		
Canhos em diferenças cambiais	2 412	1 600
Perdas em diferenças cambiais	(1 262)	(1 761)
	<u>1 150</u>	<u>(161)</u>

## 30. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Remuneração dos órgãos de gestão e fiscalização	1 749	1 705
Remuneração de empregados:		
Remuneração mensal	5 171	5 704
Subsídio de férias e de Natal	926	996
Subsídio de almoço	261	271
Outras remunerações adicionais	290	154
	<b>8 397</b>	<b>8 830</b>
Encargos sociais obrigatórios:		
Encargos relativos a remunerações	1 547	1 651
Encargos com pensões	140	162
Outros encargos sociais	56	63
	<b>1 743</b>	<b>1 876</b>
Outros custos com pessoal	468	254
	<b>10 608</b>	<b>10 960</b>

## 31. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Serviços especializados	7 417	7 421
Rendas e alugueres	1 192	1 459
Comunicações	600	351
Conservação e reparação	61	51
Publicidade e edição de publicações	906	1 055
Água, energia e combustíveis	234	195
Deslocações, estadas e representação	1 044	962
Outros fornecimentos de terceiros	1 032	533
	<b>12 486</b>	<b>12 026</b>



## 32. RESULTADOS POR ACÇÃO

### Resultados por acção básicos

DESCRIÇÃO	31-12-2009	31-12-2008
Resultado do exercício (em euros)	3 713 534	3 042 869
Número médio ponderado de acções ordinárias emitidas	11 000 000	8 000 000
Canhos por acção básico (expresso em Eur por acção)	0,34	0,38

## 33. RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### 33.1 POLÍTICAS DE GESTÃO DE RISCO

Fazendo parte do Banif Grupo Financeiro, as políticas de risco seguidas pelo Banif Banco de Investimento, S.A. (BBI) seguem as directrizes estabelecidas para o Grupo em geral, com as especificidades inerentes ao exercício das suas actividades, posicionando-se como a unidade de banca de investimento, em Portugal, e tendo em consideração o controlo e a diversificação dos riscos não só a nível individual da instituição, como ao nível consolidado.

O Conselho de Administração é o órgão responsável pela definição da estratégia e políticas de risco da Sociedade, delegando na Comissão Executiva e no Administrador do Pelouro a gestão diária dos riscos assumidos. Em termos funcionais, a gestão e controlo do risco do Banif - Banco de Investimento é centralizada na Direcção de Risco & Reporting (DRR), uma unidade independente dos departamentos de originação, usufruindo da necessária autonomia orgânica e funcional, e que analisa os vários tipos de risco: crédito, mercado, liquidez, operacional, de uma forma transversal e integrada. Esta Direcção reporta directamente ao membro da Comissão Executiva nomeado como Global Head of Risk Management.

Suportando as decisões da Comissão Executiva, existe ainda um conjunto de Comitês especializados, os quais assumem um papel determinante na área de gestão e controlo de risco, entre os quais se destacam:

**Comité de Crédito e Risco:** tem como objectivo analisar e deliberar sobre as operações que envolvam a tomada de risco de crédito para o banco, incluindo risco de crédito de contraparte. Revê propostas de limites ou operações de crédito, emitindo parecer para decisão na Comissão Executiva. É presidido pelo Vice-Presidente da Comissão Executiva, com presença obrigatória do Administrador com o pelouro da Gestão de Risco, Administrador da direcção proponente, dos responsáveis (ou seus representantes) pelas direcções de Risco & Reporting e Legal & Tax.

**Comité de Recuperação de Créditos:** tem como objectivo o acompanhamento do



*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'X' and various scribbles.]*

crédito em incumprimento (incluindo outros valores a receber), e a definição de medidas e estratégias de actuação. É presidido pelo Administrador executivo com o pelouro da Gestão de Risco, com presença obrigatória do Administrador da BGA com o pelouro do Investimento Imobiliário e dos responsáveis (ou seus representantes) pelas direcções de Risco & Reporting, Crédito, Legal & Tax, de Investimentos Imobiliários, de Operações, de Contabilidade e Controlo Financeiro e pela direcção gestora do cliente.

Comité de Activos e Passivos (ALCO): tem como objectivo gerir o risco de estrutural de balanço, incluindo taxa de juro, liquidez, cambial e de mercado. É presidido pelo Administrador executivo com o pelouro financeiro. Integram este comité todos os Administradores executivos do Banco e os responsáveis (ou seus representantes) das direcções Financeira, Risco & Reporting, Contabilidade e Controlo Financeiro.

Comité de Risk Management: tem como objectivo assegurar que o perfil de risco observado está alinhado com o apetite por risco definido para o banco, reportando eventuais desvios; revê em detalhe a compliance monitoring programme e o perfil de risco por categoria. É presidido pelo Administrador executivo com o pelouro da Direcção de Risco & Reporting. Integram este comité todos os Administradores executivos do Banco e os responsáveis (ou seus representantes) das direcções de Risco & Reporting, Financeira, de Legal & Tax, Compliance, de Auditoria, de Operações, de Sistemas de Informação, de Desenvolvimento Aplicacional, de Contabilidade & Qualidade e Recursos e Serviços.

#### a) Risco de Crédito

O risco de crédito define-se como a probabilidade de impactos negativos nos resultados ou capital, devido à incapacidade de uma contraparte cumprir os seus compromissos financeiros perante a instituição, incluindo possíveis restrições à transferência de pagamentos do exterior. No caso de crédito titulado, traduz-se ainda na variação do valor económico de um determinado instrumento devido à degradação da qualidade creditícia do emitente.

No Banif - Banco de Investimento, o risco de crédito subjacente à sua actividade resulta essencialmente da sua carteira de obrigações e do crédito concedido e garantias prestadas a clientes, como área complementar às outras actividades de banca de investimento desenvolvidas, nomeadamente, Project Finance, Private Banking, Corporate Finance, entre outras.

A política do Banif - Banco de Investimento passa pela concessão de crédito colateralizado, sendo que mais de 85% do crédito encontra-se coberto por garantias reais, em particular, penhor sobre valores mobiliários e hipotecas sobre imóveis. Todos os colaterais recebidos são avaliados ao seu justo valor com base no valor de mercado e tendo em conta as especificidades de cada tipo de colateral. No caso do crédito hipotecário, a Sociedade recorre à assessoria das mais conceituadas empresas de avaliação do mercado, sendo realizada uma validação interna de todas as avaliações externas realizadas, aproveitando as sinergias existentes dentro

da Sociedade, com o objectivo de minimização do risco operacional inerente, e de acordo com as políticas estabelecidas. No caso do crédito com penhor de títulos é realizado um controle diário ao valor de mercado das posições caucionadas através de uma aplicação informática desenvolvida internamente, a qual produz os alertas necessários à solicitação de margens adicionais ou à execução das garantias.

Todas as operações são analisadas e discutidas pelo Comité de Crédito e Risco, órgão que reúne regularmente e com poderes de decisão para determinadas alçadas de risco, sendo sujeitas posteriormente a aprovação superior em Comissão Executiva. Operações de alçada superior terão de ser ratificadas pelo Conselho de Administração do banco.

Mensalmente, é feita uma análise global da evolução do crédito concedido a clientes, visando o acompanhamento do risco de concentração, nomeadamente em termos de sectores e de grandes riscos. Procedese ainda à análise da composição da carteira por tipo de colaterais associados, com o objectivo de monitorização da exposição ao risco líquido, bem como da evolução do spread médio, numa lógica de controlo do binómio risco-rendibilidade.

Tendo em consideração o reduzido histórico, sem relevância estatística no que diz respeito a observações de crédito em incumprimento, o Banif - Banco de Investimento adopta as políticas do Grupo no tratamento de imparidade genérica. O valor das perdas por imparidade específica é analisado casuisticamente, levando em consideração as especificidades da operação e a melhor estimativa do valor recuperável (crédito e garantias) à data da avaliação.

No que diz respeito ao controle do risco de crédito inerente às exposições de títulos da carteira bancária, são elaborados regularmente mapas específicos que contêm uma análise da carteira por qualidade de crédito, baseada nos ratings externos das principais agências internacionais.

## b) Riscos de Mercado

O Risco de Mercado define-se como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteira de negociação, incluindo flutuações em taxas de juro, taxas de câmbio, cotações de acções e preços de mercadorias. O risco de mercado advém sobretudo da tomada de posições a curto prazo em títulos de dívida e de capital, moedas, mercadorias e derivados.

No Banif - Banco de Investimento, o risco de mercado decorre essencialmente das exposições em títulos detidos na carteira de negociação, não sendo política do banco a realização de trading de derivados. Em regra, os derivados contratados têm como objectivo a cobertura económica de posições, principalmente de operações originadas para clientes, através da realização de operações simétricas com outros contrapartes que anulam o risco de mercado entre si e, ainda, de cobertura de riscos da carteira própria.



*[Handwritten signatures and initials in blue and black ink, including 'AS', 'N', and 'A']*

Em 2008, o Banif - Banco de Investimento desenvolveu grandes esforços no sentido de revisão e aperfeiçoamento das métricas de medição e controlo do risco de mercado, tendo efectuado com sucesso a migração das carteiras de negociação das entidades do Grupo, para uma ferramenta de análise do risco de mercado - o BarraOne, propriedade do MSCI Barra.

Este sistema permite analisar o risco das carteiras desagregado pelos vários factores explicativos do risco, nomeadamente entre as componentes de risco específico e risco global (ou de mercado), o qual por sua vez é desagregado em diversos constituintes. O risco total leva em consideração a correlação entre os activos, quer ao nível de topo, quer nos diversos níveis de desagregação do risco. O BarraOne tem como metodologia um sistema Multi-Factor, baseado em fundamentais que incluem características económicas intuitivas na escolha de temas/factores baseados em dados do mercado, de estimação do risco com o objectivo de gestão de risco numa perspectiva "forward-looking".

O diagrama abaixo sintetiza a forma como o BarraOne desagrega o risco, realizando uma análise de sensibilidade para cada um dos itens aplicáveis à carteira.

O cálculo do VaR é assim decomposto pelos seguintes factores:

Risco Cambial - componente de VaR atribuível ao de risco moeda, explícito e implícito, nomeadamente através de investimento indirecto. Devido à extrema sensibilidade deste factor o modelo utiliza como histórico apenas as últimas 17 semanas de dados.

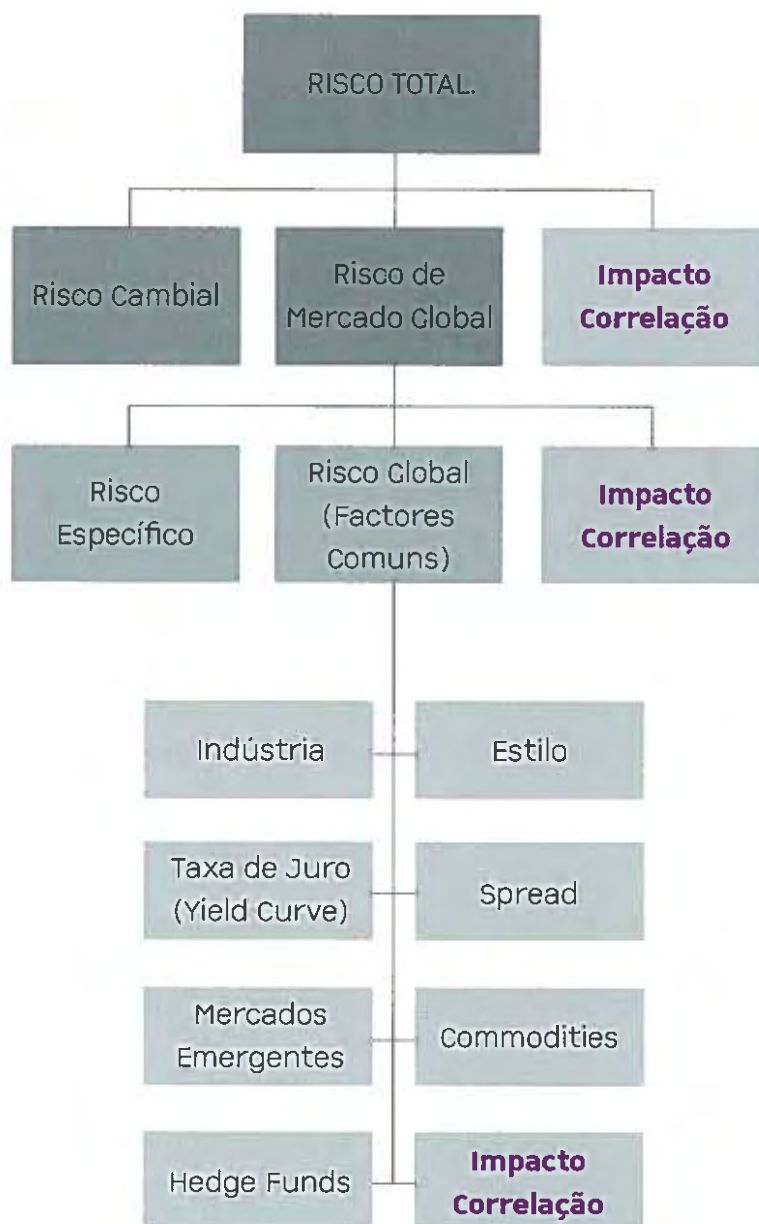
Risco de Mercado Local – componente de VaR atribuível ao risco de mercado per se, excluindo o risco cambial. O risco para cada mercado é decomposto em 3 componentes: risco global, risco específico, e correlação.

Risco Global - consiste no risco explicado por factores comuns de mercado, que inclui risco de indústria, estilo, taxa de juro, spread, mercados emergentes e hedge funds, commodities. Analisa o risco da carteira que advém da sua exposição aos factores específicos de cada mercado/modelo.

i) Indústria – cada activo é classificado no sector que melhor se adequa (de acordo com a metodologia do Barra), sendo assim calculado a componente do VaR que é explicada pelo sector.

ii) Estilo – neste item, o modelo captura o risco que deriva do facto do activo: i) deter uma grande capitalização ou uma pequena capitalização; expectativa de crescimento elevado versus avaliações mais baixas; padrão de volatilidade de longo e de curto prazo;

iii) Taxa de Juro (Yield Curve) – inclui o risco que decorre em alterações da inclinação da curva de rendimentos e a curvatura (twist ou butterfly) o que corresponde a três factores de risco para cada mercado. O modelo da Zona Euro é constituído pelos modelos dos países que a compõem.



iv) Spread – analisa a diferença entre a curva swap e a curva de dívida pública, e eventos de crédito, calculando a respectiva alocação em termos de risco.

v) Mercados Emergentes – advém do risco adicional pelo facto do emitente ser de um país emergente ou, pelo facto, do activo ter sido emitido num país emergente.

vi) Commodities – permite obter estimativas de risco para futuros e spot de commodities. O modelo utiliza os retornos de 26 sub-índices de forma a detalhar o risco de diferentes tipos de commodities que, posteriormente são agregados em 5 grandes grupos e integrados no modelo multi-classe através de uma matriz de covariâncias. Não é aplicável ao Banif - Banco de Investimento.

vii) Hedge Funds – permite obter estimativas de risco para exposição a este tipo de activos. Não é aplicável ao Banif - Banco de Investimento.

Risco Específico – o risco que não é explicado pelos factores comuns, isto é, risco único exclusivo a cada activo e, por isso, diversificável. Este modelo conjuga a estimativa

*[Handwritten signatures and initials in blue and black ink, including 'h', 'z', 'n', 'A', 'B', '2', 'A']*

do nível médio de risco específico com valor de risco específico face às características fundamentais do activo.

O VaR é calculado utilizando o modelo paramétrico, aplicado para um horizonte de 10 dias e com intervalo de confiança de 99%, em linha com as recomendações do Novo Acordo de Basileia e do BdP (aviso 8/2007).

#### c) Risco Cambial

O Risco Cambial representa o risco de que o valor dos activos financeiros expressos em moeda estrangeira apresente flutuações devido a alterações nas taxas de câmbio.

O Banco procede a uma monitorização sistemática da sua exposição global ao risco de taxa de câmbio. Para o efeito, existe uma rotina diária de cálculo da posição cambial pelas principais moedas, o qual abrange as posições à vista decorrentes, sobretudo, da actividade de negociação da carteira de títulos, bem como as variações nos resultados líquidos da Sociedade (potenciais ou realizados) resultantes das conversões dos saldos de cada conta ao fixing do BCE.

A posição cambial em 31 de Dezembro de 2009, em valores absolutos, totalizava menos de €800 mil, representando cerca de 1% dos fundos próprios do banco, sendo pouco significativo o seu impacto em resultados ou em capitais próprios originados por flutuações na taxa de câmbio.

#### d) Risco de Taxa de Juro

O Risco de Taxa de Juro consiste na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos das taxas de juro, tendo em conta a estrutura de balanço de uma instituição. A avaliação deste tipo de risco é realizada em base sistemática, numa óptica de longo prazo, incidindo sobre as exposições da carteira bancária em função dos períodos de repricing, em linha com as recomendações do Novo Acordo de Basileia e do BdP (aviso 19/2005).

De referir que a avaliação do risco de taxa de juro da carteira de negociação deverá ser realizada no âmbito do risco de mercado, focando-se num horizonte de curto prazo, tendo em consideração que esta carteira é gerida numa base diária. O modelo de análise utilizado pelo Banif - Banco de Investimento, assente na ferramenta BarraOne, procede à decomposição do risco de mercado nas várias componentes, entre os quais, a componente de risco de taxa de juro embutida na variação de preço (decomposição do VaR nas várias componentes, incluindo risco de taxa de juro).

Mensalmente são produzidos mapas de controlo de exposições, onde são apuradas os activos e passivos por prazos de maturidade em termos globais, fazendo-se igualmente uma análise em separado para a carteira bancária e a de negociação. Trimes-



tralmente, é feita uma avaliação mais detalhada do risco de taxa de juro, em função dos prazos de refixação de taxa dos activos e passivos.

#### e) Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez define-se como a probabilidade de ocorrência de perdas devido à incapacidade de uma instituição dispor de fundos líquidos para cumprir com as suas obrigações, e se tal é efectuado em condições razoáveis. No Banif - Banco de Investimento, os níveis de liquidez são adaptados em função dos montantes e prazos compromissos assumidos e dos recursos obtidos, em função da identificação de gaps. As políticas de obtenção de funding, quer junto dos clientes, quer no mercado, têm garantido a estabilidade dos recursos, assentando numa lógica integrada de Grupo. Com o objectivo de maximizar a componente de gestão dos riscos estruturais de balanço, foi criada em 2008, uma nova unidade operativa dentro do Banif - Banco de Investimento, a Direcção Financeira, cujo principal objectivo passa pela definição e execução das políticas financeiras, em particular, em termos de gestão de liquidez e de tesouraria.

#### f) Risco Operacional

O Risco Operacional define-se como o risco de perdas resultantes da inadequação ou deficiência de procedimentos, do pessoal ou dos sistemas internos ou de acontecimentos externos, incluindo os riscos jurídicos. Esta probabilidade de perda pode decorrer de falhas na análise, processamento ou liquidação das operações, de fraudes internas e externas, da actividade ser afectada devido à utilização de recursos em regime de outsourcing, da existência de recursos humanos insuficientes ou inadequados ou da inoperacionalidade das infra-estruturas.

Consciente da importância de uma monitorização e controlo eficaz do risco operacional, o Banif - Grupo Financeiro iniciou em 2007 um projecto específico nesta área, que, numa primeira fase, passou pelo levantamento e registo de ocorrências potenciadoras de risco operacional, com vista ao controlo e mitigação do mesmo. No Banif - Banco de Investimento, este projecto teve início no primeiro trimestre de 2008, existindo uma pessoa responsável pela gestão de risco operacional (RO), inserido na Direcção Risco & Reporting.

Adicionalmente, foram nomeados Gestores de Risco Operacional (Gestores RO) nas áreas críticas da Sociedade, que têm como função supletiva o registo de eventos de risco operacional ou falhas detectadas na gestão do dia-a-dia num software próprio da SAS, o SAS OpRisk Monitor. Actualmente existe um conjunto de Gestores RO nomeados para o Banif - Banco de Investimento e Sociedades Participadas, cujo objectivo é a recolha e registo de eventos de risco operacional, para que o Banco possua informação necessária para avaliar o risco operacional, para posterior mitigação, respondendo ainda às necessidades de reforço do controlo interno.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

Pretende-se, desta forma, atingir o objectivo de monitorização e medição do risco operacional inerente à actividade da Sociedade, detalhando as ocorrências pelos vários processos e áreas intervenientes, o que se irá traduzir numa avaliação efectiva e dinâmica dos sistemas de controlo interno.

Para além das disposições legais, estatutárias e deontológicas aplicáveis ao exercício das actividades de intermediação financeira, tem sido uma preocupação da Administração da Sociedade a elaboração e difusão de Manuais, Regulamentos, Circulares e outros normativos internos adequados a assegurar o cumprimento das normas aplicáveis ao exercício da actividade desenvolvida. Toda a informação é devidamente divulgada, sendo do conhecimento de todos os colaboradores da Sociedade, encontrando-se disponível para consulta na respectiva Intranet. Em paralelo, a actuação das Direcções Legal & Compliance e de Auditoria Interna visam complementar e reforçar as medidas adoptadas.

Todos os pontos de controlos internos identificados (gerados no âmbito dos relatórios de auditoria interna, auditoria externa, do Aviso 5/2008 do BdP ou de outros órgãos) são classificados de acordo com os parâmetros do Banco de Portugal quanto ao grau e ao tipo de risco. Os pontos de controlo interno são registados e acompanhados quanto à sua evolução e implementação.

As respectivas classificações, prazos de implementação, status dos pontos e o enquadramento estratégico (quanto ao tipo e intensidade do risco), são periodicamente reportados aos órgãos de administração que acompanham esta evolução. Durante o ano de 2009, foram realizados progressos significativos na implementação destes pontos, traduzindo-se numa intensificação do ambiente de controlos interno.



*[Handwritten signature]*

## 33.2 RISCO DE CRÉDITO

Para efeitos de análise de risco de crédito da presente nota considerou-se a carteira de títulos detida pelo Banif - Banco de Investimento e o crédito concedido a clientes. Desta forma, o valor da rubrica Activos financeiros detidos para negociação exclui o valor de mercado dos derivados.

Os activos financeiros, por rubrica de balanço, apresentam a seguinte exposição ao risco de crédito a 31 de Dezembro de 2009:

DESCRIÇÃO	EXPOSIÇÃO MÁXIMA	COLATERAL	EXPOSIÇÃO LÍQUIDA
Activos financeiros detidos para negociação	40 629		40 629
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	219 315	49 125	170 190
Activos financeiros disponíveis para venda	74 388		74 388
Crédito a clientes	425 473	304 029	121 444
Investimentos detidos até à maturidade	80 399		80 399
<b>TOTAL DE EXPOSIÇÃO A RISCO DE CRÉDITO</b>	<b>840 204</b>	<b>353 154</b>	<b>487 050</b>

Nota: valor dos colaterais considerado até ao montante da exposição.

De referir que a rubrica Crédito a Clientes inclui uma carteira de títulos no valor de €68 milhões contabilizada ao custo amortizado, constituída essencialmente por produtos estruturados, classificada em termos de IAS como Loans & Receivables (LaR). Excluindo estes instrumentos, o valor do crédito concedido ascendia a cerca de €358 milhões, dos quais €209 milhões encontravam-se colateralizados por garantias reais, entre as quais, hipotecas sobre imóveis e penhor sobre valores mobiliários, representando um rácio de cerca de 85%.

Concentração de risco de crédito por sector de actividade em 31 de Dezembro de 2009:

DESCRIÇÃO	EXPOSIÇÃO MÁXIMA	COLATERAL	EXPOSIÇÃO LÍQUIDA
Indústria	593		593
Construção	37 363	37 363	0
Vendas a retalho	621		621
Serviços	16 828		16 828
Instituições financeiras e seguradoras	149 957		149 957
Sector público	46 253		46 253
Outros	559 989	287 504	272 486
Particulares	28 600	28 288	312
<b>TOTAL DE EXPOSIÇÃO A RISCO DE CRÉDITO</b>	<b>840 204</b>	<b>353 154</b>	<b>487 050</b>

*Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large signature and several initials.*

Concentração de risco de crédito por região geográfica em 31 de Dezembro de 2009:

DESCRIÇÃO	EXPOSIÇÃO MÁXIMA	COLATERAIS	EXPOSIÇÃO LÍQUIDA
Portugal Continental	557 436	265 336	292 100
Regiões Autónomas	0	0	0
União Europeia	121 221	23 432	97 789
Resto da Europa	2 441	0	2 441
América do Norte	47 509	14 770	32 739
América Latina	89 475	49 617	39 858
Resto do Mundo	22 122	0	22 122
<b>TOTAL DE EXPOSIÇÃO A RISCO DE CRÉDITO</b>	<b>840 204</b>	<b>353 154</b>	<b>487 050</b>

Decomposição dos activos financeiros por qualidade do crédito, por rubrica de balanço, a 31 de Dezembro de 2009:

	HIGH GRADE	STANDARD GRADE	SUB-STANDARD GRADE	NOT RATED	TOTAL
Aditivos financeiros detidos para negociação	8 239	8 528	7 016	16 846	40 629
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	89 993	9 151	0	120 171	219 315
Activos financeiros disponíveis para venda	6 218	2 016	834	65 320	74 388
Crédito a clientes	29 182	7 043	14 719	374 530	425 473
Investimentos detidos até à maturidade	62 992	10 782	6 625	0	80 399
<b>TOTAL DE EXPOSIÇÃO A RISCO DE CRÉDITO</b>	<b>196 623</b>	<b>37 520</b>	<b>29 193</b>	<b>576 868</b>	<b>840 204</b>

O quadro apresenta a repartição de todos os activos financeiros por qualidade de crédito, cujas notações têm por base o mapeamento dos ratings externos atribuídos pelas principais agências internacionais Moodys, Fitch e S&P. A métrica de atribuição do rating seguiu a metodologia standard do novo acordo de Basileia (Basel II), escolhendo-se o pior dos dois melhores ratings no caso de haver notações diferenciados para o mesmo activo. A classificação High Grade corresponde a ratings entre [AAA e A-], Standard Grade a [BBB+ a BBB-] e Sub-Standard Grade a ratings iguais ou inferiores a BB+. As posições em crédito ou títulos que não possuam rating externo atribuído por nenhuma das três principais agências internacionais são classificadas como Not Rated.

Entre as exposições sem rating externo, no montante total de €576 milhões, a principal fatia, correspondente a 65%, diz respeito à concessão de crédito a empresas e particulares, nomeadamente crédito com hipoteca de imóveis ou com penhor de valor mobiliários e operações de Project Finance e Acquisition Finance. O peso dos activos sem rating na carteira `Outros Activos financeiros ao justo valor através de resultados é também significativo, ascendendo a cerca de €120 milhões, para o qual contribui largamente o investimento em unidades de participação de fundos, os quais não possuem rating externo, e cujo montante global ascende a cerca de



*[Handwritten signature]*

€100 milhões. Da exposição total a fundos de investimento, cerca de €45 milhões encontram-se colateralizados por depósitos-caução junto do Banif - Banco de Investimento, pelo que a respectiva exposição ao risco é nula; o remanescente diz respeito a fundos geridos por entidades do Banif - Grupo Financeiro.

### 33.3 RISCO DE MERCADO

Nos quadros seguintes, apresenta-se o cálculo do Value-at-Risk (VaR) para carteira de títulos de negociação detidos pelo Banif - Banco de Investimento, que a 31 de Dezembro de 2009 ascendia a cerca de €41 milhões, composta essencialmente por títulos de renda fixa, em que a componente de acções apresenta um valor imaterial.

Para o cálculo desta métrica de risco foi utilizado o software especializado BarraOne, propriedade da "MSCI Barra", tendo sido calculado o VaR com um horizonte de 10 dias e uma probabilidade de 99%, em linha com as boas práticas internacionais, em particular, seguindo as recomendações constantes do acordo de capital de Basileia.

A 31 de Dezembro 2009, o VaR da carteira de negociação ascendia a cerca de €743 mil, representando 2% do valor de mercado da carteira. O risco decorrente da exposição a acções é completamente imaterial, traduzindo-se num VaR de €9 mil.

O VaR global da carteira de negociação do Banif - Banco de Investimento correspondia a 1.3% dos fundos próprios de base (Tier 1) da instituição.

A decomposição do VaR por tipo de títulos a 31 de Dezembro de 2009 é a seguinte:

DESCRIÇÃO	VaR da Carteira Emil	VaR % Carteira
Acções	9	17,11
Obrigações	742	2,01
<i>Efeito diversificação</i>	-8	<i>n.a.</i>
<b>TOTAL</b>	<b>743</b>	<b>2,02</b>

Fonte: BarraOne



*Handwritten signatures and initials in blue and black ink.*

A decomposição do VaR por tipo de risco, a 31 de Dezembro de 2009, é a seguinte:

CATEGORIA	DESVIO PADRÃO	% RISCO DA CARTEIRA	VARIÂNCIA DA CARTEIRA	VAR DA CARTEIRA (MIL)
RISCO DE MERCADO LOCAL	3,36	59,7%	0,11	574
<i>RISCO GLOBAL (FACTORES COMUNS)</i>	3,28	56,9%	0,11	560
Indústria	0,04	0,0%	0,00	6
Estilo	0,01	0,0%	0,00	1
Taxa de Juro (Yield Curve)	3,08	49,9%	0,09	525
Spread	1,82	17,5%	0,03	311
Mercados Emergentes	0,98	5,1%	0,01	168
Correlação - factores comuns	n.a.	-15,7%	-0,03	n.a.
<i>RISCO ESPECÍFICO (SELECÇÃO)</i>	0,73	2,8%	0,01	125
RISCO CAMBIAL	4,30	97,6%	0,18	734
Correlação Moeda / Mercado	n.a.	-57,3%	-0,11	n.a.
<b>RISCO TOTAL</b>	<b>4,35</b>	<b>100,0%</b>	<b>0,19</b>	<b>743</b>

Fonte: BarraOne

### 33.4 RISCO DE TAXA DE JURO

A desagregação dos activos e passivos financeiros por prazos de refixação da taxa de juro em 31 de Dezembro de 2009 é a seguinte:

	< 1 MÉS	1 A 3 MESES	3 A 6 MESES	6 A 9 MESES	9 MESES A 1 ANO	1 A 2 ANOS	2 A 3 ANOS	3 A 4 ANOS	4 A 5 ANOS	>= 5 ANOS	NÃO SENSÍVEL	TOTAL
Activos Financeiros Detidos para Negociação	708	12 651	4 127	15	300	2 489	1 141	2 116	846	16 182	64 581	105 156
Activos Financeiros ao Justo Valor através de Resultados	1 114	1 359	8 954	9 184	0	10 957	30 345	14 358	13 307	18 521	111 217	219 315
Derivados de Cobertura	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	0	6 813	22 386	0	0	310	106	1 266	0	6 502	36 004	73 388
Disponibilidades e Aplicações em Inst. de Crédito	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	47 697	47 697
Créditos e outros Valores a Receber	129 736	184 952	77 097	0	12 979	0	0	0	0	0	20 709	425 473
Investimentos Detidos até à Maturidade	12 440	52 028	4 727	0	0	6 378	2 428	2 400	0	0	-3	80 399
Outros Activos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	37 578	37 578
<b>Total de Activos</b>	<b>143 998</b>	<b>257 803</b>	<b>117 291</b>	<b>9 200</b>	<b>13 279</b>	<b>20 133</b>	<b>34 020</b>	<b>20 139</b>	<b>14 153</b>	<b>41 205</b>	<b>317 785</b>	<b>989 007</b>
Depósitos de Bancos Centrais	1 000	28 644	0	0	63 491	0	0	0	0	0	0	93 136
Passivos Financeiros detidos para Negociação	0	0	0	0	0	0	0	0	216	3 862	57 548	61 627
Passivos Financeiros ao Justo Valor através de Resultados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Derivados de Cobertura	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Depósitos de Instituições de Crédito	206 720	75 057	22 936	0	12 000	0	0	0	0	39 055	67 513	423 280
Depósitos do Sector Público	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Depósitos de Empresas	232 558	20 911	7 819	4 481	216	374	2 983	0	0	6 784	13 595	289 721
Depósitos de Particulares	1 993	1 415	764	242	0	0	0	0	0	0	1 320	5 735
Certificados de Dívida, incluindo Obrigações	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Passivos Financeiros associados a Activos Transferidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Passivos Subordinados	0	15 000	15 000	0	0	0	0	0	0	0	29	30 029
Outros Passivos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	23 449	23 449
<b>Total de Passivos</b>	<b>442 271</b>	<b>141 027</b>	<b>46 519</b>	<b>4 723</b>	<b>75 707</b>	<b>374</b>	<b>2 983</b>	<b>0</b>	<b>216</b>	<b>49 702</b>	<b>163 454</b>	<b>926 977</b>

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.



*JA*

No quadro abaixo, é apresentada uma análise de sensibilidade do risco de taxa de juro da carteira bancária, tendo por base os mapas de reporte à entidade de supervisão. Esta análise assenta no cenário de um choque standard de 200 p.b. na taxa de juro, e respectivo impacto na situação líquida e na margem financeira anual do Banco, em termos individuais.

Análise de sensibilidade do impacto de uma variação de 200 p.b. na curva de taxas de juro por moeda relevantes, a 31 de Dezembro de 2009:

		2009	2008
Eur	Impacto na Situação Líquida	-6 232	-3 387
	Fundos Próprios	87 896	73 953
	Impacto nos Fundos Próprios, em %	-7%	-5%
	Impacto na Margem Financeira, a 12 meses	2 196	-3 450
	Margem Financeira	10 658	3 662
	<b>IMPACTO NA MARGEM FINANCEIRA ANUAL, EM %</b>	<b>-21%</b>	<b>-94%</b>
USD	Impacto na Situação Líquida	5 540	-1 040
	Fundos Próprios	87 896	73 953
	Impacto nos Fundos Próprios, em %	6%	-1%
	Impacto na Margem Financeira, a 12 meses	-1 029	-932
	Margem Financeira	10 658	3 662
	<b>IMPACTO NA MARGEM FINANCEIRA ANUAL, EM %</b>	<b>-10%</b>	<b>-25%</b>
TOTAL	Impacto na Situação Líquida	-692	-4 427
	Fundos Próprios	87 896	73 953
	Impacto nos Fundos Próprios, em %	-1%	-6%
	Impacto na Margem Financeira, a 12 meses	-3 225	-4 382
	Margem Financeira	10 658	3 662
	<b>IMPACTO NA MARGEM FINANCEIRA ANUAL, EM %</b>	<b>-30%</b>	<b>-120%</b>

### 33.5 RISCO DE LIQUIDEZ

A desagregação dos activos e passivos financeiros por prazos de residual de maturidade a 31 de Dezembro de 2009 é a seguinte:

DESCRIÇÃO	< 1 MÊS	1 A 3 MESES	3 MESES A 1 ANO	1 A 5 ANOS	> 5 ANOS	INDETERM.	TOTAL
Activos financeiros detidos para negociação	96	2 590	10 634	9 429	17 827	64 581	105 156
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	0	0	9 184	77 921	20 993	111 217	219 315
Derivados de cobertura	0	0	0	0	0	0	0
Activos financeiros disponíveis para venda	0	5 930	0	24 068	7 386	36 004	73 388
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	0	0	0	0	0	47 697	47 697
Créditos e outros valores a receber	36 173	41 207	149 374	101 832	76 178	20 709	425 473
Investimentos detidos até à maturidade	0	10 712	27 185	41 078	1 424	0	80 399
Outros activos	0	0	0	0	0	37 578	37 578
<b>TOTAL DE ACTIVOS</b>	<b>36 270</b>	<b>60 438</b>	<b>196 376</b>	<b>254 328</b>	<b>123 807</b>	<b>317 788</b>	<b>989 007</b>
Depósitos de bancos centrais	1 000	28 644	63 491	0	0	0	93 136
Passivos financeiros detidos para negociação	0	0	0	216	3 862	57 548	61 627
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	0	0	0	0	0	0	0
Derivados de cobertura	0	0	0	0	0	0	0
Passivos financeiros ao custo amortizado	0	0	0	0	0	0	0
Depósitos de instituições de crédito	206 720	74 328	34 936	729	39 055	67 513	423 280
Depósitos do sector público	0	0	0	0	0	0	0
Depósitos de empresas	232 558	10 811	12 516	13 456	6 784	13 595	289 721
Depósitos de particulares	1 993	1 415	1 006	0	0	1 320	5 735
Certificados de dívida, incluindo obrigações	0	0	0	0	0	0	0
Passivos financeiros associados a activos transferidos	0	0	0	0	0	0	0
Passivos subordinados	0	0	0	0	30 000	29	30 029
Outros passivos	0	0	0	0	0	23 449	23 449
<b>TOTAL DE PASSIVOS</b>	<b>442 271</b>	<b>115 198</b>	<b>111 949</b>	<b>14 401</b>	<b>79 702</b>	<b>163 454</b>	<b>926 977</b>

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.



*Handwritten signature or initials.*

## 34. JUSTO VALOR DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O detalhe desta rubrica em 31 de Dezembro de 2009 é a seguinte:

CARTEIRA DE ACTIVOS FINANCEIROS	VALOR DE BALANÇO	JUSTO VALOR	
		VALOR DE MERCADO OU COTAÇÃO	ANÁLISE DE MERCADO
<b>ACTIVO</b>			
Activos Financeiros detidos para negociação	105 535	105 535	
Outros Activos Financeiros ao JV	219 389	219 389	1 359
Activos Financeiros disponiveis para venda	74 720	74 720	
Investimentos detidos até à maturidade	80 399	80 665	
Empréstimos e outras contas a receber	67 786	66 640	49 797
<b>PASSIVO</b>			
Passivos Financeiros para negociação	61 627	61 627	

CARTEIRA DE ACTIVOS FINANCEIROS	VALOR DE BALANÇO	JUSTO VALOR	
		VALOR DE MERCADO OU COTAÇÃO	ANÁLISE DE MERCADO
<b>ACTIVO</b>			
Crédito a Clientes	358 464	358 464	
Outros Activos Financeiros	11 947	11 947	
<b>PASSIVO</b>			
Recursos de clientes e outros empréstimos	278 440	278 440	

Para créditos inferiores a um ano considerou-se que o valor registado em balanço é uma aproximação fiável do seu justo valor. Para créditos superiores a um ano com taxa indexada, considerou-se igualmente que o valor de balanço é uma aproximação fiável ao justo valor.

Para os depósitos até um ano ou sem maturidade definida, nos quais se inclui depósitos sem taxa de juro associada, considerou-se que o montante reembolsável na data de reporte é uma aproximação fiável ao justo valor.

Nos modelos de valorização internos dos instrumentos financeiros de negociação e ao justo valor através de resultados, as taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pela Bloomberg. Os prazos até um ano são referentes às taxas de mercado do mercado monetário interbancário, enquanto que os prazos superiores a um ano são através das cotações dos swaps de taxa de juro. A curva de taxa de juro obtida é ainda ajustada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos são determinadas por métodos de interpolação. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

PRAZO	MOEDA	
	EUR	USD
1 dia	0,29%	0,20%
7 dias	0,33%	0,23%
15 dias	0,35%	0,24%
1 mês	0,43%	0,27%
2 meses	0,45%	0,33%
3 meses	0,60%	0,36%
4 meses	0,70%	0,50%
5 meses	0,80%	0,64%
6 meses	0,90%	0,79%
7 meses	0,93%	0,79%
8 meses	0,95%	0,80%
9 meses	0,97%	0,80%
10 meses	1,07%	0,76%
11 meses	1,16%	0,71%
1 ano	1,26%	0,67%
2 anos	1,88%	1,42%
3 anos	2,25%	2,06%
4 anos	2,53%	2,52%
5 anos	2,81%	2,98%
6 anos	3,01%	3,26%
7 anos	3,22%	3,54%
8 anos	3,34%	3,68%
9 anos	3,46%	3,83%
10 anos	3,58%	3,97%
20 anos	4,06%	4,47%
30 anos	3,94%	4,54%

*Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large 'X' and various scribbles.*

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.

## 35. SALDOS E TRANSACÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

RUBRICAS	ELEMENTOS CHAVES DE GESTÃO	ENTIDADES ASSOCIADAS	ACCIONISTAS
Activos financeiros detidos para negociação			907
Crédito a clientes		1 002	7 010
Outros activos		42	
Recursos de clientes e outros empréstimos		236	5
Outros passivos		1 016	
Juros e rendimentos similares			60
Rendimentos de serviços e comissões		29	
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados			-20
Custos com pessoal	478	0	
Gastos gerais administrativos		11	
Provisões líquidas de reposições e anulações		10	36
Imparidade e outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		7	2

As transacções com entidades relacionadas são analisadas de acordo com os critérios aplicáveis a operações similares e são realizadas em condições normais de mercado.

No exercício findo, não foram constituídas provisões específicas para saldos com entidades relacionadas.

## 36. EVENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

À data de aprovação das presentes Demonstrações Financeiras pelo Conselho de Administração da Sociedade, não se verificava nenhum acontecimento subsequente a 31 de Dezembro de 2009, data de referência das referidas Demonstrações Financeiras, que exigissem ajustamentos ou modificações dos valores dos activos e dos passivos.

## 37. NORMAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR

Seguidamente apresentam-se as normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB/IRIC que ainda não entraram em vigor e que a Sociedade não adoptou antecipadamente nas suas demonstrações financeiras.

Normas e interpretações endossadas pela União Europeia e aplicáveis a Demonstrações Financeiras de exercícios que terminem em 2010:



*Handwritten notes in blue and black ink, including a large 'X' and various scribbles.*

## Alterações na IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração Itens elegíveis para cobertura

Norma efectiva, na União Europeia, a partir da data de início do primeiro exercício que comece após 30 de Junho de 2009.

Com estas alterações é clarificado que é permitida a designação de uma parte das alterações do justo valor ou variabilidade dos fluxos de caixa de um instrumento financeiro como um item coberto. É também indicado que a inflação não é um risco identificável separadamente e não pode ser designado como um risco coberto a não ser que represente fluxos de caixa especificados contratualmente.

## IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços

Interpretação efectiva, na União Europeia, o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que comece após 29 Março 2009.

Esta interpretação aplica-se a operadores de concessões e explica como contabilizar as responsabilidades assumidas e os direitos recebidos em acordos de concessão.

## IFRIC 17 - Distribuições aos Proprietários de Activos que não são Caixa

Interpretação efectiva, na União Europeia, o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que comece após 31 de Outubro de 2009.

Esta interpretação esclarece sobre a forma de contabilização da distribuição de bens em espécie aos proprietários, definindo que todos devem ter os mesmos direitos. Esta interpretação só se aplica quando em última análise os activos não são controlados pela mesma parte antes e depois da distribuição. A responsabilidade de pagar um dividendo deve ser reconhecida quando o dividendo estiver adequadamente autorizado e já não estiver sob o controlo da entidade. Se uma entidade der aos seus proprietários a opção de receberem um activo que não é caixa ou outra alternativa a caixa, a entidade deve estimar o dividendo a pagar considerando, tanto o justo valor de cada alternativa como a probabilidade associada à escolha pelos proprietários de cada alternativa. Quando uma entidade liquida os dividendos a pagar, deve reconhecer nos lucros ou prejuízos qualquer eventual diferença entre a quantia escriturada dos activos distribuídos e a quantia escriturada do dividendo a pagar, sendo a diferença registada como uma linha separada da demonstração de resultados.

A IFRS 5 foi emendada para incluir activos que são classificados para distribuição, somente quando disponível na sua presente condição e a distribuição ser altamente provável.



## IFRIC 18 – Transferência de Activos Provenientes de clientes

Interpretação efectiva, na União Europeia, o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que comece após 31 de Outubro de 2009.

Esta interpretação tem por objectivo clarificar a contabilização de imobilizado tangível ou caixa recebidos de clientes com o objectivo de serem usados para adquirir ou construir activos específicos. Só se aplica a activos que são usados para ligar o cliente a uma rede ou permitir o acesso contínuo ao fornecimento de bens ou serviços ou ambos.

Esta interpretação define que em primeiro lugar há que verificar se o bem satisfaz as condições para o reconhecimento como activo e que, se tal acontecer, o activo transferido deve ser medido ao Justo Valor como parte de uma transacção de troca.

A entidade deve identificar os serviços prestados e alocar o Justo Valor do bem recebido a cada um dos serviços prestados. O rendimento é reconhecido na data da prestação do serviço.

Normas aplicáveis a Demonstrações Financeiras de exercícios a terminar em 2010 e ainda não endossadas pela União Europeia:

### Alterações na IFRS 2 – Liquidação de acordos de pagamento com base em acções

Esta alteração revoga a IFRIC 8 e a IFRIC 11 e aplica-se retrospectivamente.

Quando uma entidade recebe bens ou serviços, procede à sua mensuração como liquidação através de acções quando são concedidos instrumentos da própria entidade ou a entidade não tem a obrigação de liquidar a transacção. Caso contrário, a entidade mensura a transacção como uma liquidação através de caixa.

As liquidações com acções são remensuradas apenas em resultado de alterações das condições de exercício que não tenham a ver com o mercado ou da existência de requisitos para atingir um nível mínimo.

Para efeitos das contas consolidadas, esta alteração clarifica que se uma entidade recebe bens ou serviços que são liquidados através de caixa por proprietários que não pertencem ao grupo, tais transacções estão fora do âmbito da IFRS 2.

### Projecto Anual de Melhorias

Em Abril de 2009, o IASB publicou o Projecto Anual de Melhorias de certas normas então em vigor, com o objectivo de remover inconsistências e clarificar conceitos.

Normas e interpretações aplicáveis a Demonstrações Financeiras subsequentes a 31 de Dezembro de 2010 e ainda não endossadas pela União Europeia.



## IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 insere-se num projecto faseado de revisão e substituição gradual da IAS 39, com o objectivo de reduzir a complexidade na sua aplicação. Ao nível da classificação e mensuração são reduzidas as categorias de activos financeiros, eliminados os requisitos de separação de derivados embutidos e restrições de reclassificação.

A classificação de activos passa a seguir o modelo de negócio onde se enquadram os activos, tendo também em conta as características dos instrumentos.

As diferenças de justo valor em instrumentos de capital considerados estratégicos são reconhecidas em reservas sem passagem por resultados mesmo em situações de imparidade ou venda.

É expectável que esta norma tenha efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Sociedade, que serão oportunamente avaliados após o endosso pela União Europeia.

## Revisão da IAS 24 – Divulgações de Partes Relacionadas

As principais alterações pela revisão desta norma são as seguintes:

- Alteração da definição de partes relacionadas - implicará que algumas entidades deixem de ser consideradas relacionadas e outras passem a ser consideradas relacionadas;
- Isenção parcial de divulgações relativas a transacções entre entidades governamentais bem como com o próprio Governo;
- Obrigatoriedade explícita de divulgar os compromissos com partes relacionadas incluindo os contratos executórios.

## Alterações na IFRIC 14 – Adiantamentos para requisitos mínimos de financiamento

Estas alterações foram efectuadas para retirar da IFRIC 14 uma consequência não intencional de quando uma entidade está obrigada a um nível de financiamento mínimo para um plano de benefícios definidos e faz um pagamento antecipado para cobrir esse requisito.

O problema identificado na prática relacionava-se com a capacidade, em algumas jurisdições, de efectuar pagamentos antecipados. Tais pagamentos aumentam o valor dos activos do plano e estariam sujeitos às restrições de reconhecimento de activos da IAS 19 o que levaria a que se nenhum activo pudesse ser reconhecido pelo que o pagamento antecipado teria que ser reconhecido como um gasto no ano do pagamento. De acordo com as alterações, uma entidade deve reconhecer como activo os pagamentos feitos antecipadamente e em cada ano a análise do excedente do plano deve ser analisado como se não tivesse havido pagamentos antecipados.



## IFRIC 19 – Passivos Financeiros Extintos com Instrumentos de Capital

Esta IFRIC clarifica que instrumentos de capital emitidos para um credor com o objectivo de extinguir passivos financeiros são considerados montantes pagos para efeitos do parágrafo 41 da IAS 39. Desta forma, instrumentos de capital emitidos num equity swap devem ser mensurados ao Justo Valor dos instrumentos de capital emitidos, se este puder ser determinado com fiabilidade. Se o Justo Valor dos instrumentos de capital emitidos não puder ser determinado com fiabilidade, então os instrumentos de capital emitidos devem ser mensurados por referência ao Justo Valor do passivo financeiro extinto na data da sua extinção. Esta IFRIC não se aplica a situações em que o acordo original já previa a extinção de passivos por via da emissão de instrumentos de capital nem para situações que envolvam directa ou indirectamente proprietários actuando como tal.

## IFRS 3 (Revista) – Concentrações de Actividades Empresariais

Norma efectiva, na União Europeia, o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que comece após 30 de Junho de 2009.

Foi revista a definição de combinação de negócio para esclarecer que pode incluir um conjunto integrado de actividades e de activos que actualmente não estejam a operar como tal.

Adicionalmente, as alterações mais significativas são as seguintes:

- Numa combinação de negócios, uma entidade pode optar por registar um interesse que não controla (anteriormente designados por interesses minoritários) ao justo valor na data de aquisição ou pelo valor correspondente à proporção do interesse detido nos activos e passivos adquiridos;
- Em aquisições em escada, os interesses anteriormente detidos devem ser remensurados para o seu Justo Valor à data da aquisição subsequente, afectando Goodwill por contrapartida de ganhos ou perdas;
- Pagamentos contingentes passam a ser formalmente definidos como pagamentos adicionais efectuados pelo adquirente aos anteriores proprietários (ou devoluções destes) e devem ser mensurados ao justo valor à data de aquisição. Qualquer variação posterior deverá ser reconhecida em ganhos e perdas do exercício em vez de ajustar o goodwill reconhecido na data de aquisição;
- Custos relacionados com a aquisição passam a ser reconhecidos como gastos no momento em que são prestados;
- Responsabilidades contingentes da adquirida serão reconhecidas ao seu justo valor se existir uma obrigação presente que resulta de eventos passados e o seu justo valor possa ser mensurado com fiabilidade;
- O adquirente deve reavaliar a classificação e designação de todos os activos e passivos.

vos adquiridos, com excepção das locações e contratos de seguro que são classificados e designados tendo por base os termos contratuais e condições à data do início do contrato;

- Se a adquirente readquirir um direito que tinha sido previamente prestado à adquirida, o direito será reconhecido como um activo intangível identificável separado do goodwill;
- Todos os pagamentos terão de ser analisados para determinar se são parte da transacção ou de outra transacção, tal como remuneração para prestação de serviços futuros ou liquidação de relações existentes;
- Activos por indemnização são reconhecidos e mensurados com base nos mesmos princípios e pressupostos da responsabilidade relacionada;
- Activos e passivos por impostos diferidos resultantes de activos líquidos adquiridos devem ser mensurados de acordo com os princípios da IAS 12.

A nova versão da IFRS 3 deve ser aplicada prospectivamente a transacções que ocorram após a data de entrada em vigor. Simultaneamente devem ser aplicadas as alterações da IAS 27 apresentadas no parágrafo seguinte. Os impactos da alteração desta Norma estão descritos na Nota 5.

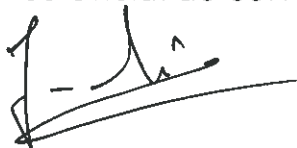
#### Alterações na IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas

Norma efectiva, na União Europeia, o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício que comece após 30 de Junho de 2009.

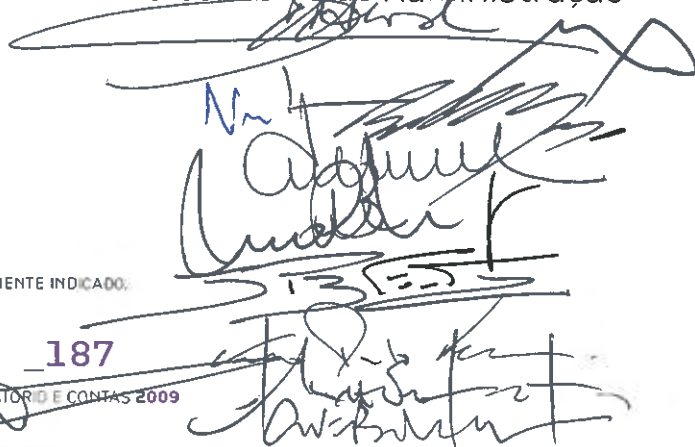
As alterações mais relevantes são as seguintes:

- Em situação de perda de controlo numa subsidiária, qualquer interesse residual será remensurado para o justo valor com impacto no ganho ou perda obtido com a venda;
- Alterações na detenção de interesses numa subsidiária (que não resulte em perda de controlo) serão reconhecidas como uma transacção de capital pelo que o diferencial entre a quantia paga e o valor contabilístico dos interesses que não controlam deve ser registado directamente no Capital Próprio não dando, portanto, origem a reconhecimento de qualquer Goodwill nem ganhos ou perdas;
- As perdas incorridas devem ser alocadas, pela subsidiária, aos interesses que não controlam mesmo que essas perdas excedam o valor desses interesses.

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



## 7. ANEXOS AO RELATÓRIO DE GESTÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 7.1 ANEXOS

Informação sobre o movimento de acções e obrigações realizadas pelos Membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal durante o exercício de 2009, em conformidade com o disposto no Artº 447º do Código das Sociedades Comerciais.

#### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Comendador Horácio da Silva Roque

Detinha, directamente, em 31 de Dezembro de 2009, 1.308.888 acções da Banif - S.C.P.S., S.A., correspondentes a 0,267% do capital social e direitos de voto, sendo-lhe ainda imputáveis, nos termos do art.º 20.º do Código dos Valores Mobiliários, os direitos de voto referentes às seguintes acções:

245.869.691 acções, correspondentes a 50,177% do capital social e direitos de voto da Banif – S.C.P.S., S.A. de que é titular a Rentipar Financeira, SGPS, S.A., sociedade dominada (nos termos dos art.º 20.º, n.º 1, al. b) e 21.º, ambos do CVM) pelo próprio;

1.006.873 acções, correspondentes a 0,205% do capital social e direitos de voto da Banif – S.C.P.S., S.A., de que são titulares os membros do órgão de administração da Rentipar Financeira, S.C.P.S., S.A. – Fernando José Inverno da Piedade: 17.572 acções, José Marques de Almeida: 977.760 acções e Vitor Hugo Simmons: 11.541 acções - (art.º 20.º, n.º 1, als. b), d) e i) do CVM);

27.583.051 acções, correspondentes a 5,629% do capital social e direitos de voto da Banif – S.C.P.S., S.A. de que é titular a Vestiban – Gestão e Investimentos, S.A., sociedade dominada pela Rentipar Financeira, S.C.P.S., S.A. (art.º 20.º, n.º 1, als. b), e i) do CVM);

88.907 acções, correspondentes a 0,018% do capital social e direitos de voto da Banif – S.C.P.S., S.A., de que são titulares os membros do órgão de administração da Vestiban – Gestão e Investimentos, S.A. – José António Vínhas Mouquinho: 67.200 acções, João Paulo Pereira Marques de Almeida: 21.707 acções (art.º 20.º, n.º 1, als. b), d) e i) do CVM);

267.750 acções, correspondentes a 0,055% do capital social e direitos de voto da Banif – S.C.P.S., S.A. de que é titular a Espaço Dez – Sociedade Imobiliária, Lda., sociedade dominada (nos termos dos art.º 20.º, n.º 1, al. b) e 21.º, ambos do CVM) pelo próprio;

3.171.385 acções, correspondentes a 0,647% do capital social e direitos de voto da Banif – S.C.P.S., S.A., de que é titular a Fundação Horácio Roque – Instituição Particular de Solidariedade Social, entidade considerada dominada pelo próprio.

Num total de 279.296.545 acções, correspondentes a 56,999% do capital social e direitos de voto da Banif – S.C.P.S., S.A..

Carlos David Duarte de Almeida

Em 31 de Dezembro de 2009, era titular de 144 acções da Banif S.C.P.S., S.A., depois de

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'C' and 'B' and several other scribbles.*

ter adquirido 24 acções no dia 13 de Setembro de 2009, pelo valor global de € 24,00.

Detinha, ainda, 1 acção do Banif Banco Internacional do Funchal (Brasil) S.A., 1 acção do Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A. e 1 acção da Banif Corretora de Valores e Câmbio, S.A. (acções preferenciais sem direito a voto).

Artur Manuel da Silva Fernandes

Em 31 de Dezembro de 2009, era titular de 1 acção do Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil) S.A., de 1 acção do Banif - Banco de Investimento (Brasil), S.A., de 1 acção da Banif Corretora de Valores e Câmbio, S.A., de 1 acção da Econofinance, S.A. (todas acções preferenciais sem direito a voto) e de 1 acção da Banif Gestão de Ativos (Brasil), S.A. (acção ordinária com direito a voto).

Nuno José Roquette Teixeira

Em 31 de Dezembro de 2009, era titular de 1 acção preferencial sem direito a voto do Banif - Banco de Investimento (Brasil), S.A., 1 acção preferencial sem direito a voto da Banif Corretora de Valores e Câmbio, S.A. e 1 acção ordinária nominativa com direito a voto da Beta Securitizadora, S.A..

José Paulo Baptista Fontes

Em 31 de Dezembro de 2009, era titular de 7.786 acções da Banif S.G.P.S., S.A., 25.000 obrigações perpétuas do Banif – Banco de Investimento, S.A. e 10.000 obrigações Euroinvest Série 10, tendo efectuado durante 2009 as seguintes transacções:

Em 31 de Outubro de 2009 adquiriu 1.294 acções da Banif S.G.P.S., S.A., ao preço unitário de € 1,00 por subscrição na Reserva de Preferência aquando do aumento de capital.

Em 31 de Outubro de 2009 adquiriu 22 acções da Banif S.G.P.S., S.A., ao preço unitário de € 1,00 por subscrição na Reserva de Preferência aquando do aumento de capital.

Raul Manuel Nunes da Costa Simões Marques

Em 31 de Dezembro de 2009, era titular de 1 acção do Banif – Banco de Investimento (Brasil), S.A., 1 acção da Banif Corretora de Valores e Câmbio, S.A. (ambas acções preferenciais nominativas sem voto), 1 acção da Banif Gestão de Ativos (Brasil), S.A. (acção ordinária com direito a voto) e 50 obrigações perpétuas subordinadas do Banif – Banco de Investimento, S.A..

Maria da Conceição Rodrigues Leal

Em 31 de Dezembro de 2009, não era titular, nem possuiu durante o ano de 2009, quaisquer acções ou obrigações do Banif - Banco de Investimento, S.A., ou de qualquer sociedade com a qual esta esteja em relação de domínio ou de grupo.

Carlos Eduardo Pais e Jorge

Em 31 de Dezembro de 2009, não era titular, nem possuiu durante o ano de 2009, quaisquer acções ou obrigações do Banif – Banco de Investimento, S.A., ou de qualquer sociedade com a qual esta esteja em relação de domínio ou de grupo.



Vasco Clara Pinto Ferreira

Em 31 de Dezembro de 2009 não era titular, nem possuiu durante o ano de 2009, quaisquer acções ou obrigações do Banif – Banco de Investimento, S.A., ou de qualquer sociedade com a qual esta esteja em relação de domínio ou de grupo.

Alexandre Jaime Boa-Nova e Moreira dos Santos

Em 31 de Dezembro de 2009, não era titular, nem possuiu durante o ano de 2009, quaisquer acções ou obrigações do Banif – Banco de Investimento, S.A., ou de qualquer sociedade com a qual esta esteja em relação de domínio ou de grupo.

Mauro Pereira Bueno Meinberg

Em 31 de Dezembro de 2009, era titular de 1 acção preferencial sem direito a voto do Banif - Banco de Investimento (Brasil), S.A., 1 acção preferencial sem direito a voto da Banif Corretora de Valores e Câmbio, S.A., 1 acção da Econofinance, S.A. e de 1 acção ordinária com direito a voto da Banif Gestão de Ativos, S.A..

João Manuel Mora de Ibérico Nogueira

Em 31 de Dezembro de 2009, era titular de 1.905.927 acções da Banif S.G.P.S., S.A. das quais 1.820.000 detidas pela sociedade Iberparticipa, S.G.P.S., S.A., de 1.820.000 Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis detidos pela sociedade Iberparticipa, S.G.P.S., S.A. e de 2.638 obrigações de caixa subordinadas “Banco Mais 2004/2011” com o valor nominal de € 50,00.

#### CONSELHO FISCAL

Fernando Mário Teixeira de Almeida

Em 31 de Dezembro de 2009 era titular, a título individual, de 193.847 acções da Banif S.G.P.S., S.A., tendo efectuado durante 2009 as seguintes transacções:

Em 14 de Outubro de 2009 adquiriu 37.200 acções da Banif S.G.P.S., S.A., ao preço unitário de € 1,00 (aumento de capital com reserva de preferência a accionistas);

Em 14 de Outubro de 2009 adquiriu 647 acções da Banif S.G.P.S., S.A., ao preço unitário de € 1,00 (atribuição por rateio).

Em 04 de Novembro de 2009 vendeu 30.000 acções Banif S.G.P.S., S.A., ao preço unitário de € 1,30.

Em 31 de Dezembro de 2009 em nome da sociedade familiar Quinta de Sourinho – Agricultura e Turismo, Lda., existiam 220.238 acções da Banif S.G.P.S., S.A., tendo aquela sociedade efectuado durante 2009 as seguintes transacções:

Em 14 de Outubro de 2009 adquiriu, 36.600 acções da Banif S.G.P.S., S.A., ao preço unitário de € 1,00 (aumento de capital com reserva de preferência a accionistas);

Em 04 de Novembro de 2009 adquiriu 637 acções da Banif S.G.P.S., S.A., ao preço unitário de € 1,00 (atribuição por rateio).

José Luís Pereira de Macedo

Em 31 de Dezembro de 2009 não era titular, nem possuiu durante o ano de 2009, quaisquer acções ou obrigações do Banif – Banco de Investimento, S.A., ou de qualquer sociedade com a qual este esteja em relação de domínio ou de grupo.

Rui Manuel Braga de Almeida

Em 31 de Dezembro de 2009 era titular de 2.160 acções da Banif S.C.P.S., S.A., tendo efectuado durante 2009 a seguinte transacção:

Em 13 de Janeiro de 2009 adquiriu 360 acções da Banif S.C.P.S., S.A., ao preço unitário de € 1,00 por subscrição na Reserva de Preferência aquando do aumento de capital.

*[Handwritten signatures and initials in blue and black ink, including a large 'X' and various initials like 'C', 'L', 'R', 'A', 'B', 'A']*

A seguir se informa sobre as acções e obrigações de sociedades do Banif – Grupo Financeiro transaccionadas e/ou detidas durante o Exercício de 2009, por sociedades do mesmo Grupo.

BANIF - SCPS, S.A.	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/2009	
VALORES MOBILIÁRIOS	OPERAÇÃO	DATA	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
Acções Banif - Investimentos, SCPS, SA					1 998 000	9 968 963,20
Acções Banif Comercial, SCPS, SA					47 488 000	239 324 646,71
Acções Companhia de Seguros Açoreana, SA	Venda	11/11/09	3 849 569	22 045 00,00	0	0
Acções Banif - Imobiliária, SA					150 000	985 375,25
Acções Banco Caboverdiano de Negócios, SA					465 182	5 129 647,00
Acções Tecnocrédito	Entrada	30/09/09	17 500 000	216 741 739,51	17 500 000	216 741 739,51
Acções Banif Bank Malta PLC					17 999 999	17 999 999,60
Banif Holding (Malta) PLC					1 998	1 998,00
Acções Finibanco Holding SCPS					17 217 294	26 343 398,23
Acções Rentipar Seguros, SCPS, SA					4 409 000	22 045 000,00
Acções Banca Pueyo, SA					9 996 000	49 363 497,59
Acções Bankpime					25 169 037	35 397 652,20
Acções Imobiliária Vegas Altas					669	2 499 632,58
Acções Banieuropa					100 000	100 000,00
Acções Zon TV Cabo Madeirense	Venda	30/06/09	97 147	13 794 874,00		
Acções Zon TV Cabo Açoreana, SA	Venda	30/06/09	66 000	5 940 000,00		

Banif Comercial, SCPS, SA	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/2009	
VALORES MOBILIÁRIOS	OPERAÇÃO	DATA	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
Acções Banif Co					20 000 000	19 651 707,22
Acções Banif – Banco Internacional do Funchal	Fusão /Aumento do Capital Social				113 200 000	561 338 574,25
Acções Banif (Açores) SCPS, SA					4 016 983	20 735 497,00
Acções Banif Rent					60 000	500 000,00
Acções Banif Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA					206 500 024	46 411 210,11
Acções Banif Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA					36 931 484	8 306 085,47
Acções Banif International Bank, Ltd					25 000	25 000,00
Acção Banif Bank Malta PLC					1	0,40

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.





*Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large 'X' and various scribbles.*

Banif – Banco Internacional do Funchal, SA	MOMENTOS				POSIÇÃO 31/12/2009	
VALORES MOBILIÁRIOS	OPERAÇÃO	DATA	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
Papel Comercial Banif Co 42 Emissão					5 000 000,00	4 986 473,67
Obrigações Banif Finance FLT PRP					257 000,00	257 055,85
Obrigações Banif Finance FLTDez14					100 000,00	100 141,14
Obrigações BANIF CY ASF OUT 10					20 000,00	20 000,00
Obrigações Banif Leasing					6 000 000	6 090 450,00
Obrigações INV. TX VR 2016					15 000 000	15 001 553,83
Obrigações Rentipar 2008/2012					22 300 000,00	22 300 000,00
Obrigações Rentipar 2008/2012					2 225 000,00	2 225 000,00
Obrigações Açoreana TX VR DEZ17					1 502 000,00	1 503 283,88
Obrigações Empresa Madeirense de Tabacos 205 /2010					382 000,00	384 022,69
Fundos Residentes Abertos:						
Banifundo Euro Acções					1 299 278,00	2 554 250,62
INFRAINVEST FEI					60 000,00	5 987 100,00
Fundos Residentes Fechados:						
Fundo Capital de Risco CAPVEN					750 000,00	449 607,48
New Energy Fund-Feip					1 800 000,00	1 793 087,73
Banif Capital Infraestrutura Fund					12 500 000,00	12 464 788,88
Banif Renda Habitação					10 000 000,00	9 998 857,00
Banif Cestão Imobiliária					25 000 000,00	24 996 195,00

Banif (Açores), SCPS, SA	MOMENTOS				POSIÇÃO 31/12/2009	
VALORES MOBILIÁRIOS	OPERAÇÃO	DATA	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
Acções Habiprede					5 000	1 250 000,00
Obrigações Açoreana TX VR DEZ17					950 000	712 500,00
Fundo de Investimento Banif Property	Venda		1 166		60	60 000,00
Obrigações Banif 08/18 Caixa Sub.	Compra	06/02/09	75 000		360 360,00	466 290,00
Obrigações TRADE INV FLT2007/10	Compra	13/03/09	10 000		6 374 000	5 131 070,00
Banif 08/18 CX SUB	Compra	06/02/09	75 000		546 000,00	360 360,0000
Investador SCPS, SA	Compra	31/12/09	1 183 900		1 183 900	9 376 488,00

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.



CSA - Companhia de Seguros Açoreana, SA	MOMENTOS				POSIÇÃO 31/12/2009	
VALORES MOBILIÁRIOS	OPERAÇÃO	DATA	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
Obrigações Banif BI 07/49 TV 28/05/2049 CALL 2017					200 000,00	200 000,00
Obrigações Banif 09/19 TV 30/06/2019					5 000 000,00	5 000 000,00
Obrigações Banif 09/49 TF/TV 6,25% 30/12/2049 call 2014					17 500,00	17 500,00
Obrigações Rentipar SCPS 08/12 TF/TV 6,25% 30/12/2012					15 000 000,00	15 000 000,00
Obrigações BCA 06/16 TV 23/10/2016 CALL 2011					1 800 000,00	1 800 000,00
Participações Financeiras Banif Açor Pensões SCFP					108 000,00	984 909,71
Acções Preferenciais BANIF BI 07/49 TV 28/05/2049 CALL 2017					25 000 000,00	25 000 000,00
BANIF ACÇÕES PORTUGAL					359 721,00	1 867 906,00
BANIF CAPITAL INFRASTRUCTURE FUND - FCR					120,00	1 200 000,00
BANIF EURO ACÇÕES					625 885,00	1 257 373,00
BANIF EURO OBRIGAÇÕES TAXA FIXA					41 530,00	262 446,00
BANIF IMOGEST					257 879,00	9 529 918,00
BANIF IMOPREDIAL					5 504,00	38 754,21

Banif Investimentos, SCPS, SA	PRINCIPAIS				POSIÇÃO 31/12/2009	
VALORES MOBILIÁRIOS	OPERAÇÃO	DATA	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
Quota Espaço Dez					1	1 358,39
Acções Banif - Banco de Investimento, SA	Compra	20/11/09	3 000 000		11 000 000	56 878 624,84
Acções Banif Comercial, SCPS					8 512 000	50 220 800,00
Acções Banif (Cayman), Ltd					26 000 000	18 214 910,45
Banif Brasil, Ltda					120 000	47 784,02
Acções Banif Securities Holding					2 108	1 368 874,08
Acções Banif International Bank, Ltd					24 975 000	24 975 000,00
Acções Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA	Compra	17/11/09	35 399 602		164 672 231	19 369 121,12

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.



*Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large 'X' and various scribbles.*

Banif Açor Pensões, SA	MOMENTOS				QUALIDADE / VALOR NOMINAL EM 31/12/2009
VALORES MOBILIÁRIOS	OPERAÇÃO	DATA	QUANTIDADE	VALOR	
Banif Banco de Investimento 2007-2049					250 000,00

Banif International Asset Management	MOMENTOS				QUALIDADE / VALOR NOMINAL EM 31/12/2009
VALORES MOBILIÁRIOS	OPERAÇÃO	DATA	QUANTIDADE	VALOR	
Acções Banif Multifund, Ltd					100 USD

Number One, SCPS, SA	MOMENTOS				QUALIDADE / VALOR NOMINAL EM 31/12/2009
VALORES MOBILIÁRIOS	OPERAÇÃO	DATA	QUANTIDADE	VALOR	
Acções Banif Finance	Aumento capital social	31/12/09	99 000	68 721,36	

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.



*[Handwritten signatures]*

Banif – Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd	MOVIMENTOS				VALOR	MOEDA
	VALORES MOBILIARIOS	POSICÃO 31/12/2009	OPERAÇÃO	DATA		
Obrigações BANIF SFE USD MULT ACT 2005/2010	3 115 000,00					
PTBAFIXE0001						
Obrigações BANIF OB/18 CX SUB	507 000,00	COMPRA - OFB	04-03-09	100 000,00	97 000,00	EUR
PTBAFOXEX0003		COMPRA - OFB	05-03-09	11 000,00	10 670,00	EUR
		COMPRA - OFB	26-03-09	30 000,00	29 100,00	EUR
		COMPRA - OFB	28-10-09	16 000,00	16 000,00	EUR
		COMPRA - OFB	29-10-09	350 000,00	350 000,00	EUR
Obrigações CX BCA 2007/2017	612 800,00	COMPRA - OFB	09-03-09	67 000,00	63 985,00	EUR
PTBCAIXE0004		COMPRA - OFB	25-09-09	3 550,00	3 550,00	EUR
		COMPRA - OFB	25-09-09	3 250,00	3 250,00	EUR
		COMPRA - OFB	28-10-09	539 000,00	539 000,00	EUR
Obrigações BANIF O1/11 CX SUB	8 720 000,00	COMPRA - OFB	28-10-09	25 000,00	25 000,00	EUR
PTBAFCXEX0003		COMPRA - OFB	29-10-09	8 695 000,00	8 695 000,00	EUR
Obrigações CX BCA 2007/2017	1 488 250,00	COMPRA - OFB	23-10-09	50 000,00	50 000,00	EUR
PTBCAFXEX0007		COMPRA - OFB	28-10-09	1 438 250,00	1 438 250,00	EUR
Obrigações BANIF FIN FLT AQ009	0,00	COMPRA - OFB	27-01-09	500 000,00	495 000,00	EUR
XS0197512956		VENDA - OFB	30-06-09	22 239 000,00	22 216 761,00	EUR
Obrigações BANIF FIN FLT DEZ14	180 000,00	COMPRA - OFB	27-01-09	40 000,00	39 600,00	EUR
XS0208463306		COMPRA - OFB	29-05-09	27 612 000,00	19 328 400,00	EUR
		VENDA - OFB	30-06-09	28 087 000,00	20 784 380,00	EUR
		COMPRA - OFB	25-09-09	180 000,00	133 200,00	EUR
Obrigações BANIF FIN FLT DEZ49	80 000,00	COMPRA - OFB	26-01-09	92 000,00	85 652,00	EUR
XS0208508845		COMPRA - OFB	21-07-09	7 633 000,00	3 282 190,00	EUR
		COMPRA - OFB	25-09-09	350 000,00	269 500,00	EUR
		COMPRA - OFB	25-09-09	891 000,00	481 140,00	EUR
		COMPRA - OFB	30-11-09	865 000,00	648 750,00	EUR
		VENDA - OFB	29-12-09	10 070 000,00	7 049 000,00	EUR
		COMPRA - OFB	28-12-09	80 000,00	56 000,00	EUR
Obrigações BANIF FIN FLT DEZ2015	6 140 000,00	COMPRA - OFB	29-05-09	8 800 000,00	5 808 000,00	EUR
XS0239804445		VENDA - OFB	30-06-09	9 390 000,00	6 854 700,00	EUR
		COMPRA - OFB	25-09-09	640 000,00	531 200,00	EUR
		COMPRA - OFB	01-10-09	5 500 000,00	4 757 500,00	EUR
Obrigações BANIF FIN FLT NOV10	0,00	VENDA - OFB	30-06-09	28 018 000,00	27 597 730,00	EUR
XS0273479914						

(CONTINUA)



*Handwritten signatures and initials in blue and black ink, including a large 'A' at the bottom.*

(CONTINUAÇÃO)

Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd		MOMENTOS			VALOR	MOEDA
VALORES MOBILIARIOS	POSICÃO 31/12/2009	OPERAÇÃO	DATA	QUANTIDADE		
Obrigações BANIF SFE USD MULT ACT 2005/2010	3 115 000,00					
PTBAFIXE0001						
Obrigações BANIF 08/18 CX SUB	507 000,00	COMPRA - OFB	04-03-09	100 000,00	97 000,00	EUR
PTBAFOXEX0003		COMPRA - OFB	05-03-09	11 000,00	10 670,00	EUR
		COMPRA - OFB	26-03-09	30 000,00	29 100,00	EUR
		COMPRA - OFB	28-10-09	16 000,00	16 000,00	EUR
		COMPRA - OFB	29-10-09	350 000,00	350 000,00	EUR
Obrigações CX BCA 2007/2017	612 800,00	COMPRA - OFB	09-03-09	67 000,00	63 985,00	EUR
PTBCAIXE0004		COMPRA - OFB	25-09-09	3 550,00	3 550,00	EUR
		COMPRA - OFB	25-09-09	3 250,00	3 250,00	EUR
		COMPRA - OFB	28-10-09	539 000,00	539 000,00	EUR
Obrigações BANIF 01/11 CX SUB	8 720 000,00	COMPRA - OFB	28-10-09	25 000,00	25 000,00	EUR
PTBAFCXEX0003		COMPRA - OFB	29-10-09	8 695 000,00	8 695 000,00	EUR
Obrigações CX BCA 2007/2017	1 488 250,00	COMPRA - OFB	23-10-09	50 000,00	50 000,00	EUR
PTBCAFXEX0007		COMPRA - OFB	28-10-09	1 438 250,00	1 438 250,00	EUR
Obrigações BANIF FIN FLT AC009	0,00	COMPRA - OFB	27-01-09	500 000,00	495 000,00	EUR
XS0197512956		VENDA - OFB	30-06-09	22 239 000,00	22 216 761,00	EUR
Obrigações BANIF FIN FLT DEZ14	180 000,00	COMPRA - OFB	27-01-09	40 000,00	39 600,00	EUR
XS0208463306		COMPRA - OFB	29-05-09	27 612 000,00	19 328 400,00	EUR
		VENDA - OFB	30-06-09	28 087 000,00	20 784 380,00	EUR
		COMPRA - OFB	25-09-09	180 000,00	133 200,00	EUR
Obrigações BANIF FIN FLT DEZ49	80 000,00	COMPRA - OFB	26-01-09	92 000,00	85 652,00	EUR
XS0208508845		COMPRA - OFB	21-07-09	7 633 000,00	3 282 190,00	EUR
		COMPRA - OFB	25-09-09	350 000,00	269 500,00	EUR
		COMPRA - OFB	25-09-09	891 000,00	481 140,00	EUR
		COMPRA - OFB	30-11-09	865 000,00	648 750,00	EUR
		VENDA - OFB	29-12-09	10 070 000,00	7 049 000,00	EUR
		COMPRA - OFB	28-12-09	80 000,00	56 000,00	EUR
Obrigações BANIF FIN FLT DEZ2015	6 140 000,00	COMPRA - OFB	29-05-09	8 800 000,00	5 808 000,00	EUR
XS0239804445		VENDA - OFB	30-06-09	9 390 000,00	6 854 700,00	EUR
		COMPRA - OFB	25-09-09	640 000,00	531 200,00	EUR
		COMPRA - OFB	01-10-09	5 500 000,00	4 757 500,00	EUR
Obrigações BANIF FIN FLT NOV10	0,00	VENDA - OFB	30-06-09	28 018 000,00	27 597 730,00	EUR
XS0273479914						

(CONTINUA)

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.



(CONTINUAÇÃO)

Banif – Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd	MOVIMENTOS				VALOR	MOEDA
	VALORES MOBILIÁRIOS	POSIÇÃO 31/12/2009	OPERAÇÃO	DATA		
		VENDA - OFB	03-07-09	400 000,00	400 000,00	EUR
		VENDA - OFB	01-09-09	1 440 000,00	1 440 000,00	EUR
		VENDA - OFB	30-09-09	45 000,00	45 000,00	EUR
		VENDA - OFB	20-10-09	34 000,00	34 000,00	EUR
		VENDA - OFB	05-11-09	61 000,00	61 000,00	EUR
Obrigações BANIF FIN SUB 3% DEZ19	91 864 000,00	SUBSCRIÇÃO	31-12-09	100 000 000,00	75 000 000,00	EUR
XS0476077366		VENDA - OFB	31-12-09	7 806 000,00	5 854 500,00	EUR
		VENDA - OFB	31-12-09	300 000,00	225 000,00	EUR
		VENDA - OFB	31-12-09	30 000,00	22 500,00	EUR

Banif International Bank, Ltd (Bahamas)	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/2009	
VALORES MOBILIÁRIOS	OPERAÇÃO	DATA	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
Obrigações BANIF SFE 2006/2009		30/03/09	5 826 000	5 826 000,00	0	

Banif Holding (Malta) PLC	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/2009	
VALORES MOBILIÁRIOS	OPERAÇÃO	DATA	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
Accções Banif Investimento, SCPS, Prefs/VOTO					2 000	

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.



*Handwritten signatures and initials in blue and black ink.*

VALORES MOBILIÁRIOS	NUMEROS				QUALIDADE / VALOR NOMINAL EM 31/12/2009
	TIPO DE TRANSAÇÃO	DATA	QUANTIDADE	VALOR	
Banif - Banco de Investimento, SA					EUR 400 000
Banif Açor Pensões, SA					EUR 189 000
Banif Capital, SA					EUR 120 000
Centro Venture					EUR 382 500
Gamma STC, SA					EUR 250 000
Banif international Asset Management	Compra	09-12-2009	50 000	332 697	USD 332 697
Numberone SGPS, Lda	Venda	10-12-2009	2	315 317	EUR 0
Banif Finance Cayman 2004-2009	Venda	27-01-2009	500 000	495 000	
Banif Finance Cayman 2004-2009	Compra	18-02-2009	700 000	684 250	
Banif Finance Cayman 2004-2009	Reembolso	05-08-2009	700 000	700 000	EUR 0
Banif Finance Cayman 2004-2014	Compra	06-01-2009	40 000	39 600	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Venda	27-01-2009	40 000	39 600	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Compra	26-03-2009	2 000 000	1 200 000	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Venda	31-03-2009	2 000 000	1 200 000	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Compra	05-05-2009	125 000	75 000	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Compra	08-05-2009	6 930 000	4 851 000	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Compra	08-05-2009	13 400 000	9 380 000	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Compra	08-05-2009	398 000	278 600	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Compra	08-05-2009	3 450 000	2 415 000	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Compra	08-05-2009	3 000 000	2 100 000	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Compra	08-05-2009	300 000	210 000	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Compra	08-05-2009	9 000	6 300	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Venda	29-05-2009	27 612 000	19 328 400	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Compra	18-06-2009	150 000	108 000	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Compra	14-07-2009	30 000	21 600	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Venda	25-09-2009	180 000	133 200	EUR 0
Banif Finance Cayman 2004-2049	Venda	26-01-2009	92 000	85 652	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Compra	03-04-2009	110 000	30 800	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Compra	13-07-2009	3 000 000	1 230 000	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Compra	17-07-2009	4 500 000	1 935 000	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Venda	21-07-2009	7 633 000	3 282 190	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Compra	21-07-2009	23 000	9 706	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Venda	21-07-2009	23 000	9 706	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Compra	11-09-2009	350 000	262 500	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Venda	25-09-2009	350 000	269 500	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Compra	25-09-2009	891 000	463 320	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Venda	25-09-2009	891 000	481 140	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Compra	03-11-2009	500 000	352 500	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Compra	27-11-2009	365 000	273 750	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Venda	30-11-2009	865 000	648 750	EUR 0
Banif Primus 2004-2014	Compra	03-12-2009	1 250 000	1 250 000	
Banif Primus 2004-2014	Venda	03-12-2009	1 250 000	1 250 000	EUR 0
Banif 2005 /2010 Eur Multiactivos	Compra	03-12-2009	497 000	493 024	EUR 2 259 000
Banif SA 2005-2010	Compra	05-05-2009	275 000	165 000	

(CONTINUA)

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.

*Handwritten initials/signature*

(CONTINUAÇÃO)

Valores Mobiliários	Movimentos				Qualidade / Valor Nominal em 31/12/2009
	Tipo de Transacção	Data	Quantidade	Valor	
Banif SA 2005-2010	Compra	08-05-2009	5 712 000	3 712 800	
Banif SA 2005-2010	Compra	08-05-2009	2 813 000	1 828 450	
Banif SA 2005-2010	Venda	29-05-2009	8 800 000	5 808 000	
Banif SA 2005-2010	Compra	14-07-2009	40 000	26 000	
Banif SA 2005-2010	Compra	18-09-2009	600 000	492 000	
Banif SA 2005-2010	Venda	25-09-2009	640 000	531 200	
Banif SA 2005-2010	Compra	01-10-2009	5 500 000	4 702 500	
Banif SA 2005-2010	Venda	01-10-2009	5 500 000	4 757 500	EUR 0
Banif Finance Cayman 2006-2010	Compra	30-01-2009	3 000 000	2 685 000	
Banif Finance Cayman 2006-2010	Venda	09-02-2009	1 000 000	915 000	
Banif Finance Cayman 2006-2010	Venda	18-02-2009	2 000 000	1 830 000	
Banif Finance Cayman 2006-2010	Compra	16-06-2009	3 000	2 850	
Banif Finance Cayman 2006-2010	Compra	14-07-2009	75 000	71 250	EUR 93 000
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	13-01-2009	500 000	315 000	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	23-01-2009	2 600 000	1 612 000	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	02-02-2009	660 000	561 000	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Venda	30-01-2009	3 100 000	1 926 960	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	02-02-2009	3 100 000	1 927 270	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Venda	02-03-2009	660 000	561 000	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	03-03-2009	1 055 000	601 350	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Venda	05-03-2009	660 000	561 000	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	05-03-2009	250 000	142 500	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	05-03-2009	660 000	561 000	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	05-03-2009	2 785 000	1 559 600	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	06-03-2009	350 000	199 500	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	11-03-2009	100 000	57 000	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	18-03-2009	100 000	53 000	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	25-03-2009	870 000	495 900	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	25-03-2009	1 000 000	570 000	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Venda	31-03-2009	9 610 000	5 982 225	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	07-04-2009	37 000	14 800	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	17-07-2009	15 000	6 750	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	27-07-2009	200 000	96 000	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Venda	31-07-2009	252 000	126 000	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Compra	02-12-2009	250 000	152 500	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Venda	16-12-2009	250 000	175 000	EUR 0
Banif Finance 2006-2016	Compra	20-04-2009	660 000	561 000	
Banif Finance 2006-2016	Venda	30-04-2009	660 000	561 000	
Banif Finance 2006-2016	Compra	08-05-2009	1 300 000	845 000	
Banif Finance 2006-2016	Venda	29-05-2009	1 300 000	858 000	EUR 0
Banif Finance Cayman 2007-2012	Compra	12-05-2009	1 500 000	1 275 000	
Banif Finance Cayman 2007-2012	Venda	29-05-2009	1 500 000	1 305 000	EUR 0
Banif Banco de investimento 2007-2049	Compra	02-01-2009	2 499 000	2 499 000	

(CONTINUA)

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.





*Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large 'X' and various scribbles.*

(CONTINUAÇÃO)

Banif - Banco de Investimento, SA	MOMENTOS				QUALIDADE / VALOR NOMINAL EM: 31/12/2009
	VALORES MOBILIÁRIOS	TIPO DE TRANSAÇÃO	DATA	QUANTIDADE	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Compra	06-01-2009	6 000	5 160	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Venda	27-01-2009	6 000	5 160	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Compra	27-01-2009	6 000	5 160	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Venda	30-01-2009	2 505 000	2 505 000	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Compra	04-02-2009	2 505 000	2 505 000	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Compra	02-03-2009	300 000	299 280	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Venda	27-02-2009	2 505 000	2 505 000	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Compra	02-03-2009	2 505 000	2 505 000	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Venda	31-03-2009	300 000	299 280	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Compra	31-03-2009	300 000	299 280	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Compra	01-04-2009	2 805 000	2 804 439	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Venda	31-03-2009	2 805 000	2 804 279	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Compra	04-05-2009	2 805 000	2 804 439	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Venda	30-04-2009	2 805 000	2 804 439	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Compra	01-06-2009	2 805 000	2 804 720	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Venda	29-05-2009	2 805 000	2 804 439	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Compra	01-07-2009	2 805 000	2 805 000	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Venda	30-06-2009	2 805 000	2 804 720	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Compra	03-08-2009	2 805 000	2 805 281	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Venda	31-07-2009	2 805 000	2 805 000	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Compra	01-09-2009	2 805 000	2 805 561	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Venda	31-08-2009	2 805 000	2 805 281	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Venda	30-09-2009	2 805 000	2 805 561	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Compra	01-10-2009	2 805 000	2 805 842	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Compra	02-11-2009	2 805 000	2 806 122	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Venda	30-10-2009	2 805 000	2 805 842	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Venda	30-11-2009	2 805 000	2 806 122	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Compra	02-12-2009	2 805 000	2 806 403	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Venda	03-12-2009	2 805 000	2 806 403	EUR 0
BCA - Obr. Caixa Subordinadas 2006/2016	Compra	05-01-2009	178 750	172 047	
BCA - Obr. Caixa Subordinadas 2006/2016	Compra	29-01-2009	7 000	6 727	EUR 185 750
BCA - Obr. Caixa Subordinadas 2007/2017	Compra	05-01-2009	164 000	155 800	EUR 164 000
Banif Cayman - USD credits Brasil 2008/2010	Compra	20-01-2009	100 000	98 000	
Banif Cayman - USD credits Brasil 2008/2010	Compra	13-02-2009	300 000	294 000	
Banif Cayman - USD credits Brasil 2008/2010	Venda	19-03-2009	50 000	50 000	
Banif Cayman - USD credits Brasil 2008/2010	Venda	19-03-2009	42 000	42 000	
Banif Cayman - USD credits Brasil 2008/2010	Venda	30-03-2009	130 000	130 000	
Banif Cayman - USD credits Brasil 2008/2010	Compra	08-04-2009	500 000	496 250	
Banif Cayman - USD credits Brasil 2008/2010	Venda	20-04-2009	17 000	17 000	
Banif Cayman - USD credits Brasil 2008/2010	Venda	30-04-2009	379 000	379 000	
Banif Cayman - USD credits Brasil 2008/2010	Compra	06-05-2009	207 000	204 930	
Banif Cayman - USD credits Brasil 2008/2010	Venda	05-05-2009	318 000	318 000	
Banif Cayman - USD credits Brasil 2008/2010	Venda	01-06-2009	34 000	34 000	

(CONTINUA)

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.



*[Handwritten signatures]*

(CONTINUAÇÃO)

Banif - Banco de Investimento, SA VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				QUALIDADE / VALOR NOMINAL EM 31/12/2009
	TIPO DE TRANSAÇÃO	DATA	QUANTIDADE	VALOR	
Banif Cayman - USD credits Brasil 2008/2010	Venda	04-06-2009	43 000	43 000	
Banif Cayman - USD credits Brasil 2008/2010	Venda	16-06-2009	159 000	159 000	
Banif Cayman - USD credits Brasil 2008/2010	Venda	23-06-2009	35 000	35 000	
Banif Cayman - USD credits Brasil 2008/2010	Compra	27-08-2009	20 000	19 800	USD 20 000
Banif Cayman - Acções Sector Financeiro 2008/2010	Compra	11-02-2009	70 000	64 750	
Banif Cayman - Acções Sector Financeiro 2008/2010	Compra	30-03-2009	50 000	46 500	EUR 140 000
Banif SCPS 2008-2011	Compra	09-01-2009	18 000	17 478	
Banif SCPS 2008-2011	Compra	13-01-2009	141 000	136 911	
Banif SCPS 2008-2011	Compra	20-01-2009	4 000	3 884	
Banif SCPS 2008-2011	Compra	27-01-2009	1 000	971	
Banif SCPS 2008-2011	Compra	27-01-2009	10 000	9 710	
Banif SCPS 2008-2011	Compra	29-01-2009	37 000	36 075	
Banif SCPS 2008-2011	Compra	10-02-2009	1 000	1 000	
Banif SCPS 2008-2011	Venda	10-02-2009	1 000	1 000	EUR 644 000
Banif SA 2008-2018	Compra	05-01-2009	3 000	2 831	
Banif SA 2008-2018	Compra	02-01-2009	3 000	2 835	
Banif SA 2008-2018	Compra	05-01-2009	5 000	4 725	
Banif SA 2008-2018	Compra	12-01-2009	1 000	944	
Banif SA 2008-2018	Compra	13-01-2009	2 000	1 887	
Banif SA 2008-2018	Compra	13-01-2009	5 000	4 718	
Banif SA 2008-2018	Compra	15-01-2009	15 000	14 153	
Banif SA 2008-2018	Compra	23-01-2009	40 000	37 740	
Banif SA 2008-2018	Compra	28-01-2009	1 000	943	
Banif SA 2008-2018	Venda	03-02-2009	75 000	71 250	EUR 0
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	17-02-2009	184 000	172 365	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	17-02-2009	20 282 500	19 000 001	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	17-02-2009	69 000	64 465	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	20-02-2009	426 000	399 758	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	20-02-2009	432 000	405 821	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-03-2009	23 000	21 707	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-03-2009	52 500	49 548	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	13-03-2009	44 000	41 526	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	17-03-2009	52 500	49 548	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-03-2009	42 000	39 638	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-03-2009	38 000	35 863	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	18-03-2009	63 000	59 725	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	17-03-2009	14 000	13 219	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	19-03-2009	216 000	204 836	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	20-03-2009	21 000	19 829	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	26-03-2009	179 500	169 782	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	31-03-2009	6 000	5 690	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	03-04-2009	189 000	179 715	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	07-04-2009	105 000	99 842	

(CONTINUA)

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.

*Handwritten notes and signatures:*  
A  
K  
d  
h  
#  
A  
m  
A  
n  
X

(CONTINUAÇÃO)

Banif - Banco de Investimento, SA	MOVIMENTOS			
	VALORES MOBILIÁRIOS	TIPO DE TRANSAÇÃO	DATA	QUANTIDADE
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	06-04-2009	525 500	499 683
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	06-04-2009	15 500	14 741
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	06-04-2009	10 000	9 510
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	08-04-2009	262 000	249 715
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	09-04-2009	23 500	22 307
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	09-04-2009	175 500	166 592
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	13-04-2009	125 500	119 707
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	13-04-2009	209 500	199 829
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	08-04-2009	52 000	49 600
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	07-04-2009	246 000	234 644
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	07-04-2009	104 500	99 676
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	08-04-2009	52 500	50 084
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	13-04-2009	25 500	24 330
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	13-04-2009	52 500	50 000
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	20-04-2009	197 500	188 185
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	20-04-2009	157 000	149 890
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	20-04-2009	1 036 000	989 080
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	20-04-2009	52 000	49 645
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	17-04-2009	654 500	624 858
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	16-04-2009	36 500	34 784
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	16-04-2009	8 000	7 624
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	16-04-2009	67 500	64 327
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	20-04-2009	52 000	49 660
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	17-04-2009	59 000	56 345
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	23-04-2009	419 000	399 841
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	21-04-2009	90 500	86 286
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	17-04-2009	104 500	99 828
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	27-04-2009	67 500	64 586
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	27-04-2009	104 500	99 989
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	28-04-2009	156 500	149 767
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	28-04-2009	156 500	149 767
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	28-04-2009	263 000	251 723
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	28-04-2009	71 000	67 956
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	29-04-2009	109 000	104 024
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	29-04-2009	10 500	10 051
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	28-04-2009	47 500	45 470
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	29-04-2009	17 000	16 273
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	28-04-2009	6 000	5 744
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	30-04-2009	107 500	102 658
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	04-05-2009	65 000	62 259
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	05-05-2009	56 000	53 647
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	05-05-2009	521 500	499 585
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	29-04-2009	209 000	199 618

(CONTINUA)

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.



(CONTINUAÇÃO)

Banif - Banco de Investimento, SA VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				QUALIDADE / VALOR NOMINAL EM 31/12/2009
	TIPO DE TRANSAÇÃO	DATA	QUANTIDADE	VALOR	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	07-05-2009	52 000	49 721	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	14-05-2009	260 000	249 590	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	12-05-2009	46 000	43 930	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-05-2009	209 000	199 936	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	14-05-2009	166 500	159 757	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	19-05-2009	6 000	5 764	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	19-05-2009	156 000	149 596	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-05-2009	35 000	33 509	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	20-05-2009	130 000	124 905	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	19-05-2009	37 500	35 977	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	20-05-2009	52 000	49 977	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	25-05-2009	312 000	299 992	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	26-05-2009	40 500	38 879	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	26-05-2009	98 500	94 723	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	26-05-2009	20 500	19 717	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	22-05-2009	104 000	99 853	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	26-05-2009	54 000	51 952	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	29-05-2009	7 000	6 737	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	01-06-2009	52 000	49 957	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	29-05-2009	15 500	14 919	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	29-05-2009	520 000	499 726	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	29-05-2009	110 000	105 711	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	03-06-2009	103 500	99 634	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	29-05-2009	55 000	52 856	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	02-06-2009	353 000	339 913	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	02-06-2009	186 000	178 886	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	09-06-2009	62 000	59 737	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	04-06-2009	112 000	107 911	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	08-06-2009	36 000	34 639	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	09-06-2009	259 500	249 953	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-06-2009	15 500	14 947	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-06-2009	150 000	144 652	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	18-06-2009	8 000	7 723	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	22-06-2009	25 500	24 589	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	24-06-2009	155 500	149 967	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	25-06-2009	51 500	49 698	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	29-06-2009	259 000	249 938	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	30-06-2009	20 500	19 780	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	06-07-2009	12 500	12 079	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-07-2009	87 000	84 151	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	24-07-2009	20 500	19 965	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	29-07-2009	153 500	149 534	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	28-07-2009	205 000	199 704	

(CONTINUA)



*Handwritten signatures and initials in blue and black ink.*

(CONTINUAÇÃO)

Banif - Banco de Investimento, SA VALORES MOBILIÁRIOS	MONTANTES				QUALIDADE / VALOR NOMINAL EM: 31/12/2009
	TIPO DE TRANSAÇÃO	DATA	QUANTIDADE	VALOR	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	28-07-2009	153 500	149 534	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	17-07-2009	51 500	49 929	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	04-08-2009	308 000	300 351	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	05-08-2009	3 500	3 414	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	06-08-2009	45 000	43 906	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	06-08-2009	512 000	499 478	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	06-08-2009	77 000	75 117	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	11-08-2009	204 000	199 167	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	11-08-2009	204 000	199 167	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	11-08-2009	204 000	199 167	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	13-08-2009	205 000	200 141	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	12-08-2009	71 000	69 317	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	18-08-2009	47 500	46 386	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	18-08-2009	107 500	104 979	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	18-08-2009	153 500	149 939	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	26-08-2009	45 500	44 467	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	02-09-2009	30 500	29 842	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	04-09-2009	8 000	7 794	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	16-09-2009	97 500	95 558	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	22-09-2009	41 000	40 215	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	24-09-2009	7 000	6 868	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	28-09-2009	4 000	3 907	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	24-09-2009	254 500	249 884	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	01-10-2009	50 500	49 597	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	08-10-2009	101 500	99 775	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	14-10-2009	158 000	155 416	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	14-10-2009	25 000	24 591	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	16-10-2009	54 000	53 131	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	14-10-2009	407 000	400 448	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	15-10-2009	91 000	89 535	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	14-10-2009	112 500	110 689	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	16-10-2009	79 000	77 759	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	20-10-2009	29 000	28 548	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	30-10-2009	82 500	81 320	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	18-11-2009	101 000	99 815	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	23-11-2009	105 000	103 822	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	18-11-2009	151 500	149 800	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	18-11-2009	291 000	287 735	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	24-11-2009	303 000	299 639	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	30-11-2009	303 000	299 952	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	03-12-2009	80 000	79 206	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	07-12-2009	50 000	49 529	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	09-12-2009	24 000	23 780	

(CONTINUA)

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.



(CONTINUAÇÃO)

Banif - Banco de Investimento, SA VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				QUALIDADE / VALOR NOMINAL EM 31/12/2009
	TIPO DE TRANSAÇÃO	DATA	QUANTIDADE	VALOR	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	09-12-2009	102 500	101 562	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	09-12-2009	147 000	145 655	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	09-12-2009	131 000	129 801	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	11-12-2009	252 000	249 759	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	11-12-2009	110 500	109 517	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	11-12-2009	100 500	99 606	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	11-12-2009	50 000	49 555	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	14-12-2009	82 000	81 303	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	14-12-2009	85 500	84 773	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	14-12-2009	51 000	50 566	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	23-12-2009	99 500	98 770	EUR 0
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	17-02-2009	158 000	149 057	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	17-02-2009	125 000	117 925	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	17-02-2009	74 000	69 811	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	17-02-2009	150 000	141 509	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	17-02-2009	92 000	86 792	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	17-02-2009	25 000	23 585	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	17-02-2009	100 000	94 340	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	17-02-2009	570 000	537 736	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	17-02-2009	573 000	540 566	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	17-02-2009	179 000	168 868	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	17-02-2009	449 000	423 585	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	17-02-2009	106 000	100 000	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	17-02-2009	2 518 000	2 369 177	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	17-02-2009	7 950 000	7 500 001	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	17-02-2009	180 000	169 811	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	17-02-2009	99 000	93 396	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	20-02-2009	30 000	28 248	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	20-02-2009	30 000	28 248	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	20-02-2009	30 000	28 736	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	23-02-2009	13 000	12 285	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	02-03-2009	169 000	159 810	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	02-03-2009	98 000	92 671	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	03-03-2009	35 000	33 100	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	05-03-2009	35 000	33 163	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	09-03-2009	250 000	236 875	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	09-03-2009	26 000	24 617	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	09-03-2009	162 000	153 385	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	10-03-2009	123 000	116 459	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	16-03-2009	69 000	65 545	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	20-03-2009	312 000	296 512	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	30-03-2009	32 000	30 462	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	02-04-2009	84 000	80 037	

(CONTINUA)

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.

*[Handwritten signatures and initials in blue and black ink]*

(CONTINUAÇÃO)

Banif - Banco de investimento, SA VALORES MOBILIÁRIOS	MOMENTOS				QUALIDADE / VALOR NOMINAL EM 31/12/2009
	TIPO DE TRANSAÇÃO	DATA	QUANTIDADE	VALOR	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	03-04-2009	65 000	61 943	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	27-04-2009	209 000	199 979	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	05-04-2009	114 000	109 193	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	27-05-2009	145 000	139 501	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	01-06-2009	6 000	5 770	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	05-06-2009	519 000	499 759	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	01-07-2009	41 000	39 667	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Compra	06-08-2009	312 000	302 500	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	06-08-2009	312 000	302 500	
Banif Investimento Brasil 2009-2010	Venda	10-09-2009	15 000	14 690	USD 0
Banif Finance 2009-2049	Compra	30-06-2009	10 000 000	10 000 000	
Banif Finance 2009-2049	Venda	30-06-2009	10 000 000	10 000 000	EUR 0
Banif Finance 2009-2049	Compra	30-06-2009	15 000 000	15 000 000	
Banif Finance 2009-2049	Venda	30-06-2009	15 000 000	15 000 000	USD 0
Banif Finance 2009-2019	Compra	31-12-2009	30 000	22 500	
Banif Finance 2009-2019	Venda	31-12-2009	30 000	22 500	EUR 0
Banif SCPS 2009-2012	Compra	28-04-2009	20 000 000	19 982 000	
Banif SCPS 2009-2012	Venda	29-04-2009	1 000 000	999 100	
Banif SCPS 2009-2012	Venda	29-04-2009	200 000	200 000	
Banif SCPS 2009-2012	Venda	22-07-2009	400 000	404 400	
Banif SCPS 2009-2012	Venda	18-08-2009	18 400 000	18 582 160	
Banif SCPS 2009-2012	Compra	19-08-2009	18 400 000	18 584 000	
Banif SCPS 2009-2012	Venda	10-12-2009	18 400 000	18 584 000	
Banif SCPS 2009-2012	Compra	10-12-2009	18 400 000	18 584 000	EUR 18 400 000
Banif Finance 2007-2017	Venda	03-02-2009	56 000	47 320	EUR 0

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO.

## Cargos Sociais desempenhados em 31/12/09 pelos Membros do Conselho de Administração noutras sociedades

Comendador Horário da Silva Roque  
Presidente do Conselho de Administração

- Rentipar Industria, S.G.P.S., S.A.
- Rentiglobo, S.G.P.S., S.A.
- SIET - Sociedade Imobiliária de Empreendimentos Turísticos Savoi, S.A.
- Soil, S.G.P.S., S.A.
- Rentimundi - Investimentos Imobiliários, S.A
- Investaçoer Hoteis, S.A.
- Rentipar Financeira, S.G.P.S., S.A.
- Banif S.G.P.S., S.A.
- Banif Comercial, S.G.P.S., S.A.
- Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.
- Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), S.A.
- Banif (Açores) - S.G.P.S., S.A.
- Banif Investimentos, S.G.P.S., S.A.
- Banif International Holdings, Ltd.
- Banif – Corretora de Valores e Câmbio, S.A.
- Banif – Banco de Investimento (Brasil), S.A.
- Companhia de Seguros Açoreana, S.A.
- Renticapital - Investimentos Financeiros, S.A
- Rentipar Investimentos, S.G.P.S. S.A.
- Banif Mais, S.A.

Vice-Presidente do Conselho de Administração

- EMT - Empresa Madeirense de Tabacos, S.A.
- VITECAF - Fábrica de Rações da Madeira, S.A.
- RAMA - Rações para Animais, S.A.
- AVIATLÂNTICO – Avicultura, S.A.

Gerente

- Ronardo - Cestão de Empresas, Lda.

Presidente da Mesa da Assembleia Geral

- Banif Co, S.A. (em representação da Rentipar Financeira, S.G.P.S., S.A.)
- Banif Rent, S.A. (em representação da Rentipar Financeira, S.G.P.S., S.A.)
- Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), S.A.
- Banif – Banco de Investimento (Brasil), S.A.
- Banif - Corretora de Valores e Câmbio, S.A.
- Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (em representação da Rentipar Financeira, S.G.P.S., S.A.)
- Banif Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A. (em representação da Rentipar Financeira, S.G.P.S., S.A)
- Banif Imobiliária, S.A (em representação da Rentipar Financeira, S.G.P.S., S.A)





*[Handwritten signatures and initials in blue and black ink, including a large 'A' and various initials like 'L', 'M', 'R', 'S', 'P', 'X']*

- SIP – Sociedade Imobiliária Piedade, S.A. (em representação da Rentipar Financeira – S.G.P.S., S.A.)
- Genius – Mediação de Seguros, S.A.
- Rentimedis - Mediação de Seguros, S.A
- Mundiglobo – Habitação e Investimentos, S.A.
- Habiprede – Sociedade de Construções, S.A.
- Ms Mundi – Serviços Técnicos de Gestão e Consultoria, S.A.
- EMT - Empresa Madeirense de Tabacos, S.A
- VITECAF - Fábrica de Rações da Madeira, S.A
- RAMA - Rações para Animais, S.A.
- Investaçor, S.G.P.S., S.A.
- Rentipar Seguros, S.G.P.S., S.A.

Vice-Presidente da Assembleia Geral

- SIET - Sociedade Imobiliária de Empreendimentos Turísticos Savoi, S.A.

Carlos David Duarte de Almeida

Presidente do Conselho de Administração

- Banif Forfaiting Company, Ltd.
- Banif Finance (USA) Corp.
- Banif Financial Services, Inc.
- Banif Trading, Inc.
- Banif Holding Malta

Vice-Presidente do Conselho de Administração

- Banif - S.G.P.S., S.A.
- Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.
- Banif International Bank, Ltd.

Vogal do Conselho de Administração

- Banif Comercial S.G.P.S., S.A.
- Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), S.A.
- Banif – Banco de Investimento (Brasil), S.A.
- Banif – Corretora de Valores e Câmbio, S.A.
- CSA – Companhia de Seguros Açoreana, S.A.
- Banif (Açores) – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.
- Banif Investimentos – S.G.P.S., S.A.
- Banif – Banco Internacional do Funchal (Cayman) Ltd.
- Banif Finance, Ltd.
- Banif International Holdings, Ltd.
- Banif Bank (Malta) PLC.



Artur Manuel da Silva Fernandes

Presidente do Conselho de Administração

- Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.
- Banif Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A.
- Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.
- Camma – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.
- Banif Multifund, Ltd.
- Banif International Asset Management, Ltd.
- Banif Securities, Inc.
- Banif Securities Holdings, Ltd.
- Econofinance, S.A.
- Banif Gestão de Ativos (Brasil), S.A.
- Inverpyme SCR de Regimen Comun, S.A.
- Ecoprogresso Trading, S.A. (exercício de funções condicionado à não oposição do Banco de Portugal).

Presidente da Comissão Executiva e Vice-Presidente do Conselho de Administração

- Banco de la Pequeña y Mediana Empresa, S.A.

Vice-Presidente do Conselho de Administração

- Centro Venture – Sociedade de Capital de Risco, S.A.

Vogal do Conselho de Administração

- Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), S.A.
- Banif - Banco de Investimento (Brasil), S.A.
- Banif Corretora de Valores e Câmbio, S.A.
- Banif S.G.P.S., S.A.
- Banif Investimentos – S.G.P.S., S.A.
- Banif Financial Services Inc.
- Fomentinvest – S.G.P.S., S.A.
- Banif Bank (Malta) PLC

Nuno José Roquette Teixeira

Vogal do Conselho de Administração

- Banif Securities Holdings, Ltd.
- Banif Securities, Inc.
- Banif – Banco de Investimento (Brasil), S.A.
- Banif – Corretora de Valores e Câmbio, S.A.
- Banco de la Pequeña y Mediana Empresa, S.A.
- Banieuropa Holding, S.L., Sociedade Unipessoal
- Gamma – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

Director Vice-Presidente da Directoria Executiva

- Banif – Banco de Investimento (Brasil), S.A. (exercício de funções condicionado à não oposição do Banco de Portugal).



*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'h', 'd', 'A', 'B', 'N', 'K']*

- Banif – Corretora de Valores e Câmbio, S.A. (exercício de funções condicionado a não oposição do Banco de Portugal).

José Paulo Baptista Fontes  
Presidente da Mesa da Assembleia Geral  
- Sociedade Ponta Oeste, S.A.

Raul Manuel Nunes da Costa Simões Marques  
Presidente do Conselho de Administração  
- GestArquipark - Sociedade Imobiliária, S.A.

Vice-Presidente do Conselho de Administração  
- Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.  
- Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.  
- Banif Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A.  
- Aplicação Urbana XIII Investimento Imobiliário S.A.  
- GCC Lisboa – Gestão de Centros Comerciais, S.A.  
- Aplicação Urbana XIV – Investimento Imobiliário, S.A.

Vice-Presidente da Comissão Executiva e Vogal do Conselho de Administração  
- Banco de la Pequeña y Mediana Empresa, S.A.

Vogal do Conselho de Administração:  
- Banif MultiFund, Ltd.  
- Banif International Asset Management, Ltd.  
- Banif - Banco de Investimento (Brasil), S.A.  
- Banif Corretora de Valores e Câmbio, S.A.  
- Banif Gestão de Ativos (Brasil), S.A.  
- Inverpyme SCR de Regimen Comum, S.A.  
- Banieuropa Holding, SL, Sociedade Unipessoal

Maria da Conceição Rodrigues Leal  
Vogal do Conselho de Administração  
- Centro Venture – Sociedade de Capital de Risco, S.A.  
- D.A.R.T. – Design em Artesanato Regional e Tradicional, S.A.  
- Companhia das Quintas, S.G.P.S., S.A.

Carlos Eduardo Pais e Jorge  
Vogal do Conselho de Administração  
- Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.  
- Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.  
- Banif Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A.  
- Gamma – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.



- Banif – Banco de Investimento (Brasil), S.A.
- Banif Corretora de Valores e Câmbio, S.A.
- Banif Securities Inc.
- Banif Multifund, Ltd. (exercício de funções condicionado à não oposição do Banco de Portugal).
- Banif International Asset Management, Ltd. (exercício de funções condicionado à não oposição do Banco de Portugal).
- Ecoprogresso Trading, S.A. (exercício de funções condicionado à não oposição do Banco de Portugal).
- CestArquipark - Sociedade Imobiliária, S.A

Vasco Clara Pinto Ferreira

Vogal do Conselho de Administração

- Banco de la Pequeña y Mediana Empresa, S.A.
- Banif – Banco de Investimento (Brasil), S.A.
- Banif Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A.
- Banif – Corretora de Valores e Câmbio, S.A.
- MC02 – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (exercício de funções condicionado à não oposição do Banco de Portugal).
- Centro Venture – Sociedade de Capital de Risco, S.A.

Alexandre Jaime Boa-Nova e Moreira dos Santos

Vogal do Conselho de Administração

- Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.
- Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.
- Banif Multifund, Ltd. (exercício de funções condicionado à não oposição do Banco de Portugal).
- Banif International Asset Management, Ltd. (exercício de funções condicionado à não oposição do Banco de Portugal).

Mauro Pereira Bueno Meinberg

Vogal do Conselho de Administração

- Banif – Banco de Investimento (Brasil), S.A.
- Banif Corretora de Valores e Câmbio, S.A.
- Banif Gestão de Ativos (Brasil), S.A.
- Banif Securities Inc.

Director Superintendente

- Banif – Banco de Investimento (Brasil), S.A.

Director Presidente

- Econofinance, S.A.

Director Vice-Presidente

- Banif Gestão de Ativos (Brasil), S.A.

- Banif Corretora de Valores e Câmbio, S.A.  
João Manuel Mora de Ibérico Nogueira  
Vogal do Conselho de Administração
- Tecnicrédito, S.C.P.S., S.A.
- Banif Mais, S.A.
- Tecnicrédito ALD – Aluguer de Automóveis, S.A.
- Bank Plus Bank Zartkoruen Mukodo Reszvenytarsasag
- TCC Investments Luxembourg, S.A.R.L.

Administrador - Único  
- Iberparticipa, S.C.P.S., S.A.

Cerente  
- Margem – Mediação de Seguros, Lda.

Cargos Sociais desempenhados em 31/12/09 pelos Membros do Conselho Fiscal noutras sociedades:

Fernando Mário Teixeira de Almeida  
Presidente do Conselho Fiscal

- Banif S.C.P.S., S.A.
- Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.
- Banif Comercial S.C.P.S., S.A.
- Companhia de Seguros Açoreana, S.A.

José Luís Pereira de Macedo  
Vogal do Conselho de Administração

- Empresa Madeirense de Tabacos, S.A.
- Sociedade Imobiliária de Empreendimentos Turísticos Savoy, S.A.
- Dismade – Distribuição da Madeira, S.A.
- Aviatlântico – Avicultura, S.A.
- Vitecaf – Fábrica de Rações da Madeira, S.A.
- Rama – Rações para Animais, S.A.

Rui Manuel Braga de Almeida  
Vogal do Conselho Fiscal

- Gamma – Sociedade Titularização de Créditos, S.A.
- Banif Go – Instituição Financeira de Crédito, S.A.
- Companhia de Seguros Açoreana, S.A. (Suplente)





Informação nos termos dos artigos 2º e 3º da Lei nº28/2009 de 19 de Junho

De acordo com o artigo 2º da Lei nº 28/2009 de 19 de Junho, será submetida a aprovação, na próxima Assembleia Geral Ordinária da Sociedade, uma declaração sobre política de remuneração dos membros dos respectivos órgãos de administração e de fiscalização, nos termos previstos naquele diploma.

Dando cumprimento ao disposto no Artigo 3º da referida Lei nº 28/2009, informa-se que os membros do órgão de administração da sociedade Banif – Banco de Investimento, S.A., pelo exercício dos respectivos cargos, auferiram em 2009, remuneração com o valor agregado de € 1.725.473,30 e individual de:

- € 66.000,00 – Comendador Horácio da Silva Roque
- € 55.200,00 - Carlos David Duarte de Almeida
- € 320.200,18 - Artur Manuel da Silva Fernandes
- € 199.303,18 - Nuno José Roquette Teixeira
- € 73.200,00 - José Paulo Baptista Fontes
- € 187.507,68 - Raul Manuel Nunes da Costa Simões Marques
- € 179.507,68 - Maria da Conceição Rodrigues Leal
- € 179.507,68 - Carlos Eduardo Pais e Jorge
- € 161.507,68 - Vasco Clara Pinto Ferreira
- € 176.538,99 - Alexandre J. Boa-Nova e Moreira dos Santos
- € 18.400,00 – Mauro Pereira Bueno Meinberg
- € 4.000,00 - João Manuel Mora de Ibérico Nogueira
- € 4.600,00 – Paulo Cezar Rodrigues Pinho da Silva

Em relação ao órgão de fiscalização da sociedade, constituído por um Conselho Fiscal, os respectivos membros auferiram, em 2009, remuneração, respeitante exclusivamente a senhas de presença, com o valor agregado de € 59.850,00 e individual de:

- € 47.850,00 - Fernando Mário Teixeira de Almeida
- € 6.000,00 - José Luís Pereira Macedo
- € 6.000,00 - Rui Manuel Braga de Almeida

Informação nos termos do Artº 448º do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao disposto no Artº 448º, nº 4, do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que, à data de encerramento do Exercício a que se reporta o presente Relatório, eram as seguintes as entidades detentoras de participações qualificadas no capital social da Sociedade:

Entidade	% do capital social
Banif Investimentos – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	100%

*[Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large 'X' and various scribbles.]*

Informação nos termos do Artº 324º do Código das Sociedades Comerciais

Nos termos do nº 2 do Artº 324º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que não se verificou, durante o Exercício, qualquer movimento de acções próprias, não detendo a Sociedade acções próprias a 31.12.09.

Informação nos termos do Artº 486º do Código das Sociedades Comerciais

Consultar o Diagrama de Participações constante do presente Anexo

## 7.2 RECOMENDAÇÕES DO FSF E DO CEBS RELATIVAS À TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO E À VALORIZAÇÃO DE ACTIVOS

A informação que segue, relativa à transparência da informação e à valorização dos activos, consubstancia o cumprimento do disposto na Carta-Circular nº 46/08/DSBDR, de 15/7/2008, e Carta-Circular nº 97/2008/DSB, 3/12/2008, ambas do Banco de Portugal, sobre a "Adopção das recomendações do FSF e do CEBS relativas à transparência da informação e à valorização de activos".

### I. MODELO DE NEGÓCIO

1. Descrição do modelo de negócio (i.e., razões para o desenvolvimento das actividades/negócios e respectiva contribuição para o processo de criação de valor) e, se aplicável, das alterações efectuadas (por exemplo, em resultado do período de turbulência).

O modelo de negócio do Grupo encontra-se descrito na parte 2. ACTIVIDADE DESENVOLVIDA PELO BANIF – BANCO DE INVESTIMENTO EM 2009” do Relatório de Gestão. O Banif - Banco de Investimento (BBI) manteve o seu papel nuclear na arquitectura do BANIF, Grupo Financeiro, desenvolvendo directamente as actividades de Mercado de Capitais (vendas, carteira própria, estruturação, securitização), Advisory & Structured finance, Corporate banking, Crédito e Private banking e indirectamente, através das suas participadas, as actividades de gestão de fundos de investimento (mobiliários, imobiliários e de pensões) e de capital de risco, mantendo o seu foco estratégico em Portugal, Espanha e Brasil.

2. Descrição das estratégias e objectivos (incluindo as estratégias e objectivos especificamente relacionados com a realização de operações de titularização e com produtos estruturados).

Posicionando-se, em Portugal, como instituição vocacionada para servir sobretudo os 2º e 3º “tiers” do tecido nacional e reforçando, em termos geográficos, um claro enfoque sobre o eixo Península Ibérica – Brasil, o Banif – Banco de Investimento continuará



*[Handwritten signature]*

a centrar a sua actuação na satisfação das necessidades de clientes de vários segmentos - institucionais, “corporate” e “private” – através dos produtos e serviços criados nas suas fileiras especializadas: mercado de capitais, gestão de activos, incluindo a gestão de fundos de investimento e a gestão de fundos de pensões, “advisory services”, “corporate finance” e M&A, “Project & Leverage finance”, “venture capital” procurando a maximização de sinergias e potenciação de “cross-selling” entre áreas.

A estratégia do Banco, actualizada em face da situação financeira que entretanto eclodiu nos mercados - traduzida numa crise de valor e liquidez sem precedentes e num forte surto de “desalavancagem” financeira, e que agora se materializa numa recessão económica que se antevê forte e persistente - compreende um elemento de “dynamic rightsizing”, optimizando a capacidade instalada, e um elemento de focalização, almejando a geração de valor em circunstâncias particularmente difíceis em termos de liquidez e capital.

Não existindo um pipeline concreto de estruturação de novas operações para o Banif - Grupo Financeiro o Banif - Banco de Investimento permanecerá com a gestão das actuais, mas igualmente receptivo a novas oportunidades tanto no Grupo como fora do mesmo.

3. Descrição da importância das actividades desenvolvidas e respectiva contribuição para o negócio (incluindo uma abordagem em termos quantitativos).

As actividades desenvolvidas e respectiva contribuição para o negocio encontra-se descrito na parte 2. ACTIVIDADE DESENVOLVIDA PELO BANIF – BANCO DE INVESTIMENTO EM 2009 E EMPRESAS SUBSIDIARIAS EM 2009” do Relatório de Gestão

O Anexo às contas incluído neste Relatório aborda o tema da importância da contribuição das várias actividades nos seus pontos 4. (“Relato por Segmentos”).

4. Descrição do tipo de actividades desenvolvidas, incluindo a descrição dos instrumentos utilizados, o seu funcionamento e critérios de qualificação que os produtos/ investimentos devem cumprir.

Na actividade de Asset Management os instrumentos utilizados por excelência são os fundos de investimento, habitualmente divididos nas sub-classes “Mobiliários”, “Imobiliários” e “Especiais”. Tratam-se de produtos regulamentados e supervisionados de perto pelas autoridades locais sob um ambiente de negócios com bastante informação sobre o posicionamento e quota de mercado dos diferentes “players”.

Nas actividades de “Capital Markets” importa dividir o universo nas suas várias partes: Renda Fixa & Vendas, Renda Variável, Research & Corretagem, Estruturação, Securitização. Na primeira merecem destaque as actividades de gestão de carteira de obrigações e outros instrumentos de dívida incluindo ABS e derivados. Na segunda, descontinuámos tacticamente as actividades de “proprietary trading” e focamos-nos presentemente na Corretagem e Research. Em relação à Estruturação temos a expectativa de manter um “pipeline” de trabalho razoável, apesar das condições do mercado, e na Securitização, como referimos atrás, existem objectivos concretos rela-





*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'A', 'h', 'C', 'R', 'M', 'A', 'N', 'A']*

cionados com a montagem e gestão de operações de titularização de carteiras do Banif - Grupo Financeiro.

Os produtos da área de mercado de capitais incluem, na renda fixa, os chamados “produtos estruturados” que os novos standards de contabilidade permitem contabilizar em “Loans & Receivables”.

Os novos produtos e serviços são aprovados em sede multi-disciplinar pelo Comité de Novos Produtos do Banco.

5. Descrição do objectivo e da amplitude do envolvimento da instituição (i.e. compromissos e obrigações assumidos), relativamente a cada actividade desenvolvida.

Os objectivos e envolvimento da instituição relativamente a cada actividade desenvolvida encontram-se descritos genericamente na parte 2. ACTIVIDADE DESENVOLVIDA PELO BANIF – BANCO DE INVESTIMENTO EM 2009” do Relatório de Gestão. A amplitude do envolvimento da instituição em termos de “Risk Weighted Assets” mostra preponderância no crédito e “fixed income” e nas participações de “equity” em fundos de investimento, reflectindo a actual alocação de capital do banco; em termos de recursos humanos e materiais assumem relevo as áreas de Mercado de Capitais e Asset Management,

## II. RISCOS E GESTÃO DOS RISCOS

6. Descrição da natureza e amplitude dos riscos incorridos em relação a actividades desenvolvidas e instrumentos utilizados.

A natureza e amplitude dos riscos incorridos nas diversas actividades desenvolvidas e instrumentos utilizados encontram-se pormenorizadamente descritos na nota “33. Riscos de Instrumentos Financeiros” do Anexo às Demonstrações Financeiras deste Relatório.

7. Descrição das práticas de gestão de risco (incluindo, em particular, na actual conjuntura, o risco de liquidez) relevantes para as actividades, descrição de quaisquer fragilidades/fraquezas identificadas e das medidas correctivas adoptadas.

A natureza e amplitude dos riscos incorridos nas diversas actividades desenvolvidas e instrumentos utilizados encontram-se pormenorizadamente descritos na nota “33. Riscos de Instrumentos Financeiros” do Anexo às Demonstrações Financeiras deste Relatório.

### III. IMPACTO DO PERÍODO DE TURBULÊNCIA FINANCEIRA NOS RESULTADOS

8. Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados, com ênfase nas perdas (quando aplicável) e impacto dos “write-downs” nos resultados.

Descrição apresentada no ponto seguinte.

9. Decomposição dos “write-downs”/perdas por tipos de produtos e instrumentos afectados pelo período de turbulência, designadamente, dos seguintes: commercial mortgage-backed securities (CMBS), residential mortgage-backed securities (RMBS), collateralised debt obligations (CDO), asset-backed securities (ABS).

No mapa seguinte são apresentados os valores registados em resultados (potenciais e realizados) e em reservas por tipo de produto definido, nomeadamente: commercial mortgage-backed securities (CMBS), residential mortgage-backed securities (RMBS), collateralised debt obligations (CDO) e asset-backed securities (ABS), para os períodos em referência.

TIPO DE PRODUTO	31-12-2006			31-12-2009		
	+/- VALIA POTENCIAL	+/- VALIA REALIZADA	RESERVAS	+/- VALIA POTENCIAL	+/- VALIA REALIZADA	RESERVAS
ABS	1 204 561	0	-728 486	-38 877	785 927	-817 268
CDO	-192 350	-1 844 267	-4 395	-593 450	0	54
CLO	-3 332 143	0	-245 341	3 094 595	0	-636 098
CMBS	644 666	0	-16 796	-174 277	0	-263 978
RMBS	677 031	0	-58 066	-254 924	86 700	-373 916
<b>TOTAL</b>	<b>-993 235</b>	<b>-1 844 267</b>	<b>-1 053 084</b>	<b>2 033 067</b>	<b>872 627</b>	<b>-2 091 206</b>

(VALÓPES EM EUROS)

10. Descrição dos motivos e factores responsáveis pelo impacto sofrido.

As perdas no mercado americano de crédito hipotecário sub-prime foram o principal factor que despoletou a crise iniciada no Verão de 2007, a qual se traduziu num acentuado alargamento dos spreads e redução generalizada da liquidez no mercado, com fortes perdas a fazerem-se sentir, em particular, nas estruturas complexas de activos. A aversão ao risco dos investidores cresceu substancialmente, manifestando-se numa enorme relutância em transaccionar todo o tipo de instrumentos estruturados - o mercado tornou-se ilíquido -, fazendo aumentar a pressão sobre os respectivos preços de mercado. O colapso da Lehman Brothers em Setembro de 2008 veio agravar ainda mais a situação, despoletando uma crise ímpar no sector financeiro, com particular impacto na vertente de liquidez, traduzindo-se num contínuo agravamento dos spreads de crédito e níveis históricos de aversão ao risco por parte dos investidores, com especial impacto nos activos do sector financeiro e de maior complexidade, entre os quais, os produtos estruturados.

Ao nível do Banif - Banco de Investimento (BBI), um dos principais impactos resultantes da turbulência sofrida nos mercados financeiros adveio, desta forma, do risco de mercado inerente às exposições em produtos estruturados, reavaliados integralmente marked-to-market até à primeira metade de 2008, o que se reflectiu em fortes desvalorizações nesta classe de activos, com impacto negativo ao nível dos resultados e dos capitais próprios do banco.



*[Handwritten signatures and initials in blue and black ink.]*

Já em 2009, assistiu-se de forma global a uma forte recuperação do mercado dos produtos estruturados, nomeadamente no segmento dos CDOs. Não obstante os quatro primeiros meses adormecidos, estes produtos registaram elevados volumes de transacção no mercado secundário no conjunto do ano, com uma queda acentuada dos spreads a partir de Maio. As taxa de defaults nos CLOs que vinha a aumentar continuamente desde 2008 até aos primeiros meses de 2009, registaram posteriormente uma redução gradual. Reflectindo um impressionante rally durante o ano, especialmente a partir da segunda metade, a maior parte de activos securitizados ofereceu em 2009 um retorno muito superior ao investimento em obrigações investment grade.

A boa conjuntura de mercado, possibilitou, desta forma, anular grande parte dos resultados negativos potenciais e a realização de ganhos efectivos na carteira de produtos estruturados do Banif - Banco de Investimento. Desta forma, a 31 de Dezembro de 2009, o banco registava um saldo praticamente nulo em termos de menos-valias potenciais, incluindo reservas (-€58 mil), o que compara favoravelmente com a situação do ano anterior (menos valias potenciais de cerca de €2 milhões). Em paralelo, as mais-valias realizadas durante o ano corresponderam a cerca de €872 mil, um bom desempenho face a 2008, em que as perdas realizadas atingiram €1,8 milhões – ver ponto 8 e seguintes.

#### 11. Comparação de i) impactos entre períodos (relevantes) e de ii) demonstrações financeiras antes e depois do impacto do período de turbulência.

A comparação dos impactos entre períodos (relevantes) está apresentada no ponto 9 deste Anexo. As rubricas de balanço e demonstração de resultados nas quais se reflectiram os referidos impactos do período de turbulência são os seguintes:

BALANÇO	31/12/09	
	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO SEM IMPACTO DO PERÍODO DE TURBULÊNCIA
Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados	312 007	311 934
Activos financeiros disponíveis para venda	93 165	94 203
Activos por impostos diferidos	2 354	2 079
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<b>931 446</b>	<b>932 136</b>
Passivos por impostos diferidos	6	23
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>886 009</b>	<b>886 026</b>
Reservas de reavaliação	-2 216	-1 452
Resultado do exercício	1 742	1 695
<b>TOTAL DO CAPITAL</b>	<b>45 436</b>	<b>46 153</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO + CAPITAL</b>	<b>931 446</b>	<b>932 179</b>

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	31/12/09	
	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO SEM IMPACTO DO PERÍODO DE TURBULÊNCIA
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-10 771	-10 834
Resultados antes de impostos	2 408	2 345
impostos		
Diferidos	-482	-465
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>1 742</b>	<b>1 695</b>

(MILHARES DE EURO)



12. Decomposição dos “write-downs” entre montantes realizados e não realizados.

Informação apresentada no ponto 9 deste Anexo.

13. Descrição da influência da turbulência financeira na cotação das acções da entidade.

O Banif Banco de Investimento, S.A. é um entidade não cotada.

14. Divulgação do risco de perda máxima e descrição de como a situação da instituição poderá ser afectada pelo prolongamento ou agravamento do período de turbulência ou pela recuperação do mercado.

A 31 de Dezembro de 2009, a exposição a produtos estruturados do Banif - Banco de Investimento ascendia a cerca de €51 milhões em termos de valor de mercado. A mitigar este risco existe uma compra de protecção (credit default swap) que cobre mais de dois terços do valor nominal da carteira de produtos estruturados, em que o risco de crédito é transferido para terceiros, e cujo montante outstanding ascende a cerca de €42 milhões – ver detalhes no ponto 17.

De referir que, tendo-se verificado que os produtos estruturados deixaram de ser um mercado activo com uma extrema falta de liquidez e face às alterações à IAS 39 emitidas pelo IASB em Outubro de 2008 – “Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition” – o banco procedeu à reclassificação da larga maioria dos produtos estruturados detidos para a carteira LaR (Loans and Receivables), considerando o objectivo de mantê-los em carteira a prazo (foreseeable future) e a qualidade creditícia dos mesmos, usufruindo de um tratamento contabilístico idêntico a uma carteira de crédito.

Desta forma, houve uma alteração significativa em termos dos impactos desta carteira, sendo que o banco deixou de estar sujeito às variações de preço destes títulos, não sendo afectado em termos de risco de mercado, mas apenas em termos de risco de crédito, ou seja, na possibilidade de perdas devido a defaults dos títulos. Fazendo uma análise à qualidade creditícia da carteira – ver ponto 18, verifica-se que, a 31 de Dezembro de 2009, cerca de 84% da carteira de produtos estruturados do Banif - Banco de Investimento era Investment Grade, tendo em consideração o rating médio das três principais agências internacionais: Moody’s, S&P e Fitch.

Durante o ano houve uma redução efectiva da exposição do Banco a este tipo de activos, em virtude de alguns títulos que estavam em carteira terem chegado ao vencimento, com o reembolso dos mesmos pelo valor nominal (não ocorrência de eventos de crédito), reflectindo a qualidade creditícia da carteira. Desta forma, a exposição da carteira de produtos estruturados sofreu uma redução de cerca de €22,5 milhões devido a reembolsos ocorridos em 2009, com o valor nominal da carteira a atingir os €60 milhões no final do ano.

Não obstante o tratamento contabilístico, a alocação de capital à carteira de produtos estruturados tem sido realizada tendo por base os requisitos de capital prudenciais para cobertura de risco de crédito, específica para este tipo de activos, de acordo

*[Handwritten signatures and initials in blue and black ink]*

com as regras actuais de Basel II, o que constitui uma posição mais conservadora do que a alocação de capital tendo por base os requisitos de capital para cobertura do risco de mercado, e que se encontra em linha com as recomendações do FSF publicadas no relatório de Abril de 2008.

15. Divulgação do impacto que a evolução dos “spreads” associados às responsabilidades da própria instituição teve em resultados, bem como dos métodos utilizados para determinar este impacto.

A presente informação está incluída na nota “35. JUSTO VALOR DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS” do ponto anexo às Demonstrações Financeiras.

#### IV. NÍVEIS E TIPOS DAS EXPOSIÇÕES AFECTADAS PELO PERÍODO DE TURBULÊNCIA

16. Valor nominal (ou custo amortizado) e justo valor das exposições “vivas”.

Detalhe do valor nominal (outstanding) e justo valor das posições “vivas” nos instrumentos acima identificados.

TIPO DE PRODUTO	31-12-2008		31-12-2009	
	VALOR MERCADO	VALOR NOMINAL	VALOR MERCADO	VALOR NOMINAL
ABS	35 164 989	36 574 048	17 146 400	18 242 761
CDO	3 100 150	5 000 000	2 506 700	5 000 000
CLO	13 482 200	21 874 184	16 493 817	20 927 405
CMBS	7 149 509	7 104 336	6 873 720	7 019 578
RMBS	10 051 741	10 443 936	8 108 490	8 761 610
<b>TOTAL</b>	<b>68 948 589</b>	<b>80 996 504</b>	<b>51 129 127</b>	<b>59 951 353</b>

(VALORES EM EUROS)

17. Informação sobre mitigantes do risco de crédito (e.g. através de credit default swaps) e o respectivo efeito nas exposições existentes.

O quadro seguinte apresenta o detalhe do credit default swap em que se efectuou uma compra de protecção para alguns instrumentos que compõem a carteira em análise.

TIPO DE PRODUTO	31-12-2009	
	CDS OUTSTANDING	CDS +/- VALIA
ABS	7 000 000	164 779
CDO	2 000 000	-1 223 521
CMBS	6 562 908	87 548
RMBS	6 000 000	-35 913
CLO	20 330 055	-3 306 477
<b>TOTAL</b>	<b>41 892 963</b>	<b>-4 313 584</b>

(VALORES EM EUROS)



18. Divulgação detalhada sobre as exposições, com decomposição por:

- Nível de senioridade das exposições/tranches detidas;
- Nível da qualidade de crédito (e.g. ratings, vintages);
- Áreas geográficas de origem;
- Sector de actividade;
- Origem das exposições (emitidas, retidas ou adquiridas);
- Características do produto: e.g. ratings, peso/parcela de activos sub-prime associados, taxas de desconto, spreads, financiamento;
- Características dos activos subjacentes: e.g. vintages, rácio “loan-to-value”, privilégios creditórios; vida média ponderada do activo subjacente, pressupostos de evolução das situações de pré-pagamento, perdas esperadas.

A 31 de Dezembro de 2009, a exposição do Banif - Banco de Investimento a produtos estruturados sedeada ascen-dia a cerca de €51 milhões em termos de valor de mercado. Devido aos reembolsos ocorridos durante o ano, o segmento dos ABS, excluindo crédito hipotecário, diminuiu substancialmente de peso na carteira, passando de 52% em 2008 para 34% em 2009. A exposição a ABS encontrava-se diversificada por um conjunto de sectores, entre os quais crédito automóvel, leasing, crédito a PME e dívidas fiscais, entre outros.

Dentro do segmento de crédito hipotecário, a exposição a CMBS (commercial mortgage backed securities) assumia um peso de 13% e a RMBS (residential mortgage backed securities) cerca de 16%, não existindo qualquer exposição a crédito sub-prime nestes segmentos. Os restantes 38% da carteira de produtos estruturados encontravam-se distribuídos por CDOs e CLOs (colateralised debt and loans obligations), existindo neste produtos uma exposição marginal a subprime. Em termos de senioridade das posições detidas, o banco investiu, por regra, nas tranches mais seniores das operações, sendo que não existiram quaisquer transacções em 2009. No final do ano, o Banco possuía apenas duas exposições correspondentes a first loss position, com um valor de mercado de €1,5 milhões, com um peso de 3% na carteira.

Em termos de qualidade de crédito, cerca de 84% da carteira total de produtos estruturados a 31 de Dezembro de 2009 era Investment Grade, sendo que mais de metade possuía rating superior ou igual a A- atribuído pelas principais agências de rating internacionais, Moody's, S&P e Fitch (valor médio das notações) – ver quadro 18.2. Assistiu-se, no entanto, a um downgrade dos ratings médios dos produtos estruturados detidos em carteira face ao ano anterior, em linha com o movimento generalizado de descida das notações de crédito nas várias classes de activos, incluindo de dívida soberana, mas também em virtude de alterações nas metodologias utilizadas para a avaliação destes instrumentos. De referir que dentro as exposições cujo rating médio é Non-Investment Grade, encontra-se um título que tem como colateral as dívidas fiscais do Governo Português, com maturidade em Abril de 2010, correspondente a um peso de 1% na carteira global de produtos estruturados. As posições sem rating atribuído tinham um peso imaterial, representando apenas 0,2% da carteira.

Os activos subjacentes à carteira de produtos estruturados são todos de países

*[Handwritten signatures and initials in blue and black ink]*

Investment Grade, maioritariamente respeitantes a países da União Europeia, que representam um peso de 94%. Os Estados Unidos têm um peso reduzido, de apenas 3%.

Todas as exposições foram adquiridas no mercado primário, à excepção das posições detidas referentes às titularizações do Grupo Banif, como por exemplo a Azor Mortgage, que é anulada em termos de posição consolidada do Grupo (é realizada a consolidação com as SPEs/ veículos de titularização). Em termos de análise vintage, cerca de metade da carteira foi adquirida em 2003 e 2004, anteriormente ao pico registado no mercado de crédito, em particular, no segmento de produtos estruturados. Apenas 3,5% da carteira, correspondente um valor de mercado de €1,8 milhões, foi adquirida em 2007, ano do despoletar da crise do sub-prime.

A carteira de produtos estruturados apresenta um perfil de investimento de médio prazo, com a WAL média (weighted average life; vida média) nos 4 anos, a 31 de Dezembro de 2009, para a qual contribui favoravelmente o peso significativo do segmento de ABS com prazos de vencimento dos títulos mais curtos (WAL média de 1,5 anos). Com efeito, tem-se assistido a uma redução natural da carteira de produtos estruturados do Banif - Banco de Investimento decorrente dos vencimentos dos títulos, que durante o ano atingiram os €22,5 milhões. A 31 de Dezembro de 2009, cerca de 23% da carteira possuía uma vida média residual inferior a um ano.

## 18.1 REPARTIÇÃO DA CARTEIRA POR TIPO / SECTOR

TIPO DE PRODUTO / SECTOR	VALOR MERCADO	
	MONTANTE	PESO
<b>ABS</b>	<b>17 146 400</b>	<b>33,5%</b>
Crédito Automóvel	3 030 900	5,9%
Leasing	3 031 600	4,0%
Crédito PME	5 538 300	6,9%
Recebíveis	5 037 500	9,9%
Dívidas Fiscais	453 595	0,9%
Outros	3 054 505	6,0%
<b>CDO</b>	<b>2 506 700</b>	<b>4,9%</b>
<b>CLO</b>	<b>16 493 817</b>	<b>32,3%</b>
<b>CMBS</b>	<b>6 873 720</b>	<b>13,4%</b>
<b>RMBS</b>	<b>8 108 490</b>	<b>15,9%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>51 129 127</b>	<b>100,0%</b>

(VALORES EM EUR0S)

## 18.2 REPARTIÇÃO DA CARTEIRA A VALOR DE MERCADO POR RATING DE EMISSÃO

RATINGS	ABS	COO	CO	CPBE	RMBS	TOTAL	PESO
AAA	5 037 500					5 037 500	9,9%
AA+				537 237	1 138 550	1 675 787	3,3%
AA	3 030 900					3 030 900	5,9%
AA-					1 081 600	1 081 600	2,1%
A+					3 914 303	3 914 303	7,7%
A	2 031 600		6 631 500	2 585 927		11 249 027	22,0%
A-			1 062 612	1 793 225		2 855 837	5,6%
BBB+	2 022 400		972 100		1 974 037	4 968 537	9,7%
BBB	3 167 100	1 356 200	2 882 350			7 405 650	14,5%
BBB-			1 809 800			1 809 800	3,5%
<b>Investment</b>	<b>15 289 500</b>	<b>1 356 200</b>	<b>13 358 362</b>	<b>4 916 390</b>	<b>8 108 490</b>	<b>43 028 942</b>	<b>84,2%</b>
<b>Grade</b>							
BB+	1 856 900		2 425 750			4 282 650	8,4%
BB			709 704			709 704	1,4%
B				1 957 331		1 957 331	3,8%
CCC+		1 025 500				1 025 500	2,0%
<b>Non Investment</b>	<b>1 856 900</b>	<b>1 025 500</b>	<b>3 135 454</b>	<b>1 957 331</b>		<b>7 975 185</b>	<b>15,6%</b>
<b>Grade</b>							
NR		125 000				125 000	0,2%
<b>TOTAL</b>	<b>17 146 400</b>	<b>2 506 700</b>	<b>16 493 817</b>	<b>6 873 720</b>	<b>8 108 490</b>	<b>51 129 127</b>	<b>100,0%</b>

(VALORES EM EUROS)

Ratings médios das emissões atribuídos pelas agências Moody's, S&P e Fitch.

## 18.3 REPARTIÇÃO DA CARTEIRA A VALOR DE MERCADO POR REGIÃO/ PAÍS DE ORIGEM

REGIÃO / PAÍS DE ORIGEM	ABS	COO	CO	CPBE	RMBS	TOTAL	PESO
Alemanha	1 651 200			1 793 225	2 519 000	5 963 425	11,7%
EUA			1 772 317			1 772 317	3,5%
Europa	5 037 500	1 356 200	14 721 500	537 237		21 652 437	42,3%
França				2 585 927		2 585 927	5,1%
Holanda	3 030 900			1 957 331		4 988 231	9,8%
Itália	2 031 600					2 031 600	4,0%
Portugal	453 595				1 119 800	1 573 395	3,1%
Reino Unido	2 022 400				4 469 690	6 492 090	12,7%
Rússia	1 403 305					1 403 305	2,7%
Supranacional	1 515 900	1 150 500				2 666 400	5,2%
<b>TOTAL</b>	<b>17 146 400</b>	<b>2 506 700</b>	<b>16 493 817</b>	<b>6 873 720</b>	<b>8 108 490</b>	<b>51 129 127</b>	<b>100,0%</b>

(VALORES EM EUROS)



*Handwritten notes and signatures:*  
 X  
 [Signature]  
 [Signature]  
 [Signature]  
 [Signature]

## 18.4 REPARTIÇÃO DA CARTEIRA A VALOR DE MERCADO POR VINTAGE

	ABS	CDO	CLO	CMBS	RMBS	TOTAL	PESO
2003	8 068 400					8 068 400	15,8%
2004	2 485 195	2 381 700	4 003 967	3 123 165	5 589 490	17 583 516	34,4%
2005	2 022 400		4 469 500	1 957 331	2 519 000	10 968 231	21,5%
2006	4 570 405	125 000	6 210 550	1 793 225		12 699 180	24,8%
2007			1 809 800			1 809 800	3,5%
<b>TOTAL</b>	<b>17 146 400</b>	<b>2 506 700</b>	<b>16 493 817</b>	<b>6 873 720</b>	<b>8 108 490</b>	<b>51 129 127</b>	<b>100,0%</b>

(VALORES EM EUROS)

## 18.5 WAL MÉDIA E DISTRIBUIÇÃO POR BUCKETS

BUÇA	< 6 MESES	6 MESES a 1 ANO	1 A 2 ANOS	2 A 3 ANOS	3 A 4 ANOS	>= 5 ANOS	TOTAL	WAL MÉDIA (ANOS)
ABS		8 070 900	1 969 495	2 031 600	5 074 405		17 146 400	1,5%
CDO						2 506 700	2 506 700	8,4%
CLO				7 619 617		8 874 200	16 493 817	4,9%
CMBS	1 957 331			4 379 152		537 237	6 873 720	3,0%
RMBS		1 935 837	1 138 550			5 034 103	8 108 490	6,8%
<b>TOTAL</b>	<b>1 957 331</b>	<b>10 006 737</b>	<b>3 108 045</b>	<b>14 030 369</b>	<b>5 074 405</b>	<b>16 952 240</b>	<b>51 129 127</b>	<b>4,0%</b>
<b>PESO</b>	<b>3,8%</b>	<b>19,6%</b>	<b>6,1%</b>	<b>27,4%</b>	<b>9,9%</b>	<b>33,2%</b>	<b>100,0%</b>	<b>-</b>

(VALORES EM EUROS)

Weighted Average Life (WAL) das estruturas tendo por base informação disponibilizada nos investors reports e da Bloomberg.

19. Movimentos ocorridos nas exposições entre períodos relevantes de reporte e as razões subjacentes a essas variações (venda, "write-downs", compras, etc.).

Os movimentos ocorridos durante os períodos em referência foram os seguintes:

TIPO DE PRODUTO	TIPO DE TRANSAÇÃO	31-12-2008	31-12-2009
ABS	Compra	70 222 319	
	Reembolso		21 017 178
	Venda	66 257 580	
CDO	Compra	4 939 250	
	Venda	9 281 957	
CLO	Compra	19 727 600	
	Venda	19 717 350	
CMBS	Compra	20 497 560	
	Venda	20 490 310	
RMBS	Compra	20 081 300	
	Reembolso		1 500 000
	Venda	18 622 135	

(VALORES EM EUROS)



20. Explicações acerca das exposições (incluindo “veículos” e, neste caso, as respectivas actividades) que não tenham sido consolidadas (ou que tenham sido reconhecidas durante a crise) e as razões associadas.

Não se verificavam exposições nesta situação.

21. Exposição a seguradoras de tipo “monoline” e qualidade dos activos segurados:

Valor nominal (ou custo amortizado) das exposições seguradas bem como o montante de protecção de crédito adquirido;

- Justo valor das exposições “vivas”, bem como a respectiva protecção de crédito; Valor dos “write-downs” e das perdas, diferenciado entre montantes realizados e não realizados;
- Decomposição das exposições por rating ou contraparte.

Não se verificavam exposições nesta situação.

## V. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E MÉTODOS DE VALORIZAÇÃO

22. Classificação das transacções e dos produtos estruturados para efeitos contabilísticos e o respectivo tratamento contabilístico.

A política de classificação de instrumentos financeiros está descrita na nota “3.7 instrumentos financeiros” do ponto anexo às Demonstrações Financeiras.

23. Consolidação das Special Purpose Entities (SPE) e de outros “veículos” e reconciliação destes com os produtos estruturados afectados pelo período de turbulência. Não se verificavam exposições nesta situação.

24. Divulgação detalhada do justo valor dos instrumentos financeiros:

Instrumentos financeiros aos quais é aplicado o justo valor;

Hierarquia do justo valor (decomposição de todas as exposições mensuradas ao justo valor na hierarquia do justo valor e decomposição entre disponibilidades e instrumentos derivados bem como divulgação acerca da migração entre níveis da hierarquia);

Tratamento dos “day 1 profits” (incluindo informação quantitativa);

Utilização da opção do justo valor (incluindo as condições para a sua utilização) e respectivos montantes (com adequada decomposição).

Os critérios de determinação do justo valor de instrumentos financeiros e restante informação solicitada estão descritos na nota “3.7 instrumentos financeiros” do ponto anexo às Demonstrações Financeiras.

X  
L  
B  
m  
X

25. Descrição das técnicas de modelização utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros, incluindo informação sobre:

- Técnicas de modelização e dos instrumentos a que são aplicadas;
- Processos de valorização (incluindo em particular os pressupostos e os inputs nos quais se baseiam os modelos);
- Tipos de ajustamento aplicados para reflectir o risco de modelização e outras incertezas na valorização;
- Sensibilidade do justo valor (nomeadamente a variações em pressupostos e inputs chave);
- Stress scenarios.

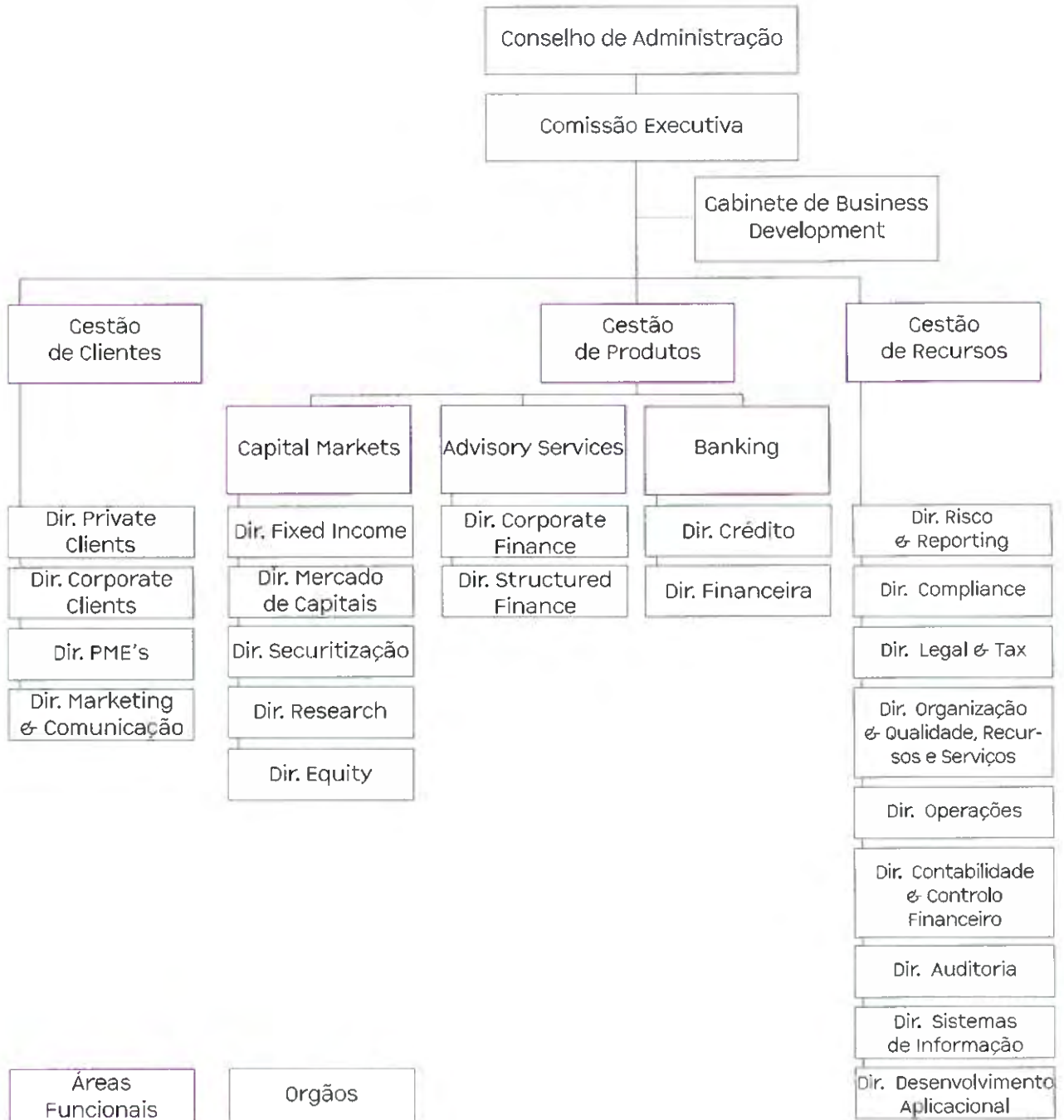
Informação incluída no ponto anterior.

## VI. OUTROS ASPECTOS RELEVANTES NA DIVULGAÇÃO

26. Descrição das políticas de divulgação e dos princípios que são utilizados no reporte das divulgações e do reporte financeiro.

As políticas, princípios e procedimentos de divulgação de informação financeira encontram-se descritos no ponto "III.12. Referência à existência de um Gabinete de Apoio ao Investidor ou a outro serviço similar" da parte "VII RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE" do Relatório de Gestão e Contas da Banif S.C.P.S., S.A. e Banif - Grupo Financeiro Consolidado.

### 7.3 ORGANOGRAMA



31 de Dezembro de 2009



## 7.4 DIRECÇÃO

### DIRECTORES COORDENADORES

Carla Sofia Pereira Dias Rebelo  
Carlos Alberto Rodrigues Ballesteros Amaral Firme  
Fátima Carlos Domingos Frazão  
Luís Filipe Saramago Carita  
Manuel Jorge Raminhos Pereira  
Miguel Salgado Valadão Vale  
Nuno da Rocha Hermida Baeta Correia  
Pedro Brandão Mello e Castro

### DIRECTORES - RESPONSÁVEIS DE ÁREA

Ângela Maria Simões Cardoso Seabra Lourenço  
António José de Caíres Andrade  
António Maria Daun e Lorena Ribeiro Filipe  
David Alberto Moraes Sousa Ribeiro  
Filipe Antunes de Paula Cardoso  
Helena Maria Navarra Carvalho Lima  
Horácio António Moutinho da Cruz  
Jaquelina Maria de Almeida Rodrigues Miguens  
João Maria Magalhães Felgas Gama Lourenço  
João Nuno Alves Moreira e Menéres  
José Carlos Vila Peixoto  
José Fernando Resende Gomes  
José Joaquim Paulino Afonso  
Luís Fernão de Moura Torres Souto  
Luís Magalhães Correia Leite  
Luís Miguel Fialho Teles  
Luís Miguel Pereira Chaves  
M.ª Cristina B. M. Vilhena de Freitas de Athayde  
Maria Cristina Garcia Gil  
Mário Alexandre Bagarrão Baptista  
Marta Dourado Fonseca de Moura Rangel  
Paulo Miguel Nogueira da Costa Boaventura  
Pedro Manuel Marreiros Cruz Dias Correia  
Ricardo Filipe Barata Gouveia Pedrosa  
Susana Helena Gomes de Figueiredo Ribeiro Reis  
Tiago dos Santos Matias



## DIRECTORES ADJUNTOS

Ana Marisa da Silva Justino  
António Alberto Cordo Monteiro  
António Cohen Serra  
Cláudia Alexandra Duarte Cardoso  
Francisco Santos Marques Pires Marques  
Jorge André Horta Guimarães  
Jorge Manuel Macedo Lopes Carvalho  
Luís Beltrão Coelho Tribuna  
Marcelo Ferreira Chucre  
Nuno Miguel Belchior Figueirinhas  
Pedro Miguel Oliveira da Silva Lau  
Rui da Silva Pires  
Rui Manuel dos Santos Correia  
Rui Manuel Sequeira Vieira  
Teresa Maria Silva Martinho

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas,

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e as Contas Individuais e Consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, apresentados pelo Conselho de Administração do BANIF – BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.

O Conselho Fiscal no desempenho das suas funções obteve sempre do Conselho de Administração e dos Serviços do Banco, os esclarecimentos e a colaboração necessários para o cabal desempenho das nossas funções.

Os critérios valorimétricos utilizados encontram-se explicitados no Anexo às Contas e correspondem à correcta avaliação do património social.

Consideramos que o Relatório do Conselho de Administração explicita os negócios sociais desenvolvidos no exercício e a evolução previsível do Banco para o ano de 2010.

Tomamos conhecimento da Certificação Legal das Contas Individuais e Consolidadas, documento com que concordamos e que se dá aqui como integralmente reproduzido.

Banif Banco de Investimento, S.A.

Sede Social: Rua Tierno Galvan, Torre 3, 14º Piso – 1070-274 Lisboa - Portugal  
Telefone: + 351 213 816 200 – Fax: + 351 213 816 201  
Capital Social: 55 000 000 euros  
C.R.C. de Lisboa  
Número único de registo e de pessoa colectiva: 502 261 722

[www.banifib.pt](http://www.banifib.pt)





Assim e tendo analisado os documentos de prestação de contas e considerando que os mesmos exprimem a situação económica e financeira do BANIF – BANCO DE INVESTIMENTO, S.A. somos de parecer que aproveis:

1. O Relatório de Gestão, as Contas Individuais e Consolidadas e o respectivo Anexo, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009; e
2. A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão.

Lisboa, 15 de Março de 2010

#### **O CONSELHO FISCAL**

**Fernando Mário Teixeira de Almeida - Presidente**

**Rui Manuel Braga de Almeida**

**José Luís Pereira de Macedo**



**Certificação Legal das Contas Individuais**  
**Certificação Legal das Contas Consolidadas**



## Certificação Legal das Contas

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de BANIF - Banco de Investimento, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2009 (que evidencia um total de 989.007 milhares de Euros e um total de capital próprio de 62.030 milhares de Euros, incluindo um resultado líquido de 1.742 milhares de Euros), a Demonstração dos Resultados, a Demonstração de Rendimento Integral, a Demonstração de Variações em Capitais Próprios, a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do BANIF - Banco de Investimento, S.A. em 31 de Dezembro de 2009, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas, tal como definidas pelo Banco de Portugal no Aviso 1/2005.

Lisboa, 12 de Março de 2010

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)  
Representada por:



João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)

## Certificação Legal das Contas Consolidadas

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de BANIF - Banco de Investimento, S.A., as quais compreendem o Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2009 (que evidencia um total de 986.850 milhares de Euros e um total de capital próprio de 74.374 milhares de Euros, incluindo um resultado líquido de 3.714 milhares de Euros), a Demonstração dos Resultados Consolidada, a Demonstração do Rendimento Integral Consolidada, a Demonstração de Variações em Capitais Próprios Consolidada, a Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidada do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### **Opinião**

7. Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de BANIF - Banco de Investimento, S.A. em 31 de Dezembro de 2009, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa, no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia.

Lisboa, 12 de Março de 2010

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)  
Representada por:

João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)



## NOTA AMBIENTAL RELATIVA À PRODUÇÃO DESTE RELATÓRIO

O Banif – Banco de Investimento está consciente sobre os consideráveis desafios causados pelas alterações climáticas a nível global e compromete-se a dar passos concretos que contribuam para uma melhor gestão de carbono.

Com o objectivo de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa relacionadas com as suas actividades, o Banif – Banco de Investimento neutralizou a “pegada carbónica” da totalidade do ciclo de vida do seu Relatório e Contas 2009.

A elaboração deste Relatório e Contas consumiu energia e materiais e tem um impacte ambiental. Por forma a neutralizar o impacte desta actividade sobre o planeta, o Banif - Banco de Investimento neutralizou 5 toneladas de dióxido de carbono equivalente (CO<sub>2</sub>e), através de créditos de carbono com os mais elevados padrões de qualidade internacionais.

O Relatório e Contas 2009 do Banif – Banco de Investimento é, assim, neutro em carbono.



**Banif Banco de Investimento, S.A.**

**Sede Social: Rua Tierno Galvan, Torre 3, 14º Piso, 1070-274 Lisboa**

**Telefone (351) 213 816 200 | Fax: (351) 213 816 201**

**Capital Social: 55 000 000 Euros**

**Número único de registo e de pessoa colectiva: 502 261 722**

**[www.banifib.com](http://www.banifib.com)**





**BANIF**

INVESTMENT  
BANK

